

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

CARMEM REGINA GIONGO

“FUTURO ROUBADO”:  
BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA E DO SOFRIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL  
NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

PORTO ALEGRE  
2017

CARMEM REGINA GIONGO

“FUTURO ROUBADO”:  
BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA E DO SOFRIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL  
NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Tese apresentada ao Programa de Doutorado  
em Psicologia Social e Institucional da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
para obtenção do título de Doutora em  
Psicologia Social e Institucional.

Área de Concentração: Trabalho, saúde e  
subjetividade.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Maria Rosa  
Mendes.

PORTO ALEGRE  
2017

Giongo, Carmem Regina

"FUTURO ROUBADO": BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA E DO  
SOFRIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE  
HIDRELÉTRICAS / Carmem Regina Giongo. -- 2017.  
351 f.

Orientadora: Jussara Maria Rosa Mendes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,  
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Atingidos. 2. Hidrelétricas. 3. Injustiça. 4.  
Sofrimento ambiental. 5. Sofrimento social. I.  
Mendes, Jussara Maria Rosa, orient. II. Título.

“FUTURO ROUBADO”:  
BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA E DO SOFRIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL  
NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Dissertação aprovada para obtenção do título  
de Doutora em Psicologia Social e Institucional  
no Programa de Doutorado em Psicologia  
Social e Institucional da Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul pela banca examinadora  
formada por:

Aprovada *com louvor* em Porto Alegre, 10 de março de 2017.

---

Prof. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes UFRGS/PPGPSI – Orientadora

---

Prof. Dra. Flávia Braga Vieira UFRRJ/PPGCS

---

Prof. Dra. Janine Kieling Monteiro Unisinos/PPGPSI

---

Prof. Dra. Jaqueline Tittoni UFRGS/PPGPSI

---

Prof. Dra. Vanderleia Dal Castel Schlindwein UNIR/MAPSI

## **AGRADECIMENTO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Este trabalho fala de um encontro que mostrou a força da história de um povo. Mostrou a força e o poder das palavras quando encontram escuta. Mostrou a resistência daqueles que tiveram suas vidas e seus territórios transformados profundamente pela construção de uma hidrelétrica. Neste encontro, vocês não compartilharam apenas suas histórias, suas memórias e seus sentimentos, compartilharam também seu alimento, sua família, suas casas, seus vizinhos, suas comunidades. Compartilharam um lugar à mesa, uma cama quente, uma oração antes da viagem, uma mensagem depois da chegada, um chimarrão, uma fatia de polenta com salame, muitas bolachas, um copo de caldo de cana, diversos abraços. Vocês compartilharam o coração e a vida!

Então, neste momento tão especial, eu quero apenas agradecer e dizer que o nosso encontro me transformou! Eu aprendi sobre as plantas, sobre amansar gatos, aprendi palavras em alemão, em italiano, aprendi sobre o cultivo dos alimentos, sobre os animais, sobre tirar leite, sobre o cuidado com o outro, mas, a cima de tudo, eu aprendi sobre ser humano, sobre ser gente! E esse aprendizado não está nos livros. Vocês também mostraram que não precisam ser salvos por nenhum pesquisador ou por uma figura política, vocês precisam apenas que seus direitos humanos mais básicos sejam cumpridos.

Aliás, foram vocês que me ensinaram a fazer pesquisa, me mostraram o caminho, por onde ir e por onde não ir, me mostraram a hora certa de perguntar, quando recuar, me apresentaram um outro tempo. O tempo que não está nos relógios, o tempo de chegar sem ter hora para voltar, o tempo da vida, do cultivo, o tempo de a lenha queimar, o tempo da espera, do feijão cozinhar, de parar e cantar, o tempo do sol, da chuva e da neblina, o tempo da reza, o tempo necessário da espera e do amadurecimento.

Eu apenas deixei que vocês me guiassem por esses caminhos desconhecidos, pelas porteiras fechadas, pelas águas profundas do lago, pelo mato escuro, pelas lembranças de um passado que ainda se faz presente. Eu apenas doei um pouco do meu tempo e estive aqui, sem pressa. Bastou estar aqui. E, nesse encontro de tempos, produzimos um novo olhar sobre o mundo e sobre a experiência de ser gente neste mundo. E, agora, transformados uns pelos outros, não seguiremos apenas os nossos caminhos, seguiremos juntos - eu, doutora dos livros, e vocês, doutores da vida! Obrigada de todo coração!

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiro ao meu pai que me contava do orgulho de ter ocupado cargos políticos em um tempo em que não se recebia nada por isso. Ser vereador ou prefeito em nossa cidade era sinônimo de ativismo social, político e comunitário. Meu pai também me ensinou a lutar pelos meus desejos, a gostar de viajar e a valorizar a terra, a casa e a família. Minha mãe, sempre ocupou um lugar de cuidadora na comunidade onde cresci. Aprendi muito com ela sobre ser forte. Toda vez que senti medo fazendo minha pesquisa, lembrava que minha mãe dirigia caminhões e tratores à noite. Ela esteve comigo durante a primeira entrevista que fiz, logo no início, quando ainda escrevia o projeto de tese.

Marcelo, meu marido, aprendeu a conviver com minha distância, a respeitá-la e a admirá-la. As viagens foram muitas, mas, por meio do amor, pudemos realizar juntos o sonho de eu ser doutora, de morar fora, de fazer uma pesquisa na qual eu acreditasse e depositasse tudo de mim. Minha irmã Juliana, que, nesse tempo, teve a Cecília, minha sobrinha linda, acreditou tanto em mim, mas tanto, que nem mesma eu consigo entender. Ela participou de todos os momentos, mas, principalmente, foi minha guia e confidente na produção do documentário. Obrigada, Cecília, por me mostrar a beleza do mundo. O Alan, meu cunhado, também acompanhou tudo de perto e vibrou comigo. O Didio, meu irmão do meio, era aquele que voltava para casa da faculdade trazendo coisas da cidade. Eu sempre esperava ele voltar e sonhava com o dia em que também conheceria o mundo, não demorou muito para isso acontecer. Minha cunhada Luciane e meus sobrinhos Lorenzo e Francesco também estiveram comigo, atentos e felizes com minhas conquistas. Meu irmão mais velho, o Mano, tem um coração tão grande, que chora diante das coisas simples da vida. Ele é advogado e me ajudou muito com o entendimento das leis! A Marli, minha cunhada, acompanhou meus dias de exibição do documentário e festejou comigo. A Gabi e o Luiz Pedro, meus sobrinhos, sempre estiveram comigo e me enchem de orgulho. A Gabi estava lá no dia da primeira exibição do documentário e tirou fotos. Seus olhos brilharam assim como os meus. Agradeço também à Claci, minha sogra, e ao Douglas, meu sogro, pelo acolhimento, pelo carinho e pela ajuda em todos os momentos da minha tese. Quero agradecer também à madrinha Neli, minha inspiração – a primeira doutora da família. Todos eles, que compõem minha família querida, estiveram comigo nas exibições do documentário e sabem o que tudo isso significa para mim e para os participantes da pesquisa realizada para este trabalho.

Minha orientadora, Jussara, faz minhas palavras faltarem. Ela se parece muito com meu pai. Ela me ensinou a fazer as coisas com amor e sempre disse que o mais importante na vida era estar com as pessoas que amamos. A Jussara me deu o mundo, disse que era possível, me mostrou o caminho, segurou minha mão e me apoiou, imensamente, em tudo. Não posso agradecer de outra maneira se não vivendo e agindo de acordo com aquilo que ela me ensinou. Com a Jussara, veio o NEST, minha segunda família, meu amparo, minhas colegas maravilhosas, que estiveram comigo durante todo o doutorado. Agradeço à *gatona* professora Dolores pelo carinho, pela atenção e pelas contribuições valiosas. Agradeço à Rosângela que sabiamente me guiou pelos caminhos iniciais e difíceis da minha tese. Agradeço à Juliana, com quem construí uma relação honesta e capaz de fortalecer cada momento de insegurança, de medo e de desamparo. Obrigada por todas as vezes que pude chorar contigo e receber teu abraço sincero! Agradeço às minhas colegas Daniela e Thaís, com as quais construí meu projeto de pesquisa e minha tese. Nesse caminho, também tive a sorte de trabalhar com minhas bolsistas Fran, Gabi e Vê, que sabem tanto da minha tese quanto eu, que compartilharam nossos resultados com muitos grupos sociais e em diferentes espaços, que vibraram com nossas conquistas e se dedicaram muito a este trabalho. Agradeço também à Ana e à Fernanda pelo apoio na reta final do meu trabalho.

Nesta trajetória, também quero agradecer ao LADYSS (Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces), laboratório no qual realizei o doutorado sanduíche, na França, e à CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que possibilitou a conquista deste sonho. Conheci pessoas incríveis, afetivas, e que me ensinaram muito! Aos brasileiros e às brasileiras Valdir, Maira, Maiara, Cimone, Loara, Manu, Renata, Claudia e Elis. Em especial, à Mari e ao Dirceu, que discutiram comigo cada pedacinho da minha coleta de dados e torceram para que tudo desse certo – eles coloriram Paris. Aos colegas do laboratório francês, também dirijo meu carinho: Béa, Rhoda, Kader, Thierry, Bassem, Kenza e Nauol. Meu agradecimento mais do que especial direciono ao meu orientador de estágio doutoral Jean-Paul Billaud, que muito me desafiou e fez meu mundo crescer! Nesse caminho, também agradeço pelo feliz encontro com Fabienne Wateau, antropóloga da Universidade de Paris X, que conheceu meu projeto, me apoiou e ofereceu a oportunidade de trabalhar em uma pesquisa belíssima em Portugal. Agradeço à Mari, de Portugal, que me ensinou muito sobre ser sensível, e à Manu, pela parceria maravilhosa - seremos sempre as meninas de Salreu.

Agradeço às minhas amigas e aos amigos, Michele, Chico, Mari, Fredi, Simone, Luis, Ju, Carla Ju, Pinheiro e às minhas pequenas Bella, Carol e Rafa. Vocês sempre estiveram comigo nos momentos mais importantes. Devo ter ficado muito chata e ausente durante algum tempo (três anos), obrigada por entenderem e também por me cobrarem presença. Obrigada às minhas amigas sempre presentes: Claudinha, Danica, Juju e Gelly! Obrigada Vivi e Rodrigo por terem me visitado em Paris. Agradeço às minhas amigas da faculdade, Sófi e Janinha, que sempre torceram por mim e que acham o máximo o fato de eu ter conseguido comprar um carro. Obrigada aos meus alunos e às alunas que estiveram comigo, aprendendo e ensinando, em especial, àquelas que acompanharam de perto meu período de construção de tese: Lovane, Joana, Vilma, Lidia, Fernanda, Nicolle, Scarleth, Pamela, Barbara e Camila. Meus olhos seguem brilhando porque encontram o brilho nos olhos de vocês! Ser professora certamente me devolveu o sonho antigo de mudar o mundo e é muito bom encontrar pessoas que, apesar de tudo, seguem acreditando nisso também.

Minhas colegas de trabalho também foram fundamentais, me aconselharam, me substituíram e me ofereceram muitos cafés quando eu estava sem forças. Carol, te adoro! Ju, você tem o melhor coração do universo! Claudia, você é linda! Charlotte, obrigada por tudo! Tina, você é o máximo! Marcus, obrigada por me apoiar sempre! Carmen, te admiro muito, obrigada pelo carinho de sempre! Malu, você é um doce de pessoa, obrigada pelos conselhos! Lisi, você sempre disse que eu seria doutora, obrigada! Ana, Geraldine, Eliana e Marianne, obrigada por me acolherem desde minha chegada a Novo Hamburgo. Cynthia, obrigada por acreditar em mim quando nem eu mesma sabia que poderia ser professora. Obrigada a todos os demais colegas queridos que me acompanharam de perto ou de longe, mas que sempre torceram por mim: Rona, Denise, Rodrigo, Michele, Nara e Cleber. Agradeço também ao meu analista Fernando, a pessoa mais incrível deste mundo, que abriu espaços para as cores entrarem e sempre acreditou na arte que existe em mim. Me ensinou muito sobre Psicologia, sobre humanidade e sobre “as tantas vidas que podemos viver em uma só”.

Obrigada à minha banca sensível de qualificação, em especial, à Vanderleia e à Jaqueline. Obrigada Janine, minha orientadora querida do mestrado, que sempre acreditou em mim e no meu modo de pesquisar. Além disso, agradeço à Flavia, presente em minha banca de defesa, que me ensinou muito sobre o tema investigado, transmitindo, em cada texto, a necessidade de mobilização e transformação social. Agradeço a todos os professores, pesquisadores e alunos que escreveram e escrevem sobre a temática da minha tese, em especial, ao inspirador professor Carlos Bernardo Vainer. Ilka e Miro, pessoas maravilhosas, éticas e afetivas, que coproduziram o documentário *Atingidos Somos Nós* - aprendi tanto com vocês! Ilka, sempre sensível e atenta. Miro me ensinou as maiores lições éticas, me mostrou um novo mundo através do audiovisual e me fez desejar ser documentarista. Obrigada também ao CNPq

(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que contribuiu com os custos da pesquisa e à UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), esta universidade querida que tanto me acolheu.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que fizeram as doações necessárias para a produção do documentário: Alan Roger, Ana Lúcia da Silva Basso, Angélica Frey, Camila Martins Soares, Camila Rückert, Carine Berlitz, Carmen Esther Rieth, Cláudia Duarte, Claudia Fernanda Franceschi Klement, Claudia Lunkes Schmitt, Cris Cinara, Cristine Segalotto, Cynthia Berlim, Daniel Tonacci, Francièli Katiuça Teixeira da Cruz, Francieli Pires de Melo, Gabriela da Silva Marques, Genuino Simioni, Gilberto Antônio Romani, Juliana Alves Loureiro, Juliana Giongo, Juliana Naumann, Jussara Maria Rosa Mendes, Katiane Centenaro, Laerte Dorneles, Laryssa Dias Sena, Lauri Luiz Kunzler, Lenir Christmann, Leoni Giongo, Luciane Vial Giongo, Luiz Carlos Giongo, Marcelo Clemente, Maria Angelica de Moura Bueno, Maria Claci Binsfeld Shaw, Marli Capelesso Giongo, Michele Pereira Serpa, Nelma Campos Aragon, Paulo Cesar Giongo, Rodrigo Gauto Buriol, Silvana de Medeiros, Simone Soares Fuchs, Verônica Dias Mendes.

É por todos os aspectos apresentados que esta tese não é minha, ela é coletiva e foi construída a partir do amor e do apoio de todas as pessoas que me acompanham: família, orientadora, alunos, colegas de trabalho, professores, colegas de pesquisa, amigos, participantes da pesquisa, pessoas que ainda nem pude conhecer. Esta tese é, acima de tudo, fruto de inúmeras surpresas, descobertas, encontros e reencontros - é fruto da vida!



*“Aqui a gente é analfabeto, o mundo que ensina a gente um pouco.”*  
(PAULO, 2016, informação verbal)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Informação verbal fornecida por Paulo (nome fictício) à pesquisadora em Alto Bela Vista em 22 de abril de 2016.

## RESUMO

Implantadas sob a prerrogativa do desenvolvimento e da produção de energia limpa, as hidrelétricas têm se apropriado de vastos territórios rurais e indígenas, em que as comunidades atingidas são tidas como empecilhos do progresso. Diante disso e tomando-se como foco a hidrelétrica de Itá, localizada no sul do Brasil, o objetivo central desta investigação foi analisar a construção social da banalização da injustiça e do sofrimento vivenciado pelas populações atingidas pela construção de hidrelétricas e as interfaces deste processo com os modos de vida e de trabalho desses sujeitos. O estudo, de cunho qualitativo, fundamentou-se na pesquisa participante. A coleta de dados iniciou em fevereiro de 2016 e foi concluída em dezembro do mesmo ano. Foram entrevistadas 43 pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá e realizadas análises documentais da legislação vigente, dos estudos ambientais e dos materiais publicitários da hidrelétrica investigada. Os dados obtidos foram submetidos à análise temática. No decorrer da pesquisa, foi desenvolvido o documentário *Atingidos Somos Nós*, que se apresentou como importante estratégia de intervenção e sensibilização política e social frente à temática investigada. Os resultados da pesquisa apontaram que, no caso da hidrelétrica de Itá, após 17 anos do enchimento do reservatório, a população investigada encontra-se abandonada e não tem minimamente seus direitos básicos garantidos. Aspectos como a morte do rio, a extinção do trabalho rural, os prejuízos no acesso à água potável, à energia, aos meios de transporte, à infraestrutura, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho, a falta de apoio, de reconhecimento e de visibilidade política e social geram um intenso processo de sofrimento, que se apresenta através do desânimo coletivo, da tristeza, da solidão, do medo, da insegurança e da perda da identidade. Essas vivências mostraram-se diretamente atreladas à depressão, ao suicídio e ao estabelecimento de mortes súbitas. Concluiu-se que, sob a égide do capital, o processo de banalização da injustiça na construção de hidrelétricas está atrelado ao modelo de desenvolvimento vigente, no qual imperam a omissão da legislação, a fragilidade dos estudos ambientais e a construção de uma história oficial que exclui a perspectiva dos atingidos. Esse processo gera o sofrimento social e ambiental, levando à destituição dos modos de vida tradicionais e à própria morte dos atingidos. Diante disso, o Estado apresenta-se, historicamente, como cúmplice e legitimador da degradação e do descarte dessas populações, a partir da permissividade legal e da intensificação de programas e de políticas desenvolvimentistas que priorizam o fator econômico em detrimento da proteção social e ambiental tornados estratégias encobridoras da injustiça e da banalização desse processo.

**Palavras-chave:** Atingidos. Barragens. Injustiça. Hidrelétricas. Rural. Sofrimento ambiental. Sofrimento social.

## ABSTRACT

While being built under the prerogative of development and clean energy production, the hydroelectric plants have been appropriating vast rural and indigenous areas, in which the affected communities are considered as obstacles to progress. Taking this into account and focusing on the hydroelectric plant of Ita, located in southern Brazil, the main objective of this research was to analyze the social construction of the banalization of injustice and suffering experienced by the people who are affected by the construction of hydroelectric plants and the relation between this process and the way of living and working of these individuals. The study, which had a qualitative approach, was based on participant research. Data collection began in February 2016 and was completed in December 2016. Forty-three people affected by the construction of the hydroelectric plant of Ita were interviewed and documents about current laws, environmental studies and advertising materials of the investigated hydroelectric plant were analysed. Data were submitted to thematic analysis. While the research was being performed, a documentary called “Atingidos Somos Nós” was developed, which turned out to be an important strategy of political and social intervention and awareness considering the researched topic. The results indicate that, in the case of the hydroelectric plant of Itá, even after 17 years of reservoir filling, the researched population is still abandoned and has no minimum guaranteed of their basic rights. Aspects such as the death of the river, the extinction of rural labor, the impairment on the access to potable water, energy, means of transportation, infrastructure, health, education, leisure and work, the lack of support, recognition and political and social visibility lead to an intense suffering process, which can be seen through the collective discouragement, sadness, loneliness, fear, insecurity and identity loss. These experiences were directly linked to depression, suicide and sudden deaths. It is noticed, under the aegis of capital, that the process of trivializing injustice in order to build hydroelectric plants is related to the current model of development, in which the omission of legislation, the fragility of studies about the environment, and the creation of an official story that excludes the perspective of those affected dominates. This process causes social and environmental suffering, leading to the destruction of traditional ways of life and death of those who are affected. On the situation, the State historically presents itself as an accomplice and legitimator of the degradation and rejection of these populations, through legal permissiveness and intensification of development programs and policies that prioritize the economic factor to the detriment of social and environmental protection which have become strategies to hide the injustice and the trivialization of this process.

**Keywords:** Affected people. Dams. Injustice. Hydroelectric plants. Rural. Environmental Suffering. Social Suffering.

## RESUMEN

Implantadas bajo la prerrogativa del desarrollo y de la producción de energía limpia, las hidroeléctricas se han apropiado de amplios territorios rurales e indígenas, en los cuales las comunidades afectadas son vistas como un obstáculo al progreso. Con esto y teniendo como eje central la hidroeléctrica de Itá, ubicada en el sur de Brasil, el propósito de esta investigación ha sido analizar la construcción social de la banalización de la injusticia y del sufrimiento vivenciado por las poblaciones afectadas por la construcción de hidroeléctricas y las relaciones de este proceso con las formas de vida y de trabajo de dichas personas. El estudio, de tipo cualitativo, se ha fundamentado en la investigación participativa. La recolección de datos empezó en febrero de 2016 y finalizó en diciembre del mismo año. Se han entrevistado a 43 personas afectadas por la construcción de la represa de Itá y se han realizado los análisis documentales de la legislación vigente, de los estudios ambientales y de los materiales publicitarios de la hidroeléctrica investigada. Los datos obtenidos fueron sometidos a un análisis temático. En el desarrollo de la investigación, ha sido producido el documental “Atingidos Somos Nós”, que se ha presentado como una importante estrategia de intervención y sensibilización política y social frente a la temática investigada. Los resultados de la investigación han demostrado que, en el caso de la hidroeléctrica de Itá, tras 12 años de existencia, la población investigada se encuentra abandonada y no tiene sus derechos básicos garantizados. Aspectos como la muerte del río, la extinción del trabajo rural, los perjuicios en el acceso al agua potable, a la energía, a los medios de transporte, a la infraestructura, a la salud, a la educación, al ocio y al trabajo, la falta de apoyo, de reconocimiento y de visibilidad política y social han producido un intenso proceso de sufrimiento, que se presenta a través del desánimo colectivo, de la tristeza, de la soledad, del miedo, de la inseguridad y de la pérdida de identidad. Esas vivencias se han mostrado directamente relacionadas a la depresión, al suicidio y al surgimiento de muertes súbitas. Se concluye que, bajo la protección del capital, el proceso de banalización de la injusticia en la construcción de hidroeléctricas está subordinado al modelo de desarrollo vigente, en el cual imperan la omisión de la legislación, la fragilidad de los estudios ambientales y la construcción de una historia oficial que excluye la perspectiva de los afectados. Ese proceso genera el sufrimiento social y ambiental, ocasionando la destitución de las formas de vida tradicionales e, incluso, la propia muerte de los afectados. En definitiva, el Estado se presenta, históricamente, como cómplice y legitimador de la degradación y de la desconsideración de estas poblaciones, a partir de la permisividad legal y de la intensificación de programas y de políticas desarrollistas que priorizan el factor económico en detrimento de la protección social y ambiental transformado en estrategia encubridora de la injusticia y de la banalización de ese proceso.

**Palabras clave:** Afectados. Reservas. Injusticia. Hidroeléctricas. Rural. Sufrimiento ambiental. Sufrimiento social.

## RÉSUMÉ

Implantées sous la prérogative du développement et de la production de l'énergie propre, les hydroélectriques se sont appropriées de vastes territoires ruraux et indigènes, où les communautés touchées sont vues comme des obstacles au progrès. En raison de cela et en prenant comme point précis l'hydroélectricité d'Itá, située au sud du Brésil, le but central de cette enquête a été d'analyser la construction sociale de la banalisation de l'injustice et de la souffrance vécue par les populations touchées pour la construction des hydroélectriques et les interfaces de ce processus avec les façons de vie et de travail de ces sujets. L'étude, de caractère qualitatif, a été basée dans l'enquête participante. L'obtention de données a commencé en février 2016 et a été conclue en décembre de la même année. Ont été interviewées 43 personnes touchées pour la construction du barrage d'Itá et ont été réalisées des analyses de documents de la législation en vigueur, des études environnementales et des matériaux publicitaires de l'hydroélectricité investiguée. Les données obtenues ont été soumises à l'analyse thématique. Au cours de l'enquête, a été développé le documentaire "Atingidos Somos Nós", qui s'est présenté comme une importante stratégie de l'intervention et de la sensibilisation politique et sociale face à la thématique investiguée. Les résultats de l'enquête ont montré que, dans le cas de l'hydroélectricité d'Itá, après 17 ans du remplissage du réservoir, la population enquêtée se trouve abandonnée et n'a minimalement pas ses droits basiques assurés. Des aspects comme la morte de la rivière, l'extinction du travail rural, les préjudices dans l'accès à l'eau potable, à l'énergie, aux moyens de transport, à l'infrastructure, à la santé, à l'éducation, au loisir et au travail, la manque d'appui, de reconnaissance et de visibilité politique et sociale occasionnent un intense processus de souffrance qui se présente à travers l'accablement collectif, la tristesse, la solitude, la peur, l'insécurité et la perte d'identité. Ces situations vécues se sont directement montrées attachées à la dépression, au suicide et à l'établissement de mortes subites. On a conclu que, sous l'égide du capital, le processus de banalisation de l'injustice dans la construction des hydroélectriques est lié au modèle du développement en vigueur, où règnent l'omission de la législation, la fragilité des études environnementales et la construction d'une histoire officielle qui exclut la perspective des touchés. Ce processus occasionne la souffrance sociale et environnementale, en conduisant à la destitution des modes de vie traditionnels et à la propre morte des touchés. Devant cela, l'État se présente, historiquement, comme complice et légitimant de la dégradation et de l'écartement de ces populations, à partir de la permissivité légale et de l'intensification des programmes et politiques du développement qui ont comme priorité le facteur économique au détriment de la protection sociale et environnementale devenues des stratégies dissimulées de l'injustice et de la banalisation de ce processus.

**Mots-clés:** Touchés. Barrages. Injustice. Hydroélectriques. Rural. Souffrance environnementale. Souffrance sociale.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arcabouço institucional do setor de energia elétrica .....	76
Figura 2 – A situação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai .....	112
Figura 3 – Mapa da Hidrelétrica de Itá-SC .....	114
Figura 4 – Trajeto percorrido pela pesquisadora .....	131
Figura 5 – Entrevistas participantes da pesquisa .....	194
Figura 6 – Estudos ambientais.....	195
Figura 7 – Legislação vigente.....	195
Figura 8 – Participante da pesquisa durante entrevista .....	197

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Distribuição por sexo .....	122
Gráfico 2 – Número de entrevistados por município .....	123
Gráfico 3 – Atuação profissional dos participantes.....	123
Gráfico 4 – Escolaridade dos participantes .....	123

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Pesquisadora em visita escolar às obras da Hidrelétrica de Itá, em outubro de 1998 .....	22
Fotografia 2 – Pesquisadora e família em visita técnica à Hidrelétrica de Itá, julho 2014 ....	23
Fotografia 3 – Antiga parada de ônibus da Linha Meneghetti/Concórdia .....	38
Fotografia 4 – Hidrelétrica de Itá .....	62
Fotografia 5 – Participante da pesquisa durante entrevista .....	83
Fotografia 6 – Participantes da pesquisa durante gravação do documentário “Atingidos Somos Nós” .....	109
Fotografia 7 – Porta-malas do carro repleto de presentes oferecidos pelos participantes....	144
Fotografia 8 – Hidrelétrica de Itá com as comportas abertas .....	147
Fotografia 9 – Participante da pesquisa aprendendo manusear a câmera .....	150
Fotografia 10 – Família participante da pesquisa no processo de captação de imagens.....	150
Fotografia 11 – Pesquisadora captando imagens sobre o reservatório da hidrelétrica de Itá.	150
Fotografia 12 – Fruta oferecida por um dos participantes nas primeiras semanas da pesquisa .....	157
Fotografia 13 – Cartaz exposto em uma residência da Linha Várzea/Mariano Moro .....	158
Fotografia 14 – Torres preservadas da antiga igreja da cidade de Itá .....	193
Fotografia 15 – Atingidos pela Hidrelétrica de Itá em negociação indenizatória .....	209
Fotografia 16 – Parada de ônibus na região rural de Mariano Moro .....	226
Fotografia 17 – Antiga Escola, Mariano Moro .....	230
Fotografia 18 – Casa abandonada, Marcelino Ramos .....	230
Fotografia 19 – Cemitério abandonado, Marcelino Ramos .....	230
Fotografia 20 – Reservatório de Itá, Marcelino Ramos .....	238
Fotografia 21 – Reservatório de Itá, Concórdia .....	239
Fotografia 22 – Placa de Sinalização, Marcelino Ramos.....	241
Fotografia 23 – Placa de Sinalização, Concórdia.....	241
Fotografia 24 – Placa de venda de propriedade rural, Severiano de Almeida .....	248
Fotografia 25 – Parada de ônibus transformada em santuário em Mariano Moro .....	260
Fotografia 26 – Santuário comunitário em Mariano Moro .....	261
Fotografia 27 – Exibição IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens.....	268
Fotografia 28 – Exibição para os participantes da pesquisa.....	269
Fotografia 29 – Exibição na Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.....	269



Fotografia 30 – Exibição na Universidade Feevale .....	270
Fotografia 31 – Exibição na UERGS .....	271
Fotografia 32 – Pesquisadora em entrevista para o Jornal do Almoço de SC .....	272
Fotografia 33 – Maquete da antiga comunidade submersa pelo reservatório criada por Luiz.....	275

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas
ADA	Área Diretamente Atingida
AI	Área de Influência
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BNDES	Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social
BVRIO	Bolsa Verde do Rio de Janeiro
CAHTU	Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí
CCMA	Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás
CDDPH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CDSS	Comissão sobre os Determinantes Sociais de Saúde
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPESA	Comissão Permanente de Saúde Ambiental
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu
CSDH	<i>Commission on Social Determinants of Health</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ENERSUL	Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul
EPE	Empresa de Planejamento Energético
ESMAP	<i>Energy Sector Management Assistance Program</i>
FAPES	Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEI	<i>Green Economy Initiative</i> (Iniciativa Economia Verde)
GERU	Grupo de Estudo do Rio Uruguai
GSELA	GDF SUEZ Energy Latin America Participações
GW	Gigawatt
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IOM	<i>International Organization for Migration</i>
IUCN	<i>International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources</i>
KW	Kilowatt
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MW	Megawatts
NEST	Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMI	Organização Internacional de Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSEB	Observatório do Setor Elétrico Brasileiro
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PBA	Plano Básico Ambiental
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei

PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transporte
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNSA	Política Nacional de Saúde Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PT	Partido dos Trabalhadores
RBJA	Rede Brasileira de Justiça-Ambiental
RGR	Reserva Global de Reversão
RIMA	Estudo de Impacto Ambiental
RRC	Reassentamento Rural Coletivo
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
WCD	Comissão Mundial de Barragens
WI	<i>Worldwatch Institute</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

## ITINERÁRIOS E IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA TESE

*“A missanga, todas a veem. Ninguém nota o fio que, em colar vistoso, vai compondo as missangas.”*  
(COUTO, 2009, p. 06).

Naquela manhã ensolarada, no auge dos meus dez anos de idade, eu e meus colegas de escola nos aventurávamos entre riachos, estradas e matas em busca de entrevistados para o nosso grande projeto de pesquisa: construir, a partir das memórias dos moradores da Linha Maidana, em Águas de Chapecó, Santa Catarina (SC), a história do lugar. A atividade havia sido proposta por minha professora do quarto ano do Ensino Fundamental. Lembro-me muito bem da nossa primeira entrevistada: uma senhora idosa, de cabelos longos, lisos e brancos, que havia nascido ali mesmo e era a curandeira da nossa pequena vila. Eu mesma já havia sido benzida por ela para a cura do amarelão. Certamente, essa foi minha primeira pesquisa social e talvez o começo daquilo que mais amo: escutar as pessoas e suas histórias. Foi também na Linha Maidana que aprendi sobre a terra, sobre os animais e sobre a natureza. Ser filha de agricultores sempre foi meu ponto forte nas pesquisas que desenvolvi e, possivelmente, minha maior fragilidade.

Apesar da ligação com o campo e com o lugar onde cresci, sempre sonhei com a cidade grande, com o mundo imenso que havia lá fora, com outras culturas, com os livros e com a possibilidade de construir a minha própria história. Deixei cedo o meio rural em busca disso tudo. Estudei Psicologia na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul (RS), trabalhei com desenvolvimento comunitário, viajei e atuei alguns anos no campo da saúde mental no trabalho. No mestrado, também em Psicologia, desta vez na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), estudei o processo de saúde e adoecimento mental de suinocultores cooperados a grandes empresas do oeste catarinense. Foi a partir disso que pude ingressar no Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho (NEST) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em seguida, passei a lecionar disciplinas no campo da pesquisa, da psicologia social e da psicologia do trabalho na Universidade Feevale. Sempre acreditei na transformação da psicologia e sonhei com o dia em que o fazer do psicólogo tomasse as ruas, as praças e os coletivos, abandonando as salas quadradas e brancas dos consultórios.

No doutorado, o interesse pelos agricultores atingidos pela construção da barragem de Itá surgiu na minha vida, quando alguns familiares compraram um sítio próximo do reservatório e pude me aproximar de uma região em particular. A beleza do lugar, composta por uma paisagem que misturava montanhas, árvores e um imenso lago que refletia seu entorno,

compunha um grande quadro decorativo. Mas bastava se aproximar para perceber que a paisagem do quadro era, na verdade, uma paisagem de solidão, morte e abandono. Os relatos que eu escutava eram daqueles que tinham visto seus vizinhos e familiares “se tirarem a vida” depois da construção da barragem. Eram daqueles que haviam perdido suas comunidades em função da saída das pessoas para os reassentamentos. Eram daqueles que haviam permanecido em um lugar que já não era o mesmo lugar.

Nas primeiras aproximações e ainda esboçando o projeto de pesquisa, realizei visitas em diversas comunidades da região, entrevistei algumas pessoas, visitei a hidrelétrica e me dei conta de que havia muito a ser falado e escutado naquele território. Afinal, a grande barragem de Itá que a região conhecia era símbolo do progresso, do turismo, do desenvolvimento, da reconstrução de uma cidade e da renovação de um povo. Nesse cenário, havia, obviamente, histórias não contadas que desafiavam as versões oficiais dos museus e dos livros, desvelando a injustiça social e ambiental sofrida pelas pessoas atingidas pela construção do empreendimento.

Apesar de a região ser bem distante da área rural onde cresci, a cultura e a organização comunitária eram muito parecidas. Desde o início, senti-me próxima daquela realidade. Finalizado o projeto de pesquisa e impulsionada pelo sonho de conhecer o mundo, realizei o *doutorado sanduíche* na França. Mais especificamente, na Universidade Paris Ouest (Universidade de Paris X), onde aprendi francês e trabalhei no *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* (LADYSS). Foram sete meses de muitos estudos, análises documentais, disciplinas e formações no laboratório que deu origem à sociologia rural francesa. Foram também muitos os questionamentos sobre meu objeto de pesquisa: será que realmente haveria demanda para a pesquisa 17 anos depois da construção da barragem de Itá? Nessa imersão, a França me ofereceu outra oportunidade incrível: realizar uma pesquisa sócio-antropológica com agricultores que vivem no entorno de um dos maiores complexos químicos de Portugal e que praticam a agricultura utilizando água e terra contaminadas. O trabalho ainda está em andamento e é coordenado pela Maison Archéologie & Ethnologie, René-Ginouvès, da Universidade Paris Ouest, da França, e pela Universidade de Aveiro, de Portugal.

Em fevereiro de 2016, de volta ao Brasil, iniciei um processo intenso de imersão nas comunidades rurais do entorno do reservatório da hidrelétrica de Itá, um campo extremamente íntimo e desconhecido para mim. Frente à complexidade da temática, precisei colocar os dois pés em um mundo teórico totalmente novo. Desde o princípio, a demanda era clara e mostrava que os sujeitos da pesquisa desejavam muito que esta pesquisa fosse realizada - juntos construímos este trabalho. Em pouco tempo, eles, os participantes, se transformaram em

pesquisadores. Em muitos momentos, simplesmente, retirei-me e deixei que eles próprios conduzissem as escutas, as entrevistas e a pesquisa. Abandonei os roteiros, os mapas e os cronogramas. Aprendemos juntos a manusear a filmadora. Filmamos. Percorremos rios, estradas, matas fechadas. Na maior parte das vezes, sozinha nas viagens, senti muito medo, mas o desejo de contar esta história sempre prevaleceu. Ademais, nesses últimos três anos, mantive-me atenta às constantes atualizações dos referenciais teóricos e legais, acompanhando os discursos oficiais governamentais, as alterações legais em tramitação e os novos estudos publicados. No último ano de tese, de entre as inúmeras obras que influenciaram minha escrita, quero destacar duas: “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, e “Vozes de tchernóbil: a história oral do desastre nuclear”, de Svetlana Aleksíévitch.

Em face aos aspectos apresentados, é possível compreender que uma questão de pesquisa não é neutra e jamais será, pelo contrário, é produzida em um determinado período histórico, social, político e econômico. É produzida a partir de um referencial histórico pessoal e subjetivo – nossas escolhas não são fortuitas. Este estudo foi conduzido por pessoas mobilizadas pela injustiça social e ambiental, pelo desejo de contar histórias e de construir novas possibilidades de existência neste mundo.

Ao longo de todo esse percurso, permeado por encontros e memórias, apresento estas duas fotografias (Fotografia 1 e Fotografia 2), representativas deste processo: a primeira, dos meus doze anos de idade, quando, ainda deslumbrada com a grandiosidade do “progresso”, visitei com meus colegas e professores de escola as obras quase finalizadas da hidrelétrica de Itá; a segunda, 16 anos mais tarde, acompanhada com minha família, quando realizei a primeira visita à hidrelétrica, durante a escrita do projeto de tese.

Fotografia 1 – Pesquisadora em visita escolar às obras da Hidrelétrica de Itá, em outubro de 1998



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 2 – Pesquisadora e família em visita técnica à Hidrelétrica de Itá, julho 2014



Fonte: acervo pessoal (2016).

Assim, é através da minha história e das minhas próprias memórias que me coloco enquanto pesquisadora, buscando apresentar o fio condutor das milhares de missangas dispostas em cada página desta tese. Enquanto pessoa pesquisadora, estou certa de que não apenas o cotidiano dos participantes da pesquisa se transformou através das escutas, do processo de pesquisa e da produção do documentário, como também fui profundamente transformada pelo aprendizado de novas linguagens, pela inserção em novos tempos e pela aproximação com mundos até então (des) conhecidos. Compreender a construção de uma tese como a (re) construção de si e dos pequenos mundos que nos cercam, foi, sem dúvidas, meu maior aprendizado. E é este aprendizado, com todas suas riquezas, seus deslizes, suas fragilidades e grandezas que gostaria de compartilhar com vocês, leitores.



*“Estou muito bem lembrado dos meus quinze anos,  
era quase um rapaz,  
pra resumir meu assunto, só sei dizer que muitos anos faz  
que alguém chegou em nossa casa e contou para o meu velho  
pai que tava previsto a sair  
a grande barragem do rio Uruguai.  
Aquele boato verdadeiro por ali se esparramou  
e a grande população, a maioria não acreditou,  
levaram por brincadeira, no esquecimento ficou.  
E os anos vieram passando e a tal barragem chegou  
e do leito natural o rio Uruguai se despedia,  
formando grande saudade pra muita gente que ali convivia.  
Foi subindo lentamente aquela imensa aguaria  
e só parou de crescer quando chegou lá no pé das coxilhas.  
Um pedaço do Rio Grande amado e Santa Catarina  
foi pra baixo d’água  
e as terras que eram do meu pai totalmente foram inundadas.  
Eu trago em minha mente recordação que jamais se apaga:  
que o rio Uruguai vinha a ser o que é aquilo, por Deus do céu,  
ninguém imaginava.  
As correntezas e cachoeiras silenciaram, foram pro sumiço.  
A serração diminuiu e acabou-se todos os precipícios.  
Tem coisas que a natureza tinha ali desde o princípio,  
ficou tudo embaixo d’água  
e por ninguém nunca mais vai ser visto.”<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> Música escrita por um agricultor atingido pela Hidrelétrica de Itá.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	29
2	AQUI PROGRESSO, ALI RETROCESSO: OS CONTROVERSOS DISCURSOS DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO.....	38
2.1	Introdução .....	38
2.2	Construção histórica das concepções de progresso e de desenvolvimento .....	40
2.3	Os grandes empreendimentos de infraestrutura: aqui progresso, ali.....	50
2.4	Planos desenvolvimentistas brasileiros: o fator econômico em detrimento do bem-estar social .....	55
2.5	Considerações finais.....	60
3	HIDRELÉTRICAS E AS INJUSTIÇAS DA “ENERGIA LIMPA, RENOVÁVEL E DE BAIXO CUSTO” .....	62
3.1	Introdução .....	63
3.2	As injustiças da ecoeficiência sob a “face verde” do capitalismo .....	64
3.3	A “energia limpa” do Brasil: história e controvérsias na construção de hidrelétricas .....	70
3.3.1	<i>Energia limpa, renovável e de baixo custo: para quem?</i> .....	77
3.4	Considerações finais.....	82
4	REFUGIADOS DO DESENVOLVIMENTO: INJUSTIÇA E SOFRIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS .....	83
4.1	Introdução .....	83
4.2	As múltiplas dimensões do sofrimento social e ambiental .....	85
4.3	Os atingidos pela construção de barragens: como contabilizar as perdas e o que ainda está por vir? .....	92
4.3.1	<i>Movimento dos Atingidos por Barragens: resistência e luta pelos direitos</i> .....	99
4.3.2	<i>Agricultores atingidos pela construção de hidrelétricas</i> .....	103
4.4	Considerações finais.....	107
5	A PESQUISA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: PERCURSOS METODOLÓGICOS .....	109
5.1	Introdução e delineamento.....	109
5.2	A mina de ouro privada do rio Uruguai: descrição do contexto pesquisado .	111
5.2.1	<i>Caracterização dos municípios e das comunidades atingidas</i> .....	114

4.2.1.1	<i>Alto Bela Vita (SC)</i> .....	115
4.2.1.2	<i>Arabutã (SC)</i> .....	115
4.2.1.3	<i>Aratiba (RS)</i> .....	116
4.2.1.4	<i>Concórdia (SC)</i> .....	117
4.2.1.5	<i>Ipira (SC)</i> .....	118
4.2.1.6	<i>Itá (SC)</i> .....	118
4.2.1.7	<i>Marcelino Ramos (RS)</i> .....	118
4.2.1.8	<i>Mariano Moro (RS)</i> .....	119
4.2.1.9	<i>Peritiba (SC)</i> .....	120
4.2.1.10	<i>Piratuba (SC)</i> .....	120
4.2.1.11	<i>Severiano de Almeida (RS)</i> .....	121
<b>5.3</b>	<b>Participantes da pesquisa</b> .....	<b>121</b>
<b>5.4</b>	<b>Instrumentos potencializadores da mobilização social</b> .....	<b>125</b>
<b>5.4.1</b>	<b><i>Análise documental</i></b> .....	<b>125</b>
5.4.1.1	<i>Caracterização da Legislação Vigente</i> .....	126
5.4.1.1.1	Política Energética Nacional.....	126
5.4.1.1.2	Política Nacional de Recursos Hídricos.....	127
5.4.1.1.3	Licenciamento Ambiental.....	127
5.4.1.1.4	Instituição da ANEEL.....	128
5.4.1.1.5	Leis de Concessões.....	128
5.4.1.1.6	Reestruturação das Centrais Hidrelétricas e Comercialização de Energia.....	128
5.4.1.1.7	Populações Atingidas e Desapropriações.....	129
5.4.1.2	<i>Caracterização dos Estudos Ambientais da Hidrelétrica de Itá</i> .....	129
5.4.1.2.1	EIA da Hidrelétrica de Itá.....	129
5.4.1.2.2	Relatório de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Itá.....	129
5.4.1.2.3	Plano Diretor da Hidrelétrica de Itá.....	130
5.4.1.3	<i>Caracterização dos materiais de apoio</i> .....	130
<b>5.4.2</b>	<b><i>Observação participante</i></b> .....	<b>130</b>
<b>5.4.3</b>	<b><i>Entrevista narrativa</i></b> .....	<b>132</b>
<b>5.4.4</b>	<b><i>Questionário biosociodemográfico</i></b> .....	<b>133</b>
<b>5.4.5</b>	<b><i>Produção do documentário “Atingidos Somos Nós”</i></b> .....	<b>133</b>
<b>5.5</b>	<b>Entre a (des) construção do método e a (trans) formação dos participantes: o processo de pesquisa</b> .....	<b>134</b>

5.5.1	<i>A estrangeira e os estranhos: o processo de inserção no território investigado.....</i>	135
5.5.2	<i>A professora que escutava histórias e os narradores do invisível: com os dois pés no campo .....</i>	142
5.5.3	<i>A “filha de trajeto” e os participantes como pesquisadores: quando a pesquisa social acontece.....</i>	147
5.6	<b>Processo de análise dos dados .....</b>	153
5.7	<b>Considerações éticas .....</b>	155
6	<b>BANALIZAÇÃO E INVISIBILIDADE DO SOFRIMENTO DOS ATINGIDOS NOS DISCURSOS E NA HISTÓRIA OFICIAL: UMA QUESTÃO DE INJUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL .....</b>	158
6.1	<b>Introdução .....</b>	158
6.2	<b>A legitimação da injustiça social e ambiental: uma análise da legislação vigente no campo da construção de hidrelétricas no Brasil .....</b>	159
6.2.1	<i>Pagando bem, que mal tem? A (des) institucionalização do instituído e o processo de “silenciamento ambiental” .....</i>	160
6.2.2	<i>“Para o social, não existe lei”: a invisibilidade das populações atingidas frente à lógica do capital .....</i>	168
6.2.3	<i>Sacrifícios cientificamente comprovados e banalizados: uma análise do EIA/RIMA da Hidrelétrica de Itá.....</i>	175
6.2.3.1	<i>O bem-maior como justificativa para o sacrifício.....</i>	175
6.2.3.2	<i>Impactos e danos gerados pelo empreendimento: sacrifícios banalizados.....</i>	177
6.2.3.3	<i>Desqualificação da região e dos impactos gerados pelo empreendimento.....</i>	180
6.2.3.4	<i>Supervalorização dos benefícios do empreendimento .....</i>	181
6.2.3.5	<i>Estratégias compensatórias baseadas na infraestrutura.....</i>	183
6.3	<b>Plano diretor: uma “interferência de natureza não mensurável” .....</b>	185
6.4	<b>“Os perigos de uma única história”: elementos constitutivos da história oficial da hidrelétrica de Itá .....</b>	190
6.5	<b>Considerações finais.....</b>	195
7	<b>MEMÓRIAS DE UM DESASTRE: A HISTÓRIA NÃO CONTADA DA BARRAGEM DE ITÁ .....</b>	197
7.1	<b>Introdução .....</b>	197
7.2	<b>Os rumores do desastre e a invasão silenciosa dos territórios: “tu não sabendo as coisas, tu vai até pro inferno” .....</b>	201

7.3	Desastre anunciado: entre o terrorismo e a luta pela garantia de direitos.....	204
7.4	“Te vira, te escapa, porque a água vem”: indenizações, deslocamentos e reassentamentos .....	213
7.5	Considerações finais.....	223
8	<b>“ESSA VIDA, ELA É INTERROMPIDA”: OS DANOS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITÁ NA VIDA, NO TRABALHO E NA SAÚDE MENTAL DOS ATINGIDOS .....</b>	<b>225</b>
8.1	Introdução .....	226
8.2	“Aonde que a água pega, termina o lugar”: a destruição das comunidades e as perdas socioculturais .....	229
8.3	“Olha, menina, essas águas são prá morte, não prá vida”: o rio silenciado e o desequilíbrio ambiental .....	236
8.4	“A água engoliu a terra”: precarização e extinção do trabalho rural .....	243
8.5	“Alguém fez o rio vim contra nós...”: a loucura do capital e a pedagogia da crueldade.....	250
8.6	“Atinge bastante o coração”: a morte dos atingidos como consequência da banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental.....	258
8.7	“ <i>Eles acharam que nós ia esquecê, mas nós não vamo esquecê</i> ”: a voz dos atingidos no processo de produção e de exibição do documentário .....	266
8.8	Considerações finais.....	275
9	<b>ENTRE A LOUCURA E A ESPERANÇA, UM NÓ NA GARGANTA: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>278</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>288</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista narrativa.....</b>	<b>328</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário biosociodemográfico.....</b>	<b>329</b>
	<b>APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido (documentário) .....</b>	<b>330</b>
	<b>APÊNDICE D – Questionário de reação ao documentário.....</b>	<b>331</b>
	<b>APÊNDICE E – Documentação do processo de pesquisa .....</b>	<b>332</b>
	<b>APÊNDICE F – Cronograma da tese.....</b>	<b>335</b>
	<b>APÊNDICE G – Orçamento da pesquisa .....</b>	<b>336</b>
	<b>APÊNDICE H – Fotos da exposição “Deserto de Água” .....</b>	<b>337</b>
	<b>APÊNDICE I – Termo de consentimento livre e esclarecido (entrevista) .....</b>	<b>342</b>

<b>APÊNDICE J – Termo de consentimento livre e esclarecido para a utilização de música em documentário.....</b>	<b>343</b>
<b>APÊNDICE K – Lista de publicações e apresentações científicas .....</b>	<b>344</b>
<b>ANEXO A – Capa do documentário .....</b>	<b>347</b>
<b>ANEXO B – Aprovação do comitê de ética em pesquisa .....</b>	<b>349</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“O padrão vigente de construção de Usinas Hidrelétricas no Brasil tem proporcionado graves violações de Direitos Humanos [...] isso acontece, especialmente, pela inexistência de uma política nacional de direitos dos atingidos por barragens que deva ser obedecida pelas empresas em todo país.”*

(MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB, 2014).

*“Nosso norte será exercer um papel mais estratégico e menos intervencionista, a fim de que seja possível que o preço da energia reflita a realidade do mercado. Temos também consciência de que a questão do licenciamento ambiental precisa ser enfrentada o quanto antes, pois é falsa a premissa de que o desenvolvimento do setor represente necessariamente prejuízos ao meio ambiente e aos povos indígenas.”*

(COELHO FILHO, 2016, Ministro de Minas e Energia).

*“Teve gente que eu sei... Que foi ao galho, porque... Por causa disso. Teve muita gente que se enforcou aqui na região, então, quer dizer. Então, tipo assim, antes tinha gente que se enforcava, mas não nessa quantia, então, quer dizer, esse aumento teve uma influência, então tipo assim, eu tinha aquela minha vida, que era aquilo ali e, de repente, ... veio a barragem e destruiu tudo, foi romper o cordão umbilical... Ele se rompeu pra nunca mais.”*

(ÁLVARO, agricultor participante da pesquisa, 2016<sup>3</sup>).

Do ponto de vista global, ao longo das últimas décadas, as pressões sobre os ecossistemas, os quais vêm se esgotando e ameaçando a capacidade de suporte às atividades humanas, aumentaram consideravelmente (SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014). Destarte, os padrões de consumo e de produção vigentes conduzem o planeta a um grande desastre socioambiental (CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE – CMO, 2014; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM, 2011; LATOUCHE, 2007; MORIN, 2007; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS, 2005; WORLD WIDE FUND FOR NATURE – WWF, 2014, 2016; WORLDWATCH INSTITUTE – WI, 2014). Persistir nesse modelo “degrada não apenas a natureza, mas também, cada vez mais, as condições de vida dos humanos” (NASCIMENTO, 2012, p. 58).

Nesse cenário, a hidroeletricidade tem ocupado um lugar de destaque. Diretamente associado ao desenvolvimento econômico (BERMANN, 2008), à produção e ao consumo de bens e serviços e à própria subsistência da população (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, 2015), o tema está em evidência (ROCHA, 2014; ROSCOCHE;

---

<sup>3</sup> Informação verbal fornecida por Álvaro (nome fictício) à pesquisadora, em Itá, em 04 de maio de 2016.

VALLERIUS, 2014). Milhares de barragens foram construídas em todo o mundo nas últimas décadas, afetando significativamente os recursos ambientais e sociais existentes. Pelo menos 19% de toda a energia produzida mundialmente advém das mais de 45.000 barragens existentes, que comprometeram cerca de 60% de todos os rios do planeta. Estima-se que esses empreendimentos tenham sido os responsáveis diretos pelo deslocamento de 40 a 80 milhões de pessoas nos últimos anos. Considerando-se os atingidos indiretos pelos alagamentos, esse número pode variar entre 400 e 800 milhões, o que representa 10% da população mundial (WORLD COMMISSION ON DAMS – WCD, 2000b).

O Brasil está situado entre os 24 países que produzem 90% de toda a energia disponível no mundo e é considerado o país com maior potencial hidrelétrico do mundo (ANEEL, 2008). O modelo energético nacional assenta-se na fonte hídrica e, por isso, 79% de toda a energia produzida nacionalmente advém das mais de 2.000 barragens construídas, que produziram deslocamentos estimados de, no mínimo, um milhão de pessoas (MAB, 2004; ROTHMAN, 2008).

Nos últimos anos, temas como a iminente falta de energia elétrica em diversas regiões do território nacional, os conflitos socioambientais diante da construção de novos empreendimentos hidrelétricos, a escassez de água, o aumento do preço da energia e a crise do setor elétrico no Brasil tornaram-se uma preocupação não apenas governamental mas de toda a população. Ao mesmo tempo, um dos principais projetos do Estado brasileiro está centrado na exploração desse tipo de energia, aproveitando o potencial dos rios existentes (ANEEL, 2015).

Como demonstrado nas citações expostas no início deste espaço e também nos estudos realizados por Delesposte e Magno (2013), Derrosso e Ichikawa (2013), Rocha (2014), Silva e Sato (2012) e Zhouiri e Oliveira (2007), e historicamente, a construção de hidrelétricas tem se constituído como um campo de lutas, de violência e de intensos jogos de poder. Observa-se que a instalação dessas obras implica na reorganização ou na formação de diferentes grupos políticos: de um lado, está o grupo *neoliberal*, representado por diferentes empresas estatais e privadas; do outro, o *democrático-participativo*, do qual fazem parte as comunidades atingidas pelas obras, representadas, principalmente, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (DAGNINO, OLVERA; PANFICHI, 2006; ROCHA, 2014).

Do mesmo modo, a análise da literatura existente sobre o tema aponta que a hidroeletricidade tem se constituído como um campo permeado por elementos contraditórios e polêmicos. São diversas e, por vezes, conflitantes as perspectivas acerca dos benefícios e dos impactos socioambientais provocados pelas hidrelétricas. Entre as abordagens, existe aquela que concebe as hidrelétricas como uma fonte de energia limpa, renovável e de baixo custo,



apresentando as obras de infraestrutura como essenciais para o desenvolvimento do país e como símbolos do crescimento econômico. Também existe a concepção pautada nos benefícios das hidrelétricas diante de outras fontes de energia, mas que destaca a necessidade de seguir a legislação ambiental e de reduzir os impactos negativos provocados pelas obras. E, ainda, há aquela que problematiza os efeitos socioambientais devastadores dessa fonte energética, criticando a falta de investimento em outras opções de geração de energia e desconstruindo a perspectiva de que se trata de uma fonte de energia limpa, renovável e de baixo custo.

Na primeira abordagem, a hidroeletricidade está associada ao fornecimento de infraestrutura para a expansão econômica (SIGAUD, 1992), atuando como um dos principais elementos para o desenvolvimento do Brasil através da elevação do Produto Interno Bruto (PIB) (SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2012). O governo, os órgãos estatais, as empresas privadas responsáveis pela geração de energia e os estudos que representam essa abordagem evidenciam os benefícios dos empreendimentos hidrelétricos, como, por exemplo: a utilização de uma fonte renovável e limpa de energia; o suporte que oferecem para a viabilização de outras fontes renováveis, como a eólica e a solar, por meio da flexibilidade e da capacidade de armazenamento; a não produção de poluentes do ar e não geração de subprodutos tóxicos; a visão de que os reservatórios das hidrelétricas podem absorver gases de efeito estufa, contribuindo para o combate às mudanças climáticas, além de armazenarem água potável; a promoção da segurança energética e a redução dos preços pagos pelo consumidor final; a elevação da confiabilidade e da estabilidade do sistema elétrico do país; o benefício de levar eletricidade, estradas, indústrias e comércio para as comunidades; o estímulo à economia e à melhoria da qualidade de vida da população; a premissa de que são investimentos de longo prazo, capazes de beneficiar várias gerações; e, finalmente, o fato de serem operadas de forma economicamente viável, ambientalmente sensata e socialmente responsável, representando o desenvolvimento sustentável em sua melhor concepção (ABUD; LÓPES, 2006; ANEEL, 2008; BERGA et al., 2006; BIROL, 2007; ELETROBRÁS, 2014; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME, 2013; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014; TRACTEBEL, 2016a). Segundo o Observatório do Setor Elétrico Brasileiro (OSEB, 2010, p. 03), “há coisas que o dinheiro não paga. Mudar, realocar, remanejar pessoas é a questão mais delicada no processo de implantação de uma usina. A contrapartida é o progresso individual, coletivo, local, nacional [...]”. Diante desses “benefícios”, o sofrimento das populações atingidas é previsto e planejado, mas considerado algo inerente ao processo de desenvolvimento econômico e que pode ser gerido através de políticas reparatórias, em sua maioria, estruturadas a partir da compensação financeira dos danos (PASE; LINHARES; MATOS, 2014).

Na segunda abordagem, destaca-se a perspectiva de que, diante do aumento do consumo mundial de energia e do número crescente de projetos hidrelétricos, especialmente nos países em desenvolvimento, não há nada que possa impedir o estabelecimento de novas obras. Portanto, defende-se que o debate não deve estar centrado na decisão quanto à construção ou não de barragens, mas no investimento em estudos e estratégias que possam minimizar os impactos socioambientais e maximizar os benefícios de projetos. Desse modo, é sugerido que os governos e as empresas privadas sejam mais sensíveis com relação às comunidades atingidas pelos projetos hidrelétricos e que se responsabilizem pelas consequências provocadas. O que significaria proporcionar uma compensação adequada aos deslocados, tanto do ponto de vista quantificável quanto do não quantificável (CAO; HWANG; XI, 2012; CERNEA; MATHUR, 2008; COMMISSION INTERNATIONALE DES GRANDS BARRAGES – CIGB, 2008; GOLDEMBERG; LUCON, 2007).

Em contrapartida, a terceira abordagem fundamenta-se nos inúmeros impactos socioambientais atrelados à implantação das hidrelétricas. De entre os principais danos evidenciados, merecem destaque: os modos de violência e as mortes decorrentes dos conflitos entre as populações ribeirinhas e os empreendedores; os inúmeros impactos ecológicos; os deslocamentos compulsórios e a consequente ruptura social; a transição de moradia do campo para a cidade; as alterações e os danos nos modos de produção e de trabalho; o não reconhecimento de muitos deslocados como atingidos, e, portanto, a ausência de compensação pelos danos vivenciados; os diversos casos de compensação financeira insuficiente; a falta de reparação dos meios de subsistência; a submersão de territórios consagrados e as perdas culturais; os prejuízos à educação; a fragilização do coletivo comunitário; além dos danos à saúde física e mental como, por exemplo, estresse, distúrbios nutricionais, distúrbios psicossociais, cardiopatias, doenças respiratórias e digestivas (ACSELRAD, 1991; ALVES; JUSTO, 2011; CRUZ; SILVA, 2010; DELESPORTE; MAGNO, 2013; DERROSSO; ICHIKAWA, 2013; GUERRA; CARVALHO, 1995; INTERNACIONAL RIVERS, 2012; KOIFMAN, 2001; MAB, 2014; OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014b; PIMENTEL, 1988; QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012; SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2012; SILVA; SILVA 2011; ULLOA; BELLINI, 2009; VAINER, 2007; VIEIRA; VAINER, 2010; WCD, 2000a). Esses efeitos fazem com que, na grande maioria dos casos, as populações atingidas sejam econômica, psicológica e culturalmente devastadas (WCD, 2000b). Frente a esse cenário, a proposta de pesquisa aqui apresentada assenta-se nesta última abordagem, caracterizada pela problematização dos danos causados às populações atingidas pelas hidrelétricas e pela crítica ao modelo de desenvolvimento vigente.

Entre os principais motivadores para a construção das grandes obras de infraestrutura estão os ideais de desenvolvimento, de progresso e de competitividade econômica. Elementos que, ao longo dos últimos anos, levaram à intensificação da construção de hidrelétricas e reduziram o papel do Estado na proteção das populações atingidas, visto que a privatização do setor se apresentou como alternativa de redução dos custos de geração e de fornecimento de energia (VAINER, 2007). Nesse contexto, as populações atingidas são vistas como empecilhos ao desenvolvimento (VAINER, 2007). Estima-se que apenas 10% das famílias removidas de seus territórios em função de obras das hidrelétricas receberam algum tipo de indenização no Brasil (BERMANN, 2008). De acordo com o MAB (2014, n. p.), apesar dos avanços em alguns projetos pontuais, a cada nova obra hidrelétrica a violação dos direitos humanos volta a se repetir, justamente por causa da “inexistência de uma política nacional de direitos dos atingidos por barragens que deva ser obedecida pelas empresas em todo país”.

No caso dos povos tradicionais, rurais e indígenas, maior população atingida pelos empreendimentos hidrelétricos, ocorre um agravamento da situação de vulnerabilidade e invisibilidade social já vivenciada ao longo da história do nosso país (BRASIL, 2004b; MARTINS, 1993, 1986; SCHLINDWEIN, 2010; SCOPINHO, 2003; SILVA, 2007; SILVA et al., 2005). Nas palavras de Vainer (2007, p. 133), territórios e populações inteiras “são entregues a um punhado de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, do setor minero-metalúrgico-energético, em nome de um desenvolvimento cujos custos e benefícios não têm sido adequadamente medidos” e nem distribuídos, gerando um processo sistemático de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2010). Diante disso, há uma necessidade emergente de desconstruir a imagem da hidroeletricidade como energia limpa, barata e renovável (INTERNACIONAL RIVERS, 2012).

A caracterização feita maciçamente pela mídia, pelas empresas privadas e pelos próprios governos banaliza e naturaliza os diversos impactos socioambientais provocados pelas obras, especialmente, a dinâmica de injustiça e de sofrimento vivenciada pelas populações atingidas. Contribuem com esse cenário alguns elementos como a permissividade ou a isenção da legislação diante dos danos provocados às comunidades atingidas pelas hidrelétricas (SENADO FEDERAL, 2014; VAINER, 2008), a privatização do setor energético (VAINER, 1998) e o discurso preponderante dos benefícios dessa fonte energética propagados pelos programas governamentais de desenvolvimento e pelas empresas construtoras das obras hidrelétricas. Exemplos de discursos oficiais favoráveis à construção dessas obras e que contribuem para a banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas podem ser observados nas fontes, ANEEL (2008, 2015), MME (2013), Eletrobrás (2014), Ministério do

Planejamento (2014) e OSEB (2015). Nesse sentido, entende-se que se, apesar de comprovados os danos causados pela implantação das grandes obras hidrelétricas, os projetos não cessam, pelo contrário, a cada ano eleva-se o número de empreendimentos planejados e finalizados, totalmente dissociados do necessário debate político, ético e social acerca dos danos socioambientais causados pelas construções, existem elementos que constituem um discurso favorável à construção das hidrelétricas e que acabam justificando, invisibilizando e banalizando a injustiça e o sofrimento daqueles que têm suas vidas devastadas pelas obras em prol do desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, estão os empreendimentos hidrelétricos do rio Uruguai, mapeados ainda durante a ditadura militar e implantados nas décadas seguintes. Frente ao importante potencial hidrelétrico de sua bacia, foram planejadas 32 barragens, sendo que, atualmente, existem 22 usinas em operação ou em construção e cerca de 149 inventariadas (MAB, 2008; ROCHA, 2016). A hidrelétrica de Itá, localizada entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, é um desses empreendimentos. A barragem entrou em operação no ano de 2000 e atingiu cerca de 15 mil pessoas, a maioria, agricultores que haviam colonizado a região em décadas anteriores (TRACTEBEL, 2001). Entre os atingidos, muitos foram reassentados no estado do Paraná, outros receberam cartas de crédito e deixaram a região, enquanto outros permaneceram residindo no entorno do reservatório. A obra é considerada pela literatura um exemplo entre os empreendimentos hidrelétricos nacionais, especialmente por causa da luta para as conquistas no processo de reparação de danos. Esse campo de conflitos e avanços na garantia de direitos contribuiu diretamente para a formação do MAB Nacional (ROCHA, 2016a; VAINER, 2016).

Isto posto, identificaram-se diversos estudos realizados com a população atingida pela construção da barragem de Itá e deslocada para reassentamentos (NÓR, 2001; PICOLI, 2012; RADAELLI, 2010; VIANA, 2003) ou sobre o surgimento e a consolidação do MAB na região (ARAÚJO, 2006; FRAGA, 2013; MORAES, 1996; ROCHA, 2008). Essa tendência evidenciou uma lacuna de investigações sobre a população remanescente – aquela que permaneceu residindo no entorno do reservatório após o início da operação da hidrelétrica.

Diante desses elementos e tomando-se como foco o caso da hidrelétrica de Itá, esta investigação desenvolveu-se a partir do seguinte problema de pesquisa: como se constrói socialmente a banalização da injustiça e do sofrimento vivenciado pelas populações atingidas pela construção de hidrelétricas e quais as interfaces desse processo com os modos de vida e de trabalho desses sujeitos? Para responder essa questão, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a construção social da banalização da injustiça e do sofrimento vivenciado pelas populações

atingidas pela construção de hidrelétricas e as interfaces desse processo com os modos de vida e de trabalho desses sujeitos. Já os objetivos específicos foram:

- a) investigar os elementos constitutivos do discurso e dos documentos oficiais que contribuem para o processo de banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas;
- b) compreender as transformações nos modos de vida e de trabalho da população remanescente atingida pela construção da hidrelétrica de Itá e as interfaces desse processo com a saúde mental;
- c) desenvolver estratégias de aproximação e de imersão que permitam, em conjunto com os participantes da pesquisa, documentar e atribuir visibilidade para as vivências e memórias dos participantes, colocando-os não apenas como protagonistas, mas também como autores de suas próprias histórias.

Assim, os objetivos apresentados não se reduziram a listar e descrever o contexto vivenciado pela população investigada, mas também procuraram reconhecer os integrantes da pesquisa como sujeitos de direito, tornando públicas suas narrativas comumente invisibilizadas pelos governos, pela mídia e pela sociedade. Diante disso, esta investigação sustenta-se no ofício das Ciências Humanas e Sociais de atuar na problematização das violações de direitos historicamente cometidas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos e legitimadas pelo Estado (VIEIRA, 2016), produzindo, assim, estranhamentos acerca da banalização da injustiça e do sofrimento sob o discurso do bem-maior e do progresso.

Destarte, esta tese foi desenvolvida no período de março de 2014 a janeiro de 2017. O projeto de pesquisa que sustentou esta investigação foi construído a partir de diversas aproximações com a região da hidrelétrica de Itá e de exaustivas análises teóricas. Na fase exploratória do estudo, foram realizadas revisões sistemáticas da literatura, entrevistas informais com a população atingida pela hidrelétrica de Itá, visitas às comunidades rurais, visitas à hidrelétrica e aos museus locais, contato com representantes de movimentos sociais, com técnicos e com gestores da barragem, jornalistas e representantes de cargos políticos dos municípios atingidos. O projeto também contou com importantes contribuições de professores e de integrantes do grupo de pesquisa LADYSS, da Universidade de Paris X. Após a qualificação da pesquisa, teve início a coleta de dados propriamente dita, que se desenvolveu entre os meses de fevereiro e dezembro de 2016 e se baseou em uma inserção prolongada da pesquisadora no território investigado.

À luz dos pressupostos da pesquisa-participante, foram visitadas todas as comunidades rurais do entorno do reservatório da hidrelétrica de Itá, distribuídas em 11 municípios (Itá,

Aratiba, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Piratuba, Peritiba, Ipira, Severiano de Almeida, Concórdia, Alto Bela Vista e Arabutã). No processo de observação e de inserção na região, foram percorridos cerca de 14.505,3 quilômetros. Durante a pesquisa, mais de 3.000 fotografias foram feitas, muitas das quais foram reveladas e entregues aos participantes do estudo. Ademais, foram analisados 708 documentos, entre leis, estudos ambientais, materiais da hidrelétrica, reportagens e outros materiais de apoio, os quais contabilizaram 5.000 páginas. Foram entrevistadas formalmente 43 pessoas e informalmente 86. A transcrição das entrevistas gerou 500 laudas, que foram analisadas minuciosamente. Além disso, no decorrer do estudo, foi desenvolvido, com o apoio da Margot Produções, o documentário *Atingidos Somos Nós*, em conjunto com 17 agricultores de seis municípios diferentes. O material já foi visto e debatido publicamente por mais de 500 pessoas, incluindo os participantes da pesquisa e a comunidade em geral, estudantes de Psicologia, História, Geografia, Sociologia, Gestão Ambiental, Pedagogia e Administração Rural, professores universitários, representantes de diversos movimentos sociais, líderes comunitários e representantes de cargos políticos. O filme foi divulgado em inúmeros veículos de comunicação do estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Além disso, os resultados parciais da pesquisa foram apresentados em 15 eventos científicos e publicados em dois artigos completos. Cabe destacar que esta pesquisa custou 27.396,90 reais, sendo subsidiada, principalmente, por doações através da plataforma *Catarse* e de recursos próprios da pesquisadora e da orientadora.

Buscando atender aos objetivos propostos pela pesquisa, esta tese foi organizada em nove capítulos. O primeiro deles é a *introdução*. Em seguida, o capítulo dois é intitulado *Aqui progresso, ali retrocesso: os controversos discursos do progresso e do desenvolvimento*, busca apresentar o pano de fundo desta investigação e fundamenta-se nas teorias do mito do progresso e do desenvolvimento. O terceiro capítulo, nomeado *Hidrelétricas e as injustiças da “energia limpa, renovável e de baixo custo”*, discute o campo da construção de hidrelétricas sob o olhar da justiça ambiental, enquanto o capítulo seguinte, chamado *Refugiados do desenvolvimento: injustiça e sofrimento social e ambiental decorrentes da construção de hidrelétricas*, aborda o sofrimento social e ambiental no contexto das populações atingidas pela construção desses empreendimentos. Posteriormente, no capítulo *A pesquisa como estratégia de participação e de mobilização social: percursos metodológicos*, apresentam-se os elementos metodológicos e o processo de pesquisa. Na sequência, o capítulo intitulado *Banalização e invisibilidade do sofrimento dos atingidos nos discursos e na história oficial: uma questão de injustiça social e ambiental* apresenta uma análise dos discursos oficiais que contribuem para a banalização do sofrimento das pessoas atingidas pela construção de hidrelétricas. O capítulo seguinte, nomeado

*Memórias de um desastre: a história não contada da barragem de Itá*, reconstrói a história da obra a partir das memórias dos entrevistados, enquanto o penúltimo eixo, intitulado “*Essa vida, ela é interrompida*”: *os danos provocados pela construção da hidrelétrica de Itá na vida, no trabalho e na saúde mental dos atingidos*, apresenta os efeitos de todo o processo para a vida, para o trabalho e para a saúde mental dos participantes da pesquisa, bem como as possibilidades de ação a partir da pesquisa e da produção do documentário. Por fim, a conclusão da pesquisa é apresentada no capítulo 9, intitulado *Entre a loucura e a esperança, um nó na garganta: conclusões e recomendações*.

## 2 AQUI PROGRESSO, ALI RETROCESSO: OS CONTROVERSOS DISCURSOS DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO

*“O conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe. Que ‘as coisas continuem assim’, eis a catástrofe.”*

(BENJAMIN, 2006, p. 515).

Fotografia 3 – Antiga parada de ônibus da Linha Meneghetti/Concórdia



Fonte: acervo pessoal (2016).

Nota: imagem integrante da exposição “Deserto de Água”.

### 2.1 Introdução

Sabe-se que as bases não sustentáveis do crescimento econômico das últimas décadas, apoiadas nos discursos hegemônicos do progresso e do desenvolvimento, vêm degradando imprudentemente os recursos naturais e aumentando significativamente as desigualdades sociais (DUPAS, 2007; SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014). Diante da crise ecológica global, considerada um dos maiores e mais complexos desafios da contemporaneidade (CMO, 2014; IOM, 2011; LATOUCHE, 2007; MORIN, 2007; OPAS, 2005; WI, 2014; WWF, 2014, 2016) e do aumento das disparidades sociais (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS – ACNUR, 2009; DUPAS, 2007; IOM, 2011; WWF, 2014), cabe a problematização dos conceitos de progresso e de desenvolvimento, abordando suas interfaces com os modos de vida e de trabalho de diferentes grupos sociais, bem como seu papel nos impactos ambientais



decorrentes dos planos desenvolvimentistas. No contexto da construção de hidrelétricas no Brasil, é o discurso do progresso e do desenvolvimento que vem se apresentando, historicamente, como principal justificativa política, econômica e social para a implantação desses empreendimentos, mesmo diante dos irreversíveis impactos socioambientais evidenciados.

Do ponto de vista teórico, as controversas acerca dos conceitos de progresso e de desenvolvimento perpassem desde as suas origens, até suas ascensões históricas e seus significados na contemporaneidade. Quanto às origens, para alguns autores, a ideia de progresso seria fruto das aspirações empreendidas no século XVIII, enquanto a de desenvolvimento teria origem na própria concepção de progresso nos séculos XX e XXI (BAPTISTA, 2007). Para outros, o conceito de progresso remonta aos antigos gregos, aos ideais democráticos, ou mesmo, às promessas cristãs de uma futura salvação (NISBET, 1980). Quanto à ascensão dos termos, especialmente de progresso, há, aparentemente, um consenso de que sua consolidação seja um produto da modernidade, gerado através da propagação de uma imagem de ciência positivista e de um conhecimento universal. A razão prevalece sobre a tradição e sobre a religião, tornando aquilo que era utópico, possível de ser alcançado socialmente. Outro marco importante apontado por diferentes autores é de que ambos os termos estão fortemente atrelados à Revolução Capitalista e que acabaram ganhando novas roupagens com a posterior mundialização ou globalização do capital, como é o exemplo dos conceitos de desenvolvimento humano, sustentável e local (BAPTISTA, 2007; DUPAS, 2007).

Com relação ao significado desses termos, as divergências acentuam-se, revelando abordagens que se detêm na crítica do conceito de progresso, apresentando-o como mito ou ideologia construída pela elite global dominante e identificando-o como responsável pelo aumento das desigualdades sociais e da devastação ambiental (DUPAS, 2007, 2012; SBERT, 2000). A partir de uma perspectiva crítica, mas voltada especificamente ao conceito de desenvolvimento, autores como Esteva (2000) e Furtado (1998) abordam sua construção enquanto mito e fracasso do discurso neoliberal. Em contrapartida, existem abordagens que associam progresso e desenvolvimento ao aumento das capacidades humanas (SEN, 1998) ou, ainda, à possibilidade de melhoria das condições gerais de vida, envolvendo saúde, trabalho, educação e participação social (BRESSER-PEREIRA, 2014; REYES, 2001).

Essas disparidades conceituais emergem, especialmente, das diferentes concepções atribuídas aos termos progresso, desenvolvimento, crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Ao longo dos séculos, filósofos e economistas abordaram e definiram esses termos ora como sinônimos ora como antônimos, tornando-os controversos e complexos. Igualmente,

do ponto vista social, econômico e político, esses conceitos também foram e são utilizados indiscriminadamente, como se sua empregabilidade não merecesse problematização.

Tendo em vista as diferentes concepções apresentadas, conforme anunciado no título deste capítulo, inspirado em Bensaïd (1999), utilizar-se, como fio condutor desta discussão, o aporte teórico proposto por alguns dos principais críticos das concepções de progresso e de desenvolvimento, como Dupas (2007, 2012), Esteva (2000), Furtado (1998) e Latouche (2007). Destarte, este capítulo organiza-se em três eixos. Primeiramente, aborda-se a construção teórica e histórica dos termos progresso e desenvolvimento, discutindo sua relação com o meio ambiente e com a abordagem do decrescimento. Na sequência são discutidos os danos gerados pela implantação descomedida dos planos de desenvolvimento econômico a partir da contribuição de autores críticos desses fenômenos, quais sejam Martins (1993) e Vainer (1990). Finalmente, são discutidos alguns aspectos gerais dos planos desenvolvimentistas implantados no Brasil, privilegiando a emergência do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Crescer frente ao cenário político e econômico atual.

## **2.2 Construção histórica das concepções de progresso e de desenvolvimento**

A proposta deste primeiro eixo é tão complexa quanto a própria definição dos termos progresso e desenvolvimento. Quando Esteva (2000), ironicamente, afirma que o conceito de desenvolvimento é tão preciso quanto uma ameba, encontra-se inspiração para dizer que ampliar o diálogo abrangendo a ideia de progresso é como tentar diferenciar um conjunto de amebas. Apesar disso, observam-se pistas de que a questão colocada aqui não está atrelada à busca por uma melhor ou mais precisa definição e diferenciação dos termos, mas ao processo pelo qual eles foram construídos socialmente e, principalmente, utilizados como justificativa moral para ideais exploradores, colonizadores e desenvolvimentistas.

Mesmo que alguns teóricos encontrem resquícios de uma concepção de progresso na Filosofia Grega, nos ideais da República Romana ou mesmo nas promessas do Cristianismo (MARRAMAO, 1995), pode-se afirmar que foi no período moderno que a concepção de progresso, pelo menos a mais próxima desta que se conhece hoje, se incorporou à filosofia e assumiu um lugar de destaque, tanto do ponto de vista teórico quanto econômico (ABBAGNANO, 1982; DUPAS, 2012; SBERT, 2000). Um tanto quanto paradoxal, mas, na medida em que o *Iluminismo* buscava destruir ideologias através da luta pela autonomia do pensamento e da razão, criava também uma ideologia – a do progresso, baseada na ciência e na técnica (DUPAS, 2012). Abbagnano (1982) observa que, anteriormente, na Antiguidade

Clássica e na Idade Média, partia-se do pressuposto da perfeição primitiva ou mesmo da ideia de que a humanidade vivia um ciclo de eventos que se repetiam indefinidamente. Com a modernidade, o tempo, até então considerado cíclico, passou a ser considerado cumulativo, a emancipação humana ganhou representatividade através da ciência e da técnica e a razão tornou-se soberana (BAPTISTA, 2007).

Em Darwin, na obra “Origem das Espécies”, o homem é concebido como fruto do progresso, em constante evolução. Para Bury (2013 [1920]), um dos representantes da filosofia iluminista, o progresso seria representado pelo movimento da civilização em direção aos objetivos desejáveis. Condorcet (1993) considerava que o progresso era interminável, enquanto houvesse a terra, haveria progresso. Nisbet (1985), um dos maiores defensores desse conceito, afirma que o progresso transformou-se em lei universal da humanidade, explicando os diferentes estágios de ascensão do homem e das sociedades, que iniciariam no primitismo até atingir, gradativamente, níveis superiores. Desse modo, a direção da humanidade, que antes era determinada por Deus, passa a ser determinada pelo homem, por meio do controle da natureza e do conhecimento.

Assim, as ideias futuristas e científicas nascidas na modernidade estruturaram-se a partir da intolerância aos credos da Renascença, rotulando o antigo como atrasado. Nas ciências naturais, a partir do século XVII, prevaleceu a perspectiva de que o mais recente é sempre melhor. Augusto Comte associou o progresso ao desenvolvimento da ordem, conceito estampado em nossa bandeira - “Ordem e Progresso”. A partir disso, pode-se dizer que é construída uma ideia de progresso atrelada às concepções de racionalidade, evolução, emancipação, história evolutiva e progressão na direção de objetivos (BAPTISTA, 2007; DUPAS, 2007; MARRAMAO, 1995; ROSSLEMBROICH, 2006). Esses elementos estão fundamentados na perspectiva de que o homem conquistaria um futuro melhor através da evolução constante (BAPTISTA, 2007), adquirida de maneira linear, ao longo do tempo.

Para Marramao (1995, p. 21), desde então, nossa civilização passou a ser “caracterizada pela palavra progresso” e, “em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes” (DUPAS, 2007, p. 30). Para confirmar essa concepção, basta refletir um pouco sobre o uso que se faz dessa palavra na atualidade, fala-se em progredir na vida, no progresso da ciência, das artes, da economia, das nações, no progresso da humanidade, do homem ao longo do tempo, da tecnologia. Enfim, quase intuitivamente, todos possuem uma noção do que é progresso, sem precisar recorrer a um manual de economia, sociologia ou filosofia.

Essas perspectivas, apesar de influenciarem diferentes esferas da sociedade, atuaram fortemente na “expansão do capitalismo industrial” e no “projeto universalizante de um modelo civilizatório válido para as mais diversas configurações societais” (BAPTISTA, 2007, p. 12). Processo que contribuiu para a construção de uma sociedade baseada no pressuposto de ser humano livre, racional e operador de uma sociedade de compra e venda. A capacidade de produzir cada vez mais e melhor e a busca incessante pelas descobertas científicas e pelo aprimoramento da técnica assumiram plenamente o conceito de progresso. Atrelado a isso, construiu-se o sentimento de que tudo é possível, de que o homem não possui limites e de que o futuro, portanto, abarcaria um otimismo indestrutível. Não obstante, o imaginário do progresso atesta a ideia de que estaríamos, ao longo do tempo, “nos tornando uma sociedade melhor e mais justa” (DUPAS, 2012, p. 13).

Dupas (2012), ao realizar uma análise semântica da palavra progresso, encontrou diversas definições, de entre as quais podem ser citadas: progresso como marcha para frente; como desenvolvimento; aumento; adiantamento ou mudança favorável; movimento em direção a um objetivo ou estágio mais avançado; atividade de desenvolvimento da ciência; promoção dos novos bens fabricados; ação ou resultado de progredir; progressão; mudança de estado; profecia para o futuro; eventos que se desenvolvem em direção à perfeição; algo que se move para um patamar superior; crescimento; avanço; melhoria; e incorporação de novas conquistas. A partir disso, o autor observou duas tendências conceituais principais: uma que associa o progresso a uma marcha para frente ou a uma movimentação em uma direção definida; e outra, que apresenta o progresso como um atributo qualitativo, atrelado a uma transformação gradual do menos bom para o melhor. A conclusão é de que o termo progresso é essencialmente relativo e que depende de *quem* o professa, revelando que a dificuldade “está em dar um conteúdo preciso para essa fórmula ou, então, em determinar a direção e o sentido desse movimento” (DUPAS, 2012, p. 19).

Essa análise revela claramente que os sentidos do progresso, mesmo em suas diferenças, pressupõem uma homogeneidade social, cultural, histórica e econômica. Como se todos, sem distinções, fossem se beneficiar dos resultados do progresso. Nesse debate, torna-se importante a análise proposta por Dupas (2012) sobre *quem* professa o progresso, sobre *quem* define seu rumo ou seus objetivos, sobre *quem* usufrui de seus benefícios ou paga pelos seus custos sociais e ambientais. Para o autor, o discurso do progresso, proveniente das elites dominantes, nada mais é do que o mito renovado que tenta convencer a humanidade de que “a história tem um destino certo – e glorioso – que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais” (DUPAS, 2007, p. 290).

Esse debate corrobora a perspectiva de Sbert (2000), que apresentou o progresso enquanto algo sagrado para a sociedade moderna, enquanto destino final, muito próximo aos preceitos religiosos. Para o autor, o progresso traria a justificativa moral para a conduta com os outros e com natureza. A fé no progresso seria um verdadeiro alimento espiritual, responsável pela destruição dos deuses e pela construção do homem como instrumento de domínio do céu e da terra. Nesse sentido, o discurso do progresso consolaria os oprimidos e prometeria um futuro melhor, transformando-se em “imperativo para os fracos, para escapar da submissão, e não menos importante para os poderosos, para manter a sua posição” (SBERT, 2000, p. 304, tradução nossa). Afinal, o domínio sobre os outros por meio da promessa da felicidade não reside em ter progresso, mas em estar progredindo.

Apesar da importância do discurso do progresso na contemporaneidade, esses mesmos teóricos observam que a crença no progresso passa a ser fortemente questionada, especialmente após a experiência das duas grandes Guerras, da Grande Depressão e do início do debate acerca dos danos ambientais provenientes dos avanços técnicos e científicos (ABBAGNANO, 1982; DUPAS, 2012; SBERT, 1992). Autores como Horkheimer e Adorno (1972 [1944]) e Sorel (1981 [1910]) tecem as primeiras teses do mito ou da ilusão do progresso. Para eles, o progresso faria parte do discurso dos vencedores como estratégia de dominação capitalista. Benjamin (2006) também ficou conhecido pelas intensas críticas à concepção de progresso, questionando sua fundamentação em uma ideia de história previsível e otimista.

Diante dessa crescente descrença, “o progresso vai aos bastidores”, mas segue sustentando um novo discurso evolutivo – o do desenvolvimento (SBERT, 2000, p. 310). Assim, após o triunfo do capitalismo global, a sociedade se apossou “integralmente do conceito de progresso com o desenvolvimento científico e técnico e seus avanços formidáveis”, essa transição contemplou uma “tentativa de resgate do sentido do progresso perdido entre os destroços das duas guerras mundiais e de suas trágicas consequências” (DUPAS, 2007, p. 75).

Com origem similar ao conceito de progresso, o emprego do termo desenvolvimento parece ter iniciado na biologia, ao denominar o processo pelo qual determinado organismo atinge sua potencialidade. Com Darwin, nasceu a ideia de que esse desenvolvimento deveria caminhar em uma direção sempre mais perfeita do ser. No século XVII, o conceito, aparentemente biológico, passou a ser utilizado na esfera social, definindo transformações políticas e econômicas. Posteriormente, também foi construída a ideia de autodesenvolvimento e, durante o século XIX, ele passou a fazer parte da linguagem popular. No século XX, surgiram novas concepções de desenvolvimento, como o urbano e o colonial, que atuaram na

reformulação das áreas urbanas e na perspectiva de que, além de dominar, o colonizador deveria também “desenvolver” economicamente a área conquistada (ESTEVA, 2000).

Apesar de todas essas transformações e das diferentes utilizações do termo, para Esteva (2000, p. 64), “o desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação”. Similar às problematizações dos conceitos de progresso, Esteva (2000, p. 64) afirma que desenvolvimento “sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor”, indicando “que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável”.

Em 1949, o presidente do EUA, Harry Truman, utilizou pela primeira vez o termo “áreas subdesenvolvidas”, abrindo definitivamente o espaço para a consolidação dos planos desenvolvimentistas. Na época, o país, no auge de sua performance, propunha contribuir com o crescimento e com o progresso dos outros países como modo de “assegurar a paz e a igualdade”. Nesse momento, o presidente Truman transformou dois terços dos povos do mundo em “subdesenvolvidos”, inaugurando definitivamente a era do desenvolvimento. Criava-se, a partir de então, um modo de “enviar para o fim da fila” dois bilhões de pessoas e de inventar o *desenvolvimento* a partir da categoria *subdesenvolvimento* (ESTEVA, 2000, p. 60). Além disso, para Sbert (2000), nessa nova configuração, o progresso passou a pertencer ao primeiro mundo, atrelado às suas grandes conquistas científicas e tecnológicas, inacessíveis aos outros. Os novos povos “subdesenvolvidos” deveriam primeiramente desenvolver-se para depois começarem a pensar em progresso.

Nesse sentido, a palavra desenvolvimento transformou-se na “palavra mágica”, que iria solucionar todos os mistérios que nos rodeavam ou, pelo menos, que iria nos guiar até essas soluções. No entanto, para dois terços da população mundial, transformada em subdesenvolvida, todo esse significado positivo era também um “lembrete daquilo que eles não eram”, fazendo com que “se lembrassem de uma condição indesejável e indigna”, da qual, “para escaparem, precisavam escravizar-se a experiências e sonhos alheios” (ESTEVA, 2000, p. 65). Na perspectiva do mesmo autor, faltou questionar a existência real do subdesenvolvimento, palavra que

define uma percepção. Essa, por sua vez, torna-se um objeto, um fato. Ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que ‘subdesenvolvimento’ é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo. Ela exhibe uma fabricação da realidade produzida através de um desmembramento da totalidade de processos interligados que compõem a realidade mundial e a subsequente utilização dos

fragmentos resultantes deste desmembramento, isolado dos demais, como ponto de referência geral. (ESTEVA, 2000, p. 66).

Assim, por meio de Truman, o desenvolvimento foi reduzido ao crescimento econômico das áreas subdesenvolvidas, deixando claro que o objetivo não era a distribuição de renda, mas o crescimento econômico (ESTEVA, 2000). Na época, Baran (1957, p. 65), um dos principais críticos do desenvolvimento, definiu o termo como “um aumento na produção *per capita* de bens materiais”. Diante disso, foram concebidos diversos conceitos e modos de operacionalização dos planos desenvolvimentistas internacionais (FURTADO, 1998). Esses planos estavam fundamentados na ideia de que existem leis sociais e humanas gerais, e que, portanto, há um avanço inerente que deve ser planejando e orientado para o futuro. Outro elemento importante presente nessa perspectiva era a ideia de que uma determinada cultura é melhor do que outra, que, por sua vez, seria primitiva ou pouco desenvolvida. Como exemplos disso, temos o “ocidental-centrismo”, “euro-centrismo” e ou “americano-centrismo” (SZTOMPKA, 1998, p. 60), fortalecendo o pressuposto de que uma determinada região, comunidade ou grupo social, enquadrados nas leis universais da humanidade, estariam atrasados ou ultrapassados, demandando uma intervenção civilizatória (BAPTISTA, 2007).

De acordo com Furtado (1998), esses primeiros planos desenvolvimentistas podem ser divididos em pelo menos três momentos principais. O primeiro teria iniciado nos anos 1950, estendendo-se até meados de 1962, com ênfase no crescimento econômico e na “operacionalização da pobreza” através das Nações Unidas. Nesse período, o Produto Nacional Bruto (PNB) foi escolhido como indicador que definiria a riqueza ou a pobreza de determinado país. Convenientemente, o PNB crescia rapidamente e reafirmava o otimismo dos planos.

No segundo momento, entre os anos de 1960 e 1970, entendeu-se que apenas incorporar os países considerados “atrasados” em um patamar de país desenvolvido não seria possível. Iniciaram-se, então, os debates acerca do desenvolvimento social, por meio das Nações Unidas, discutindo a necessidade de integrar aspectos sociais ao desenvolvimento econômico. Em 1973, o PNB foi considerado ineficaz para medir o desenvolvimento e o modelo desenvolvimentista acabou sendo responsabilizado pelas desigualdades sociais e de renda. Criaram-se, então, distinções entre desenvolvimento e crescimento econômico, vistos anteriormente como sinônimos.

Assim, a partir da década de 1970, surgiu um terceiro momento, cuja diretriz principal era a de que o desenvolvimento econômico deveria estar ligado ao desenvolvimento social e, de modo geral, às melhorias das condições de vida da população. O Banco Mundial, nessa

mesma década, declarou que o crescimento econômico não conduzia ao desenvolvimento. Percebeu-se, nessa afirmação, uma diferenciação conceitual entre crescimento ou desenvolvimento puramente econômico e desenvolvimento humano e social. Surgia assim a tentativa de integrar aspectos sociais e econômicos, anteriormente tratados de maneira separada.

Diante disso, as Nações Unidas assumiram a direção de projetos com o intuito de construir uma abordagem unificada para a análise e para o planejamento do desenvolvimento, dessa vez, um desenvolvimento participativo e com vistas aos aspectos sociais. Mais tarde, em 1974, a Declaração de Cocovoc mencionou formalmente o termo desenvolvimento humano, defendendo a ideia de desenvolvimento com foco no homem. Outras ações foram tomadas, como, por exemplo, a criação do conceito de *desenvolvimento integrado* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o desenvolvimento da Abordagem das Necessidade Básicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o estabelecimento da ideia de *desenvolvimento endógeno* da UNESCO. De modo geral, a década de 1970 foi marcada por tentativas frustradas de humanizar o termo desenvolvimento (ESTEVA, 2000).

Posteriormente, enquanto a década de 1980 foi considerada perdida do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a década de 1990 viu surgir a oportunidade do re-desenvolvimento, ou seja, de “desenvolver outra vez aquilo que foi mal desenvolvido” (ESTEVA, 2000, p. 71). Na perspectiva de Esteva (2000), o re-desenvolvimento adota hoje a forma de desenvolvimento sustentado, verde, democrático e voltado para o “nosso futuro comum”. Agora, não só a pobreza merece ser integrada aos planos de desenvolvimento mas também o meio ambiente. Diante do reconhecimento dos limites dos projetos de desenvolvimento enquanto instrumentos de emancipação e dos efeitos gerados pelo uso descomedido dos recursos naturais, reinventou-se o desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade (ESCOBAR, 2000; ILLICH, 2000).

A origem dessa tendência está nas problematizações realizadas pelo Clube de Roma, em 1972, e pela Conferência de Estocolmo, que culminaram na criação do termo *sustentabilidade*, mencionado, em 1980, pela International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) e consagrado, em 1987, através da divulgação do Relatório de Brundtland da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, desenvolvimento sustentável foi definido como um processo capaz de “satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (ONU, 1987, p. 04). Desde então, foram diversas as iniciativas que contribuíram com tal debate, entre as quais, podem ser citadas: a Conferência das Nações Unidas do Rio, em 1992 (Rio 92); a Carta de Aalborg, em 1994; o



Terra +5, em 1997; a Convenção de Joanesburgo, em 2002; a Nova Carta de Atenas, em 2003; a Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis, em 2007; a 21ª Conferência das Partes (CPO-21 Paris), em 2015; entre diversas outras.

No entanto, mesmo diante da comprovação dos inúmeros danos socioambientais causados pelo modelo civilizatório ocidental, as transformações foram e ainda são lentas, e os indicadores acerca do cenário global são preocupantes do ponto de vista da sustentabilidade (LAYRARGUES, 2000). Afinal, apesar da inserção do debate socioambiental, a expansão econômica permaneceu preconizando o mesmo acesso aos padrões de consumo dos países desenvolvidos às populações em rápida expansão no terceiro mundo. Processo intensificado com a hegemonia do neoliberalismo também na década de 1980. Nesse modelo, marcado pela instabilidade e pela financeirização, há uma importante redução do papel do Estado nas diversas áreas da sociedade e também na economia, aumentando a flexibilização do trabalho como estratégia de redução de custos diretos e atuando na desregulação dos mercados, em especial, do financeiro. Como resultado, observa-se uma acumulação ainda maior de riquezas para alguns grupos privilegiados, enquanto o restante da população vivencia considerável desigualdade de renda e de condições gerais de vida. Para Chesnais e Serfati (2003, p. 40), ainda hoje o modelo de “desenvolvimento” previsto para os países “atrasados” pelos grandes centros capitalistas mundiais é aquele que tem “por base as mercadorias e as formas de vida social produzidas pelos grandes grupos industriais e financeiros”.

Atualmente, pressupõe-se que o desenvolvimento sustentável preserve o equilíbrio global e o capital natural, estabeleça diferentes critérios de custo-benefício a curto, médio e longo prazo e distribua a utilização igualitária dos recursos global, nacional e regionalmente (CMO, 2014). Diante dessa definição, esse contexto tem se configurado como um campo de embates, no qual são medidas forças e interesses contraditórios entre as esferas governamentais, políticas, dos movimentos sociais e dos organismos multilaterais (NASCIMENTO, 2012; NASCIMENTO; COSTA, 2010; NOBRE; AMAZONAS, 2002). Se, por um lado, entende-se que a concepção de desenvolvimento sustentável surgiu como uma estratégia de enfrentamento e de reflexão acerca do uso exacerbado dos bens naturais e da consequente crise ecológica (GUIMARÃES, 1997), por outro, esse conceito faz uso de um discurso ecológico que deixa de questionar seus fundamentos, representando, portanto, apenas mais uma estratégia do capitalismo para se reafirmar enquanto sistema social e político dominante (MORIN, 2007; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

De acordo com essa última perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável parte de um ideal conciliatório com o capitalismo, que deixa “transparecer uma ambígua relação entre

as condições históricas de sua emergência como ideia pretensamente reparadora da atual crise socioambiental e de seu real sentido de reforço da lógica do capital” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 570). Assim, não há desenvolvimento que seja realmente sustentável. Baseado nisso, Latouche (2012) tece intensas críticas ao desenvolvimento sustentável, afirmando que ele não passa de uma “tentativa sedutora de salvar o crescimento” (LATOUCHE, 2007, p. 113). Na perspectiva de Chesnais e Serfati (2003), até mesmo as concepções de ecologia e de meio ambiente deveriam ser repensadas, afinal, da maneira como estão colocadas, dissociam-se da exploração dos dominados, da natureza e da biosfera pelos possuidores de riqueza.

Outra roupagem contemporânea do conceito de desenvolvimento, também com origem nos anos 1980, apresenta o desenvolvimento local como solução frente aos fracassados planos de desenvolvimento nacionais ou internacionais. Nessa perspectiva, o foco seria incorporar as melhorias de condições de vida da população ao território. Assim, esse “novo” desenvolvimento traria consigo a garantia do benefício às populações locais (GÓMEZ, 2002). Uma extensa revisão da literatura realizada por Gómez (2002, p. 15) acerca das concepções de desenvolvimento local identificou como termos-chaves conceituais a “cooperação”, “a capacidade de diálogo entre instituições”, o fortalecimento da “organização social” e a “consolidação da sociedade civil”. Conforme o autor, todas essas denominações representam formas de “consenso sem conflito”. O autor sinaliza que, em nenhum estudo, são abordadas as divisões sociais, a hierarquização do trabalho ou os interesses dos grandes empreendimentos nacionais sobre os territórios explorados.

Destarte, esses novos conceitos – desenvolvimento humano, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável – nada mais representariam do que uma tentativa de humanizar o capitalismo diante de suas crises sequenciais das últimas décadas (ANTUNES, 2000; BROSE, 2000; GÓMEZ, 2002), reformulando as estratégias de acumulação do capital, sem modificá-las em sua essência (GÓMEZ, 2002). Para Rahnema (2010), o desenvolvimento seria apenas uma miragem enganosa, muito mais associado à exclusão e à discriminação do que à libertação. Nas palavras de Furtado (1998), a promessa de que os países considerados subdesenvolvidos atingiriam, através do desenvolvimento, o mesmo padrão de vida dos países desenvolvidos, não passou de uma grande ilusão. Afinal,

[...] o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana [...] o desenvolvimento econômico - a ideia de que os povos pobres podem algum dia

desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO, 1998, p. 88-89).

Entende-se hoje que a doutrina neoliberal resgatou o conceito de progresso através da promessa desenvolvimentista, associando-o à liberdade dos mercados globais, com o juramento de que a globalização conseguiria eliminar, em um curto espaço de tempo, as guerras, as desigualdades e a pobreza. Para Dupas (2007), muito pelo contrário, a globalização restringiu os espaços, não assumiu as responsabilidades sociais e ambientais decorrentes dos planos de desenvolvimento e acumulou os problemas já existentes.

Assim, o modo de produção capitalista permanece exigindo que novos produtos sejam constantemente criados, a partir de modernas tecnologias, mantendo a lógica da acumulação flexível do capital. Para sustentar o funcionamento desse sistema, presencia-se “um sucateamento contínuo de produtos em escala global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez de energia” (DUPAS, 2007, p. 80). Nesse sentido, a racionalização em curso mantém-se atrelada à institucionalização da evolução científica e técnica, associada ao domínio do homem sobre a natureza.

De acordo com a teoria de Georgescu-Roegen, a humanidade, em algum momento, deverá converter o crescimento econômico ao decrescimento, caso contrário, perecerá (LATOUCHE, 2012). Seguindo o ponto de vista do autor, a solução seria construir novos valores e costumes, deixando de considerar a moda e o instantâneo para assumir um estilo de vida baseado na produção decrescente e duradoura. Como observa Löwy (2003), não basta construir uma nova sociedade e um novo modo de produção, é necessário também desenvolver um novo paradigma de civilização, pautado em diferentes formas de relação entre os seres humanos e a natureza. Afinal, o modelo capitalista, estruturado a partir de um modo de vida no qual as coisas são “fabricadas para não durar” (GALEANO, 1994, p. 173), não põe em perigo apenas suas próprias condições de reprodução e de funcionamento, ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural, mas “as condições de vida e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países” (CHESNAIS; SARFATI, 2003, p. 62). Portanto, “a exploração do homem e da natureza até o esgotamento não reflete uma contradição do

capitalismo, mas o antagonismo profundo entre ele e as necessidades da humanidade” (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

### 2.3 Os grandes empreendimentos de infraestrutura: aqui progresso, ali...

*“O que fazem os homens com todo esse ouro? Por acaso, eles o comem?”*

(KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 407).

A reestruturação do capitalismo, ocorrida nas últimas décadas, transformou não só a economia como também as políticas sociais do Brasil e do mundo. Pautado em ideias de progresso e de desenvolvimento, esse processo demandou medidas que possibilitassem o “pleno” desenvolvimento econômico e financeiro e se alicerçou em estratégias de privatização, de abertura de mercado, de desterritorialização e de desregulamentação das economias (ALVES; WOLFF, 2007). Assim, a mundialização do capital (CHESNAIS, 1995) tem assumido um papel crucial nas relações de produção, de consumo e na manutenção dos ideais de progresso e de desenvolvimento das nações. No entanto, para a população subalterna, é comum que o significado de desenvolvimento e de progresso esteja atrelado à exclusão da riqueza social, ao afastamento das decisões políticas e à precarização das condições de vida, incluindo alimentação, educação, habitação, saneamento e moradia.

Corroboram esse debate, inúmeros indicadores atrelados ao aumento da precarização social e das disparidades econômicas nas últimas décadas. Sabe-se, por exemplo, que 768 milhões de pessoas não têm acesso à água potável, que 1,4 bilhão não possui acesso a fontes de energia confiáveis e que 805 milhões passam fome no mundo. A maioria dos afetados vive em países em desenvolvimento (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO, 2014). Além disso, um estudo recente, divulgado por uma organização não governamental britânica, apontou que, em 2009, 1% da população detinha 44% das riquezas mundiais e que, em 2014, esse percentual subiu para 48%. Estima-se que, se o ritmo de crescimento econômico se manteve, em 2016, esse patamar deve ter superado 50% (OXFAM INTERNATIONAL – OXFAM, 2015).

Do mesmo modo, conforme relatório divulgado pela World Wide Fund for Nature (WWF), a população mundial precisaria de 1,5 planeta para satisfazer sua necessidade por recursos naturais. Estima-se que, há mais de 40 anos, a demanda da humanidade sobre a natureza ultrapassa a capacidade de reposição do planeta. Como resultado da exploração dos recursos naturais, aproximadamente 83% das populações de peixes, aves, mamíferos, anfíbios

e répteis foram extintas na América Latina nos últimos 40 anos. Percentual maior do que a média global, que foi de 52% no mesmo período. Além disso, espera-se que, nos próximos anos, a demanda por água doce exceda em 40% a oferta. Em contrapartida, a população mundial cresce de maneira significativa, podendo chegar a 9,6 bilhões em 2050 - a grande maioria vivendo em cidades, com intensos níveis de consumo de bens e serviços (WWF, 2014, 2016).

No contexto do trabalho, o cenário também apresenta-se avassalador. O último informativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta claramente para profundas transformações atreladas à precarização das relações socioprofissionais, justamente em um momento em que a economia global está deixando de criar novos postos de trabalho. Estima-se que o desemprego global tenha atingido 201 milhões de pessoas em 2014, 30 milhões a mais do que no período que antecedeu a crise global em 2008. Além disso, as projeções indicam que o desemprego crescerá consideravelmente nos próximos períodos, diante de 40 milhões de novos trabalhadores que ingressarão no mercado de trabalho global a cada ano (OIT, 2015).

Dados como esses, demonstram claramente que a “economia está em conflito com os sistemas naturais do planeta”, contribuindo com a inequidade econômica, social, cultural e de saúde (BROWN, 2003, p. 14). Afinal, os grandes planos desenvolvimentistas comumente não consideram os danos causados ao meio ambiente e às populações atingidas, visto que o maior objetivo é atender aos interesses privados (FURTADO, 1998). Até bem pouco tempo, e alguns países ainda na atualidade, usam a perspectiva de que as questões ambientais e sociais não possuem relação com o sistema econômico e que, por conseguinte, não passam de meras externalidades. Esse posicionamento, vinculado à busca incessante pelo lucro, culminou na exploração acelerada da natureza, em um ritmo muito maior do que o tempo necessário para que o meio ambiente possa se recompor (LUZZARDI et al., 2009). Consequentemente, a crise ambiental tornou-se inevitável (MARQUES, 2002).

Nesse cenário, são diversos os modos de apropriação dos espaços sob a justificativa do desenvolvimento regional, nacional e internacional. De entre eles, podem ser citados os projetos de infraestrutura logística (estradas, rodovias, hidrovia e portos), de infraestrutura social e urbana (habitação, saneamento, *resorts* e hotéis “ecológicos” de luxo, aterros sanitários ou de rejeitos tóxicos), de infraestrutura para a agroindústria e para as produções agrícolas em larga escala e de infraestrutura para geração de energia elétrica (PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013). Essas obras são responsáveis pela desterritorialização e por intensas mudanças nos modos de vida e trabalho de milhares de pequenos produtores rurais e de indígenas no Brasil e no mundo. Entre os impactos mais comuns, estão os deslocamentos físicos, a interrupção dos meios de subsistência e a quebra das comunidades (BANCO MUNDIAL, 2004). Diante disso,

essas obras geram injustiças marcadas “pela concentração de riquezas, por processos decisórios poucos democráticos, pela exploração insustentável dos recursos naturais e pelo desrespeito aos direitos humanos fundamentais da população” – à saúde, à moradia, ao ambiente saudável, à participação ou à preservação da cultura e da integridade comunitárias (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013, p. 13).

Ainda assim, mesmo diante de experiências que apontam para os danos causados às comunidades expropriadas, esses empreendimentos continuam apresentando-se como meio de progresso e modernização da região e dos atingidos, como se eles estivessem “atrasados” e precisassem de uma “intervenção civilizatória do desenvolvimento” (NOBREGA, 2011, p. 135). Nesse processo, as populações que habitam tais espaços são vistas como empecilho para a concretização de grandes projetos e políticas governamentais, implicando, em muitos casos, o próprio aniquilamento do empecilho (MARTINS, 1993).

Vendidos às comunidades como projetos de esperança (SALMONA, 1994), os grandes empreendimentos são apresentados à população como indispensáveis para o desenvolvimento da nação, quando, na verdade, desenvolvem e beneficiam apenas uma parcela da sociedade. Com isso, não trazem nada de novo para as pessoas atingidas, pelo contrário, retiram algo substancial de suas vidas: o território, os meios de produção e trabalho, a comunidade, a cultura e as relações sociais (BORTOLETO, 2001; MARTINS, 1993). Outro importante aspecto a ser analisado é que esses megaprojetos nem sempre incluem em seus orçamentos os custos da exploração dos bens naturais. Logo, a degradação do meio ambiente não é distribuída para o mercado, como se o ecossistema representasse uma infindável fonte de matéria-prima e de riquezas naturais (HAUGHTON, 2004). O mesmo ocorre frente aos prejuízos à saúde das populações atingidas. Sem essa estimativa, são as comunidades atingidas que pagam sozinhas pelos prejuízos e danos vivenciados (SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014). Afinal, sabe-se que, diante das transformações ambientais, culturais, sociais e econômicas provocadas pelos megaprojetos de infraestrutura, além do estabelecimento de problemas clássicos de saúde, como as doenças crônicas e transmissíveis, observa-se o surgimento de diversos outros danos, como: a violência e os conflitos que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais envolvidos; a insegurança alimentar frente às transformações do uso do solo e do território; e os prejuízos à qualidade de vida, ante ao desrespeito dos modos de vida das populações tradicionais (PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013).

Assim, apesar de esses empreendimentos historicamente não considerarem os danos provocados às comunidades atingidas, existe grande evidência de que, diante das transformações dos sistemas naturais da terra, todas as dimensões da saúde humana sejam

afetadas e é provável que a carga de doença associada às alterações do ecossistema global seja grande e crescente (MYERS et al., 2013). Em decorrência do uso exagerado dos recursos naturais e da transformação do meio ambiente provocada pelas obras de infraestrutura, as mudanças climáticas e a degradação do ecossistema aumentam, prejudicando diretamente as populações mais vulneráveis e afetando a todos no que diz respeito aos recursos hídricos e à segurança alimentar e energética (WWF, 2014, 2016). Como consequência, cresce, a cada ano, o número de pessoas obrigadas a deixarem suas comunidades, suas regiões e seus países em função das transformações da natureza provocadas pelo homem.

Recentemente, o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) incluiu, na categoria *refugiados*, as pessoas atingidas por desastres naturais causados pelo homem e não apenas aqueles provocados pela natureza (ACNUR, 2009). Um relatório publicado em Genebra pela Organização Internacional de Migrações (OIM) apontou que, em 2008, 4,6 milhões de pessoas se deslocaram dentro de seus países em função de conflitos armados, enquanto 20 milhões fizeram o mesmo devido a catástrofes ambientais causadas tanto pela ação do homem quanto pela natureza (IOM, 2011). Estima-se que até 2050 o número de refugiados ambientais seja de 250 milhões a 1 bilhão de pessoas (ACNUR, 2012). Nesse contexto, o reassentamento involuntário é um elemento essencial e historicamente subvalorizado no processo de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2004).

No campo da construção de hidrelétricas, autores internacionais como Cernea e McDowell (2000), Roy (1999) e Visvanathan (1997), além dos autores nacionais como Almeida (2008), Santos (2007) e Vainer (1990) têm comparado a situação das pessoas atingidas pelas obras ao cenário provocado pelas lutas armadas. Fazendo uso de termos como *eco refugiados*, *refugiados ambientais* ou *refugiados do desenvolvimento*, tais autores problematizam os efeitos devastadores atrelados às hidrelétricas e discutem essa modalidade relativamente nova de refugiados.

Desse modo, os grandes empreendimentos mudam não só o cenário das populações atingidas como também suas histórias, sua organização política e social, além de suas condições de vida, de trabalho e de saúde. Na China, por exemplo, o aumento da demanda e da produção de energia elétrica está claramente associado à sustentação do PIB, que cresce acima da média mundial, cerca de 6 a 7% ao ano. Entre os inúmeros empreendimentos instalados lá, estão as hidrelétricas construídas na Bacia do Rio Mekong, responsáveis por afetar mais de 72 milhões de habitantes, em grande parte, populações rurais. Nesse caso, são claras as contradições quanto aos benefícios dos projetos. Um longo estudo etnográfico realizado no decorrer da construção da barragem de Alqueva, em Portugal, revelou que o projeto foi construído muito mais para

fins políticos, tendo-se em vista as relações políticas com a vizinha Espanha, do que para o benefício da população por meio da irrigação e da geração de energia, como vendido pelo governo (WATEAU, 2014).

Se, por um lado, as hidrelétricas construídas são essenciais para manter o crescimento econômico e atender a demanda por energia; por outro, provocam inúmeros impactos socioambientais, relacionados, principalmente, à impossibilidade de trabalho e de produção rural dos moradores, gerando um empobrecimento generalizado. Logo, os maiores beneficiados geralmente são as pequenas elites urbanas (KUENZER et al., 2013). Exemplo disso é o caso citado por Ulloa e Bellini (2009) da barragem de Balbina, na Amazônia, que significou a perda de 4.000 Km<sup>2</sup> de florestas para gerar apenas 240 Megawatts (MW) de energia. Nessa e em muitas outras obras, os interesses são de curto prazo e nem sempre significam grandes retornos econômicos. Além do mais, geralmente conseguem ultrapassar os controles ambientais tanto regionais quanto nacionais (FEARNSIDE, 1990).

Outro caso é o da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) de Belo Monte, considerada a principal obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e a terceira maior hidrelétrica do mundo. O projeto foi palco de inúmeros conflitos socioambientais, de violação dos direitos humanos e sociais e de disputas e pressões entre governo, empresas privadas, justiça e órgãos ambientais. O projeto teve início há mais de duas décadas e se caracterizou por situações como o não reconhecimento de comunidades atingidas pelos programas de reassentamento, atrasos nas indenizações aos moradores da região, além de prejuízos ambientais incalculáveis e irreversíveis. Apesar disso, órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concederam as devidas liberações para a obra, mesmo com “estudos que mais tarde seriam questionados judicialmente quanto à sua incompletude e incapacidade de prever impactos sociais nas terras indígenas” (BRACARENSE et al., 2013, p. 15). Para Barbosa, Barata e Hacon (2012), na maioria dos casos, os impactos socioambientais são considerados um “mal necessário”, totalmente justificados pelos benefícios trazidos pelo “progresso” ao país. Finalmente, percebe-se que as bases das políticas governamentais e dos projetos econômicos alicerçados nos grandes empreendimentos se sustentam na distribuição desigual dos benefícios e das cargas, processo que acaba impactando, discriminando e vulnerabilizando as populações que trabalham e vivem nos territórios explorados.



## **2.4 Planos desenvolvimentistas brasileiros: o fator econômico em detrimento do bem-estar social**

Ao longo da história, o Brasil tem acumulado razoável experiência em termos de planejamento governamental e de projetos desenvolvimentistas, marcados pelas tentativas de organização do processo produtivo e econômico, bem como pelas projeções e metas no sentido de construir “o futuro da nação” (ALMEIDA, 2004; FILHO, 1968). Estruturados em torno de objetivos econômicos, ora de aceleração ora de estabilização da economia, os projetos desenvolvimentistas, de modo geral, auxiliaram no crescimento industrial e tecnológico do país, ampliando o investimento em infraestrutura e em políticas de aceleração do consumo, mas deixaram de privilegiar aspectos como saúde, educação e melhorias nas condições gerais de vida da população (ALMEIDA, 2004; PEREIRA, 2012).

Percebe-se hoje que os planos de desenvolvimento previstos para os países de inserção hipertardia na ordem mundial, como os BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul), não presenciaram as belas promessas do progresso. Presenciaram sim, o acesso ao consumo e à implementação de uma modernidade ilusória, implantada sob a ótica de que a industrialização de um país seria sinônimo de desenvolvimento, e que este, por sua vez, traria avanços tecnológicos e sociais (FURTADO, 1992; MALUF, 2000). Para Alves (2013b), essa promessa não cumprida está nas bases da crise estrutural do capital, e não a estagnação econômica. A partir de duras experiências, compreende-se, na atualidade, pelo menos do ponto de vista teórico, que o consumo não é inerentemente emancipador (ALVES, 2013b) e que, ao contrário do que defendem alguns economistas, o crescimento econômico não beneficia automaticamente todas as camadas da população (BRUNO; RAVAILLON; SQUIRE, 1996; MALUF, 2000).

Uma análise dos planos de desenvolvimento implantados no Brasil desde a década de 1930 revelou uma base substancialmente voltada para o crescimento econômico, geralmente sustentado pela industrialização e pelos grandes projetos de infraestrutura. No que tange aos principais planos implantados, podem-se citar as primeiras ações estabelecidas na década de 1930, em função da crise cafeeira e da crise econômica internacional, alicerçadas na industrialização, no investimento em infraestrutura e na forte intervenção do Estado sobre a economia (BIELSCHOWSKY, 1997; VIANNA, 2007); o Plano Especial de Obras Públicas e Preparo da Defesa Nacional, criado com o intuito de preparar o país para as necessidades decorrentes da Guerra entre 1939 e 1945 e, posteriormente, o Plano de Obras e Equipamentos, direcionado ao fortalecimento da infraestrutura nacional e também à criação de indústrias básicas (MELLO E SOUZA, 2012); o Plano Salte, no governo Dutra (1946-1950), que se

propunha a solucionar questões setoriais e orçamentárias do país (ALMEIDA, 2004); o Programa de Metas, no governo Kubitscheck (1956-1960), reconhecido pelo estímulo à área industrial de base e a infraestrutura; o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, desenvolvido em 1962, no governo Goulart (1963-1965), com foco principal na substituição das importações e no conceito de desequilíbrios estruturais da economia nacional (ALMEIDA, 2004); o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), estabelecido durante a governança militar com o objetivo de combater a inflação (MARTONE, 1970); o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II, com o lema “fuga para frente”, voltado para o investimento em infraestrutura e para o desenvolvimento da indústria de base (ALMEIDA, 2004, p. 23); o plano Cruzado de Sarney, em 1986, e o plano Bresser, em 1987, que focaram principalmente a estabilização da economia, em um contexto de baixo crescimento econômico, endividamento do setor público e elevados índices de inflação (ALVES, 2013a); o Plano Plurianual (PPA), em 1988, com o objetivo de criar diretrizes e metas regionalizados de administração pública; o Plano Collor, na década de 1990, reconhecido pelo confisco de todas as aplicações financeiras e também pela incapacidade de reverter o cenário de crise enfrentado; o Plano Real, desenvolvido por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1993; o plano Brasil 2020, criado em 1998, no governo FHC, com a proposta de desenvolver ações com base em cenários e metas para o futuro do país (ALMEIDA, 2004); o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), instituído pelo governo Lula e Dilma, com o intuito de aumentar o consumo e as obras de infraestrutura (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014); e, finalmente, o Plano Crescer, estabelecido pelo governo Temer, com o propósito de alavancar o crescimento econômico através da intensificação das privatizações e das concessões para obras de infraestrutura (BRASIL, 2016a).

Se o Brasil, em seus planos de desenvolvimento, já poderia ser caracterizado pelo escasso foco em melhorias sociais, educacionais e de saúde (PEREIRA, 2012), para Alves (2013a), o governo FHC rompeu definitivamente com o modelo de governo nacional-desenvolvimentista que se praticava desde a década de 1930, adequando a economia nacional à nova ordem hegemônica mundial. Na perspectiva de Pereira (2012), durante o curto mandato de Collor e dos dois mandatos de FHC, ficou explícita a rejeição à ampliação dos direitos sociais. Especialmente, nesse período, a ofensiva neoliberal ganhou espaço por meio de um intenso movimento de privatização e de privilégio às políticas monetárias, cambiais e fiscais, em detrimento de uma política econômica socialmente referenciada. Além disso, diversos setores públicos foram privatizados, fazendo com que o setor privado da economia fosse “agraciado com renda, riqueza e patrimônio em detrimento do bem-estar social da população”

(OLIVEIRA, 2010, p. 373). Para Alves (2013a, p. 01), a década de 1990 representou para o Brasil “a reestruturação capitalista sob a égide neoliberal”.

Concomitantemente, o surgimento dos movimentos antiglobalização, em diversos países, passou a revelar uma insatisfação crescente frente à nova ordem burguesa conduzida pelo capital financeiro e representada por órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (ALVES, 2013a). A década de 2000 pode ser considerada um marco na “contestação à financeirização e à barbárie social, principalmente na América Latina” (ALVES, 2013a, p. 04). Destarte, a eleição de Lula, em 2002, “significou a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento não mais orientado pelos parâmetros neoliberais” (ALVES, 2013a, p. 06).

No entanto, quando a esquerda finalmente chegou ao poder, a hegemonia neoliberal já havia triunfado, tanto no Brasil quanto na América Latina, contribuindo para que o governo, de fato, não rompesse com o projeto neoliberal (ALVES, 2013a; PEREIRA, 2012). Pelo contrário, Lula não só manteve o plano econômico iniciado pelo governo FHC como também o intensificou através do PAC. Além disso, “já se havia imposto uma década de governo neoliberal, centrado no controle da inflação, mas causador de uma recessão grave e duradoura, além de uma enorme dívida social acumulada” (PEREIRA, 2012, p. 744). Foi assim que o governo de esquerda adotou uma estratégia dupla: manter os planos e as políticas que davam continuidade à herança dos governos anteriores, sem deixar de incorporar as demandas sociais (BRAGA, 2010). Esse modelo, denominado *neodesenvolvimentismo*, foi considerado por Alves (2013a) como o novo projeto burguês.

Entre os principais exemplos dessa estratégia, estão o PAC e o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) (MME, 2014b). O PNLT surgiu em 2006, com o intuito de resgatar o planejamento estratégico no setor de transportes (BANCO DE INFORMAÇÕES E MAPAS DE TRANSPORTES – BIT, 2014). Já o PAC, criado em 2007, possuía o objetivo de retomar o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o desenvolvimento acelerado e “sustentável” do Brasil (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014). Nos primeiros quatro anos, o plano dobrou os investimentos públicos e gerou empregos em volume recorde, sustentando o país durante a crise de 2008 e 2009 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014). Assim, foi possível manter a renda média da população, que permaneceu consumindo bens e serviços, atenuando os efeitos da crise.

Os empreendimentos do PAC foram viabilizados através da parceria entre o governo federal, estados, municípios e a iniciativa privada. O programa foi reconhecido pelo governo

como responsável direto pelo aumento da oferta de emprego, de renda, do consumo de bens e serviços, da elevação do Produto Interno Bruto (PIB), dos investimentos públicos em obras ditas fundamentais, da competitividade econômica do país, da movimentação da economia e da redução das desigualdades regionais (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

Criado no governo Lula, o plano seguiu ativo no governo de Dilma Rousseff e, de fato, gerou melhorias nas condições sociais, mas também aumentou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio (ANTUNES, 2011; PEREIRA, 2012). O resultado do neodesenvolvimentismo brasileiro foi a criação de uma nova classe média e a ascensão social das camadas mais pobres, elementos que, na visão de Alves (2013a, p. 08), representaram o efeito “estrutural da nova lógica de desenvolvimento capitalista no país”. Afinal, a elevação do consumo das populações mais pobres levou ao aumento do investimento governamental e à expansão do mercado interno.

Frente à destituição do governo Dilma e à entrada do governo Temer, observa-se a retomada intensiva do processo de concessões e de privatizações em diversos setores, acompanhada de uma intensa destituição de direitos políticos e sociais recentemente conquistados no Brasil. Do ponto de vista econômico, instituiu-se o Plano Crescer, fundamentado na retomada do crescimento e no aumento do número de empregos. A estratégia inclui, principalmente, obras de infraestrutura, como aeroportos, energia, rodovias, ferrovias, portos e mineração (G1, 2016). Conforme declaração da Presidência da República, o plano possui o objetivo de “reformular o modelo de concessões no Brasil, além de fortalecer a segurança jurídica, a estabilidade regulatória e modernizar a governança. Na prática, o projeto possibilitará oportunidades de negócios e ajudará o Brasil a retomar o crescimento do Produto Interno Bruto” (BRASIL, 2016a).

A partir de uma lógica pouco inovadora e muito similar aos planos anteriores, o Plano Crescer segue fundamentando-se na estratégia de estabilização da economia e no PIB como indicador de resultados, no entanto, apoia-se na destituição estrutural das já fragilizadas políticas de proteção social. Para Furtado (1998), o PIB é formado por uma métrica composta por arranjos arbitrários que excluem do cálculo os impactos ou os custos sociais e ambientais decorrentes das ações desenvolvimentistas, assim, “a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes” (FURTADO, 1998, p. 116). Além disso, incluir esses custos não contabilizados poderia, inclusive, diminuir ainda mais a taxa de crescimento ou torná-la negativa. Em outras palavras, o aumento do PIB é apenas uma falsa impressão de desenvolvimento (FURTADO, 1998).

Considerando-se não apenas o desempenho do PAC ou do recém implantando Crescer, mas todo o percurso dos planos de desenvolvimento implantados no Brasil, percebe-se que, se, por um lado, houve, em alguns momentos, conquistas econômicas promissoras, por outro, o país se mostrou socialmente regressivo, “dada a secular defasagem entre seus feitos econômicos [...] e seus fracos resultados sociais comparáveis” (PEREIRA, 2012, p. 735). Ainda hoje o país é considerado incapaz de vencer as desigualdades de renda, a precarização no contexto da saúde, da assistência social, do seguro-desemprego, da qualificação dos trabalhadores, de infraestrutura, de reforma agrária e de políticas de renda (ALVES, 2013a; PEREIRA, 2012). Para Fagnani (2005), nas bases dessas problemáticas, estão dois elementos principais: a condição capitalista periférica do país e seu desenvolvimento retardatário; e as ditaduras e suas ambições econômicas-políticas de elevar o país à condição de grande potência mundial. Em ambos os processos, as camadas mais desprotegidas sofreram as maiores consequências.

Assim, desde o período da redemocratização, prevaleceu a ética da autorresponsabilização da população pobre, na qual ela própria deveria satisfazer suas demandas sociais, retribuindo de algum modo os auxílios públicos, como se, de fato, fossem devedores e não credores de um processo histórico de exclusão e de dívidas sociais (PISÓN, 1998). Na perspectiva de Pereira (2012, p. 744), “nenhum governo brasileiro pós-ditadura militar, e eleito diretamente pelo povo, rompeu com os mandamentos neoliberais, nem mesmo os que se identificavam com projetos de esquerda”. Tanto que, para a autora, atualmente, o cenário da política social do Brasil e do mundo pode ser apresentado por meio das seguintes características:

- a) direitização da política social;
- b) monetarização da política social;
- c) laborização precária da política social;
- d) descidadanização da política social; e isenção de participação social. (PEREIRA, 2012, p. 749).

Entende-se, portanto, que o projeto neodesenvolvimentista, no Brasil, não objetivou implantar as antigas promessas da *era de ouro* do capitalismo pós-guerra, mas “construir um novo patamar de acumulação de capital nas condições da crise estrutural que permita instaurar, no caso das periferias capitalistas pobres do sistema mundial, suportes sociais mínimos de existência” (ALVES, 2013a, p. 10); projeto comprometido muito mais com a reprodução dos grupos econômicos globais do que com a verdadeira transformação social. Afinal, em tempos de crise estrutural do capital, “o desenvolvimentismo possível ou o desenvolvimento social no interior da ordem burguesa hegemônica hipertardia é o projeto neodesenvolvimentista”

(ALVES, 2013b, p. 11). Esse debate pode ser corroborado pela afirmação de Arrighi (1998) de que os projetos de desenvolvimento econômico implantados no Brasil não passaram de meras ilusões desenvolvimentistas, como se o investimento na modernização técnica e na industrialização, fossem capazes de elevar a população aos padrões socioeconômicos dos países desenvolvidos.

## **2.5 Considerações finais**

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que, atualmente, o desenvolvimento econômico gera um desenvolvimento social muito inferior àquele que realmente poderia gerar, passando a negar a improbidade das injustiças que dissemina. Para além disso, Gómez (2002) afirma que a ideia de desenvolvimento, atrelada à melhoria de aspectos sociais, ambientais e humanos, mascara os reais interesses do capital, sob a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social. Nessa perspectiva, o chamado “capitalismo de rosto humano” não é mais que uma nova careta.

Percebe-se, portanto, que a concepção de desenvolvimento econômico em curso “compromete profundamente a sua própria durabilidade e, de alguma forma, abre o abismo da sua própria crise” (MARTINS, 2008, p. 9). Destarte, partilha-se da perspectiva de Martins (2008), que afirma que o modelo de desenvolvimento econômico instituído ao longo da história ofereceu, para setores limitados da sociedade, vivências de extremo progresso técnico e de bem-estar, enquanto ofereceu à grande maioria das pessoas, extremos de pobreza, privação e marginalização.

Entende-se, assim, que o objetivo do desenvolvimento econômico seja a própria economia, podendo ser definido como um modelo de antidesenvolvimento, no qual “o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui” (MARTINS, 2008, p. 13). Portanto, problematizar a construção das concepções de progresso e de desenvolvimento implica inquietar-se com o modo como esses conceitos são apresentados na atualidade, de maneira naturalizada e a-histórica (GÓMEZ, 2002).

Percebeu-se que, apesar das novas roupagens que atrelam o desenvolvimento às melhorias nas condições gerais de vida e de trabalho e das tentativas de criação de indicadores que possam medir esses construtos, os planos desenvolvidos, especialmente no Brasil, estruturam-se, desde a década de 1930, sob o enfoque da modernização e da industrialização do país. Com a pouca atenção dada às demandas sociais, a conotação de desenvolvimento e de

progresso, apesar das tentativas de humanização dos termos, permanece atrelada à acumulação de capital, ao crescimento meramente econômico e à promessa de um progresso futuro de igualdade de renda e de melhorias sociais.

Finalmente, diante do debate aqui apresentado, compreende-se o progresso enquanto ideologia (DUPAS, 2012; SBERT, 2000) que sustenta o discurso do desenvolvimento (ESTEVA, 2000; FURTADO, 1998). Discurso que, por sua vez, apesar de assumir novas faces moralmente aceitas, como o desenvolvimento humano, social ou sustentável, do modo como sendo utilizado na política internacional e também nacional, privilegia o desenvolvimento econômico e serve de instrumento de dominação e domesticação social, cultural, econômica e política. Portanto, apoiando-se na abordagem do mito do progresso de Dupas (2012) e no enfoque do mito do desenvolvimento econômico de Furtado (1998), parte-se do pressuposto de que ambos os termos emergem com o propósito de reafirmação e de manutenção do sistema social, econômico e político dominante – o sistema capitalista (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

### 3 HIDRELÉTRICAS E AS INJUSTIÇAS DA “ENERGIA LIMPA, RENOVÁVEL E DE BAIXO CUSTO”

*“Ela, além de ser uma energia renovável, além de ser uma energia com baixo impacto ambiental – porque ela não emite na quantidade de uma usina térmica [...] Ela não emite gases de efeito estufa e isso significa que nós temos um projeto de energia renovável. Além disso, ela tem... ela dura!”<sup>4</sup>*

(BRASIL, 2012).

*“Para o Brasil, a mais interessante, a mais barata, é exatamente a energia hidrelétrica construída a partir dos nossos rios. Que nós temos que cuidar do meio ambiente, temos. Que nós temos que cuidar das pessoas que moram nos lugares que vão ser alagados, temos. Mas que nós temos que fazer as hidrelétricas, nós precisamos fazer.”<sup>5</sup>*

(BRASIL, 2007a).

*“Uma hidrelétrica é considerada energia limpa, mas limpa depois que está gerando energia, mas, pra fazer funcionar, ela é muito suja.”*

(PEDRO, 2016, informação verbal).

Fotografia 4 – Hidrelétrica de Itá



Fonte: acervo pessoal (2016).

Nota: imagem integrante da exposição “Deserto de Água”.

<sup>4</sup> Trecho do discurso da ex-Presidenta da República, Dilma Rousseff, na inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito, em 18 de outubro de 2012.

<sup>5</sup> Trecho do discurso do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó Chapecó-SC, em 5 de outubro de 2007.



### 3.1 Introdução

Uma das principais demandas impostas pelo processo de desenvolvimento e pela modernização dos países foi a geração de energia. Estima-se que, possivelmente, ao longo do século XX, a população mundial utilizou mais energia do que em toda a história da humanidade (MCNEILL, 2001), tanto que, entre as décadas de 1930 e 1970, a construção de hidrelétricas tornou-se símbolo de progresso e de desenvolvimento econômico em diversos países. Sinônimo de modernização e de domínio do homem sobre a natureza, a construção dessas obras cresceu de maneira significativa. Na década de 1970, por exemplo, chegaram a ser encomendadas, em média, duas a três hidrelétricas por dia no mundo (WCD, 2000a).

De modo geral, os argumentos que justificam a utilização dessa fonte de energia normalmente estão pautados na geração de empregos, no acesso à eletricidade, no desenvolvimento econômico regional e nacional, na geração de energia de baixo custo, no fomento ao turismo, no aumento da competitividade econômica, na geração de energia limpa, renovável, verde e sustentável, no controle das cheias, entre diversos outros (ALVES; JUSTO, 2011; BERMANN, 2007; FERREIRA, 2000; GERMANI, 2003; PIAGENTINI; BENASSI; PENTEADO, 2014; VAINER, 2007; WCD, 2000b). Para viabilizar tais projetos, o discurso dos benefícios do crescimento econômico, da “sustentabilidade” e do “progresso” são adotados por governos e por instituições como justificativa para a concessão de incentivos fiscais e flexibilização da legislação ambiental (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013).

Nesse cenário, existem três argumentos que se destacam, especialmente no discurso oficial favorável à construção de hidrelétricas, são eles: a produção de energia limpa, renovável e de baixo custo (ABUD; LÓPES, 2006; ANEEL, 2008; BERGA et al., 2006; BIROL, 2007; ELETROBRÁS, 2014; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014; MME, 2013; TRACTEBEL, 2016b). Assim, mesmo diante das inúmeras evidências acerca dos danos socioambientais irreversíveis provocados pelos empreendimentos hidrelétricos, as categorias energia limpa, de baixo custo e renovável são naturalmente empregadas para caracterizar essas obras. Destarte, este capítulo possui o objetivo de problematizar essa naturalização e, na medida do possível, apresentar argumentos que desconstruam essas categorias ligadas aos empreendimentos hidrelétricos.

Com esse intuito, primeiramente, apresenta-se o pano de fundo atual atrelado à construção de hidrelétricas, qual seja, o campo da ecoeficiência problematizado pela abordagem da justiça ambiental. Na sequência, analisa-se o percurso histórico da construção desses empreendimentos no Brasil e suas interfaces com as esferas econômicas e políticas. Finalmente,

são discutidas as categorias energia limpa, renovável e de baixo custo atreladas à construção de hidrelétricas. Esse debate apoia-se em diversas importantes contribuições como as de Acsehrad (1991, 2010), Bermann (2007, 2008) e Vainer (1990, 1992, 1996, 1998, 2007, 2008), mas, principalmente, em uma das vertentes situadas no campo da Ecologia, da Justiça Ambiental e da Economia Política, desenvolvida por Martinez-Alier (2014) e chamada de *Ecologismo dos Pobres*. Essas abordagens oferecem subsídios para a problematização do agravamento das desigualdades e das injustiças ambientais diante do avanço das tecnologias nomeadas “verdes” ou “limpas”, abrindo espaço para o questionamento da ecoeficiência e da ecologização da sociedade (BONDS; DOWNEY, 2012). Por fim, cabe destacar que, apesar das diferenças conceituais entre *barragem*, entendida como a construção de uma barreira de contenção da água que pode ser utilizada para diferentes fins, e de *hidrelétrica*, que, a partir da construção de uma barragem sob um revelo que possibilita a queda d’água, gera energia (ROSA, 2007), os termos são utilizados, neste trabalho, como sinônimos.

### 3.2 As injustiças da ecoeficiência sob a “face verde” do capitalismo

*“Quando falam da natureza, os brancos muitas vezes usam uma outra palavra: meio ambiente. Essa palavra também não é uma das nossas e nós a desconhecíamos até pouco tempo atrás. Para nós, o que os brancos chamam assim é o que resta da terra e da floresta feridas por suas máquinas. É o que resta de tudo o que eles destruíram até agora. Não gosto dessa palavra meio. A terra não deve ser recortada pelo meio.”*

(KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 484).

Diante das três maiores preocupações do século, o meio ambiente, a energia e a economia global (VICHI; MANSOR, 2009), a pauta da crise ecológica global vem ocupando um espaço crescente na agenda política governamental e na sociedade em geral. Nesse cenário, distinguem-se três abordagens principais pertencentes ao movimento ambientalista: “o culto ao silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres” ou justiça ambiental (MARTINEZ-ALIER, 2014, p. 21). A corrente do culto ao silvestre ou à vida selvagem respalda-se na biologia conservacionista que se desenvolveu na década de 1960 e possui como foco a preservação do meio ambiente. Os debates promovidos por essa abordagem não problematizam ou atacam diretamente as questões da industrialização, da urbanização ou do crescimento econômico. Essa perspectiva “surge do amor às belas paisagens e de valores profundos” contrapondo-se aos interesses materiais” (MARTINEZ-ALIER, 2014, p. 21), além disso, busca preservar os espaços originais da natureza que ainda restam em nossa sociedade.

Em contrapartida, a abordagem ecologismo dos pobres no campo da justiça ambiental, nascida na década de 1980, a partir de conflitos ambientais provocados pela desigualdade social e pelo crescimento econômico, discute “o desenvolvimento desigual e combinado do processo de acumulação capitalista e o uso desigual de recursos naturais pelos países de renda elevada” (RIBEIRO, 2014, p. 12). O termo ecologismo dos pobres, cunhado por Martinez-Alier (2014), nasceu a partir dos casos de resistência no movimento Chipko, na Índia, em defesa das florestas do Himalaia e do exemplo do líder sindical seringueiro Chico Mendes no período da Ditadura Militar. Entre suas principais contribuições, estão a problematização da dívida ecológica dos países do Norte com os países do Sul, a discussão do importante papel das populações pobres na conservação da natureza, a apresentação dos conflitos socioecológicos como resultado da utilização crescente do ambiente natural em prol do crescimento econômico e o debate acerca do poder político que apresenta o discurso econômico como justificativa para o sacrifício de certas populações (MARTINEZ-ALIER, 2014). Nesse contexto, a noção de justiça ambiental está menos associada à judicialização dos conflitos e das relações sociais e mais vinculada à ideia de ética, política, democracia e direitos humanos (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

No Brasil, os debates acerca da justiça ambiental ganharam destaque a partir do ano de 2000, com os trabalhos de Acselrad (2004), Acselrad, Herculano e Pádua (2004), Little (2004), Herculano e Pacheco (2006) e Porto (2007). Uma importante contribuição para o tema foi a criação da Rede Brasileira de Justiça-Ambiental (RBJA), em 2002, lançada oficialmente no Fórum Social de Porto Alegre (RS), a qual preconiza que os recursos ambientais sejam bens coletivos, cujos modos de apropriação e de gestão devam passar pelo debate público e pelo controle social; os direitos das populações do campo e da cidade sejam equânimes, combatendo a distribuição socioterritorial e a desigualdade ambiental; o acesso à saúde coletiva seja garantido por meio do uso sustentável dos recursos ambientais, de sua preservação, do combate à poluição, à degradação, à contaminação e à intoxicação química, que geralmente atinge pessoas que vivem e trabalham em áreas de instalação de grandes empreendimentos; a luta pelo direito dos atingidos por mudanças climáticas esteja pautada na exigência de políticas de assistência e mitigação dos danos; a valorização de diferentes formas de viver se concretizem, reconhecendo-se as populações tradicionais e seus modos de conservação da natureza; o direito a ambientes culturalmente específicos das comunidades tradicionais seja praticado; e que a alteração radical do atual padrão de produção e consumo se concretize (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013). Desse modo, “a estratégia ancorada na noção de justiça ambiental [...] identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação

de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ACSELRAD, 2010, p. 108).

Por outro lado, a perspectiva ou o credo da ecoeficiência apoia-se nos conceitos do desenvolvimento sustentável, da modernização ecológica e da “boa utilização” dos recursos naturais, para “problematizar os impactos ambientais ou os riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna” (MARTINEZ-ALIER, 2014, p. 26). Ao contrário da abordagem do culto ao silvestre, a ecoeficiência discute os efeitos do crescimento econômico na sociedade de modo geral e não apenas nas áreas de natureza original. No entanto, seu argumento principal é de que as novas tecnologias e a internalização das externalidades são essenciais para a modernização ecológica. Nesse sentido, a ecoeficiência respalda-se na ecologia industrial e na economia ambiental, considerando a natureza como um recurso ou capital natural.

Essa última abordagem defende que, entre as “soluções” para o cenário de crise ambiental, está a economia verde, sustentada ideologicamente pela ecoeficiência. É essa corrente que sustenta grande parte dos discursos políticos nacionais e internacionais relacionados ao meio ambiente. Assim, observa-se que, se, na década de 1990, o tema do desenvolvimento sustentável recebia todos os holofotes, nos anos 2000, foi a vez da economia verde (FURTADO, 2012). Ações como o lançamento da Iniciativa Economia Verde (GEI), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2008, o Rio +20, em 2012, a 21ª Conferência do Clima (COP-21), em 2015, são exemplos dos espaços de consolidação e de ascensão dessa abordagem.

Conforme Porto e Schütz (2012), essa vertente possui como característica a apresentação de sistemas de gestão ambiental, a certificação ambiental, a avaliação de ciclos de vida e a produção de energia limpa. Considerada economicista e tecnocrática, a abordagem recebe críticas por desconsiderar as questões políticas atreladas aos conflitos e às injustiças ambientais e sociais. Assim, “a natureza passa a ser objeto crescente de controle e lucro dos mercados, gerando simultaneamente títulos de especulação financeira, controle corporativo e perda da soberania territorial dos povos e comunidades locais” (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013, p. 40).

Atualmente, a economia verde é definida como aquela que gera “melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP, 2015, n. p.), relacionando-se diretamente às baixas emissões de carbono, a eficiência energética e a energia renovável (ENERGY SECTOR MANAGEMENT ASSISTANCE

PROGRAM – ESMAP, 2010; GOUVELLO, 2010). Nessa estratégia, três objetivos principais podem ser observados: a redução das emissões de carbono; a eficiência energética e de uso de recursos naturais; e a prevenção da perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (UNEP, 2015).

As abordagens que defendem a modernização ecológica argumentam que o mercado, a regulação estatal e fiscal, os hábitos e as preferências dos consumidores, além da emergência dos movimentos ambientais irão impulsionar as tecnológicas verdes e as formas de produção que reduzem os impactos socioambientais (BUTTEL, 2003; COHEN, 2006; MOL, 2002; MOL; SPAARGAREN, 2002; SCHLOSBERG; RINFRET, 2008; UNEP, 2015). Observa-se, nessa perspectiva, a presença do pressuposto de que toda a sociedade será beneficiada com a implantação de modelos produtivos sustentáveis e de que essa nova geração será capaz de criar alternativas que possam “salvar o planeta” ou, ao menos, retirá-lo do abismo, por meio da redução do uso de recursos naturais e da diminuição da poluição. A UNEP (2015), por exemplo, apresenta a transição para a economia verde como uma solução para a erradicação da pobreza, enfatizando a necessidade de investimento público nesse processo. Além disso, discute a criação de incentivos fiscais e regulatórios para os investimentos sustentáveis.

Nesse debate, a degradação ambiental é desvinculada do modelo de desenvolvimento vigente e as tecnologias verdes são apresentadas como soluções mitigatórias. Instituições multilaterais, como o Banco Mundial, a BVRio e o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passam a gerir financiamentos para o desenvolvimento dessas tecnologias, delimitando políticas e gerindo fundos. Os países associados, por sua vez, “elaboram e implementam leis, políticas e planos nacionais de mudanças climáticas que contemplam a criação de mecanismos de mercado ao mesmo tempo em que flexibilizam as leis ambientais para garantir a sua implementação” (FURTADO, 2012, p. 19). Observa-se, assim, a generalização da chamada *ambientalização* do Estado, das empresas e da sociedade de modo geral (ACSELRAD, 2010; FURTADO, 2012; LEITE LOPES, 2004; MICOUD, 2001), por meio da qual o discurso verde é promovido e utilizado como vantagem competitiva.

Apesar disso, é provável que a tecnologia verde represente apenas mais uma *commodity* a ser comercializada e utilizada como estratégia de poder (BONDS; DOWNEY, 2012; FURTADO, 2012; SAWYER, 2011). Um exemplo concreto desse tipo de comercialização é a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRIO), que funciona como uma bolsa de valores destinada às transações de ativos ambientais. Na prática, se uma empresa X polui dentro da meta estipulada, isto é, menos do que uma empresa Y, então a empresa X pode comercializar a diferença, vendendo para a empresa Y o que ela deixou de poluir. Cria-se, assim, um novo

mercado, uma nova economia, em que “o direito de poluir a água, o ar e desmatar [...] é negociado e comercializado” (FURTADO, 2012, p. 106). Na perspectiva do mesmo autor, se já havia uma tentativa de humanizar o capitalismo, agora é a vez de pintá-lo de verde.

Para os autores que criticam essa abordagem, assim como aconteceu com outras inovações ao longo da história capitalista, a tecnologia verde poderá de fato trazer benefícios inestimáveis para os países desenvolvidos, no entanto, é muito provável que produza degradação e impactos socioambientais ainda maiores para as zonas periféricas (MARTINEZ-ALIER, 2014). Além disso, a economia verde e a consequente modernização ecológica em curso são criticadas pelo fato de terem sido criadas por “uma elite de políticos, especialistas e cientistas que impõem suas definições do problema e as suas soluções” (FURTADO, 2012, p. 27). Assim, muito mais do que uma solução para a crise ecológica mundial esses dispositivos, incorporados pelo discurso dominante, transformaram-se em justificativas politicamente corretas de controle e de exploração da vida e do meio ambiente (HAJER, 1996).

O processo de modernização ecológica, estruturado a partir da década de 1990, transformou o meio ambiente em negócio, precificando a natureza, suprimindo direitos e tornando o discurso ambiental e sustentável uma ferramenta de atração de capital e de diferenciação internacional. Diante disso, presencia-se a intensificação dos processos de injustiça social e ambiental, definidos como “a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ACSELRAD, 2010, p. 110), ou como

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (RBJA, 2016, n. p.).

Nessa lógica, grandes empreendimentos com práticas danosas são implantados em áreas desvalorizadas mediante incentivos fiscais e flexibilização de políticas sociais e ambientais protetivas. Em outras palavras, o que se tem discutido é que “os caminhos a serem trilhados para a necessária transição rumo a novos regimes energéticos renováveis e solares não parecem garantir, por si só, a existência de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis” (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013, p. 58).

Destarte, autores como Kenneth Pellow e Schnaiberg (2004) e Murphy (1994) afirmam que a sociedade contemporânea está dividida por classes ambientais, sendo algumas beneficiadas com a degradação ambiental e outras penalizadas. Corroboram esta tese as

diversas evidências de que a implantação de tecnologias verdes nos países centrais demanda elevada quantidade de matérias-primas oriundas dos países periféricos, extraídas de maneira violenta e através de violações dos direitos humanos, agravando a precarização estrutural dessas regiões. Seguindo a mesma lógica, para Martinez-Alier (2014), a dívida externa dos países do Sul poderia ser paga se fossem contabilizados os custos da exploração ecológica realizada desde a colonização pelos países do Norte. Aliás, ainda hoje são notáveis as ações que reduzem a poluição em alguns países por meio da transferência da indústria poluidora para países em processo de desenvolvimento, ocasionando apenas um deslocamento espacial dos danos ambientais (PELLOW, 2007). No mesmo sentido, o aumento da regulamentação ambiental nas nações mais ricas gera incentivos para que as indústrias poluidoras sejam transferidas para os países mais pobres. Exemplo disso é caso do lixo tóxico e eletrônico transferido dos Estados Unidos e da Europa para países asiáticos e africanos (PELLOW, 2007).

Bonds e Downey (2012) mostram, a partir de diversos estudos de casos, que as novas soluções ecoeficientes fazem uso de matérias-primas produzidas em países periféricos, mediante importantes impactos socioambientais. Os autores explicam ainda que muitas tecnologias verdes, que aumentam a eficiência, acabam reduzindo o custo dos recursos naturais e, conseqüentemente, elevando sua utilização ao invés de diminuir. No caso da energia, por exemplo, observa-se que, quanto maior o aumento da eficiência, maior o acesso dos consumidores e maior o consumo (YORK; ROSA, 2003).

Outros exemplos contribuem para o entendimento dessa dinâmica pautada na desigualdade ambiental, como a degradação da natureza provocada pela extração de metais na África do Sul, a exploração de pgm e níquel na Rússia, as plantações de óleo de palma na Malásia ou na Indonésia. Além disso, sabe-se que a produção de veículos verdes está associada à produção de tecnologias vinculadas à violência de Estado e a abusos dos direitos humanos. Os autores denominam esse processo de “troca ecologicamente desigual nos sistemas mundiais” (BONDS; DOWNEY, 2012, p. 20). Com isso, entende-se que aquilo que pode resultar em melhorias ambientais para um determinado país, como no caso dos conversores catalíticos, pode também gerar danos ambientais para outras regiões menos poderosas ou em situação econômica desfavorável (BONDS; DOWNEY, 2012). Além disso, a violência de Estado e a empresarial nos países periféricos constrói trocas ecológicas desiguais, gerando apenas uma transferência de riqueza natural sem o pagamento integral de seu valor e do custo de extração (DOWNEY; BONDS; CLARK, 2010; SHANDRA 2007). Frente aos elementos expostos, observa-se que o avanço da tecnologia ecoeficiente está muito longe de beneficiar universalmente todas as nações, em vez disso, “em um mundo dilacerado por profundas

desigualdades, a comercialização generalizada das tecnologias ‘verdes’ tem o potencial de criar novos problemas ambientais e humanitárias, mais graves, ou pelo menos diferentes para os grupos mais pobres e menos poderosos” (BONDS; DOWNEY, 2012, p. 18).

Outro elemento importante presente nas abordagens da economia verde é a defesa de que a adoção de sistemas de produção de energia renovável, de tecnologias limpas e de processos produtivos menos poluentes atuarão na diminuição dos impactos negativos sobre o meio ambiente e as sociedades de modo geral (MOL, 1997). Nesse sentido, o avanço dessas tecnologias no modelo capitalista representaria uma solução para a crise ecológica, beneficiando todo o planeta. No entanto, o que se observa nessa perspectiva é uma clara dissociação entre economia e meio ambiente, como se a atividade econômica não estivesse atrelada à degradação ambiental. As próprias diretrizes do Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2015) esclarecem que a transição para a economia verde não implica na redução do crescimento econômico. Para Foster (2000), essas soluções “mágicas”, maciçamente adotadas pelas políticas públicas mundiais, representam uma tentativa frustrada de gerir a crise ambiental sem mudanças socioestruturais ou sem reduzir a produção econômica. São soluções que visam manter o nível de produção e de consumo ou, até mesmo, aumentá-lo, através de tecnologias supostamente verdes, apenas apresentando uma nova justificativa para manter o *status quo* da economia capitalista.

### **3.3 A “energia limpa” do Brasil: história e controvérsias na construção de hidrelétricas**

Nos últimos 50 anos, no Brasil, os planos de desenvolvimento estiveram diretamente relacionados à concepção e à implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como é o caso das hidrelétricas (BERMANN, 2007; VAINER, 2007), já que a política de geração de energia elétrica elegeu como alvo principal os recursos hídricos (ALVES; JUSTO, 2011). Além disso, para inserir-se no regime de mundialização, o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, utilizou como estratégia a exploração de recursos naturais e a exportação de produtos de baixo valor agregado, que consomem energia em larga escala, como é o caso do alumínio, do aço, do cimento e do ferro (MAB, 2011), processo que resultou no aumento das desigualdades, dos impactos e dos riscos ambientais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Até o final do século XIX, diante de uma economia nacional agrária, a hidroeletricidade era inexpressiva. As primeiras hidrelétricas foram construídas no início do século XX, principalmente na região sudeste em função do crescimento das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (SOUZA, 2000). Diante disso, capitais estrangeiros passaram a investir no setor que



crescia conforme o aumento da demanda nacional. Nesse processo, até a década de 1930, o setor elétrico no Brasil era essencialmente privado e estruturado a partir de concessões cedidas às empresas pelo poder público (SAMPAIO; RAMOS; SAMPAIO, 2005).

Foi somente na segunda metade do mesmo século que o potencial hidrelétrico nacional passou a ser utilizado de maneira intensiva. Nesse período, caracterizado como a era Getúlio Vargas, prevaleceram os planos de nacionalização da produção e da distribuição da energia elétrica, além do crescimento e da consolidação do setor associado aos grandes empreendimentos de infraestrutura (GONÇALVES, 2009). Um marco importante desse período foi a promulgação do Código das Águas, em 1934, responsável pela incorporação de todos os recursos hídricos ao patrimônio da união. Criou-se, então, em 1939, o Conselho Nacional das Águas, visando à gestão da indústria de energia elétrica do país.

Com a Segunda Guerra Mundial, os serviços energéticos foram se deteriorando e tornaram-se insuficientes frente à demanda nacional que crescia rapidamente. Diante da necessidade de reorganização do setor, com bases estatais, foi criada, em 1963, a Eletrobrás e, logo após, o Sistema Centralizado de Energia (FERREIRA, 2000). A geração de energia passou então a pertencer ao Estado, por meio de empresas de serviços públicos, que cooperavam com a dinâmica de produção energética. Essas empresas, organizadas pelo sistema centralizado, geravam energia de maneira articulada, de modo que uma usina hidrelétrica fazia uso da água liberada por outra em uma mesma bacia fluvial. A centralização, além de ser considerada eficiente do ponto de vista econômico e técnico, adequava-se ao modelo de crescimento econômico impulsionado pelo Estado, que prevaleceu no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (FERREIRA, 2000).

Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, o setor de geração e transmissão de energia elétrica obteve consideráveis investimentos, especialmente estrangeiros, processo fortemente influenciado pela crise do petróleo em 1973, momento no qual o governo passou a incentivar ainda mais que a indústria interna utilizasse energia elétrica em vez de combustíveis fósseis. Essa ação extrapolou a oferta, levando à construção de novas obras com empréstimos provenientes dos Estados Unidos.

Nesse período, iniciaram-se as primeiras mobilizações das populações atingidas pela construção de hidrelétricas, que mais tarde formaram o MAB. Diante das inúmeras obras em andamento e da inexistência de uma política nacional de indenização das famílias atingidas, milhares de pessoas foram expulsas de suas terras, migrando para grandes cidades, favelas ou movimentos sem-terra (MAB, 2011). No entanto, com a estagnação de investimentos no setor em função da escassez de crédito nacional e internacional, a partir da década de 1980, o

crescimento do setor foi interrompido, fazendo com que antigos e novos projetos hidrelétricos fossem paralisados.

No que se refere aos aspectos socioambientais atrelados às obras hidrelétricas até a década de 1980, a construção desses empreendimentos dava-se sem qualquer avaliação social ou ambiental (REZENDE, 2007). Foi somente a partir desse período que iniciativas orientadas para os impactos gerados pelas obras surgiram como resultado do processo de democratização, do crescimento dos movimentos ambientalistas, das pressões da população civil e da resistência das populações atingidas pela construção de barragens. O setor energético, por sua vez, passou a desenvolver iniciativas de cunho socioambiental, mas sempre de “maneira reativa, tímida e defensiva” (VAINER, 2007, p. 120).

Como exemplo desse reposicionamento, podem ser citadas iniciativas como a criação do Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA); a regulamentação da obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs), exigida pela Resolução 01/86, do Conama; a elaboração do Manual de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos e do Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico pela Eletrobrás; o estabelecimento da Resolução Conama 06/87, que impôs regras para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente de energia elétrica; a criação da Divisão de Meio Ambiente da Eletrobrás; além de alterações nas legislações estaduais e da consolidação das agências ambientais em vários estados (VAINER, 2007).

A pauta das discussões, na época, estava alicerçada nos processos de democratização, de responsabilização social e ambiental e da necessidade de endereçar os conflitos sociais e ambientais vinculados aos grandes empreendimentos hidrelétricos. Todas essas alterações aumentaram consideravelmente os custos dos projetos hidrelétricos, afinal, seria necessário ressarcir as populações atingidas pelas obras anteriormente realizadas sem nenhuma preocupação socioambiental, além de incluir os custos das políticas compensatórias nos futuros empreendimentos.

Nesse período, diante de uma já instalada crise energética, o Brasil iniciou o processo de privatização do setor energético, através da concessão de exploração de potenciais hidrelétricos a grupos privados. As negociações atreladas à privatização do setor energético desenvolveram-se entre os anos de 1992 e 1995 e se concretizaram em 2000. O intuito era transformar a energia em mercadoria, totalmente gerida pelo setor privado, sem qualquer participação do Estado. Como visto no capítulo anterior, nesse momento, o crescimento econômico, até então impulsionado pelo Estado, passou a ser impulsionado pelo mercado. Além

disso, havia uma demanda para que o setor público reduzisse os custos e aumentasse sua eficiência, requisito básico para que o Brasil ingressasse no mercado global de maneira competitiva (FERREIRA, 2000; LEME, 2010). Diante disso, cabe destacar que os processos de privatização e de desestatização não foram estratégias exclusivamente brasileiras, adotadas para solucionar uma problemática pontual, pelo contrário, foram estratégias amplas e desastrosas do ponto de vista socioambiental, lançadas com o intuito de adequar os países latino-americanos aos novos arranjos da política econômica do final do século XX e início do século XXI (LEME, 2010).

Conforme análises de Vainer (2007), a privatização ocorreu sem critérios e sem preocupação com os possíveis danos às populações atingidas. Aspectos como o empréstimo de dinheiro do Estado para que grupos privados adquirissem as hidrelétricas, concessões e vendas de hidrelétricas para estatais e multinacionais estrangeiras, caracterizaram muitas transações apenas como transferência do patrimônio nacional para outros países. Com isso, houve um retrocesso nas conquistas sociais e ambientais efetivadas até aquele momento, afinal, os consórcios privados não possuíam qualificação para o tratamento dos danos gerados pelas obras, assim, a responsabilização do Estado foi delegada ao mercado (VAINER, 2007). Além disso, a privatização do setor energético começou antes mesmo que as agências de regulação fossem formalmente criadas (LEME, 2010).

Em 1997, para fazer a gestão dos aspectos socioambientais, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), considerada por Vainer (2007) incompetente para dar conta das questões sociais e ambientais. Já a Empresa de Planejamento Energético (EPE), também criada pelo Decreto nº 5.184/2004, para auxiliar na problemática, ainda não tinha seu papel definido. A falta de clareza e de orientação na atuação dessas agências associadas à privatização do setor resultou no estabelecimento de “uma terra de ninguém na qual passou a vigorar a improvisação, cujos custos passaram a recair, como de hábito, sobre as populações atingidas e sobre o meio ambiente” (VAINER, 2007, p. 121).

Nesse cenário, surgiu a oposição entre as grandes empresas do setor privado e os ambientalistas. A perspectiva era de que as exigências e as iniciativas de preservação ambiental, realizadas pelo IBAMA, impediam o desenvolvimento do país e que, portanto, o Estado deveria fazer concessões para que as empresas privadas continuassem “desenvolvendo” o país (VAINER, 2007). E, de acordo com os estudos desenvolvidos por Zhouri (2011), foi exatamente isso que aconteceu.

O processo de flexibilização da legislação ambiental que acabara de ser construída foi intensificado após o ano de 2001, momento em que o Brasil viveu um importante racionamento

de energia, que afetou todo o território nacional. Assim, a crise energética, proveniente das desastrosas manobras de privatização completa do setor, passou a ser associada ao processo de licenciamento ambiental (ZHOURI, 2011). Sabe-se hoje que esse movimento de crítica ao modelo de licenciamento ambiental estava apenas começando.

Após essa reforma, baseada no processo de privatização, e da crise de racionamento em 2001, o governo Lula iniciou um processo de contrarreforma (CORREIA et al., 2006). Entre as principais mudanças construídas entre os anos de 2003 e 2004 estão a retomada do papel do Executivo como poder concedente, anteriormente desempenhado pela ANEEL e transferido ao MME; a reestruturação do planejamento de médio e longo prazo, por meio da EPE; o monitoramento das condições de atendimento no curto prazo; a competição na geração com a licitação pela menor tarifa; o redirecionamento para o longo prazo da contratação de energia, compatível com a amortização dos investimentos realizados; a criação de dois ambientes de contratação de energia, um livre e um regulado; a desvinculação do serviço de distribuição de qualquer outra atividade; o estabelecimento de uma reserva conjuntural para o restabelecimento das condições de equilíbrio entre oferta e demanda e a instituição de um *pool* de contratação regulada de energia a ser comprada pelas distribuidoras (WALVIS; PLURAL; GONÇALVES, 2015). Construindo-se um paralelo entre os diferentes modelos de gestão do setor de energia do Brasil, têm-se as mudanças apresentadas no Quadro 1, a seguir:

*Quadro 1 – Mudanças no setor elétrico brasileiro*

<b>Modelo Antigo (até 1995)</b>	<b>Modelo de Livre Mercado (1995 a 2003)</b>	<b>Novo Modelo (2004)</b>
Financiamento através de recursos públicos	Financiamento através de recursos públicos e privados	Financiamento através de recursos públicos e privados
Empresas verticalizadas	Empresas divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição e comercialização	Empresas divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação
Empresas predominantemente estatais	Abertura e ênfase na privatização das empresas	Convivência entre empresas estatais e privadas
Monopólios - competição inexistente	Competição na geração e comercialização	Competição na geração e comercialização
Consumidores cativos	Consumidores livres e cativos	Consumidores livres e cativos
Tarifas reguladas em todos os segmentos	Preços livremente negociados na geração e comercialização	No ambiente livre: preços livremente negociados na geração e comercialização No ambiente regulado: leilão e licitação pela menor tarifa
Mercado regulado	Mercado livre	Convivência entre mercados livre e regulado
Planejamento determinativo - Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS)	Planejamento indicativo pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	Planejamento pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
Contratação: 100% do mercado	Contratação: 85% do mercado (até agosto/2003) e 95% mercado (até dez./2004)	Contratação: 100% do mercado + reserva
Sobras/déficits do balanço energético rateados entre compradores	Sobras/déficits do balanço energético liquidados no MAE	Sobras/déficits do balanço energético liquidados na CCEE; Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD) para as Distribuidoras.

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE, 2015, n. p.).

No que se refere à participação e à gestão do setor energético pelos diferentes grupos estatais e privados, têm-se o arcabouço institucional do setor de energia elétrica representado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Arcabouço institucional do setor de energia elétrica

Instituição	Atribuições institucionais
Ministério de Minas e Energia (MME)	Desenvolver políticas setoriais e fixar diretrizes
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	Normatizar as políticas e diretrizes estabelecidas e fiscalizar os serviços prestados
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	Realizar estudos necessários à expansão do sistema elétrico
Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)	Coordenar e supervisionar a operação do sistema interligado
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	Viabilizar a comercialização de energia elétrica
Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	Propor medidas específicas para o setor (vinculado à Presidência da República)
Agentes Setoriais (geradores, transmissores, distribuidores, comercializadores)	Oferecer os serviços de energia elétrica aos consumidores finais

Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU, 2014, p. 19).

Diante dessa contextualização, percebe-se que, apesar da contrarreforma proposta pelo presidente Lula e das mudanças de governança, experiências de grandes empreendimentos hidrelétricos, na atualidade, demonstram poucas transformações diante das antigas controversas e problemáticas associadas aos impactos socioambientais provocados pelas obras e ao frágil papel de proteção social do Estado das populações atingidas. Compreende-se claramente que, em um ritmo mais acelerado do que as políticas de proteção dos direitos humanos, ambientais e sociais das populações atingidas pelas hidrelétricas, os projetos de novos empreendimentos cresceram significativamente, visando atender ou exceder as projeções de consumo futuro de energia, atrelados diretamente ao modelo de desenvolvimento econômico planejado pelo país (GOLDEMBERG; LUCON, 2007).

A própria ANEEL (2015), ao justificar a diversificação da matriz elétrica, coloca em primeiro lugar a necessidade de aumento da segurança do abastecimento. Posteriormente, a dificuldade em ofertar novos empreendimentos hidráulicos por causa da ausência de estudos e de inventários e, finalmente, o aumento de entraves jurídicos que protelam o licenciamento ambiental de usinas de fonte hídrica. Em nenhum momento, são consideradas as populações atingidas ou os efeitos devastadores gerados pelas obras das hidrelétricas, apesar das inúmeras evidências acerca da temática.

Destarte, se, por um lado as projeções de desenvolvimento do país dependem e, portanto, lançam centenas de hidrelétricas para os próximos anos, por outro, diversos estudos apontam que as populações atingidas não têm sido consideradas nessas projeções. Pelo contrário, o planejamento e a implantação dos grandes projetos hidrelétricos exploram os recursos naturais, os espaços e os territórios para a produção de eletricidade. Tudo que contraria essa lógica, incluindo as populações atingidas, é considerado um obstáculo que precisa ser vencido (VAINER, 1990). Afinal, no contexto histórico de projeção e de construção de projetos

hidrelétricos, o sentido de propriedade utilizado e o modo de uso dos recursos naturais é a base do modelo de desenvolvimento preconizado com o intuito de ampliar a oferta de energia (VAINER, 2007), o que representa um perverso padrão de concentração de renda baseada na apropriação do dinheiro público para geração de lucro restrito a uma minoria (SACHS, 1993). Dessa forma, a construção de hidrelétricas concebe claramente uma estratégia de apropriação por parte do centro econômico, dos recursos naturais e humanos de um determinado território (BORTOLETO, 2001; VAINER; ARAÚJO, 1992).

### ***3.3.1 Energia limpa, renovável e de baixo custo: para quem?***

É no arsenal de fontes “verdes” de produção de energia que a hidroeletricidade tem sido apresentada como limpa, renovável e de baixo custo, juntamente com outras fontes de geração de energia como a eólica, a solar, a biomassa, a geotérmica e a oceânica (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013). Esses termos, pouco precisos e utilizados sem a devida crítica, comumente, atuam na produção de um conformismo geral e na ocultação de danos socioambientais e de injustiças sociais (ALTVATER, 1993; MARTINEZ-ALIER, 2014). Nesse sentido, torna-se totalmente plausível considerar que energias consideradas limpas, do ponto de vista da ecoeficiência ou da economia verde, são, na verdade, dispositivos para a geração de conflitos e de injustiças ambientais (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013).

Exemplo disso é a construção de dois movimentos paralelos e minimamente contraditórios no campo da hidroeletricidade no Brasil: um deles fortalece o discurso das hidrelétricas enquanto fonte de energia limpa, renovável e de baixo custo, respaldado internacionalmente na emergência “inquestionável” da ecoeficiência; o outro defende a flexibilização da legislação socioambiental vigente relacionada à construção dessas obras, silenciando os direitos ambientais e sociais recentemente instituídos e atualmente fragilizados.

O discurso atrelado às fontes de energia limpa e renovável nasce a partir da identificação da finitude e dos danos ambientais provocados pelos combustíveis fósseis (VICHI; MANSOR, 2009). Esse tipo de combustíveis, utilizado em demasia ao longo do processo de industrialização e de geração de energia, passou a ser problematizado diante da constatação de sua contribuição direta para a emissão de poluentes, de gases de efeito estufa e de degradação do meio ambiente (GOLDEMBERG; LUCON, 2007). Energia renovável seria, portanto, aquela produzida através de recursos naturais que se renovam, diferentemente daquelas produzidas através de bens não renováveis como o petróleo, os combustíveis fósseis, o gás natural e o

carvão. Já a categoria energia limpa seria aquela que não emite gases de efeito estufa (ECO PLANET ENERGY, 2016).

Percebe-se, assim, que a energia hidrelétrica, enquanto elemento de transição para a energia verde, é apresentada como uma solução totalmente desvinculada dos danos socioambientais. Nesse sentido, o argumento da energia renovável não se sustenta na preservação ambiental através de uma crítica ao modelo de produção vigente, mas na estratégia energética que cause menos danos globais e mais locais. Assim, “os seus aspectos ambientalmente positivos dizem respeito à ausência de combustão de hidrocarbonetos, emitindo então uma menor quantidade de carbono ou poluentes em geral” (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013, p. 42).

Quanto ao elemento energia renovável, notadamente, há um equívoco, pois, se o ciclo da água pode ser, de modo geral, considerado renovável, o mesmo não vale para a conversão de energia elétrica, que demanda determinada infraestrutura e maquinário específico (HERNANDEZ, 2012). No entanto, aparentemente, na perspectiva governamental, esse não é um dado considerável. Conforme o Ministério de Minas e Energia, a longevidade das usinas hidrelétricas é praticamente ilimitada, fazendo com que, “esgotado o período inicial de amortização dos investimentos, estas usinas podem continuar a produzir a mesma energia a custos reduzidos, o que proporciona uma redução nas tarifas, resultando nos dias de hoje em importante vantagem competitiva para o país” (BRASIL, 2007b, p. 159).

Outro importante elemento desta análise é a categoria baixo custo. Segundo um estudo do Banco Mundial (2008), 80% dos custos dos empreendimentos hidrelétricos estão atrelados às questões sociais (remanejamento da população), contra 12% de custos totais com a planta do projeto e 2,0% dos custos vinculados ao meio ambiente físico. Para o OSEB (2011, p. 03), “problemas no licenciamento ambiental” têm contribuído para o aumento dos custos direcionados às questões sociais. Logo, o não reconhecimento de populações ribeirinhas como legalmente atingidas ou a falta de investimento em estudos e políticas reparatórias mais justas contribui para a manutenção dos baixos custos dessa fonte energética.

Corroborar com esse debate a perspectiva de Rocha (2014) acerca dos Reassentamentos Rurais Coletivos (RRC). Conforme o autor, essa modalidade de reassentamento é considerada uma das melhores alternativas de reorganização das comunidades rurais deslocadas pelos empreendimentos hidrelétricos. No entanto, “não é consensual entre o consórcio e os atingidos, pois triplica os gastos dos empreendedores com o aspecto social do projeto – o que arriscaria a condição de ‘energia barata’ difundida em relação às hidrelétricas” (ROCHA, 2014, p. 276). Percebe-se, conseqüentemente, que a banalização da injustiça e do sofrimento das populações



atingidas pela construção de hidrelétricas e os danos socioambientais podem estar diretamente atrelados à manutenção do status “baixo custo”.

Conforme declaração do OSEB (2015, p. 06), produzir energia de baixo custo é fundamental para a competitividade e para o desenvolvimento econômico do Brasil, afinal, “a energia elétrica está na formação de todos os custos de produção e é base da cadeia de consumo, a tributação sobre a energia impacta toda a economia e todos os estratos da sociedade. Tal ineficiência faz com que tal tributação adquira contornos de perversidade”. A perspectiva claramente expressa é de que a dificuldade de acordo ou os conflitos entre as populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos “coloca em risco os investidores e toda a sociedade” (OSEB, 2015, p. 10). A partir disso, o foco seria encontrar soluções o mais rapidamente possível para “silenciar” as populações através da compensação financeira, acelerando o cronograma das obras.

Contrariando profundamente a categoria do baixo custo associada à construção de hidrelétricas, um estudo desenvolvido pela Universidade de Oxford investigou 245 barragens construídas desde 1934 e revelou que mais de 90% das obras gastaram muito além do previsto. A investigação demonstrou que geralmente os danos à sociedade humana e ao meio ambiente não são contabilizados. Além disso, não são feitas previsões com relação à inflação e aos custos de manutenção. Quase metade dos empreendimentos não conseguiram recuperar os investimentos iniciais. No relatório final, os autores citam o caso da hidrelétrica de Itaipu, no Brasil, que superou em 240% os custos previstos, prejudicando as finanças públicas nacionais por mais de três décadas. A conclusão foi de que as hidrelétricas estão fazendo mais mal do que bem para as economias emergentes em função dos custos excessivos, do aumento da dívida externa, da inflação e das consequências socioambientais nefastas. Assim, a pesquisa mostrou que, em longo prazo, os projetos hidrelétricos são ineficazes para a resolução da crise energética e vulneráveis à volatilidade da moeda, à hiperinflação, às tensões políticas e às mudanças na disponibilidade de água (FLYVBJERG; ANSAR, 2014).

Outro aspecto importante que compõe o contexto atual de construção de hidrelétricas no Brasil é o modo como são projetadas as demandas futuras de energia. O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2023, divulgado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em 2014, tomou como elemento principal de planejamento a projeção de crescimento econômico do Brasil, relacionando-o diretamente ao aumento do consumo de energia. A construção do plano baseia-se em indicadores de crescimento associados à indústria, à agropecuária, ao comércio e serviços, ao uso de energia residencial, aos transportes entre outros aspectos. O documento descreve as hidrelétricas como fontes que geram energia renovável e de baixo custo,

além de prever a expansão de mais de 28 mil MW de capacidade de geração de energia no horizonte decenal (MME, 2014b).

Conforme dados do documento, espera-se que, nos próximos dez anos, o Brasil apresente um crescimento médio anual de 4,3%, enquanto a média mundial será de 3,8% ao ano (MME, 2014a). Além das projeções de crescimento econômico, o plano considera a expansão dos setores produtivos do país e as tendências de crescimento populacional. Quanto ao crescimento populacional, há uma expectativa de aumento de 23 milhões de pessoas até 2023. Além disso, estima-se que o número de domicílios particulares com energia elétrica passe de 63 milhões, em 2013, para cerca de 75 milhões, em 2023. Logo, estima-se que o consumo de energia elétrica per capita aumente em 23% no período decenal em função da perspectiva de evolução da posse e do uso de equipamentos eletrodomésticos. A partir dessas análises, o documento afirma que a geração e a transmissão de energia elétrica no período de 2014 a 2023 no Brasil terão investimentos de 301 bilhões de reais (MME, 2014b).

Tendo como base esses estudos, cabe problematizar os critérios utilizados para a projeção da futura demanda energética e, conseqüentemente, dos novos empreendimentos hidrelétricos: se essas obras são construídas a partir de um cenário otimista de crescimento do país é provável que, caso esse cenário não se concretize, se produza energia em excesso ou esses empreendimentos estão sendo planejados em nosso país apenas como modo de geração de lucro, de empregos e de movimentação da economia e não por causa de seu produto final, a energia “limpa”.

Apoiando-se nesses dados e nas problematizações de autores como Bermann (2011), Porto, Finamore e Ferreira (2013) e Vainer (2007), pode-se defender a perspectiva de que as hidrelétricas no Brasil não são construídas apenas com o intuito de gerar energia, porque existem inúmeros interesses econômicos e políticos vinculados à própria construção dessas obras. Afinal, a solução para a preservação do planeta, desde sua gênese, é contraditória – é destruir para preservar, substituindo fontes poluentes de energia por outras menos poluentes, mas a partir de um ponto de vista economicista. Como sugerido por Porto, Finamore e Ferreira (2013), os esforços governamentais deveriam estar direcionados não só para a implantação de alternativas de geração de energia menos poluentes mas também para a identificação do nível de consumo de energia per capita compatível com a preservação do nosso planeta.

Na contramão da proposição de Porto, Finamore e Ferreira (2013), discursos recentes da ex-presidenta Dilma Rouseff, do ex-ministro de Minas e Energia e do atual presidente da EPE reafirmam o posicionamento político do Brasil diante dos grandes empreendimentos hidrelétricos e da legislação ambiental vigente. Segundo esses atores,

[...] os custos de energia precisam ser competitivos com o mercado internacional [...] as *circunstâncias conjunturais* que provocam a elevação dos custos precisam ser contornadas para fazer o custo de geração para patamares mais baixos. Portanto, o planejador tem que perseguir sempre um sistema elétrico robusto, de fontes cada mais limpas e renováveis e com preços competitivos. (G1, 2015<sup>6</sup>).

[...] cumprimento todo este esforço de respaldo, de uma relação conjunta com o congresso nacional no sentido de fazer, de nós fazermos um *fast track*, ou seja, um caminho rápido e seguro quando se tratar de licenciamentos que são estratégicos pro crescimento do país, no médio e no longo prazo. (G1, 2015<sup>7</sup>).

O Brasil vai migrar para uma economia de baixo carbono, que vai demandar um respaldo da geração (de energia) flexível. Essa matriz flexível a gente tem que buscar onde? Eu gostaria muito de buscar nas hidrelétricas. As hidrelétricas com capacidade de armazenamento são a fonte que permitiu a inserção sustentável da energia renovável no Brasil. (BARROSO, 2016).

Diante disso e de outros elementos anteriormente citados, o discurso que vincula as hidrelétricas às categorias “energia limpa”, “renovável” e de “baixo custo” parece invisibilizar os danos socioambientais provocados pelas obras bem como os gastos daí decorrentes. Afinal, quanto menor o custo das obras hidrelétricas, menor o investimento em projetos que minimizem os impactos dos danos socioambientais, menor o interesse em identificar as populações atingidas pelos empreendimentos e menor o investimento em políticas compensatórias.

Isto posto, é lamentável que o debate necessário acerca do real custo e da sustentabilidade desse recurso energético assuma espaço coletivo apenas durante as crises energéticas, como pode ser observado nos noticiários dos últimos anos, quando, na verdade, ele deveria conquistar a força que merece em razão das comunidades sacrificadas diretamente pelos empreendimentos hidrelétricos ou mesmo pelo uso descomedido dos recursos naturais. Não se trata, portanto, de “demonizar” as hidrelétricas, mas de apontar e discutir importantes restrições socioambientais atreladas aos grandes empreendimentos, construindo, em conjunto, novas alternativas como, por exemplo, a repotenciação das antigas usinas, a complementação da motorização, a redução das perdas em transmissão de energia ou o investimento em pequenas usinas hidrelétricas (BERMANN, 2007, p. 151). Essas diferentes alternativas apontadas por Bermann (2007), associadas ao debate democrático-participativo com as populações atingidas por antigos e novos empreendimentos hidrelétricos, certamente trariam novas possibilidades de reparação de danos e de problematização dessa fonte energética.

---

<sup>6</sup> Trecho do discurso de Eduardo Braga, ex-Ministro de Minas e Energia.

<sup>7</sup> Trecho do discurso da ex-Presidente Dilma Rousseff.

### 3.4 Considerações finais

Diante do debate proposto por este capítulo percebe-se que, na atualidade, a questão ambiental é reduzida às mudanças climáticas e mais diretamente às emissões de carbono, deixando de lado o tema da degradação e da poluição ambiental, além de questões políticas e sociais, como a desigualdade, as injustiças ambientais e sociais (GRUNDMANN; STEHR, 2015; WYNNE, 1964). É sob essa perspectiva que o discurso oficial contemporâneo constrói um *corpus* de apologia à construção de novas hidrelétricas no Brasil. Se inicialmente o argumento do desenvolvimento econômico estava à frente dessas obras, na atualidade, ele aparece integrado ao discurso ambiental. Dessa vez, os impactos e os danos socioambientais são justificados pelo desenvolvimento verde.

Por conseguinte, a história da construção de hidrelétricas no Brasil revela, assim como aponta Acsehrad (2010), que esses grandes empreendimentos não estão relacionados com a construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Pelo contrário, essas obras têm sido implantadas em áreas desvalorizadas, com incentivos fiscais e com flexibilização de políticas socioambientais, processo que agrava a precarização da vida de pequenas populações já excluídas e invisibilizadas social, política e culturalmente.

Frente a essas problematizações, considera-se que as categorias *energia limpa* e *renovável* estão baseadas em argumentos frágeis, que consideram apenas a emissão de gases de efeito estufa e a renovabilidade da água. A categoria *baixo custo*, por sua vez, sustenta-se na violação dos direitos humanos e na flexibilização da legislação ambiental. Afinal, implantar políticas compensatórias consistentes, justas e que dessem conta dos reais impactos e custos sociais e ambientais provocados por esses empreendimentos implicaria na elevação do preço da energia. Mas não só isso, exigiria uma alteração total da racionalidade vigente que, ideologicamente orientada para o mercado, atende aos interesses do capital e privilegia uma minoria.

#### 4 REFUGIADOS DO DESENVOLVIMENTO: INJUSTIÇA E SOFRIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

*“Vão ter que sacrificá uns tanto, pra beneficiá a maioria. A maioria eu não sei quem são, má nós é que somo os tanto do sacrifício...”*

(NARRADORES DE JAVÉ, 2004).

Fotografia 5 – Participante da pesquisa durante entrevista



Fonte: acervo pessoal (2016).

Nota: imagem integrante da exposição “Deserto de Água”.

##### 4.1 Introdução

Apesar de o sofrimento social e ambiental não aparecerem como categoria central nos estudos que investigam as populações atingidas pela construção de hidrelétricas, eles são elementos que perpassam muitos dos danos e prejuízos apontados pela literatura. As populações atingidas sofrem por serem obrigadas a deixarem seus territórios, sofrem por causa da quebra dos vínculos sociais, por causa dos prejuízos socioambientais, dos danos à saúde, por causa das injustiças sociais e ambientais, por causa do abandono do poder público e privado, dos conflitos emergentes e da precarização do trabalho e da vida (MCCULLY, 1996; VAINER, 1990, 2008; WCD, 2000b). De fato, há um sofrimento, um intenso sofrimento.

A palavra sofrimento origina-se, em grego, da palavra *pherein* e, em latim, de *ferre*, ambas as palavras estão associadas à ideia de carregar, carregar por debaixo, oferecer, tolerar, permitir ou, ainda, suportar. Na França, até o século XV, o conceito de sofrimento estava relacionado diretamente à experiência da dor e aos modos possíveis de tolerância dela. No século XVI, a própria palavra dor passou a significar sofrimento (BARUS-MICHEL, 2003).

De um modo geral, os sentidos atribuídos ao sofrimento sempre estiveram relacionados ao intolerável, ao extremo, ao excesso, à dor, ao mal-estar, ao padecimento ou à pena, cuja origem poderia ser física ou moral (BARUS-MICHEL, 2003; MEDINA, 2014). O sofrimento também pode remeter à maneira como se vivencia a dor, correspondendo à paciência, à conformidade ou à tolerância dessa experiência. Nesse contexto, as ideias de aflição, pesar, dilaceramento, desgosto, angústia, tristeza, abandono, miséria, feridas, tormento e luto podem ser compreendidas tanto como sinônimos quanto como consequências da vivência de sofrimento. Desse modo, as manifestações do sofrimento estariam relacionadas aos atos de gemer, gritar, berrar, queixar-se, lamentar-se, expor ou, ainda, ser esmagado, aniquilado pelo sofrimento (BARUS-MICHEL, 2003). A partir disso, por muitas décadas, o sofrimento humano foi considerado como algo natural, inato, ligado ao corpo, universal e, portanto, um fenômeno pouco interessante aos olhos da ciência e também inacessível aos métodos de análise do conhecimento (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011).

Mais tarde, alguns autores passaram a diferenciar o conceito de sofrimento do conceito de dor, anteriormente vistos como sinônimos. Assim, a dor corresponderia ao contexto físico e o sofrimento, ao contexto moral. Este último, a partir do século XVIII, foi transposto para a Psicologia por meio de suas interfaces com as faculdades mentais, até chegar à discussão atual, que abarca os campos da subjetividade e do psiquismo (BARUS-MICHEL, 2003). Desde então, no contexto da Psicologia, o interesse esteve centrado nas circunstâncias que transformam o sofrimento em patologia física e mental ou nas origens dessa experiência. Dessa forma, diversas foram as teorias desenvolvidas na tentativa de explicar ou de criar métodos de cura para tais manifestações. Algumas abordagens privilegiaram os aspectos orgânicos, com bases químico-biológicas, outras, as condições internas, especialmente o funcionamento psíquico e outras, ainda, direcionaram-se aos aspectos sociais atrelados às vivências do sofrimento (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2010).

Frente ao exposto, a este trabalho, interessa o aprofundamento das perspectivas que concebem o sofrimento como uma construção social, articulado diretamente às esferas política, cultural, ambiental e econômica de determinado contexto. Considerar o sofrimento e, portanto, a saúde mental como fruto do social é também retirá-lo do campo individual e transformá-lo

em uma categoria política, vinculada aos direitos humanos. Em função disso, não apenas a Psicologia, mas também a Sociologia, a Antropologia e diversas outras áreas do conhecimento têm atuado no desenvolvimento de estudos relativos ao tema e na construção de categorias teóricas que contribuam para esse debate.

Sendo assim, concebe-se a saúde mental a partir de um conceito ampliado e diretamente atrelado à garantia dos direitos humanos e a condições dignas de vida e trabalho, afinal, “um ambiente que respeite e proteja os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para a promoção da saúde mental” - sem segurança e sem liberdade, a promoção da saúde mental torna-se prejudicada (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, 2016, n. p.). Para apoiar essas diferentes articulações, são utilizadas as perspectivas de autores como Castel (1987), Dejours (1998) e Furtos (2007, 2008), que fundamentam a abordagem do sofrimento social, problematizando a banalização dessa vivência em determinados coletivos. Além disso e apesar dos estudos ainda incipientes, são empregados os pressupostos da abordagem do sofrimento ambiental de Auyero e Swistun (2009), no campo teórico da justiça ambiental. Desse modo, este capítulo discutirá primeiramente o sofrimento social e ambiental, para, em seguida, problematizar a construção da banalização social desse fenômeno. Posteriormente, apresentam-se, a partir da literatura, as vivências das populações atingidas pela construção das hidrelétricas e, finalmente, contextualiza-se o cenário dos agricultores nesse debate.

## 4.2 As múltiplas dimensões do sofrimento social e ambiental

*“Se algumas pessoas são consolidadas no imaginário social como portadoras de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem, igualmente do gozo pleno dos direitos humanos.”*

(CARNEIRO, 2008, n. p.).

Mudanças sociais aceleradas, enfraquecimento dos coletivos institucionalizados, fragilização da rede de proteção social, atenuação do papel do Estado, precarização do trabalho e da vida, culto ao individualismo e novas formas de exclusão têm caracterizado a vida social contemporânea (ARENDT, 1963; BAUMAN, 2005; CASTEL, 1987; DEJOURS, 1998). Para autores como Aubert e Gaulejac (1991) e Carreteiro (2004), esse contexto leva à construção de pelo menos duas normativas que organizam a sociedade: a da excelência e a da inutilidade. Na primeira, estão os discursos da excelência, da superação de si, da inserção, da carreira, do poder e das conquistas econômicas e sociais. Na segunda, estão os sujeitos localizados nas franjas da

sociedade ou fora dela (CASTEL, 1987), caracterizados pela desqualificação, pela inutilidade, pela vulnerabilidade social. Castel (1987) definiu esse coletivo como aquele formado por indivíduos *inúteis ao mundo* ou *extranumerários*, sem acesso às zonas de inclusão social portadoras de sentido e de pertencimento. Nas palavras de Carneiro (2008, n. p.), essas pessoas seriam *portadoras de humanidade incompleta*.

Diante dessa configuração global, as instituições que deveriam oferecer suporte social para a população estão cada vez mais precárias. Afinal, inseridas no mesmo paradigma econômico também estão submetidas a orçamentos restritos e a metas e ideais voltados para o mercado. Percebe-se, diante disso, que, se a loucura e a perda da razão foram a obsessão do início da modernidade, a precariedade e a insegurança tornaram-se obsessão da pós-modernidade. A segurança, nesse caso, é entendida como um fator fundamental de saúde mental e justamente ela está precarizada em uma sociedade de consumo e de práticas individuais (FURTOS, 2008).

Nesse sentido, falar em sofrimento social significa considerar a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade de propriedade de si, que pressupõe a autonomia dos indivíduos, mas que não oferece garantias ou suporte para que ela aconteça. Sem proteção formal, surge o sofrimento, que nasce “dessa situação paradoxal, resultante de uma autonomia obrigada sem suportes socialmente disponíveis” (WERLANG; MENDES, 2013, p. 753). Nesses pressupostos, estão presentes as características oriundas do capitalismo global, como a perda dos valores sociais e de solidariedade, a miséria do indivíduo e o discurso de autonomia sem suporte social, o que têm gerado efeitos sociais e psicológicos que afetam diretamente a saúde mental (FURTOS, 2007).

Diante desse cenário, para Furtos (2008), é necessário rever as teorias acerca da saúde mental, pensando as novas formas de exclusão e precarização, à qual todos estão submetidos. O medo da exclusão social e a insegurança com relação ao futuro estão presentes nos mais distintos grupos sociais. Com isso, baseado nas contribuições de Castel (1987) e Furtos (2008), consideram-se os objetos sociais fatores cruciais para o processo de saúde-adoecimento, em oposição a uma lógica e ao referencial teórico fundado na Psiquiatria e na Psicologia clássicas.

Mesmo parecendo contraditório falar em sofrimento social em um contexto substancialmente individualizado, base da sociedade atual, o termo sofrimento social é cunhado justamente para expressar uma dor que não é localizada. Como afirma Furtos (2008, p. 06), “esta é uma dor da existência”, atrelada ao sofrimento social, de origem social, relacionado à solidão e ao desamparo. Para Renault (2010), a abordagem do sofrimento social possui extrema relevância política e teórica, afinal, contribui para o entendimento macrosocial do sofrimento



e também se constitui como um denso *corpus* conceitual no campo da Psicologia Social, da Sociologia e da Antropologia. Esse conceito surgiu nas últimas décadas com o intuito de preencher as lacunas existentes no entendimento das relações entre o mal-estar e os processos sociais e históricos mais amplos (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011).

Na análise do sofrimento social, o medo ou a perda dos objetos sociais assumem um importante papel. Os objetos sociais é que permitem o relacionamento com os demais grupos sociais, além de significarem a própria existência ou o reconhecimento dela. Como exemplos de objetos sociais podem ser citados o trabalho, a saúde, os sonhos, a moradia, o *status* social, a educação, a comunidade, entre outros. A perda desses objetos estaria relacionada à destruição ou diminuição do desejo de viver (WERLANG; MENDES, 2013).

Diante da possibilidade de perda, um dos focos de análise no campo do sofrimento social é a insegurança. De acordo com Furtos (2008), cabe diferenciar a insegurança presente em cada um de nós e que nos constitui psiquicamente, daquela advinda do modelo social atual, pautada na vulnerabilidade. O sofrimento social é caracterizado pela perda da confiança tripla: perda da confiança no outro, perda de confiança em si mesmo e na dignidade de existir e perda da confiança no futuro que se torna ameaçador. Seguindo a perspectiva do autor, são analisados três tipos de sofrimento: o sofrimento necessário e que estimula a vida e a ação; o sofrimento por causa do medo da perda dos objetos sociais, acompanhado por certa melancolia, e, finalmente, o sofrimento diante da perda dos objetos sociais, que envolve o processo de exclusão, podendo gerar efeitos psicológicos incapacitantes. Este terceiro tipo de sofrimento é debilitante, impede o sujeito de viver e, até mesmo, de sentir o próprio sofrimento. Há, claramente, o desejo de desaparecer, acompanhado do processo de exclusão social e de fragilização dos vínculos (WERLANG; MENDES, 2013).

Nesse cenário, a promoção da saúde mental não está relacionada à busca por um bem-estar completo e absoluto, permeado pela ausência do sofrimento, mas à construção de estratégias e de espaços de transformação, em que os sujeitos, mesmo em sofrimento, possam viver, possam dizer não, possam conviver, evitando a autoexclusão e a extrema precariedade (FURTOS, 2007). Na perspectiva do autor, para que isso ocorra, é imprescindível que o debate acerca da saúde extrapole os limites da ciência e da academia, ganhando espaço em inúmeros outros contextos.

Os debates oriundos do campo da Antropologia corroboram essa perspectiva, afirmando que o sofrimento social na vida cotidiana de um grupo pode assumir uma multiplicidade de formas que não aparecem de maneiras óbvias. O fato de se sentir vulnerável ou inseguro é um exemplo de tal sofrimento (KLEINMAN; KLEINMAN, 1991). Seguindo a mesma perspectiva,

Kleinman, Das e Lock (1997) argumentam que o mal-estar não pode ser analisado fora das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que o nomeiam, o constroem e o reconhecem. Assim, interpretar o sofrimento social significa analisar discursos historicamente construídos em um conjunto local de relações de poder. Além disso, cabe também analisar as possíveis limitações de ações por parte dos sujeitos e de seus grupos de pertencimento diante do sofrimento e das ações disponibilizadas pelo político, econômico e institucional (DAS; KLEINMAN; LOCK, 1996).

Nesse sentido, o sofrimento social também pode ser considerado uma categoria política, marcada pelo “contexto neoliberal de transformação da questão social e pela crescente destituição das garantias de proteção por parte do Estado” (OTA, 2014, p. 58). Fundamentalmente, essas perspectivas transformam a ideia de que o sofrimento psíquico estaria separado do conjunto das condições de vida das pessoas. Para Medina (2014) e Morris (1991), a vivência da dor e do sofrimento jamais poderia ter um caráter individual ou médico, na medida em que representam um fenômeno cultural, construído historicamente, em um determinado território e em uma determinada cultura. Portanto, o sofrimento não estaria localizado no indivíduo, mas na intersecção de corpos, mentes e culturas (MORRIS, 1991), estruturado em uma “ordem socioespacial e intersubjetiva” (MEDINA, 2014, p. 51, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o sofrimento humano relaciona-se diretamente ao espaço, ao tempo e ao movimento, podendo ser compreendido de um modo sociogeográfico. Assim, o sofrimento poderia ser analisado como um modo de interação dinâmica entre um conjunto de seres animados que se afetam reciprocamente. Essa interação se daria de modo mutante, entre humanos e não humanos (ambiente, animais, plantas, materialidades). Diante disso, o sofrimento pode ser entendido muito mais como fruto de articulações socioespaciais intermediadas pela cultura do que como estados mentais subjetivos internalizados e vivenciados individualmente (MEDINA, 2014; MORRIS, 1991; THRIF, 2006). Para Kleinman e Kleinman (1997, p. 02), o sofrimento social requer um olhar que vá muito além do indivíduo que sofre, afinal, é preciso “evitar essencializar, naturalizar ou sentimentalizar o sofrimento”, visando impedir que essa experiência seja despolitizada ou diluída de suas bases sociais. Afinal, “o sofrimento social é um fenômeno mais amplo, que perpassa o tempo e carrega consigo a história para dentro do presente” (VICTORA; RUAS-NETO, 2011, p. 56).

Em alguns contextos, especialmente em grupos rurais e indígenas, o sofrimento social pode estar relacionado à destruição, à exploração ou a danos provocados ao meio ambiente (COLLIER, 1994; HAENN, 2005; HAYDEN, 2003). Nas bases desse sofrimento, estão as disputas de poder pelo território habitado por povos tradicionais, a divisão e os conflitos entre

comunidades, as disputas pelo uso de bens naturais, as desapropriações, os danos ecológicos, a desorganização social e as crises econômicas decorrentes. Diante disso e a partir das problematizações propostas pela abordagem da justiça ambiental, Auyero e Swistun (2009) recentemente sugeriram articulações entre os campos do sofrimento social e do meio ambiente, criando o termo sofrimento ambiental. A tese dos autores ganhou espaço a partir de uma investigação etnográfica acerca de uma população que vive em um território poluído por um complexo industrial petroquímico na Argentina.

De entre os objetos de estudo dos autores, destaca-se a investigação sobre a falta de mobilização social frente à injustiça ambiental e sobre a diferença entre a existência concreta de riscos ou contaminações e a consciência subjetiva do perigo. No que tange a este último elemento, os autores identificaram que, apesar das altas concentrações de chumbo no solo, em frutas e em vegetais e dos efeitos físicos sofridos pelos moradores, como doenças de pele, convulsões, sangramento no nariz, dores de cabeça, distúrbios cognitivos e problemas congênitos, os habitantes da comunidade investigada apresentavam-se confusos quanto à relação entre a contaminação ambiental praticada pela empresa Shell e esses efeitos. O estudo concluiu que as comunidades investigadas não percebiam os riscos e os danos vivenciados em função de um trabalho sistemático de “confusão” orquestrada por atores econômicos, legais, estaduais e civis. Nesse campo, a empresa responsável pela poluição desempenhava papéis contraditórios na comunidade, apresentando-se ora como poluidor ora como patriarca. Exemplo disso foi que muitas pessoas entrevistadas mostraram-se gratas à companhia pelos serviços sociais fornecidos e pela oferta de emprego. A investigação também identificou que a Shell comandava muitos dos testes de contaminação ambiental e empregava os médicos da clínica que monitoravam a saúde dos moradores.

No que se refere à falta de mobilização social, o estudo concluiu que, como a contaminação foi realizada ao longo dos anos, muito lentamente, os moradores habituaram-se com ela e com a degradação ambiental decorrente. Para os autores, houve um processo de normalização, encobrindo os riscos ambientais. Na perspectiva de Jerolmack (2012), esse elemento pode ser importante para a construção de uma teoria sobre por que as catástrofes ambientais abruptas historicamente têm provocado protestos e mobilizações, enquanto problemas graduais como as contaminações e o aquecimento global levam à apatia.

A partir dos estudos desenvolvidos, Auyero e Swistun (2009) conceituaram o sofrimento ambiental como uma forma particular de sofrimento social, causado por ações poluidoras ou que geram danos ao meio ambiente por atores concretos. Nesse processo, o sofrimento é percebido do ponto de vista individual por meio do corpo e da subjetividade, mas

também do ponto de vista coletivo, afinal, as situações de sofrimento são tidas como construções sociais atreladas a contextos de injustiça praticada pelos grandes empreendimentos e também aos modos como os sujeitos vivem e compreendem sua dor e os elementos que a produzem. Diante disso, os autores reforçam a necessidade de apresentar os indivíduos sofredores como pessoas dignas de consideração por parte do poder público e da sociedade civil (AUYERO; SWISTUN, 2009; MEDINA, 2014).

Sendo assim, a análise do sofrimento ambiental contribui para o desenvolvimento de estudos que buscam analisar as vivências de comunidade nos contextos em que empresas poluidoras ou grandes obras de infraestrutura se instalam em função de incentivos fiscais ou da flexibilização legal, fazendo com que os moradores sejam expostos a perigos e danos ambientais. Os autores têm observado, ao longo desses estudos, que o sofrimento relacionado ao meio ambiente está fortemente vinculado à perda de referenciais e de marcos sociotemporais em nível de discurso e de prática. Nessa articulação, deve-se considerar que em um contexto de catástrofe, de desastre ou de degradação ambiental, diversos são os entes que sofrem, envolvendo desde o território até as edificações e as pessoas.

Barus-Michel (2003) inclui outra categoria importante para o entendimento do sofrimento: a injustiça. Para ela, sofrer é experimentar uma

[...] invasão mútua, um roubo de um pelo outro, um conflito sem diálogo [...] é também ser esmagado, sofrer o peso da infelicidade, da miséria, da injustiça, da humilhação, da desonra, dos anos, isto é, da incapacidade e da rejeição, o que pode ser resumido por noções de exclusão e de solidão. (BARUS-MICHEL, 2003, p. 63).

Desse modo, o sofrimento social é tido como fruto da ausência do reconhecimento do outro e da banalização da injustiça social, afinal, ambos os aspectos são vitais para o sujeito. Assim, “a injustiça concentra o sofrimento”, enquanto a ausência do reconhecimento revela uma morte social (BARUS-MICHEL, 2003, p. 63). Nesse processo, em muitos momentos, o sofrimento manifesta-se como impossibilidade de fala e destituição de sentido.

De acordo com Dejours (1998), difundiu-se uma ideia generalizada de que vivemos em um cenário de crise tão grave que seria necessário fazer uso de meios extremos para reduzir seus efeitos e suas vítimas. O autor compara esse estado a uma situação de guerra - uma guerra econômica que garantiria a sobrevivência e a liberdade da nação. Essa “nobre” causa justificaria o uso de métodos cruéis, implicando no sacrifício de alguns coletivos em nome da razão e do crescimento econômico. Nessa guerra, seria permitido “atropelar certos princípios”, afinal, “o fim justificaria os meios” (DEJOURS, 1998, p. 14).

Para o autor, essa guerra não é natural e inerente ao sistema, mas produzida e mantida pelo próprio homem. As leis econômicas nada mais representam do que práticas sociais instituídas e mantidas pelos coletivos. Nesse caso, práticas coletivas produzem poucos beneficiados diante das vítimas. Sendo assim, a questão não seria analisar as leis ou a lógica econômica, mas compreender as “condutas humanas que produzem essa máquina de guerra”, que consentem ou que se submetem a ela (DEJOURS, 1998, p. 16).

Dejours (1998) defende a tese de que a banalização do mal e do sofrimento são frutos de uma clivagem entre sofrimento e injustiça. No atual sistema econômico, o sofrimento é visto como uma adversidade que não demanda indignação, cólera ou intervenção política. Ao contrário, é um sofrimento que clama por compaixão, caridade e piedade, visto como fruto do próprio sujeito e, portanto, como algo isolado dos contextos sociais, econômicos e políticos. Afinal, perceber o sofrimento como injustiça demanda primeiramente o reconhecimento do sofrimento do outro e, posteriormente, a concepção desse sofrimento como uma construção social. Demanda, principalmente, reconhecer o sofrimento como social.

A questão atrelada a esse impasse é que “o discurso economicista atribui o infortúnio à causalidade do destino, não vendo responsabilidade nem injustiça na origem desse infortúnio” (DEJOURS, 1998, p. 20). Diante disso, o autor afirma que assumir o discurso economicista significa assumir também a *banalização do mal*. Assim, a ausência de mobilização política diante do sofrimento surge da dissociação entre injustiça e adversidade. Esse processo funcionaria não só como uma constatação da impotência diante do sofrimento do outro, mas também como uma defesa diante da própria cumplicidade e da colaboração para a responsabilidade do agravamento da adversidade social. Percebe-se, dessa forma, que não se trata apenas da banalidade do mal mas também da “banalidade de um processo que é subjacente à eficácia do sistema liberal econômico” (DEJOURS, 1998, p. 21).

Diante disso, especificamente no campo da construção de barragens, no qual os artifícios técnicos e administrativos consideram que o sofrimento só existe se comprovado metricamente, através de diagnósticos, de laudos e de exames, a dimensão social permite ultrapassar a abordagem biomédica, contribuindo para a compreensão do sofrimento dos atingidos a partir da análise dos aspectos socioculturais atrelados tanto aos aspectos físicos como aos modos como os grupos afetados reagem a eles e às estratégias pelas quais “as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas” (ZHOURI et al., 2016, p. 38). Além disso, entende-se que a contribuição da abordagem do sofrimento social e ambiental no campo da saúde mental assenta-se no fato de apresentar uma análise macrossocial, sem

deixar de considerar os efeitos dessa estrutura na esfera microsocial e, até mesmo, intrapsíquica. Os conceitos representam, assim, um caminho, um elo entre o global e o local, entre o micro e o macrosocial, entre o social e individual. A partir disso, entende-se que o papel da Psicologia no campo das Ciências Humanas e Sociais é justamente o de contribuir para a retirada do sofrimento do campo individual, produzindo indignação e mobilização política e social.

#### **4.3 Os atingidos pela construção de barragens: como contabilizar as perdas e o que ainda está por vir?**

*“Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos.*

*Como assim?*

*Precisamos nos comportar como atingidos.*

*Tem comportamento próprio para atingidos?*

*Não sei.*

*Sei que precisamos aprender a viver/conviver com essa realidade.*

*Realidade que faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento...*

*Conceitos que me deixam confusa. Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado.*

*Choro por isso. Me sinto atingido por não saber ser atingido.*

*Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas.*

*Não sei, como atingida, contabilizar minhas perdas ou o que ainda posso perder.*

*Como calcular a extensão de tudo que aconteceu?” [...]*

(PEIXOTO, 2016, p. 07).

No relacionamento entre o setor elétrico brasileiro e as comunidades atingidas pelas obras decorrentes dos empreendimentos hidrelétricos, sempre prevaleceu o “fato consumado”, em que os benefícios econômicos se sobrepõem aos danos socioambientais provocados. Na prática, as populações atingidas têm suas bases materiais e culturais extintas, acompanhadas de reparos financeiros insuficientes ou de reassentamentos incapazes de assegurar as condições de vida e de trabalho anteriormente acessadas (BERMANN, 2007). A partir desse modo de relacionamento, os projetos que envolvem a construção de hidrelétricas têm se configurado como um espaço de luta e de violência (BERMANN, 2007; MAB, 2014; PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011; VIANA, 2003). Entre as formas de agressão empregadas pela indústria barrageira, podem ser citadas: a desqualificação das regiões visadas pelos projetos hidrelétricos, considerando-as atrasadas (NOBREGA, 2011); a violação dos direitos humanos (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011); a falta de ressarcimento pelos danos provocados

(VAINER, 1990) e a não consideração de populações deslocadas ou prejudicadas como *atingidas* pelos empreendimentos (VAINER, 2008).

Entre as inúmeras controversas que permeiam esse campo, está a definição, ou melhor, a problematização do termo *atingido*. São diversos os posicionamentos acerca da temática, tanto que, conforme dados da WCD (2000b), existe uma estimativa de erro de notificação de pessoas atingidas que varia de 2.000 a 40.000 pessoas por projeto. Aspectos como a concepção legal de atingido e a falta de preocupação com a produção de estatísticas confiáveis sobre essa população por parte do governo e da indústria contribuem com o cenário de subnotificação (MCCULLY, 1996).

Legalmente, as pessoas consideradas *atingidas* pelas obras são aquelas que possuem direitos de propriedade. Em alguns empreendimentos, também são considerados *atingidos* os trabalhadores que realizam atividades rurais nas terras alagadas e que, portanto, perderão seus empregos, além daqueles que legalmente não são proprietários da terra, mas que possuem benfeitorias e as utilizam sob posse. Nessas concepções, as medidas de negociação e de reassentamento possuem um caráter indenizatório das terras utilizadas para a construção da hidrelétrica ou para o enchimento do reservatório (HERNANDEZ, 2012; VAINER, 1990).

A grande problemática levantada por Vainer (1990; 2008) é que a concepção legal do termo *atingido* desconsidera as populações que sofrem com os efeitos do empreendimento devido à proximidade física com a obra ou com o reservatório, deixando de ser consideradas e, muito menos, ressarcidas pelos danos provocados. Seguindo essa mesma perspectiva, a WCD (2000b) afirma que a principal estratégia utilizada pelas hidrelétricas para reverter as perdas e o sofrimento gerado nas populações atingidas é a indenização por meio de dinheiro e que, geralmente, apenas os proprietários das terras são indenizados. Populações sem propriedade legal, como os arrendatários, meeiros, artesões, trabalhadores assalariados ou posseiros não são consideradas, embora sejam os grupos mais vulneráveis e com maior necessidade de apoio. Igualmente, as pessoas que vivem à jusante da barragem, ou seja, em áreas abaixo da barragem, onde o reservatório volta a ser rio, não são oficialmente tidas como atingidas, priorizando-se a população a montante, que reside nas áreas localizadas acima da barragem. De modo geral, as populações que sofrem deslocamento *in situ*, definido como o processo pelo qual “as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco” (ZHOURI, 2015, p. 18), geralmente não são consideradas atingidas e, portanto, não são incluídas em projetos e em políticas reparatórias. Nas palavras de Vainer (1990, p. 114), “não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas propriedade. E, nestes termos, o

deslocamento se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individuais de compra e venda”.

Outra importante divergência entre o setor elétrico e as populações atingidas assenta-se na concepção de território. No caso dos grandes empreendimentos, o território é entendido como propriedade e, assim sendo, como uma mercadoria que possui uma valoração monetária (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). Desse modo, o entendimento de espaço é métrico, quantitativo e representado por um preço. Já entre as populações tradicionais, o espaço possui um sentido cósmico, atrelado às marcas históricas presentes no território, ao plantio, às vivências, à construção de vidas através de gerações (MARTINS, 1993). Destarte, é preciso compreender que a terra está totalmente vinculada ao *ethos*, à cultura, à organização social, à economia e à identidade das pessoas atingidas pelas hidrelétricas. De acordo com Santos e Nacke (2001), para criar possibilidades de sobrevivência biológica e cultural desses grupos, seria necessário assegurar pelo menos parte de seus territórios de ocupação imemorial.

Apesar dos estudos que apontam para a diminuição da renda, das terras, das oportunidades de trabalho, além de prejuízos à saúde física e mental da população reassentada (WCD, 2000b; MCCULLY, 1996), a opção pelos reassentamentos é recorrente diante da ocupação de terras pelos projetos hidrelétricos. O próprio Banco Mundial, preocupado com a associação de sua imagem institucional aos números exorbitantes de deslocamentos forçados, criou diretrizes para os reassentamentos resultantes de projetos de desenvolvimento. De acordo com a organização, se bem concebidos e bem implementados, os reassentamentos podem representar uma oportunidade de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2004). Apesar disso, são diversos os estudos que reforçam os danos causados às comunidades reassentadas (NEGI; GANGULY, 2011).

Uma ilustração clássica de atraso e de precarização nesse processo é o caso da hidrelétrica binacional construída entre a Argentina e o Uruguai. A empresa responsável pela obra levou mais de 20 anos para reassentar cerca de 30% das pessoas atingidas, o restante foi reassentado menos de dois anos antes do enchimento do reservatório (WCD, 2000b). No caso da UHE, de Belo Monte, denúncias recentes acerca das precárias condições de moradia disponibilizadas pelos reassentamentos têm sido tema de diversos protestos nas comunidades atingidas (MAB, 2014).

Para assegurar o deslocamento das populações atingidas e o consequente andamento das obras das hidrelétricas, as empresas responsáveis pelo projeto articulam estratégias de domínio e de submissão das comunidades. Essas estratégias contam, em primeiro lugar, com a desinformação da população, fazendo com que a empresa se insira na região e comece as



demarcações iniciais sem que as pessoas percebam ou consigam se mobilizar. Na sequência, surge a comunicação social com foco apenas nos benefícios que serão gerados pela obra, contribuindo para que as discussões acerca dos efeitos negativos sejam desconsideradas. Finalmente, iniciam-se as negociações relacionadas aos reassentamentos e às indenizações de maneira individual, impedindo a mobilização coletiva (GERMANI, 2003; VAINER, 1990; VAINER; ARAÚJO, 1990).

No caso da hidrelétrica de Itaipu, projeto binacional entre Brasil e Paraguai, construída no rio Paraná, os agricultores atingidos foram comunicados que deveriam deixar suas terras quando a obra já era um fato indiscutível. Enquanto a hidrelétrica era construída, os atingidos seguiam suas vidas sem saber o que aconteceria realmente. O processo de comunicação e também as negociações individuais foram intermediadas pela mídia e por campanhas com artistas reconhecidos regionalmente. A mensagem era de que as indenizações seriam justas e de que a população faria um grande bem à nação e ao desenvolvimento, deixando suas terras e contribuindo para a geração de energia (GERMANI, 2003). Problemática similar foi vivenciada pelos agricultores e indígenas atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí, na Amazônia (ACSELRAD, 1991), pelas hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Piranga, em Minas Gerais (DELESPOSTE; MAGNO, 2013), e pela hidrelétrica de Timbé do Sul, em Santa Catarina (ARCARO, 2011). No caso da hidrelétrica de Balbina, em doze anos, mais de três mil indígenas desapareceram. O massacre dos *Waimiri-Atroari* levou o Brasil a ser acusado de genocídio no Quarto Tribunal Bertrand Russell, em *Rotterdam*, Holanda, em novembro de 1980 (FEARNSIDE, 1990).

Ademais, as perdas culturais e de vínculo com as comunidades também representam um fator importante de sofrimento entre as pessoas atingidas. É comum que os núcleos comunitários se desfaçam e que parentes e vizinhos sejam separados, ora pelos reassentamentos localizados em diferentes regiões ora pela mudança inevitável de propriedade em função do alagamento dos territórios. No projeto Sardar Sarovar, na Índia, as 19 comunidades deslocadas no estado de Gujarat foram reassentadas em mais de 175 localidades diferentes (WCD, 2000b).

Em função dos danos vivenciados, surgem os prejuízos às populações atingidas. Um estudo longitudinal realizado com 1.056 pessoas deslocadas pela hidrelétrica de Três Gargantas, na China, com o objetivo de analisar indicadores relacionados à saúde mental, apontou que o deslocamento da população está positivamente associado ao aumento do nível de depressão. Os autores ressaltam a importância da integração social como um mecanismo de proteção, aspecto comumente negligenciado em estudos com populações atingidas por hidrelétricas (CAO; HWANG; XI, 2012). Na Índia, diversas pesquisas demonstraram que os programas de

desenvolvimento do país causaram um deslocamento agregado de 20 milhões de pessoas durante cerca de quatro décadas, mas que 75% dessas pessoas não foram "reabilitadas". Pelo contrário, a maior parte da população atingida pelos grandes empreendimentos não recuperou os modos de subsistência tradicionais e vivenciou elevações consideráveis dos níveis de pobreza (CERNEA, 1997; FERNANDES, 1991; FERNANDES; DAS; RAO, 1989; MAHAPATRA, 1999).

A construção das barragens de Araçagi e Acauã, na Paraíba, implicou na elevação dos riscos de desagregação das 264 famílias deslocadas e da fragilização das redes sociais construídas por elas ao longo de gerações, o que potencializou estilos de vida fundamentados no individualismo (EVANGELISTA, 2012). No caso analisado da comunidade ribeirinha do rio Tocantins, de Palmatuba, em Babaçulândia, atingida pelo reservatório da UHE, de Estreito, Sieben e Cleps Junior (2012) apontaram que a desterritorialização de camponeses tradicionais foi feita com a justificativa do desenvolvimento sustentável, desconsiderando totalmente os aspectos negativos da obra, que recaíram sobre o meio ambiente e sobre as comunidades. Um importante agravante desse caso foi o distanciamento físico dos moradores, o que impediu a mobilização popular e o estabelecimento de estratégias de resistência.

Outro caso importante nessas análises é o da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, no estado de Rondônia. As obras desenvolveram-se sem a participação da população atingida e sob promessas de melhorias nas condições de renda e de trabalho (CAVALCANTE et al., 2008). Durante a construção das barragens, no ano de 2014, a região sofreu uma enchente histórica, desabrigando centenas de pessoas. Na época, o Ministério Público Federal estabeleceu negociações sem sucesso com as construtoras das obras visando a auxiliar as comunidades atingidas. Na usina hidrelétrica de Miranda, muito além da perda das terras, evidenciou-se o sofrimento dos atingidos por causa da perda das lembranças, por causa da saudade de uma vida que já não existe e por causa da transformação das atividades naquele território (CRUZ; SILVA, 2010).

Estudo semelhante, realizado por Ulloa e Bellini (2009) com as comunidades de Ilhéus e com os ribeirinhos de Ituzaingó, em função das mudanças na paisagem ecológica decorrentes da construção da usina hidrelétrica de Yacyretá, na Argentina, apontou que as populações atingidas reconhecem que não há reparação capaz de compensar as perdas dos modos de vida, além da falta de clareza e seriedade das políticas socioambientais e da ausência total do prometido desenvolvimento da região após a construção da obra. Do mesmo modo, os ribeirinhos atingidos pela usina Porto Primavera, no rio Paraná, sentem a mudança como algo negativo em todos os aspectos de suas vidas. As perdas estão associadas ao rio, à pesca, aos

modos de trabalho, às terras férteis, à sociabilidade e à produção de cultura e subjetividade (ALVES; JUSTO, 2011).

De modo semelhante, a população atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, no município de Mariana, em Minas Gerais, apesar da ampla cobertura da mídia nacional e internacional, dos 19 mortos, da liberação de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários no rio Doce e do *status* de maior desastre ambiental do Brasil (ZHOURI et al., 2016), as empresas responsáveis ainda não foram penalizadas e a população não recebeu os devidos cuidados e indenizações. Ressalta-se que, desde o rompimento da barragem, os jornais locais têm registrado o aumento do número de suicídios entre a população atingida.

Uma análise realizada por Queiroz e Motta-Veiga (2012) acerca dos impactos sociais e dos problemas de saúde resultantes da construção dos complexos de usinas hidrelétricas de Tucuruí, no Pará, aponta para o desencadeamento sucessivo de impactos sociais nas categorias de trabalho, educação, renda, saneamento, cultura e ambiente físico. Esses impactos mostraram-se diretamente relacionados aos agravos à saúde, como estresse, distúrbios nutricionais, distúrbios psicossociais, cardiopatias, doenças respiratórias e digestivas. Por causa de políticas mitigadoras e compensatórias, tardiamente implantadas, não houve eficiência e resolução dos danos socioambientais e dos danos à saúde provocados pela obra. Na UHE, de Luís Eduardo Magalhães, situada na região central do estado do Tocantins, a realidade encontrada não foi diferente. A partir de entrevistas com pessoas reassentadas após a instalação da obra, constatou-se que a perspectiva de sustentabilidade prevista no projeto não foi concretizada na prática. Pelo contrário, observou-se a insustentabilidade no que tange à saúde, à educação e ao abastecimento de água em ambos os reassentamentos. Além disso, a comunidade atingida não pôde manter sua antiga forma de trabalho, precisando buscar novas alternativas econômicas (JUSTINO, 2012).

A hidrelétrica de Sobradinho, no Vale do rio São Francisco, implicou no deslocamento de 70 mil pessoas, sendo 80% deles trabalhadores rurais. A obra foi apresentada pelos responsáveis como um grande empreendimento que geraria empregos e levaria o “progresso” para a região. No entanto, os trabalhadores foram instalados em novos povoados, a maioria sem acesso ao lago, pois as faixas de terras localizadas nas margens do reservatório foram privatizadas e destinadas à construção de grandes condomínios. Quando deslocados, os trabalhadores estavam descapitalizados, pois as indenizações contemplaram apenas as benfeitorias e acabaram sendo consumidas em alimentação (SIGAUD, 1992).

Partindo de uma concepção de modos de vida como “a maneira com que grupos e indivíduos vivenciam o mundo, numa cadeia de acontecimentos e práticas em que objetividades

e subjetividades são inseparáveis” e que revelam “uma multiplicidade de vetores históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais, psíquicos que se entrecruzam e em dado tempo e espaço se atualizam” (PENZIM, 2001, p. 18), percebe-se que o fato de ser atingido pela construção de uma hidrelétrica produz alterações profundas nesse processo. Além disso, por meio desses casos, evidencia-se que a inundação de terras e as mudanças no ecossistema afetam diretamente as atividades agrícolas, extrativistas e pesqueiras, resultando na perda dos meios tradicionais de trabalho. Sendo assim, a apropriação de terras pelos projetos hidrelétricos prejudica não só a economia local como também o acesso da população aos diversos recursos naturais, indispensáveis para sua sobrevivência (CRUZ; SILVA, 2010; VIANA, 2003). Nesse sentido, nada mais inequívoco do que a afirmação do Banco Mundial (2004) de que o deslocamento de comunidades atingidas por projetos de desenvolvimento e, eventualmente reassentadas, pode ter repercussões graves à saúde, que não podem ser exclusivamente reparadas do ponto de vista econômico. Danos relacionados à quebra das relações comunitárias, à desarticulação social, além do trauma psicológico associado à necessidade de migrar para um ambiente estranho podem ser graves se os esforços para projetar e implementar programas de suporte e de reassentamento não incluírem sensibilidade para atender às necessidades, às preferências e à participação das comunidades (BANCO MUNDIAL, 2004).

A partir desses dados, é possível observar que a literatura nacional e internacional acerca das vivências de sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas no Brasil e no mundo não é rara. Apesar disso, mantém-se a concepção de que o nível de produção de energia hidrelétrica representa um indicador de sustentabilidade ambiental (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007), logo, países com elevados números de empreendimentos hidrelétricos são considerados por diversos órgãos internacionais como nações em desenvolvimento sustentável. Para corroborar com essa perspectiva, pode-se trazer Nobrega (2011, p. 136), para quem, outro importante discurso utilizado pela indústria barrageira é o do “pelo bem maior”, ou seja, de que “o sacrifício das comunidades locais e da natureza é o preço – barato – a se pagar pela garantia do desenvolvimento do país”. Interesses localizados são, portanto, apresentados como interesse nacional e as hidrelétricas são transformadas em política de desenvolvimento.

A redução dos danos causados às comunidades atingidas assim como a garantia de seus direitos estão diretamente associadas às estratégias de reparação (BANCO MUNDIAL, 2004; VIANA, 2003) e aos movimentos coletivos de resistência (DELESPOSTE; MAGNO, 2013; EVANGELISTA, 2012; SIGAUD, 1992). De acordo com Cao, Hwang e Xi (2012), a China vem aprendendo lições importantes com o processo de reparação. O país, a partir de experiências fracassadas de reinstalação de comunidades, começou a reformular suas práticas

no final da década de 1980. Antes do início do projeto de Três Gargantas, uma nova política, conhecida como Política de Reassentamento de Desenvolvimento Orientado, foi implementada e enfatizou o desenvolvimento da economia local da região afetada por um grande projeto para melhorar a qualidade de vida e as oportunidades de emprego para os deslocados. Além de oferecer uma compensação monetária para os deslocados em função da perda de suas terras e de sua habitação, o governo também atribuiu uma grande soma de recursos para o desenvolvimento da economia e da infraestrutura das áreas afetadas (CAO; HWANG; XI, 2012; HEGGELUND, 2004). Destaca-se que, apesar disso, não foram identificados estudos recentes que apresentem os efeitos dessas estratégias.

Para Bermann (2007), a efetiva participação da população constitui-se, justamente, como o maior desafio, pois isso tornaria moroso o processo de implantação de novas hidrelétricas. Em oposição a essa mobilização, alimentado pela “síndrome do blecaute”, é utilizado o discurso de que a lentidão dos projetos aumenta o risco de falta de energia, assim sendo, “a persistência de populações atingidas no reconhecimento de seus direitos é vista como uma ação contrária à vontade de uma ‘maioria que quer energia’” (BERMANN, 2007, p. 145). A partir disso, entende-se que o cenário que comporta a banalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas é bastante complexo e possivelmente atrelado aos ideais de progresso e de desenvolvimento preconizados pelo modelo econômico atual, no qual grupos, historicamente invisíveis e vulneráveis, são sacrificados pelo discurso do “bem maior”.

Mesmo diante dessas problematizações, os projetos hidrelétricos continuam ascendendo sem incluir em suas estratégias a promoção de discussões e o estabelecimento de intervenções diante da precarização e da invisibilidade das comunidades atingidas pelas obras. Portanto, entende-se que não basta conhecer o cenário vivenciado pelas populações atingidas, é necessário reconhecer que essa população é constituída por cidadãos, que possuem o direito de participar do planejamento e da tomada de decisão dessas obras, mesmo que isso implique na geração de hidroeletricidade e na busca de fontes alternativas de energia. Somente a partir disso será possível criar uma política energética ajustada aos interesses da maioria (SIGAUD, 1986; NOBREGA, 2011).

#### ***4.3.1 Movimento dos Atingidos por Barragens: resistência e luta pelos direitos***

Movimentos sociais que lutam por justiça, como o do Chipko, na Índia, ou o dos coletores de caucho, no Brasil, são exemplos de lutas pela sobrevivência, que reivindicam necessidades ecológicas básicas como território para habitar, energia, água e alimentação. São

também ecologistas, porque objetivam retirar os recursos naturais da comercialização e do mercado econômico (MARTINEZ-ALIER, 2014). No entanto, por não utilizarem a mesma linguagem cientificista da área, dificilmente esses movimentos são reconhecidos como de proteção ambiental, mas eles possuem esse objetivo e apresentam sua defesa por meio de linguagens locais e até mesmo religiosas.

Nesse contexto, está o MAB, construído a partir de mobilizações locais e regionais de populações atingidas pelas barragens no Brasil no final da década de 1970. As primeiras ações do MAB coincidiram com outras iniciativas, como o Movimento Sem Terra (MST), o estabelecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os primeiros grupos de resistência diante da construção de hidrelétricas centraram-se nas obras de Tucuruí (Pará), no norte do país, de Itaipu (binacional com Paraguai), de Itá e Machadinho no Sul e, de Sobradinho e Itaparica, no Nordeste. Inicialmente, os grupos, ainda sem articulação nacional, eram chamados de Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na região Sul, de Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU) e de Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI) (MAB, 2011).

Inicialmente, a principal reivindicação fundamentava-se na efetivação de indenizações justas pelas terras alagadas. Posteriormente, com o avanço do debate, as comissões passaram a exigir também o direito de os agricultores continuarem produzindo o próprio alimento. Diante dessa nova estratégia reivindicatória, não bastava um ressarcimento financeiro, lutava-se também pela garantia do direito de continuar em um espaço de terra produtivo, por isso, a bandeira do movimento se chamava “Terra por Terra” (MAB, 2011). Nesse período, o caso da UHE Itá representou um grande avanço e até hoje é uma referência para outros movimentos sociais atrelados à construção de barragens. Em 1987, as famílias atingidas por essa obra conquistaram um acordo de construção de reassentamentos rurais coletivos, abrangendo inúmeras regras sobre os padrões das obras, as condições das terras e a assistência e o acompanhamento da população atingida. Apesar disso, os modos de indenização sempre foram muito diversos e atrelados ao nível de enfiamento e à reivindicação das populações atingidas (MAB, 2011).

Partindo de experiências locais e regionais, em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, momento em que se realizou um mapeamento nacional das lutas e das experiências das populações atingidas pelas hidrelétricas, o qual culminou com a decisão de organizar um movimento nacional. Em março de 1991, foi realizado o I Congresso dos Atingidos pela Construção de Hidrelétricas de todo o Brasil, espaço no qual foi constituído oficialmente o MAB, que “deveria ser um movimento nacional, popular

e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso” (MAB, 2011, n. p.).

Conforme o MAB (2011), a partir de então, o movimento entendeu que o problema central a ser enfrentado era o modelo energético nacional, por isso o lema passou a ser “Terra sim, Barragem não”, entendendo que “era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens” (MAB, 2011, n. p.). Desde então, os encontros do movimento passaram a ocorrer a cada três anos, reunindo representantes de todas as regiões no Brasil (MAB, 2011). Na década de 1990, com a intensificação dos processos de privatização, grandes empresas nacionais e multinacionais passaram a apropriar-se das hidrelétricas, dificultando ainda mais as negociações e transformando a característica da luta pelos atingidos. O lema do movimento passou a ser “Águas para Vida, não para Morte!”. Conforme o MAB (2011, n. p.), essas palavras traziam “um significado em relação à defesa do meio ambiente e à forma como a natureza é utilizada para o enriquecimento de alguns poucos em detrimento da maioria”.

Com o passar dos anos, o MAB foi construindo relações com movimentos internacionais de enfrentamento às barragens até que, em 1997, organizou o Primeiro Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, na cidade de Curitiba (Paraná). O evento contou com a participação de 20 países e com representantes de populações atingidas por barragens da Ásia, da América, da África e da Europa. A partir desse encontro, foi criada a Declaração de Curitiba, que unificou as lutas internacionais e instituiu o dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens (MAB, 2011).

Frente a essas novas articulações, foi criada ainda, em 1997, na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial, a Organizações Não Governamentais (ONGs), a Movimentos de Atingidos, a empresas construtoras de barragens, a entidades de financiamento e a governos. A CMB foi responsável pela realização de um vasto estudo, utilizado atualmente como referência na apresentação e compreensão dos danos provocados pelas hidrelétricas (MAB, 2011). Em novembro de 1999, o MAB realizou o IV Congresso Nacional, em Minas Gerais, articulando novas estratégias de gestão e organização do movimento. Em junho de 2003, aconteceu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Brasília, e, em 2004, foi organizada a Marcha Nacional Águas pela Vida, percorrida de Goiânia a Brasília, com 600 militantes do movimento, que exigiam o cumprimento dos direitos dos atingidos (MAB, 2011). Em 2006, foi realizado o Segundo Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em Curitiba, que reforçou a luta contra o modelo energético nacional. Nesse encontro, o lema do movimento tornou-se “Água e Energia não são Mercadorias!”, questionando os processos de privatização e de mercantilização da água

e da energia. Em 2011, foi realizado, em Brasília, o primeiro Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, propondo debates acerca das relações de gênero e de situações de violência nos espaços de construção das hidrelétricas (MAB, 2011).

Atualmente, o MAB está presente em 16 estados do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Rondônia) e segue suas articulações nacionais e internacionais, especialmente através de alianças com outras comunidades atingidas pela construção de hidrelétricas na América Latina (MAB, 2011). De acordo com o movimento, o principal foco de atuação, na atualidade, tem sido a luta pela defesa dos direitos humanos, além das denúncias de violações desses direitos.

Considerando o padrão vigente de construção de hidrelétricas pautado na violação dos direitos humanos, percebe-se a intensificação do processo de criminalização dos movimentos sociais. No caso do MAB, historicamente, tanto lideranças políticas quanto a população atingida que luta pela garantia de seus direitos tem sido presa, processada e morta (SCALABRIN, 2016). Exemplo disso foi o recente assassinato de Nicinha, liderança do movimento na região da barragem de Jirau e reconhecida pela luta em defesa das populações atingidas. A militante estava desaparecida desde janeiro de 2016 e foi encontrada morta apenas em junho do mesmo ano (MAB, 2016a). Além do mais, no ano de 2005, a relatora da ONU para direitos humanos, Hina Jilani, visitou um acampamento de atingidos pela construção da barragem de Campos Novos (SC) e formalizou diversas evidências de violação de direitos das lideranças locais.

Cabe destacar ainda que, em 2006, foi criada uma comissão especial para avaliar o documento intitulado “Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai”. O relatório inclui diversas hidrelétricas da bacia do rio Uruguai e apresenta inúmeras violações de direitos, incluindo a criminalização de 107 lideranças comunitárias (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – CDDPH, 2011). Ademais, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (2012) apontou que, no período entre 2003 e 2010, pelo menos 50 lideranças indígenas foram assassinadas por ano nas disputas territoriais, e que, nos últimos 20 anos, cerca de 1500 pessoas foram assassinadas no meio rural em situação de conflitos. O relatório do movimento destaca ainda os diversos assassinatos de lideranças dos movimentos sociais, como o da Irmã Dorothy Stang (Pará, fevereiro de 2005), do líder sindical Zé Maria do Tomé (Ceará, abril de 2010) e do advogado Sebastião Bezerra (Tocantins, fevereiro de 2011). Mesmo assim, inúmeros outros atingidos foram e, continuam sendo, criminalizados em várias regiões do país pelo mesmo



motivo, processo que fragiliza a luta coletiva pela garantia de direitos e contribui para o aumento da invisibilidade dessa população.

#### ***4.3.2 Agricultores atingidos pela construção de hidrelétricas***

No contexto apresentado das populações atingidas pelas hidrelétricas estão, principalmente, os pequenos agricultores e os povos indígenas. O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil desenvolvido pela Fiocruz revelou que, embora apenas 15,6% dos habitantes do país vivam no campo, 60,9% do total de conflitos registrados pelo levantamento estão na zona rural (PACHECO; FAUSTINO, 2013). Conforme o estudo, isso se deve ao fato de que as “terras atingidas pelos hidro e agronegócio são muitas vezes maiores que a maioria das pequenas cidades brasileiras, e foi em tais terras que as comunidades tradicionais e camponesas se assentaram historicamente” (PACHECO; FAUSTINO, 2013, p. 99). Além disso, estima-se que a invisibilidade dessas populações contribua para a prática da desterritorialização por meio da violação de direitos. Nesse sentido, a falta de acesso às mídias e às redes sociais, ao rádio e a outros meios de comunicação contribuem para esse anonimato, abrindo espaço para a exploração praticada pelas grandes empresas nacionais e internacionais (PACHECO; FAUSTINO, 2013).

Além disso, dificuldades de acesso aos meios de proteção social, falta de controle e de vigilância no que diz respeito à saúde, vulnerabilidade atrelada às intensas transformações ocorridas na organização do trabalho e invisibilidade dos direitos sociais são aspectos comumente mencionadas pela literatura ao tratar dessa população (BRASIL, 2004b; SCHLINDWEIN, 2010; SCOPINHO, 2003; SILVA, 2007; SILVA et al., 2005). A invisibilidade vivenciada por esses trabalhadores seja na literatura (SCHLINDWEIN, 2010), na legislação trabalhista (MARTINS, 1993) ou nas desapropriações territoriais causadas pelos grandes projetos de infraestrutura (FURTADO, 1998; ROTHMAN, 2008; SIGAUD, 1992; VAINER, 2007), todavia, não é um fenômeno recente, pelo contrário, possui importantes raízes no início da história do Brasil.

A análise dessa construção histórica revela pouca consideração ao papel dos pequenos produtores de alimentos, detendo-se nos feitos da grande agricultura escravista, na monocultura e na exportação; quando, na verdade, a agricultura do país foi constituída por diferentes grupos de trabalhadores, como os indígenas, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros e os imigrantes europeus (CARDOSO, 1987; FRAGOSO, 1974; LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 2000). Todos esses grupos, apesar de possuírem histórias diversas e

de terem estabelecido relações distintas com o trabalho, uniram-se pela mesma característica: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do Brasil. Desse modo, enquanto os grandes produtores praticavam a monocultura destinada à exportação e recebiam diversos incentivos do governo, os camponeses eram excluídos das políticas públicas (ALTAFIN, 2009).

Foi somente a partir dos anos 60 que os agricultores, por meio de diversas lutas e de movimentos sociais, passaram a ter alguns de seus direitos reconhecidos (MARTINS, 1993, p. 81). Ainda assim, os “trabalhadores rurais tiveram de construir o seu direito para depois exigirem o seu cumprimento”. Mesmo diante de algumas conquistas do ponto de vista legal, as relações de trabalho estabelecidas no meio rural ainda são, em grande parte, informais ou inseridas nos modelos de trabalho associado, cooperado e até mesmo escravo (MARTINS, 1993).

Para Martins (1993), os próprios termos utilizados para denominar esses trabalhadores possuem duplo sentido, na medida em que carregam uma conotação depreciativa, ofensiva, relacionada à preguiça ou à pouca disposição para o trabalho, além de representar a imagem de pessoas rústicas, atrasadas e ingênuas. Para o autor, essa depreciação deve-se à valorização exacerbada da história urbana. Uma história redigida apenas sobre aqueles que participam do pacto político, do qual o camponês não faz parte e pelos quais é visto como um ator rebaixado ou não essencial.

O termo *camponês* passou a ser utilizado no Brasil para representar um posicionamento político diante dos grandes latifundiários e ganhou destaque nas ciências sociais especialmente na década de 1950 (MARQUES, 2008). Para Martins (1986, p. 22), as palavras *camponês* e *latifundiário* “procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, procuram dar unidade às lutas dos camponeses”. Com o golpe militar e a restrição dos movimentos sociais, o termo camponês e sua relação com as reivindicações em prol do direito dos agricultores perdeu força e, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, esse grupo passou a ser classificado quanto ao tamanho de suas terras e quanto a sua produção em pequenos, médios e grandes produtores rurais.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a problemática agrária expandiu-se e outras categorias profissionais atreladas ao meio rural foram criadas, como os sem-terra, os barrageiros, os assentados entre outros. Na década de 1990, o termo agricultura familiar passou a ser utilizado em substituição ao campesinato. Se, por um lado, defende-se que o uso da denominação *agricultura familiar* carrega características do camponês na medida em que ele continua enfrentando antigos problemas nunca resolvidos no meio rural (WANDERLEY,

1999), por outro, a substituição dos termos é vista como uma estratégia de despolitização (SIMONETTI, 1999).

Portanto, o termo *agricultores*, utilizado neste estudo, aproxima-se do conceito de camponês caracterizado como o trabalhador que possui acesso à terra, que organiza as atividades rurais predominantemente entre a família, que produz pela subsistência combinada com a vinculação ao mercado, que possui certa autonomia na gestão das atividades rurais, como, por exemplo, quando, onde e como plantar os alimentos, e que adota o sistema produtivo do tipo policultura pecuário (CARDOSO, 1987; WANDERLEY, 1999). Ainda nessa perspectiva, para Chayanov (1974), o camponês é aquele que combina propriedade ou posse dos meios de produção com a realização do trabalho. Por não ter como foco principal a maximização dos lucros, mas a satisfação das necessidades familiares, esse modo de trabalho diferencia-se por completo da empresa capitalista.

As discussões relacionadas ao uso dos termos que identificam os agricultores, assim como suas transformações em determinados períodos históricos, vêm acompanhadas de profundas mudanças nos modos de trabalho, produzindo alterações na caracterização da organização do trabalho e na relação desse trabalhador com o seu fazer cotidiano. Além disso, são notórias as mudanças nas formas de trabalho e de emprego no campo, que variam desde a redução dos pontos até a realização de atividades urbanas em conjunto com as rurais (SCHNEIDER, 2003, 2006, 2007; WERLANG, 2013). Conceitos como o da *pluriatividade*, do *part-time farming* e do *multiple-job holding* (SCHNEIDER, 2003) passaram a ser utilizados para discutir a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no campo. É diante de características como essas que Silva (1997) discute o novo rural brasileiro, marcado por transformações profundas nos aspectos econômicos, sociais e culturais. Se, de um lado, tem-se os pequenos agricultores buscando a realização de outras atividades combinadas com a agricultura, por outro, tem-se a inserção empresarial no meio rural e combinada com a utilização de tecnologias e maquinários diversos, que aumentam a produtividade e geram intensas concentrações fundiárias, além da incorporação de métodos diversos de controles de qualidade e de crescimento das exportações e do agronegócio.

Desse modo, o saber próprio do trabalhador rural, desenvolvido ao longo de diferentes gerações, com base nas vivências do campo, foi perdendo espaço para o saber científico, pautado na tecnologia, nos controles de produtividade e de qualidade. O trabalho familiar, nesse contexto, vem cedendo espaço para a contratação informal de mão de obra de terceiros, inserindo ainda atividades ocupacionais em centros urbanos para alguns familiares (SILVA, 2007). Além disso, as relações trabalhistas, que antes eram baseadas na estrutura familiar,

passaram a depender de terceiros, estabelecendo-se as parcerias tipo meagem, o trabalho diarista ou temporário, o arrendamento e o proprietário produtor (SCOPINHO, 2003).

Do ponto de vista da saúde desses trabalhadores, os riscos atrelados à prática da atividade rural, no Brasil, tornam esse meio de trabalho um dos mais perigosos na América Latina (OPAS, 2012). Com relação aos riscos associados às condições de trabalho no meio rural, podem ser citados: acidentes causados por animais ou por meio do uso de ferramentas; contato com animais peçonhentos; exposição a agentes infecciosos e ao sol; ocorrência de ruídos e vibrações; contato com bactérias e ácaros; divisão, ritmo e organização do trabalho inadequado e exposição a fertilizantes e agrotóxicos. Além desses fatores de riscos físicos, estudos recentes ressaltam que grande parte dos trabalhadores rurais possuem baixos salários, alimentam-se de maneira incorreta, possuem dificuldades para acessar os serviços de saúde, residem em locais com condições sanitárias inadequadas, não possuem períodos de folga ou descanso, não fazem uso de equipamentos de proteção individual, além de se submeterem a longas jornadas de trabalho (CASTRO, 2013; GIONGO, 2013; SILVA et al., 2005).

Desse modo, todas essas transformações passam a contribuir para a desestruturação do coletivo, fomentando a busca de objetivos individuais, o que implica diretamente na solidão do trabalhador (SANTOS, SIQUEIRA; MENDES, 2010) e na intensificação da vulnerabilidade. Esse cenário tem representado uma fonte indiscutível de sofrimento psíquico, culminando no adoecimento mental e, muitas vezes, no suicídio (WERLANG, 2013).

O Relatório Mundial sobre Violência, da OMS, mostra diferenças entre as taxas de suicídio no meio rural com o urbano, bem como nos métodos utilizados para o ato suicida. Entre os fatores associados ao aumento da taxa de suicídio no meio rural estão o isolamento e, como consequência, a dificuldade de detectar sinais de alerta ao fenômeno, além do acesso restrito aos serviços de saúde e o baixo nível educacional (OMS, 2010). Um estudo realizado por Werlang (2013) concluiu que as transformações no meio rural, provocadas pelo avanço do capitalismo, nas últimas décadas, foram responsáveis por intensas transformações nas formas de trabalho e acabaram descaracterizando a vida no campo e contribuindo para a precarização das relações de trabalho. Nesse processo, o sofrimento social surge como consequência e acaba se expressando através da depressão e do suicídio, elementos que têm marcado a vida rural brasileira.

Agricultores que cultivam tabaco, por exemplo, têm clareza de que o suicídio no trabalho está atrelado a fatores sociais. Eles afirmam que o capitalismo e a exploração do trabalhador causam o empobrecimento financeiro e o adoecimento psíquico dos trabalhadores, levando-os a considerar o suicídio como uma alternativa para cessar o sofrimento (ALMEIDA,

2005; CASTRO, 2013). Além disso, diante do adoecimento físico ou mental e da ausência de proteção social, é possível identificar, nos agricultores, um processo de intensa negação do sofrimento vivenciado, na medida em que precisam continuar trabalhando para não sobrecarregar os outros membros da família (CASTRO, 2013; GIONGO, 2013). Salmona (2003) associa o elevado índice de depressão e suicídio no meio rural à falta de reconhecimento do trabalho no meio rural, à baixa remuneração, ao não reconhecimento pela sociedade urbana, à vergonha e à culpa pela falência e à perda da identidade.

A partir dos dados apresentados, é possível compreender porque as estratégias de dominação empregadas pela indústria barrageira tornaram-se tão eficazes na implantação de suas grandes obras no meio rural brasileiro. Para tratar de agricultores atingidos pela construção de hidrelétricas, é necessário considerar todo o percurso histórico desse cenário de exclusão, de sofrimento, de invisibilidade e de falta de acesso às políticas públicas. Para essas populações, os grandes empreendimentos representam mais uma forma fracassada de promessas de progresso e de melhorias na qualidade de vida, além do agravamento da precarização histórica das políticas de proteção social.

#### **4.4 Considerações finais**

A partir do debate proposto por este capítulo, concluiu-se que a construção de uma hidrelétrica implica não só na transformação dos modos de vida da população atingida mas também na construção do sofrimento, geralmente banalizado pela dissociação da ideia de injustiça. Diante disso, conforme Renault (2010), as Ciências Humanas e Sociais possuem uma responsabilidade especial na luta contra a reprodução da invisibilidade do sofrimento nos discursos acadêmicos e em sua legitimidade pública. Afinal, é necessário atribuir uma função política ao estudo da dor e do sofrimento, problematizando seu caráter historicamente individualizado e desvinculado da economia, da cultura, da política e do social.

Nesse sentido, estudar o sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas no Brasil, do ponto de vista social, significa considerar que esse é um sofrimento produzido pelas e nas relações sociais e intimamente vinculado ao modelo econômico vigente, no qual alguns grupos são legitimamente sacrificados pelo bem da maioria. Finalmente, compreende-se que a construção de uma hidrelétrica, historicamente alicerçada no discurso do desenvolvimento e, mais recentemente, nos discursos da energia limpa, renovável e de baixo custo, constitui-se como um desastre ambiental planejado, programado, legitimado pelo poder público e privado, que produz profundos e duradouros impactos socioambientais estruturais e

irreparáveis na vida das populações atingidas. Esse não é um sofrimento qualquer, é um sofrimento social, possivelmente atrelado à banalização da injustiça social e ambiental.

## 5 A PESQUISA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: PERCURSOS METODOLÓGICOS

Fotografia 6 – Participantes da pesquisa durante gravação do documentário “Atingidos Somos Nós”



Fonte: acervo pessoal (2016).

Nota: imagem integrante da exposição “Deserto de Água”.

### 5.1 Introdução e delineamento

Desenvolver estudos no campo da injustiça social e ambiental significa ir além da descrição e do reconhecimento do contexto investigado, demandando o estabelecimento de ações concretas que gerem debates e mobilização política e social. É preciso, portanto, disposição política e envolvimento dos sujeitos da pesquisa em todo o processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, combinam-se vivências e práticas locais com conhecimentos e procedimentos acadêmicos; agrega-se à pesquisa a cultura das populações participantes; geram-se modos coletivos de construção de agendas investigativas; e delimitam-se situações-problema que preocupam as comunidades e, que, geralmente estão ausentes das prioridades políticas e de grupos de pesquisa (PORTO; MILANEZ, 2009).

Partindo desses pressupostos, concebeu-se esta investigação, desde o princípio, a partir dos mesmos pressupostos empregados pelo artesão no desenvolvimento de seu trabalho. O artesão parte de uma ideia e vai elaborando sua arte, passo a passo, com o conhecimento de

cada etapa da ação, exercendo a liberdade de alterar o percurso para reconduzir o caminho da descoberta (MILLS, 1969). A essa perspectiva, adiciona-se a ideia de que uma investigação deve considerar todas as etapas da pesquisa e os conteúdos investigados como fenômenos sociais, historicamente construídos e condicionados, em que o tema trabalhado, os participantes, o pesquisador, as relações e as técnicas utilizadas encontram-se também implicados nesse artifício (MINAYO, 2014). Assim, os limites entre o pesquisador e os participantes da pesquisa atenuam-se, formando um amplo coletivo de investigação, entrelaçando histórias, tempos e implicações frente ao problema de pesquisa. É nesse sentido que, para Minayo (2012b), o objeto de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais será sempre qualitativo.

Nesse campo, situa-a a abordagem da pesquisa participante, que teve origem no Brasil, na década de 1960, inspirada em Freire (1992, 2004) e na expansão do pensamento crítico acerca da realidade social brasileira e latino-americana (MINAYO, 2014). Buscando combinar participação, investigação e política, a abordagem privilegia aspectos como: a concepção de sujeito popular; a ideia de um projeto político encampado por uma frente popular; a ênfase no espaço local como lócus político; e o papel do pesquisador enquanto ator transformador. Conforme Minayo (2014, p. 163), do ponto de vista metodológico, esse tipo de pesquisa pressupõe que:

- a) grupos com saberes diferenciados coloquem-se em inter-relação;
- b) seja formulado um quadro teórico referente ao problema para o qual se busca solução;
- c) as pessoas interessadas no projeto participem de todas as fases de seu desenvolvimento;
- d) as discussões sobre os dados e os materiais coletados sejam socializadas;
- e) sejam construídas possibilidades de ação em conjunto com os participantes.

Assim, a pesquisa participante também possui o propósito de solucionar problemas concretos, fomentando a participação social e a emancipação, bem como a integração de grupos invisibilizados no debate público (MINAYO, 2014). Perspectivas similares são encontradas em pesquisas situadas no campo da ciência ativista, de Martinez-Alier et al. (2011); na ciência cidadã, de Irwin (1998); nas pesquisas baseadas na comunidade, de Isarel et al. (1998), e na ciência de rua, de Corburn (2005).

Diante do exposto, este capítulo, primeiramente, apresenta uma contextualização geral do campo investigado, incluindo a caracterização da hidrelétrica da Itá e dos municípios e das comunidades atingidas. Na sequência, são apresentados os sujeitos participantes da pesquisa e os instrumentos utilizados. Posteriormente, descreve-se e discute-se um dos elementos



considerado fundamental para a construção da documentação e para a atribuição de visibilidade às vivências e às memórias das comunidades investigadas: o processo de pesquisa revelador da inserção da pesquisadora no território e da transformação dos participantes em pesquisadores. Finalmente, são exibidos os procedimentos de análise dos dados e as considerações éticas empregadas nesta investigação.

## **5.2 A mina de ouro privada do rio Uruguai: descrição do contexto pesquisado**

A Hidrelétrica de Itá está situada na Região Hidrográfica do Rio Uruguai, considerada uma área estratégica para o país em função de seu potencial hidrelétrico. A bacia hidrográfica possui 74.533km<sup>2</sup> de área em território brasileiro. O rio Uruguai possui 2.200 quilômetros de extensão. Nesse contexto, vivem cerca de 3,9 milhões pessoas, em um total de 384 municípios (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA, 2016). Do ponto de vista da geração de energia hidrelétrica, a bacia apresenta um potencial de 42.030 MW, dos quais 47,8% já são explorados (MAB, 2016a).

Os empreendimentos hidrelétricos do rio Uruguai foram mapeados ainda na década de 1960, durante a ditadura militar. Nesses primeiros estudos, foram planejadas 32 barragens com o objetivo de gerar energia. Atualmente, existem 22 usinas em operação ou em construção no rio Uruguai e cerca de 149 inventariadas (MAB, 2008). Entre os empreendimentos em operação, estão: Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Foz do Chapecó, Passo Fundo e Monjolinho. Todos eles pertencem parcialmente ou integralmente a multinacionais, entre as quais se destacam a ALCOA Alumínio, dos Estados Unidos; o Grupo Tractebel Suez, da França; a Vale, o Bradesco, a Votorantim e a Camargo Correia, do Brasil. Estima-se que essas usinas em conjunto faturem cerca de R\$ 5.789.877.566,00 (MAB, 2008) e que atingiram mais de 200 mil pessoas (DALLACOSTA, 2016). Na Figura 2, é possível observar algumas das principais obras existentes.

Figura 2 – A situação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai



Fonte: Paim e Ortiz (2006).

Os registros oficiais da hidrelétrica de Itá apontam que os primeiros estudos acerca da viabilidade do empreendimento foram desenvolvidos entre os anos de 1966 e 1969 pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL). Depois de 1979, eles foram retomados pelo Grupo de Estudo do Rio Uruguai (GERU), formado por técnicos da Eletrosul e do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC). Em função de mudanças no governo brasileiro, o projeto ficou estagnado até que, em 1985, a região novamente entrou na agenda energética, sendo considerada a mais atrativa entre as diversas usinas projetadas na bacia do rio Uruguai (TRACTEBEL, 2001).

Em agosto de 1995, o empreendimento foi viabilizado através de uma parceria entre a Eletrosul e empresas privadas inseridas no projeto através de licitação (TRACTEBEL, 2001). Esse grupo formou o Consórcio de Itá, mas, com a privatização de uma parte da Eletrosul, em 1998, a UHE de Itá passou a pertencer totalmente ao setor privado (TRACTEBEL, 2001). O longo período entre o planejamento da obra e o enchimento do reservatório coincidiu com importantes mudanças na estrutura política e econômica do país, associadas às questões ambientais, políticas, econômicas e sociais (NÓR, 2001), entre as quais podem ser citadas a privatização do setor energético e as alterações da legislação ambiental.

A hidrelétrica de Itá está localizada em terras dos municípios de Aratiba, no Rio Grande do Sul (RS), e de Itá, em Santa Catarina (SC), no curso principal do rio Uruguai, divisor dos dois estados (TRACTEBEL, 2001). O enchimento do reservatório foi iniciado em dezembro de 1999 e a hidrelétrica entrou em operação em 2000. Atualmente, 69% do empreendimento pertence à Tractebel/Suez, 29,5% à CSN e 1,5% à Cimento Itambé. O projeto custou dois

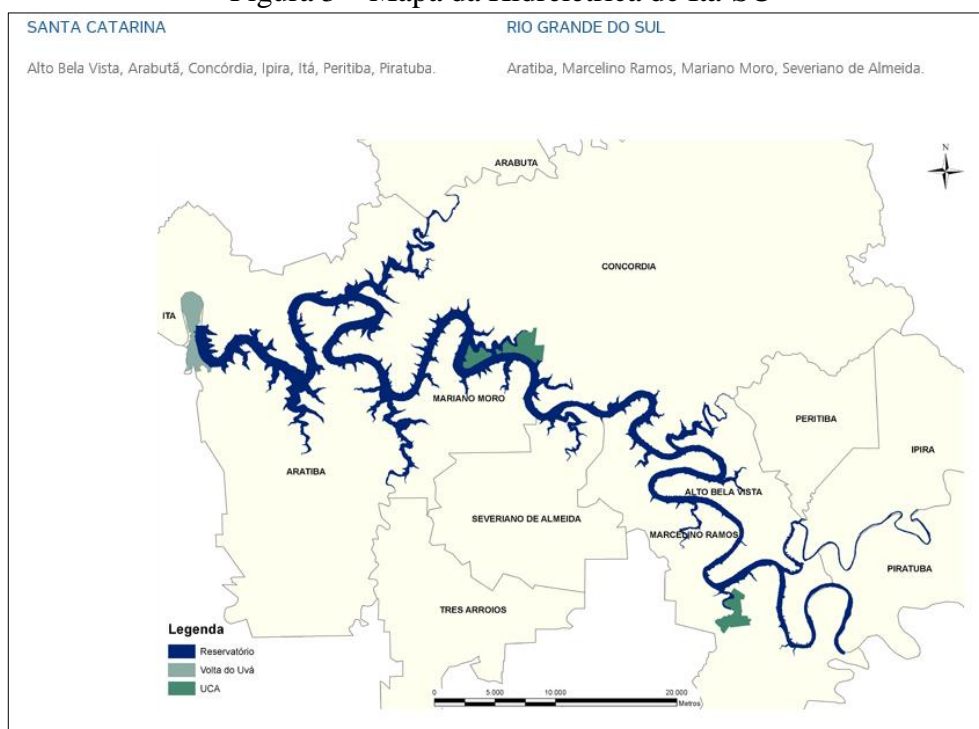
bilhões de reais, com potência instalada de 1.000 a 3.000 MW e com reservatório de 141 km<sup>2</sup> (OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014a).

A Tractebel Energia, maior geradora de energia privada do Brasil, é a atual responsável pela hidrelétrica de Itá. O controle acionário da empresa é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), que responde por 68,71% do capital social da empresa. A GSELA é controlada pelo grupo franco-belga GDF SUEZ, maior produtor independente de energia do mundo, com uma capacidade instalada de 117 GW e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e gás natural. Em 30 de setembro de 2014, o valor de mercado da companhia era de mais de R\$ 22 bilhões (TRACTEBEL, 2016a).

A construção da hidrelétrica atingiu 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (TRACTEBEL, 2000). Cabe destacar que os dados apresentados pela Eletrosul acerca da população atingida divergem daqueles apresentados pelo MAB. Além disso, a obra também atingiu populações indígenas, como as tribos Aldeia Konda, Toldo Chimbanguê e Toldo Chimbanguê II (OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014b).

O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de onze municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul (RS), e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba, em SC (TRACTEBEL, 2001). As cidades polo desse complexo são Concórdia, em SC, e Erechim, no RS. Entre os onze municípios que tiveram seus territórios atingidos pelo empreendimento, foram afetados total ou parcialmente duas sedes municipais (Itá e Marcelino Ramos), quatro sedes distritais, 32 núcleos rurais, 15 equipamentos isolados (escolas, cemitérios, campos de futebol, centros comunitários), 3.563 propriedades, além de redes de infraestrutura viária, elétrica e telefônica. A Figura 3 que segue mostra a região atingida.

Figura 3 – Mapa da Hidrelétrica de Itá-SC



Fonte: TRACTEBEL (2016b).

### 5.2.1 Caracterização dos municípios e das comunidades atingidas

A caracterização dos municípios e das comunidades atingidas foi construída com base nos documentos oficiais disponibilizados por órgãos públicos municipais e pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Itá. O material também foi utilizado para o levantamento das comunidades e das regiões atingidas pela obra, no entanto, cabe salientar que, após a inserção da pesquisadora no campo investigado, percebeu-se que haviam muitas outras comunidades afetadas. Exemplo disso são os municípios de Arabutã, Ipira e Peritiba que, oficialmente, não possuem famílias atingidas, todavia, em visitas às prefeituras e às comunidades remanescentes, foram encontradas pessoas indenizadas e comunidades rurais atualmente prejudicadas pela implantação do empreendimento. Nos demais municípios, foi identificado um número expressivamente maior de comunidades atingidas, como no caso de Itá, em que os documentos oficiais citam apenas a *Linha Simon*, desconsiderando comunidades localizadas à jusante da barragem, como a *Linha Fátima*, também afetada de maneira importante e vítima das recentes cheias do rio Uruguai. Diante disso, percebe-se que o critério considerado para a definição de *atingido* foi o alagamento das terras, nomeado pelos estudos ambientais como ADA (Área Diretamente Atingida). A seguir, são caracterizados os municípios e as comunidades rurais oficialmente atingidas em ordem alfabética.

#### 4.2.1.1 Alto Bela Vista (SC)

O município de Alto Bela Vista localiza-se no interior de Santa Catarina, na Microrregião do Alto Uruguai Catarinense, faz divisa com Concórdia, Peritiba, Ipira e Piratuba. Tem como área total 103.59 km<sup>2</sup> e estima-se que o número total de habitantes seja de 2.000 pessoas, sendo a maioria trabalhadores rurais. Conhecida como a Capital Catarinense do Coalho, a cidade tem como principal fonte de renda a agropecuária. Além disso, possui alguns pontos turísticos, entre eles o museu Casa da Memória, que se destaca por contar a história da cidade, que teve áreas alagadas pela Hidrelétrica de Itá (PREFEITURA DE ALTO BELA VISTA, 2016).

No município, oficialmente, foram atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá, cinco núcleos rurais, além de um equipamento comunitário isolado. Na *Linha Araraquara*, as igrejas foram reconstruídas em uma rodovia e a escola em outra. Na *Linha dos Koppe*, a estrutura comunitária foi indenizada à prefeitura e a população foi direcionada para o núcleo da *Linha Araraquara*. Na comunidade *Entre Rios*, a população foi totalmente separada, visto que havia famílias residindo em ambas as margens do rio. Boa parte das famílias foi transferida para Peritiba, outras para Alto Bela Vista e outras para regiões diversificadas. A empresa responsável pela construção da hidrelétrica subsidiou a reconstrução de igrejas junto aos grupos que se formaram nas regiões rurais de Alto Bela Vista e Peritiba. Na sede distrital de *Volta Grande*, houve um movimento similar em função do alagamento da região e da necessidade de construção das ferrovias e rodovias. Por causa da inativação dos acessos, da redução do fluxo de pessoas e de transportes, todos os moradores foram indenizados e deixaram o local. O núcleo comunitário da *Linha São Francisco* foi totalmente atingido e realocado em um novo local, onde os equipamentos comunitários, como escola, igreja e salão de festas foram reconstruídos. O *Parque do Estreito-Santur* foi totalmente atingido e indenizado para o Estado (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.2 Arabutã (SC)

A cidade de Arabutã localiza-se no interior de Santa Catarina, na Microrregião de Concórdia, dessa forma, faz limite com os municípios de Ipumirim, Concórdia e Seara. Possui uma área de 132,2 km<sup>2</sup> em torno de 4.193 habitantes, os quais, em sua maioria, dedicam sua vida à agropecuária (CIDADE BRASIL, 2016a). Conhecida como a Capital Catarinense da Descendência Germânica, essa tradicional cidade mantém festividades que eram realizadas

pelos primeiros colonizadores. Há também grupos de corais e bandas típicas que se apresentam na região. Como festa tradicional, destaca-se a Kerbfest, realizada anualmente, com três dias de duração no mês de fevereiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBÃ, 2016). Nesse município, os estudos oficiais da Tractebel (1988) não apontam para áreas rurais atingidas pela obra hidrelétrica.

#### 4.2.1.3 Aratiba (RS)

Conhecida como o Berço da Usina Hidrelétrica de Itá, o município de Aratiba localiza-se no interior do Rio Grande do Sul, na Microrregião de Erechim. Barra do Rio Azul, Mariano Moro e Itá, são os municípios vizinhos de Aratiba. Com área de 341,3 km<sup>2</sup>, a cidade conta com aproximadamente 6.568 habitantes (CIDADE BRASIL, 2016b; PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA). Na cidade de Aratiba, nove núcleos rurais foram atingidos, além de um equipamento comunitário isolado (TRACTEBEL, 1988). Na comunidade de *Sarandi*, as famílias estavam distribuídas em ambas as margens do rio e possuíam três igrejas que representavam religiões diferentes. Conforme a Tractebel (1988), as negociações com as famílias foram consideradas complexas e implicaram na reconstrução de duas das igrejas, de uma escola, churrasqueira, casa do pastor, salão de festas, cancha de bocha, campo de futebol e clube de festas. Na comunidade de *Lajeado Ouro – São José Dalla Vecchia* também havia famílias em ambos os lados do rio, as quais, com o enchimento do reservatório, ficaram isoladas. Com isso, o grupo foi dividido, sendo que parte foi realocada na margem direita do rio, juntamente com famílias de outras regiões, e outra parte foi realocada dispersamente na margem esquerda. Na margem direita, formou-se uma nova comunidade, denominada Barra do Enjeitado, na qual foi reconstruída a estrutura comunitária básica (cemitério, churrasqueira, igreja). As comunidades *Navegantes* e *Tamanduazinho* foram totalmente realocadas e obtiveram a reconstrução da estrutura comunitária. A *Linha da Paria*, antigo espaço de lazer dos moradores, foi também encoberta pela água e indenizada ao município. A sede distrital de *Três Barras* foi totalmente atingida e reconstruída em outro espaço do município. *Porto Lucas*, que pertencia ao distrito de Três Barras, teve sua sede realocada para próximo das novas residências das famílias. A escola atingida e sua estrutura não foi reconstruída, visto que os alunos ingressaram na rede municipal de ensino. Os demais equipamentos, como igreja, salão de festas e churrasqueira foram construídos (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.4 Concórdia (SC)

Concórdia, considerada uma cidade tradicional na agricultura e na pecuária, localiza-se na Região Oeste Catarinense, mais precisamente, na Microrregião do Alto Uruguai, a 493 Km da capital Florianópolis. Com uma área de 797,260 Km², faz limite com cidades do Rio Grande do Sul, como Alto Bela Vista e Peritiba, e com municípios catarinenses como Lindoia do Sul, Ipumirim, Arabutã, Irani, Jaborá, Presidente Castelo Branco, Ipira e Itá (CONCÓRDIA, 2016). O município é tido como referência regional em empresas com finalidade industrial. Há produções no setor primário também, em que Concórdia se destaca como um dos principais produtores de milho do estado. Com a agroindústria familiar em seu meio rural, é líder nacional na produção de suínos e aves, além de ter a maior bacia leiteira do estado. Ademais, produz soja, feijão, trigo entre outros produtos agrícolas (CONCÓRDIA, 2016).

No município de Concórdia, foram atingidos seis núcleos rurais e três equipamentos isolados. A *Linha Meneghetti* foi totalmente realocada, o que incluiu reconstrução da escola, churrasqueira, igreja, salão de festas e quadra de esportes. A comunidade *Pinheiro Preto* optou por receber em dinheiro o valor da indenização dessas estruturas e, mais tarde, os equipamentos comunitários foram reconstruídos por meio de patrocínios. Na comunidade de *Poço Rico*, o cemitério foi transferido para a comunidade de Terra Vermelha. *Porto Brum* foi totalmente realocada, mas, como a maioria dos moradores recebeu indenização e deixou a região, o local foi destinado para a formação de uma unidade de conservação ambiental chamada *Barra dos Queimados*. Em função disso, a estrutura comunitária não foi reconstruída e as entidades responsáveis foram indenizadas. Na comunidade de *Porto Guedes*, a escola atingida não foi reconstruída, visto que o município de Concórdia solicitou a transferência dos alunos para a rede municipal. O campo de futebol da *Sociedade Mistura Fina* foi indenizado à sociedade, pois, de acordo com a Tractebel (1988), o local já não era utilizado pela comunidade. Na comunidade *Barra do Lajeado Paulino*, a demanda escolar foi transferida para o município e a igreja foi realocada para outra região (TRACTEBEL, 1988).

A sede distrital de *Rancho Grande* passou por um processo de cisão comunitária, no qual os moradores se dividiram em função da escolha do local de reassentamento. Para tanto, foi organizado um plebiscito para decidir o local de reconstrução dos equipamentos comunitários. Com o processo, muitos moradores receberam indenização e deixaram o local, enquanto outros se deslocaram para perto do novo núcleo rural (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.5 Ipira (SC)

O município de Ipira está localizado no Meio Oeste de Santa Catarina e pertence à AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense). Possui uma área de 154,565 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 4.637 habitantes (IBGE, 2016b). Conforme a Tractebel (1988), na cidade de Ipira, dois núcleos rurais foram atingidos, *Linha Marcola* e *Esteves Júnior*. Na primeira, a escola foi indenizada para a prefeitura e não foi reconstruída. Na segunda, não houve reconstrução da estrutura comunitária, visto que os moradores receberam indenizações e mudaram-se para a cidade.

#### 4.2.1.6 Itá (SC)

O município de Itá foi colonizado no ano de 1919 pela Empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia. Ltda, da cidade de Porto Alegre (RS). No ano de 1967, a população recebeu a notícia de que o Rio Uruguai estava sendo avaliado para a construção de uma Usina. Após estudos realizados pela Empresa Eletrosul, em 1978, foi confirmado que a cidade iria desaparecer devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itá. Então uma nova sede municipal começou a ser planejada. No ano de 1994, foi realizada a última missa na Paróquia São Pedro (cidade velha) e a inauguração da cidade nova ocorreu em 13 de dezembro de 1996 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ, 2016).

A cidade de Itá está localizada na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, no oeste do estado de Santa Catarina e possui uma área de unidade territorial de 165,869 km<sup>2</sup>. Atualmente, segundo dados do IBGE (2016c), o município possui uma população estimada em 6.426 habitantes. No município de Itá, foi atingida a sede municipal como um todo e a *Linha Simon*. A reconstrução da cidade de Itá foi uma das primeiras obras envolvendo a realocação da população atingida. Na *Linha Simon*, foi reconstruída apenas a escola que, mais tarde, foi inativada em função da falta de alunos (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.7 Marcelino Ramos (RS)

O município de Marcelino Ramos está localizado na divisa entre o estado do Rio Grande do Sul e o estado de Santa Catarina e possui uma área de 229,759 km<sup>2</sup>. Durante muitos anos, foi o único elo entre o Rio Grande do Sul e o restante do país, por meio da ponte férrea sobre o rio Pelotas (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS, 2016). A antiga ponte



permitiu uma miscigenação étnica no município, tendo sido constituído por imigrantes e descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses e lusos. Segundo estimativa do IBGE (2016a), Marcelino Ramos possui 5.027 habitantes e é reconhecido pelo seu referencial histórico-cultural deixado pela ferrovia, onde é possível realizar passeios de *maria fumaça*. O legado histórico, as paisagens e as águas termais do município subsidiam a economia da cidade através do turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS, 2016).

Em Marcelino Ramos, foram atingidos cinco núcleos rurais, um balneário, duas vilas urbanas e quatro equipamentos comunitários isolados. O núcleo de *São Sebastião* foi totalmente atingido e reconstruído, polarizando demandas comunitárias da região e absorvendo moradores de outros territórios. Em *Água Verde*, a comunidade foi também realocada em um novo espaço e teve seus equipamentos reconstruídos. O núcleo *São Miguel* foi reconstruído próximo à antiga região de fundação. Em *Barra de Suzana*, a escola e o campo de futebol perderam a clientela e foram indenizados para o município. As vilas *Várzea* e *Beira Trilho* foram realocadas em diferentes espaços urbanos, por absorverem população de baixa renda. A estrutura do *Esporte Clube Cruzeiro* foi realocada para o perímetro urbano. Na comunidade de *Volta Grande II*, o campo de futebol, a quadra esportiva e o salão de festas foram atingidos. Nesse caso, a comunidade optou pela indenização e reconstrução da estrutura em outra região de terras adquiridas pela Tractebel. Em *Volta Grande I*, o cemitério atingido foi realocado para uma região próxima. O antigo *Balneário de Águas Termais* foi atingido e reconstruído em outro espaço da região. De entre os 21 comerciantes, apenas oito mantiveram seus estabelecimentos comerciais na nova estrutura, os demais foram indenizados. A estrutura da Casa do Menor, de Marcelino Ramos, foi reconstruída e uma atingida escola isoladamente foi indenizada ao município (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.8 Mariano Moro (RS)

Mariano Moro é um município do estado do Rio Grande do Sul pertencente à Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à Microrregião de Erechim. Sua área é de 98,97km<sup>2</sup> e conta com as águas do rio Uruguai, fazendo divisa fluvial com o estado de Santa Catarina. Colonizado por imigrantes italianos, sua população é de 2.210 habitantes. A economia do local Mariano Moro baseia-se na pecuária, na avicultura e na agricultura. Atualmente a cidade passa por momentos difíceis por conta da construção da barragem de Itá, que inundou 8,6% de sua área total, fazendo com que várias famílias deixassem o local, o que afetou profundamente a economia (BRASIL CHANNEL, 2016).

Mariano Moro teve quatro núcleos rurais e três equipamentos isolados atingidos. Na comunidade de *Várzea*, parte das famílias teve suas terras atingidas pelo enchimento do reservatório e parte não. Esse processo fez com que os moradores permanecessem residindo na comunidade. Apenas o cemitério foi realocado. Conforme a Tractebel (1988), em função dos prejuízos territoriais causados aos moradores, foi construída uma praça ao lado da igreja, além de terem sido realizados investimento em iluminação pública e na construção de um pórtico de entrada. Já na comunidade de *Rio Branco*, todos os residentes foram atingidos, restando apenas uma escola. Em função das indenizações, apesar da reconstrução do núcleo rural próximo ao território alagado, a maioria dos moradores optou por deixar a região, restando poucas famílias no novo local. O núcleo de *Praia Bonita* foi totalmente atingido e reconstruído junto à *Linha Vitalina*. *Porto Brum* foi inteiramente realocado, integrando famílias de outros territórios. A *Linha Perka* foi totalmente atingida e perdeu todos os seus moradores, em função disso, o valor da indenização pela perda da estrutura comunitária foi repassado ao município. Do mesmo modo, as indenizações pelas escolas atingidas nas comunidades de *São José* e *Manoel Machado* foram pagas ao município (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.9 Peritiba (SC)

Peritiba é um município do estado de Santa Catarina, pertencente à Mesorregião do Oeste Catarinense e à Microrregião de Concórdia, região do Alto Uruguai. Possui uma área de 95,84km<sup>2</sup> e 2.988 habitantes (IBGE, 2016d). Colonizada inicialmente por imigrantes alemães e, posteriormente, por italianos, a economia do município tem como base a agropecuária, destacando-se na área da suinocultura, seguida pela produção de milho, pela bovinocultura de leite, pela avicultura, pela produção de feijão e pela apicultura. Também há culturas de soja, arroz, mandioca, fumo e trigo (PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITIBA, 2016). Nesse município, os estudos oficiais da Tractebel (1988) não apontam para áreas rurais atingidas pela hidrelétrica.

#### 4.2.1.10 Piratuba (SC)

Piratuba é um município do estado de Santa Catarina pertencente à Mesorregião do Oeste Catarinense e à Microrregião de Concórdia. Possui uma área de 95,84km<sup>2</sup> e 2.906 habitantes. Com a construção da Estrada de Ferro, que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, durante décadas, o município teve sua economia baseada no transporte ferroviário de cargas,

na exploração de madeira e na indústria frigorífica. Posteriormente, com a chegada da Petrobrás, descobriu-se um lençol de águas sulfurosas, dando início a uma nova base econômica alicerçada no turismo do Parque de Águas Termais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA, 2016). Nesse município, foi atingida a comunidade de *Vila Uruguai*, tanto pelo enchimento do reservatório como pela transferência da via férrea. As famílias foram indenizadas, lançando mão de estratégias individuais de realocação, a grande maioria passou a residir em regiões urbanas (TRACTEBEL, 1988).

#### 4.2.1.11 Severiano de Almeida (RS)

Severiano de Almeida é um município do estado do Rio Grande do Sul pertencente à Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à Microrregião de Erechim. Sua área é de 167,598km<sup>2</sup> e conta com 3.842 habitantes. Possui parte das águas do rio Uruguai, atualmente represadas pelo lago artificial da Usina Hidrelétrica de Itá, fazendo divisa fluvial com o estado de Santa Catarina. A economia de Severiano de Almeida está baseada na produção de grãos, na pecuária leiteira e de corte, na suinocultura e na avicultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO DE ALMEIDA, 2016). No município, foi atingida a comunidade de *Mirim* e uma escola de *Sanga Funda*. A escola foi indenizada para o município e o núcleo comunitário de *Mirim* foi reconstruído, no entanto, os moradores optaram pela carta de crédito e grande parte passou a residir em regiões urbanas (TRACTEBEL, 1988).

### 5.3 Participantes da pesquisa

Uma revisão da literatura sobre a hidrelétrica de Itá apontou que grande parte dos estudos desenvolvidos privilegiaram as populações reassentadas em outros estados ou aquelas legalmente atingidas (NÓR, 2001; PICOLI, 2012; RADAELLI, 2010; VIANA, 2003). Essa tendência também pode ser percebida em estudos realizados com outras hidrelétricas no Brasil. A partir desse contexto, emerge a necessidade de aproximação e compreensão das vivências e das repercussões dessas obras para as populações remanescentes, ou seja, que permaneceram nas comunidades após o enchimento do reservatório, que tiveram apenas parte da propriedade atingida pelas águas ou que não foram legalmente consideradas atingidas, mas que ainda hoje vivem os efeitos da construção da hidrelétrica (deslocamento *in situ*).

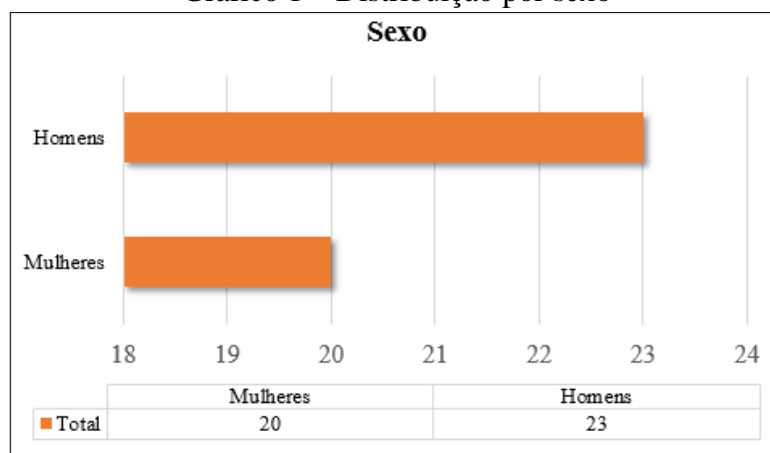
Diante disso, esta pesquisa teve como foco a população remanescente atingida pela construção da hidrelétrica de Itá e localizada a montante da barragem. Considerando-se as

entrevistas formais, gravadas e transcritas, houve 43 participantes: 20 mulheres e 23 homens, com idade *média* de 58,3 anos. Os entrevistados residiam na região em média 50,3 anos, sendo que a grande maioria nasceu no local, enquanto outros se mudaram para lá com a família ainda crianças ou após o casamento. Desse modo, todos os participantes da pesquisa acompanharam a construção da hidrelétrica investigada e o enchimento do reservatório.

Ademais, todos os sujeitos declararam-se proprietários de suas terras e de sua residência. Entre a população investigada, 22 pessoas declararam que tiveram a residência e/ou parte das terras atingidas pelo enchimento do reservatório e que atualmente vivem no núcleo rural reconstruído pela hidrelétrica; 10 pessoas não tiveram a residência ou as terras atingidas pela água, mas vivem em núcleo rural reconstruído; 9 pessoas não tiveram a residência, as terras ou o núcleo rural atingido; 2 pessoas tiveram a residência e/ou terras atingidas, mas sem núcleo rural reconstruído; 1 pessoa teve parte das terras atingidas sem núcleo rural reconstruído e 1 pessoa havia sido reassentada e retornou à antiga comunidade. Apesar das diferenças, todos os participantes consideram-se atingidos pela construção da barragem de Itá.

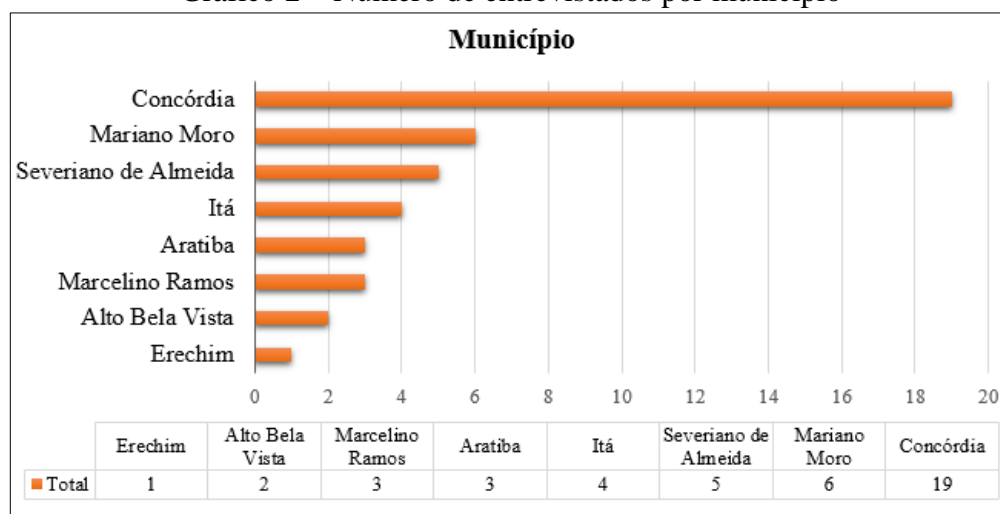
No que se refere à atuação profissional, foram entrevistados 30 agricultores (as), 4 pessoas que ocupavam cargos políticos (vereadores e vice-prefeitos), 3 professoras das comunidades rurais remanescentes, 2 pecadores, 2 comerciantes, uma técnica de enfermagem e uma pessoa que ocupava um cargo de gestão na hidrelétrica. Os municípios com maior número de entrevistados em ordem decrescente foram Concórdia (19 pessoas), Mariano Moro (6 pessoas), Severiano de Almeida (5 pessoas), Itá (4 pessoas), Aratiba (3 pessoas), Marcelino Ramos (3 pessoas), Alto Bela Vista (2 pessoas) e Erechim (1 pessoa). Quanto à escolaridade, 65,1% dos participantes tinham Ensino Fundamental incompleto. Esses dados podem ser visualizados nos gráficos que seguem (Gráficos 1, 2, 3 e 4) e no Quadro 2.

Gráfico 1 – Distribuição por sexo



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Gráfico 2 – Número de entrevistados por município



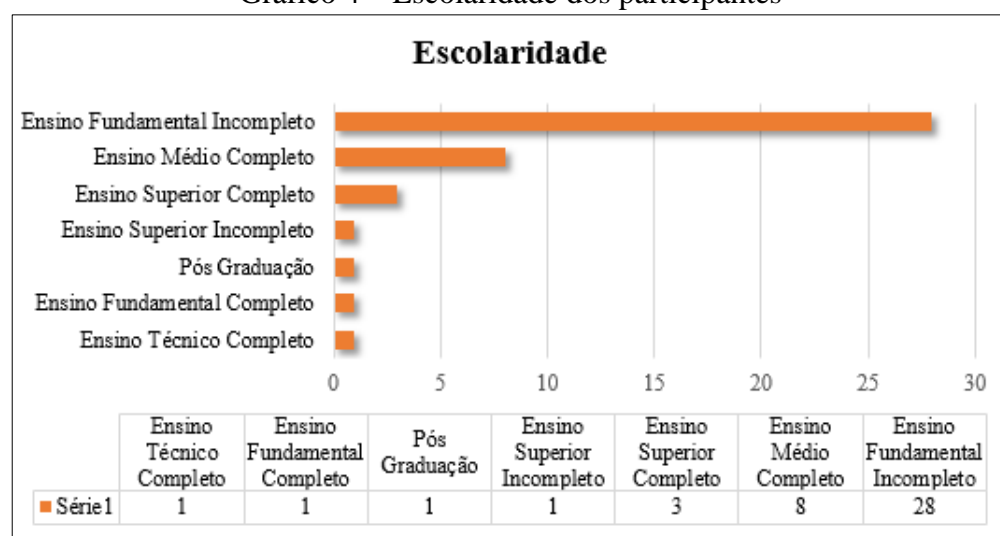
Fonte: elaborado pela autora (2016).

Gráfico 3 – Atuação profissional dos participantes



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Gráfico 4 – Escolaridade dos participantes



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Quadro 2 – Descrição dos participantes com nomes fictícios

Nome Fictício	Idade	Sexo	Profissão	Município	Escolaridade
Olinda	70	F	Comerciante	Alto Bela Vista	Ensino Fundamental Incompleto
Paulo	82	M	Agricultor	Alto Bela Vista	Ensino Fundamental Incompleto
Élio	54	M	Vereador	Aratiba	Ensino Médio Completo
Oscar	71	M	Agricultor	Aratiba	Ensino Fundamental Incompleto
Ana	67	F	Professora aposentada	Aratiba	Ensino Médio Completo/Magistério
Maria	68	F	Agricultora aposentada	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Leno	78	M	Agricultor aposentado	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Michele	47	F	Professora e agricultora	Concórdia	Ensino Médio Completo/Magistério
Amanda	59	F	Agricultora	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Marcos	85	M	Agricultor aposentado	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Neido	49	M	Agricultor	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Claudia	65	F	Agricultora	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Aldério	59	M	Agricultora	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Rosa	58	F	Agricultora	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Pedro	47	M	Vereador	Concórdia	Ensino Médio Completo
Mario	45	M	Agricultor	Concórdia	Ensino Fundamental Completo
Eliana	51	F	Agricultora	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Clóvis	65	M	Agricultor	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Renato	55	M	Comerciante	Concórdia	Ensino Médio Completo
Julia	54	F	Técnica de Enfermagem	Concórdia	Ensino Técnico Completo
Izaura	66	F	Agricultora	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
André	40	M	Agricultor	Concórdia	Ensino Médio Completo
Amaro	69	M	Agricultor	Concórdia	Ensino Fundamental Incompleto
Natalício	42	M	Vereador	Concórdia	Pós-Graduação
Leandro	45	M	Integrante do MAB	Erechim	Ensino Superior Incompleto
Jaqueline	56	F	Aposentada	Itá	Ensino Fundamental Incompleto
João	60	M	Agricultor	Itá	Ensino Fundamental Incompleto
Vitor	57	M	Agricultor	Itá	Superior
Vitorino	56	M	Gestão Hidrelétrica	Itá	Ensino Superior Completo
Claudir	59	M	Agricultor	Marcelino Ramos	Ensino Fundamental Incompleto
Dulce	60	F	Agricultora	Marcelino Ramos	Ensino Fundamental Incompleto
Cassiana	65	F	Aposentada	Marcelino Ramos	Ensino Fundamental Incompleto
Lucas	35	M	Vereador	Mariano Moro	Ensino Superior Completo
Mauro	58	M	Pescador	Mariano Moro	Ensino Fundamental Incompleto
Laura	77	F	Agricultora	Mariano Moro	Ensino Fundamental Incompleto
Caliandra	50	F	Agricultora	Mariano Moro	Ensino Fundamental Incompleto
Luciana	54	F	Pescadora	Mariano Moro	Ensino Fundamental Incompleto
Vera	57	F	Agricultora	Mariano Moro	Ensino Fundamental Incompleto
Luiza	68	F	Aposentada	Severiano de Almeida	Ensino Fundamental Incompleto
Leila	33	F	Agricultora	Severiano de Almeida	Ensino Médio Completo
Cesar	75	M	Agricultor	Severiano de Almeida	Ensino Fundamental Incompleto
Hermes	44	M	Agricultor	Severiano de Almeida	Ensino Médio Completo
Mercedes	51	F	Agricultora	Severiano de Almeida	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: elaborado pela autora (2016).

A partir dos dados apresentados, é possível observar que o município de Concórdia teve o maior número de entrevistados formais, visto que, pela facilidade de contatos, a pesquisa foi iniciada nessa região e, somente depois de algumas semanas, foi ampliada para os municípios vizinhos. Nesse processo, percebeu-se que, com cerca de 30 entrevistas, os dados se saturaram. A saturação identifica o momento em que o acréscimo de informações passa a não alterar a compreensão do fenômeno investigado, ou seja, quando as informações passam a se repetir (TRIBBLE; SAINTONGE, 1999). Mesmo após a identificação do ponto de saturação, seguiu-se com as gravações e as transcrições até a quadragésima terceira entrevista, quando se optou por continuar as conversas, mas sem gravação e transcrição. As entrevistas que não foram gravadas e/ou transcritas foram intituladas “informais”. De modo geral, essas entrevistas eram mais curtas, com duração média de 30 minutos.

No final do estudo, contabilizaram-se 86 entrevistas informais, registradas apenas em diário de campo. Essas entrevistas envolveram agricultores (as), operários que atuaram na construção da hidrelétrica, fotógrafos que acompanharam o período de construção da obra, enfermeiros que atuam nos serviços de saúde que atendem a população rural investigada, técnicos que atuam nos projetos ambientais e nos museus da hidrelétrica, vereadores, professores (as), motoristas de ônibus que circulavam na região, carpinteiro, balseiros do rio Uruguai, proprietários de comércios locais, famílias residentes em regiões urbanas e proprietárias de terrenos com sítios no entorno do reservatório, famílias atingidas pela construção da barragem que foram reassentadas e famílias que receberam carta de crédito e passaram a residir em centros urbanos. Considerando a distribuição dessas entrevistas por município atingido pela hidrelétrica, tem-se: 11 entrevistados em Alto Bela Vista, 10 entrevistados em Mariano Moro, 10 entrevistados em Marcelino Ramos, 10 entrevistados em Concórdia, 9 entrevistados em Arabutã, 8 entrevistados em Itá, 7 entrevistados em Piratuba, 6 entrevistados em Aratiba, 6 entrevistados em Ipira, 5 entrevistados em Peritiba e 4 entrevistados em Severiano de Almeida. Contabilizando-se as entrevistas formais (43) e as informais (86), esta pesquisa contou com 129 pessoas entrevistadas.

## **5.4 Instrumentos potencializadores da mobilização social**

### ***5.4.1 Análise documental***

A análise documental possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Através dela, é construída a

possibilidade de acrescentar a dimensão do tempo ao entendimento das transformações econômicas, políticas e sociais sofridas por determinados grupos, comunidades e pessoas (CELLARD, 2008). Portanto, um dos requisitos fundamentais desse tipo de análise, do início ao fim do processo, é a contextualização histórica de cada material, abrangendo a autoria, o momento cultural, o momento econômico, o momento político, a origem do documento, a confiabilidade dos dados, a fonte e os possíveis jogos de poder e de interesse atrelados ao material. A partir disso, entende-se que a análise documental é composta por algumas etapas principais, como, por exemplo:

- a) seleção dos documentos conforme problema e objetivos do estudo;
- b) contextualização histórica-social dos materiais;
- c) análise da origem do documento, abrangendo autoria, fonte, instituições envolvidas, tipo de documento;
- d) leituras diversas do material, buscando a compreensão de termos técnicos, expressões e contradições;
- e) entendimento global do material; e
- f) extração das categorias ou temáticas de análise para posterior discussão (CELLARD, 2008; HELDER, 2006; MAY, 2004; MINAYO, 2008).

Neste estudo, os documentos utilizados para a análise documental podem ser classificados em três grandes grupos:

- a) legislação vigente atrelada à construção de hidrelétricas no Brasil;
- b) estudos ambientais da hidrelétrica de Itá; e
- c) materiais de apoio. A seguir, apresenta-se uma caracterização geral de cada documento selecionado.

#### *5.4.1.1 Caracterização da Legislação Vigente*

##### *5.4.1.1.1 Política Energética Nacional*

A Lei nº 9.478, de 1997, dispõe sobre a política energética nacional e sobre as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. O documento declara que “recebe o nome de política energética brasileira as diretrizes estabelecidas pelo governo federal para administrar e explorar da melhor forma possível os recursos do território nacional, de modo a alimentar a indústria, o comércio e a população em geral” (BRASIL, 1997b, n. p.).



#### 5.4.1.1.2 Política Nacional de Recursos Hídricos

A Lei nº 9.433, de 1997 (BRASIL, 1997a), institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, além de trazer alterações em outras leis. O objetivo geral do documento é

estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social (BRASIL, 1997a, n. p.).

#### 5.4.1.1.3 Licenciamento Ambiental

A instituição do licenciamento ambiental é realizada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”, pela Lei complementar nº 140/2011 e pelas resoluções do Conama nº 001/86, nº 009/87 e nº 237/97. Na primeira lei, são estabelecidos os instrumentos de controle e os objetivos da política, também são criados órgãos e sistemas de controle, fiscalização e preservação do meio ambiente, explicitados os instrumentos utilizados, instituída a obrigatoriedade de reparação dos danos provocados pelo agente poluidor, estipulados métodos de punição diante do não cumprimento das prerrogativas legais e delineados os diversos tipos de crime ambiental.

A lei complementar nº 140/2011 fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da proteção ambiental. Já a resolução 001/86, do Conama, estabelece as diretrizes de uso e de implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Ela define impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente que afete a saúde, a segurança, o bem-estar da população as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias e a qualidade dos recursos naturais. A resolução nº 009/87 dispõe sobre a realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental, enquanto a resolução nº 237/97 do mesmo órgão define as etapas do licenciamento ambiental, estabelecendo detalhadamente suas normativas.

#### 5.4.1.1.4 Instituição da ANEEL

A Lei nº 9.427, de 1996 (BRASIL, 1996), foi criada com a finalidade de instituir a Agência Nacional de Energia Elétrica. A agência tem como atribuições regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores; e assegurar a universalização dos serviços. Além disso, sua missão é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

#### 5.4.1.1.5 Leis de Concessões

As normativas atreladas às concessões são instituídas pela Lei nº 8.987, de 1995 (BRASIL, 1995a), que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175, da Constituição federal, pela Lei nº 9.074, de 1995 (BRASIL, 1995b), que estabelece normas para a outorga e para prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, pelo artigo 175, da Constituição Federal, de 1988, pela Lei nº 9.648, de 1998 (BRASIL, 1998), e pela Lei nº 12.783, de 2013 (BRASIL, 2013), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

#### 5.4.1.1.6 Reestruturação das Centrais Hidrelétricas e Comercialização de Energia

A Lei nº 9.648 (BRASIL, 1998), altera leis anteriores acerca da comercialização de energia e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Eletrobrás e de suas subsidiárias. O documento privilegia questões como o processo de alienação de imóveis para obras públicas, procedimentos de compra e venda de recursos, tarifação, compra e venda de energia, aproveitamento hidrelétrico e, finalmente, define as regras de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos a ser paga pelos exploradores aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

#### 5.4.1.1.7 Populações Atingidas e Desapropriações

O decreto-Lei nº 3.365, de 1941, dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública, afirmando que, “mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios” (BRASIL, 1941, art. 2º). Já o decreto nº 7.342, de 2010 (BRASIL, 2010), regulamenta o cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica (a fim de identificar, qualificar e registrar os atingidos) e também cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

#### 5.4.1.2 Caracterização dos Estudos Ambientais da Hidrelétrica de Itá

##### 5.4.1.2.1 EIA da Hidrelétrica de Itá

O EIA da hidrelétrica de Itá é composto por quatro volumes e dois anexos, totalizando 791 páginas. O material foi finalizado em maio de 1999 e conta com a apresentação de estudos ambientais iniciados em 1988. O primeiro volume é composto por capítulos que realizam a caracterização geral do empreendimento, a apresentação da legislação ambiental vigente, a contextualização dos planos e dos programas governamentais previstos para a região, o detalhamento do enfoque metodológico, além da análise de outras alternativas energéticas. O volume dois apresenta o diagnóstico ambiental, enquanto o volume três aborda os impactos decorrentes da obra e o volume quatro apresenta os programas ambientais, os quadros prospectivos, as conclusões e as recomendações relacionadas ao empreendimento. De modo geral, o objetivo principal do documento é apresentar “[...] de forma detalhada os efeitos do empreendimento sobre o meio físico-biótico e socioeconômico”, recomendando “medidas mitigadoras para minimizar os impactos negativos sobre a região, assim como potencializar os efeitos positivos” (ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA, 1999, p. 2.03).

##### 5.4.1.2.2 Relatório de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Itá

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da hidrelétrica de Itá é composto por 123 páginas. O documento possui o objetivo de apresentar “de forma resumida, as principais repercussões ambientais envolvidas na concepção, implantação e operação do

empreendimento” (RIMA, 1990, p. 03). O material conta com uma introdução, na qual são contextualizadas a demanda pela produção de energia, a justificativa do projeto e a opção pela hidroeletricidade, além de ser apresentada uma caracterização geral da obra e do funcionamento do empreendimento. Na sequência, são apresentados o histórico e as características atuais da região, além da delimitação da Área de Influência (AI) e a Área Diretamente Atingida (ADA). Posteriormente, são abordados os impactos da usina hidrelétrica, seguidos pelas soluções propostas e por uma seção de fechamento que discute o “futuro da região”.

#### 5.4.1.2.3 Plano Diretor da Hidrelétrica de Itá

O Plano Diretor da Hidrelétrica de Itá é um documento com 156 páginas, que apresenta os seguintes dados: introdução, pertinência e objetivos do plano diretor; metodologia de construção do plano; apresentação do empreendimento, da região atingida e dos impactos provocados; apresentação da legislação ambiental aplicável à abrangência do plano diretor; diretrizes gerais para uma ação sustentável, em que aborda a reorganização do espaço; ações e normativas quanto ao uso do entorno do reservatório e do próprio reservatório; e anexos. Conforme a Tractebel (2015), o documento é dividido em duas partes, sendo a primeira o diagnóstico e a segunda, o plano de ação.

#### 5.4.1.3 *Caracterização dos materiais de apoio*

Nesse grupo de documentos, foram inseridos os materiais de apoio disponibilizados pelos participantes da pesquisa, pelo MAB, pelas prefeituras e pela própria hidrelétrica. Entre eles, estão: livros, vídeos institucionais, materiais comemorativos, matérias de jornais, folders, fotografias, materiais de eventos e discursos presidenciais.

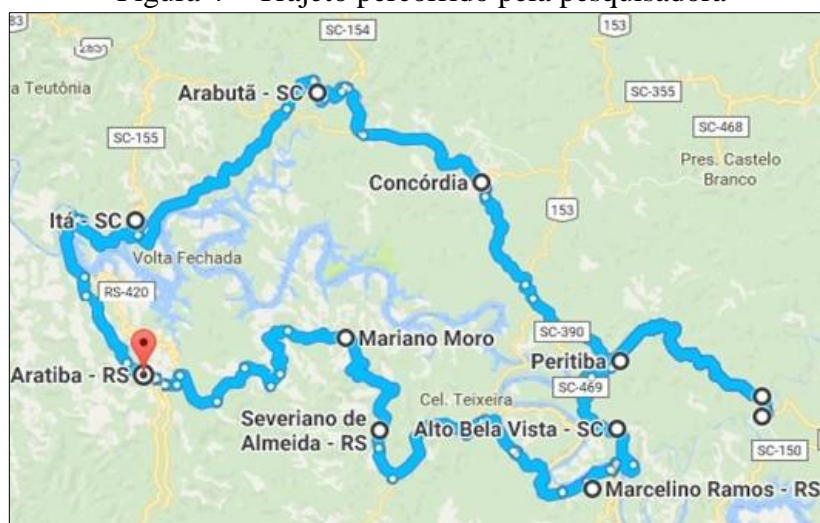
#### 5.4.2 *Observação participante*

Neste estudo, o processo de inserção e de participação nas atividades vividas pelas comunidades investigadas pode ser considerado uma estratégia central frente aos objetivos de pesquisa delineados. Definida como um processo no qual o pesquisador se insere em um determinado contexto e se envolve com as pessoas e suas atividades, a observação participante é considerada, antes de um método, uma estratégia que permeia toda a investigação. Inserindo-se nas práticas sociais dos sujeitos da pesquisa, além de se tornar parte do contexto pesquisado,

o pesquisador modifica o meio e também é constantemente modificado por ele (FLICK, 2004; SCHWARTZ; SCHWARTZ, 1955). Desse modo, a observação participante é considerada um elemento fundamental para a prática de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, pois representa não apenas uma técnica de coleta de dados mas também uma estratégia que permite a aproximação, imersão e compreensão de uma determinada realidade (MINAYO, 2012a). Nesse sentido, esse método tem sido utilizado em diversos estudos acerca da temática deste projeto, como pode ser observado nas investigações de Alves e Justo (2011), Delesposte e Magno (2013), Silva e Silva (2011), Ulloa e Bellini (2009) e Zhouiri e Oliveira (2007).

Além disso, é comum que, no decorrer das observações, sejam utilizadas outras técnicas de coleta de dados, como entrevistas, grupos, pesquisas documentais e levantamentos (ANGROSINO, 2009; MINAYO, 2014). Nesta pesquisa, no período entre fevereiro e dezembro de 2016, foram realizadas observações combinadas com análises documentais, entrevistas individuais e coletivas e registro audiovisual, envolvendo os 11 municípios atingidos pela hidrelétrica em questão. Durante a pesquisa, foram feitas mais de 3.000 fotografias, muitas delas foram reveladas e entregues aos participantes do estudo. Esse processo demandou a presença sistemática da pesquisadora no campo investigado durante todo o ano de 2016. O percurso simples entre os municípios participantes da pesquisa é delimitado na Figura 4 e totaliza 346,4 km, assim, nesse processo de observação e inserção na região, foram percorridos, no decorrer do período da coleta de dados, cerca de 14.505,3 km.

Figura 4 – Trajeto percorrido pela pesquisadora



Fonte: Google Maps (2017).

De entre as inúmeras atividades realizadas e acompanhadas pela pesquisadora, destacam-se a participação em atividades *culturais e comunitárias*, como cultos, missas,

encontros sociais, aniversários, batizados, prática de esportes e festas; de *rotina de trabalho*, como plantação e colheita de alimentos, confecção de artesanatos, cuidado e alimentação de animais, pesca, preparação de terras para o plantio e afazeres domésticos; e de *convivência familiar*, envolvendo todas as rotinas diárias dos sujeitos da pesquisa. Para o registro dos dados observados, foi utilizado um diário de campo (ANGROSINO, 2009), que foi atualizado sistematicamente pela pesquisadora.

Destaca-se que o processo de imersão foi totalmente conduzido pelos participantes da pesquisa. Assim, tanto a ordem das regiões e das comunidades observadas quanto os momentos de realização das entrevistas, das gravações, das filmagens e a participação nas práticas sociais, de vida e de trabalho foram delimitadas pelos sujeitos da pesquisa, conforme o nível de confiança, de tempo de permanência da pesquisadora no campo investigado e de vinculação com as comunidades.

#### **5.4.3 Entrevista narrativa**

A técnica de entrevista narrativa é reconhecida como uma importante estratégia de resgate das histórias de vida e das histórias sociais (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013). O termo foi cunhado por Schutze (1992), que caracterizou a entrevista pela não utilização do esquema pergunta-resposta, justamente por preconizar a livre narração do entrevistado. Conforme perspectiva do mesmo autor, as fases de aplicação da entrevista narrativa envolvem:

- a) *preparação*, na qual ocorre a exploração do campo e a formulação das questões;
- b) *iniciação*, momento em que o entrevistador lança mão do tópico inicial para a narração, podendo dispor de auxílios visuais;
- c) *narração central*, fase principal na qual o entrevistado narra a história e recebe apenas o encorajamento do entrevistador;
- d) *fase de perguntas*, na qual o entrevistador insere suas questões;
- e) *fala conclusiva*, quando o gravador é desligado e a entrevista passa a ser finalizada.

A condução da entrevista narrativa foi inicialmente norteadada por questões que privilegiaram as transformações nos processos de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais atingidos pela hidrelétrica, bem como suas memórias relacionadas à obra (Apêndice A). No entanto, cabe destacar que, apesar da importância atribuída ao método e ao roteiro da entrevista, o foco principal foi direcionado aos participantes da pesquisa, respeitando seus desejos de fala, o tempo e o nível de vinculação com a pesquisadora. Destaca-se, ainda, que, no decorrer da pesquisa, em função da apropriação dos participantes com relação ao método e ao tema da

investigação, muitas entrevistas foram conduzidas pelos participantes, o que contribuiu para que se colocassem como pesquisadores e como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

#### **5.4.4 Questionário biosociodemográfico**

Com o objetivo de identificar as características dos participantes e de levantar informações biosociodemográficas foi aplicado, exclusivamente para este estudo, um questionário construído pela pesquisadora (Apêndice B). No instrumento, foram incluídas questões sobre: idade, sexo, escolaridade, características familiares, características do trabalho, acesso à saúde, renda entre outras.

#### **5.4.5 Produção do documentário “Atingidos Somos Nós”**

Outro importante instrumento, não apenas de pesquisa mas também de intervenção social, foi a produção do documentário *Atingidos Somos Nós* (Anexo A), que contemplou a realidade vivida e narrada pelos agricultores participantes da pesquisa. No Brasil, essa prática na pesquisa social vem sendo desenvolvida por pesquisadores como Alves (2014), no projeto *CineTrabalho*, que investiga temas relacionados à saúde do trabalhador sob a ótica audiovisual inspirada na produção de Eduardo Coutinho. No campo da construção de hidrelétricas, outros materiais similares têm sido desenvolvidos, especialmente pelos movimentos sociais, por instituições públicas e por pesquisadores (BRITO, 2015; DOCE RIO, 2015; MAB, 2016b; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB, 2009).

Conforme Banks (2009), a utilização de vídeos na pesquisa pode servir como técnica de observação e descrição da realidade, transcrição e interpretação social ou como ilustração e divulgação de pesquisas. Para além dos aspectos levantados pelo autor, a produção do documentário, neste estudo, serviu como instrumento de intervenção social, com o intuito de atribuir visibilidade e contribuir com o debate público acerca do sofrimento das pessoas atingidas pela construção de hidrelétricas. Além disso, as imagens foram captadas pela pesquisadora em conjunto com os participantes da pesquisa, que atuaram ativamente na escolha dos locais a serem registrados e das pessoas a serem entrevistadas.

No que se refere à captação do conteúdo, foi adotada uma metodologia caracterizada pela fala pessoal e narrativa, com o emprego de uma câmera fixa, sem o uso excessivo de cortes e com *voz off*, privilegiando a fala dos entrevistados. Assim, a maior preocupação não foi a

qualidade técnica ou estética do material, mas as interações e intervenções sociais que ele produziu. Ressalta-se que a produção do documentário foi mediada pela agência Margot Produções, que atuou na edição do material e auxiliou na construção do roteiro e na finalização do filme.

Participaram do documentário 15 agricultores integrantes da pesquisa, de seis municípios diferentes. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando o uso de sua imagem (Apêndice C). Após a conclusão do documentário, foi realizado um encontro com todos os participantes do estudo para a apresentação e discussão do conteúdo e da produção do filme. Além disso, diversas outras exposições já aconteceram em espaços públicos, em universidades e em regiões afetadas pela construção de hidrelétricas. Para fomentar os debates coletivos foi construído um roteiro de questões direcionadas aos expectadores (Apêndice D). Todos os participantes da pesquisa receberam uma cópia gratuita do filme em formato de DVD. O material também foi disponibilizado gratuitamente para movimentos sociais, universidade, representantes políticos e pesquisadores da temática e, após a defesa desta tese, também será disponibilizado abertamente na rede Youtube.

### **5.5 Entre a (des) construção do método e a (trans) formação dos participantes: o processo de pesquisa**

Usualmente negligenciada nas seções dos manuscritos científicos, o processo de pesquisa pode ser considerado um dos elementos mais importantes para a construção do conhecimento (MINAYO, 2012b), tanto que Lévi-Strauss (1975) o nomeou de “ama de leite” de toda a investigação social. É nele que se observa a criatividade do pesquisador, a violação das regras técnicas, a quebra de paradigmas - a verdadeira revolução (FEYERABEND, 1989; KUHN, 1978). Nesta investigação, é também através da análise do processo de pesquisa que se observa a transformação da pesquisadora em sujeito da pesquisa, dos participantes em pesquisadores e a contribuição desse fenômeno para a mobilização social.

Isto posto, apresenta-se e discute-se, em primeira pessoa, o processo de pesquisa desta tese, afinal, na ciência que fazemos, “o observador é, ele próprio, uma parte da sua observação” (LÉVI-STRAUSS, 1935, p. 215).

Sendo assim, este tópico aborda os primeiros passos da pesquisadora no campo investigado, sua inserção gradativa nos modos de vida e de trabalho das comunidades investigadas e, finalmente, o processo pelo qual os participantes se apropriaram da investigação permitindo que, de fato, a pesquisa e a mobilização social acontecessem. Cabe salientar que,



apesar desta seção privilegiar o período de um ano dedicado ao campo propriamente dito, considera-se, assim como Minayo (2012b), que o processo de pesquisa teve início muito antes, com a escrita do projeto de pesquisa e com as inúmeras aproximações com o território e com o tema pesquisado na fase exploratória da investigação. O detalhamento do processo de pesquisa descrito nesta seção também pode ser consultado no Apêndice E desta tese, juntamente com seu Cronograma (Apêndice F) e Orçamento da pesquisa (Apêndice G).

### ***5.5.1 A estrangeira e os estranhos: o processo de inserção no território investigado***

Munida do projeto de pesquisa, de dezenas de cronogramas, de roteiros, de termos de consentimento, de questionários e de diversos manuais de investigação em Ciências Humanas e Sociais, eu estava pronta para iniciar oficialmente minha “coleta de dados”. No entanto, a questão principal ainda repousava sobre quais comunidades pesquisar, pois seria impossível pesquisar todas as regiões rurais do entorno do reservatório, distribuídas em 11 municípios. Além disso, como muitos dos meus participantes não eram oficialmente atingidos, não havia um mapeamento dos potenciais sujeitos da pesquisa. Seus nomes não estavam nos estudos da hidrelétrica e muitas comunidades já não existiam mais. Apesar das dúvidas, estava claro que, tecnicamente, a pesquisa seria desenvolvida em três etapas distintas: observação e aproximação com algumas comunidades; realização das entrevistas; e produção do documentário.

Especificamente, no dia 29 de fevereiro de 2016, viajei para a minha primeira aproximação com o campo investigado. Devo destacar que de Porto Alegre até a comunidade de Engenho Velho, na cidade de Concórdia, eram oito horas de viagem, aproximadamente 465 km. Em função disso, o principal objetivo na época era finalizar rapidamente a “coleta de dados”, esquecendo-me de que, em pesquisa, “o que importa é o andar e não o chegar” (MEYER; SOARES, 2005, p. 38). Na prática, minhas viagens e minhas inserções no campo seriam organizadas nos sábados e nos domingos e nas segundas e terças-feiras, em função do meu trabalho como professora universitária na região metropolitana de Porto Alegre. Escolhi Engenho Velho para iniciar porque já havia visitado a comunidade durante o campo exploratório e, aparentemente, havia sido bem recebida. Além disso, o município de Concórdia teve a maior população rural atingida pela construção da hidrelétrica de Itá.

Na comunidade de Engenho Velho, o primeiro lugar onde decidi parar para conversar e levantar informações foi um pequeno bar localizado na única rua que atravessava a comunidade – local de encontro e de socialização dos moradores. Esse primeiro momento foi relatado no diário de campo conforme segue, no Diário de Campo 1.

## Diário de Campo 1 – Diário do dia 29/02/2016

*Uma placa grande com o sobrenome do Renato anunciava a entrada do pequeno bar localizado em uma das comunidades atingidas pela barragem de Itá. Ali, o núcleo rural era formado por poucos moradores, um pequeno mercado, dois bares, uma igreja e algumas casas de pessoas da cidade que vinham para passar o fim de semana. O bar de alvenaria tinha uma mesa de sinuca antiga logo na entrada, mesas e cadeiras de plástico vermelhas espalhadas ao redor do salão e, no fundo, um balcão com bebidas, doces e salgados. Uma placa à direita de quem entrava, escrita à mão, anunciava o cardápio de lanches: torrada, pastel, x-salada e batata frita. A opção “iscas de peixe”, apesar de ainda constar no cartaz, havia sido retirada do cardápio, pois demorava tanto tempo para um cliente entrar e fazer o pedido que as iscas estragavam no congelador. Do lado de fora, uma área aberta e coberta, também com mesas e cadeiras dispostas. Os poucos que passavam pela estrada, logo em frente, não deixavam de cumprimentar Renato. Do lado do bar, um posto de combustível abandonado, com a pintura desgastada pelo tempo. Quando cheguei, fui bem recebida. Pedi uma cerveja e falei que estava ali fazendo minha pesquisa do doutorado. Comigo estavam quatro homens, moradores da região. Fiquei conversando com eles, que me contaram um pouco sobre a vida ali. Um deles me disse que toda energia produzida pela barragem é vendida para a Argentina, outro havia trabalhado na construção da barragem. Ao final, consegui agendar algumas entrevistas (Diário de Campo, 29.02.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Nas inserções iniciais busquei, ainda que intuitivamente, abandonar a postura de “cientista”, buscando apenas me inserir na cena social, adotar uma linguagem de senso comum, própria dos interlocutores, utilizar roupas discretas e simples e buscar constantemente me colocar no mundo dos entrevistados (SCHUTZ, 1973). Para Minayo (2012a), a simplicidade e o comportamento do pesquisador são aspectos cruciais em sua inserção no campo. Assim, nessas primeiras aproximações, não pedia para gravar as conversas, apenas me colocava atenta e buscava agendar outros encontros. Fiz o mesmo em comunidades vizinhas, alternando as abordagens. Em algumas, dirigia-me primeiramente ao bar, à escola ou ao comércio principal, em outras, abordava as pessoas em suas casas ou na rua.

Ainda naquele primeiro final de semana, falaram-me sobre uma festa na comunidade, o que ajudou muito. Na festa, encontrei pessoas que me apresentaram para outras famílias e, assim, consegui agendar outras entrevistas. Apesar da aparente facilidade de inserção, esse processo inicial também se misturava com o medo e com a desconfiança das pessoas. Eu percebia que, apesar de me receberem educadamente, todos faziam um longo interrogatório ao me conhecerem: *de que família você é? Porque você está aqui? Por que escolheu nossa comunidade? Por que a placa do seu carro é de Porto Alegre? Quem paga sua pesquisa? Você foi mandada pelo governo? Você trabalha para a hidrelétrica? Você é casada, solteira, tem filhos? Você é bióloga? Por que uma psicóloga pesquisaria uma barragem?* A cada encontro,

eram as mesmas perguntas. Apenas dois ou três meses depois, eu entenderia que, na verdade, todos falavam de mim nesse início, achavam que eu trabalhava para a hidrelétrica e até haviam planejado me expulsar da comunidade. Aliás, nessas primeiras aproximações, fui expulsa da casa de um casal participante da pesquisa. O filho mais velho, revoltado com as injustiças cometidas pelo processo de implantação da barragem, acreditava que eu estava ali sob a orientação da empresa. Em uma comunidade de Marcelino Ramos, os moradores construíram uma barreira na estrada principal, abordaram-me e conduziram um longo interrogatório. Felizmente, fui liberada depois de inúmeras e detalhadas explicações. Após essas experiências, pude adentrar e compreender o histórico de violência e de injustiça sofrido por aquelas comunidades. A dificuldade de confiar no “estranho” havia sido produzida socialmente por meio da apropriação e da exploração de seus territórios pela indústria barrageira.

Nesse sentido, entende-se que, aos participantes da pesquisa, não interessava a base lógica, a carreira ou os estudos do investigador, mas se ele era uma boa pessoa, se não faria mal aos outros, se era alguém confiável (MINAYO, 2012a). Assim, muito além de qualquer técnica, as minhas atitudes e a minha sensibilidade mostraram-se essenciais para a construção da relação de confiança. Em março, já com algumas entrevistas agendadas e mais confiante nas abordagens, parei em uma casa à beira da estrada para me apresentar e falar da pesquisa.

#### Diário de Campo 2 – Diário do dia 05/03/2016

*Chegando à comunidade de Poço Rico, parei o carro em uma das casas para perguntar o horário do culto e começamos a conversar um pouco. Falei que estava fazendo uma pesquisa sobre a hidrelétrica e perguntei se eles queriam falar sobre isso. Eles foram muito gentis. Era um casal com um filho jovem. Senti que não deveria ter solicitado logo no início para gravar a entrevista e falar do termo de consentimento. Aqui o tempo é outro, é um tempo diferente. É preciso estabelecer uma relação de confiança antes de qualquer outra coisa. É preciso dar algo em troca, nem que seja uma história. Durante a entrevista, houve contradições, pedidos para desligar o gravador, receios e dúvidas... (Diário de Campo, 05.03.2016)*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Nesse dia, eu tive a certeza de que ali o tempo era outro, em outras palavras, eu havia cometido um erro técnico. Eu mesma registrei, no diário de campo, mais tarde: “saí da entrevista com a sensação muito clara de que eu precisaria ficar no campo para conhecer, estabelecer vínculos... E só depois, no final, pedir para gravar, ou talvez nem gravar”<sup>8</sup>. Nesse processo, fui percebendo que o termo de consentimento assustava muito as pessoas. Conhecer o histórico da

<sup>8</sup> Trecho extraído do diário de campo do dia 05/03/2016.

construção da hidrelétrica, naquele espaço, ajudava-me a compreender os receios presentes. Aquelas pessoas haviam sido enganadas, obrigadas a assinar inúmeros papéis que mal podiam ler, algumas tinham sido obrigadas a deixar suas terras e casas, outras até aquele momento ainda não tinham sido devidamente indenizadas. O trabalho seria árduo e seria preciso abandonar a ideia ainda positivista de “coleta de dados” para uma perspectiva de troca e de relacionamento. Em outro final de semana, tentei uma abordagem diferente: decidi participar de um culto na comunidade de Terra Vermelha, ainda em Concórdia. Eu era a estrangeira naquele lugar, não havia dúvida alguma disso.

#### Diário de Campo 3 – Diário do dia 06/03/2016

*No final do culto, fiquei um pouco na frente da igreja até que um homem chegou para perguntar quem eu era. Ele explicou que eles gostavam de saber quem eram as pessoas novas por ali. Falamos da igreja, das festas, da comunidade. Ele comentou espontaneamente do quanto as comunidades tinham reduzido após a hidrelétrica, que até mesmo seu irmão tinha ido para a cidade. Não me senti à vontade para falar que estava realizando uma pesquisa, apenas disse que tinha familiares em Concórdia e que tinha vindo para o culto. Me convidaram para uma festa no dia 17 de abril, mas pareciam muito desconfiados (Diário de Campo, 06.03.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Outro erro importante cometido nesse momento foi não falar que eu estava realizando minha pesquisa de doutorado. Certamente a falta de clareza despertou receio nas pessoas, pois eles viam meu carro passar com certa frequência e me identificavam facilmente. Contudo, aos poucos, fui percebendo que, nos locais onde eu já havia realizado a entrevista, a vinculação começava a surgir. Em pouco tempo, eu já havia recebido inúmeros convites para festas comunitárias e encontros na região. Nunca recusei nenhum convite. Em um diário de campo, escrevi o que segue.

#### Diário de Campo 4 – Diário do dia 20/03/2016

*Hoje participei de uma festa em Pinheiro Preto, na cidade de Concórdia. Nesse almoço, havia feixe frito, carne de porco, carne de frango, polenta e muitas saladas. Certamente havia mais de cem pessoas. No início, fiquei com um pouco de receio de me aproximar, vergonha mesmo, mas logo me senti à vontade. Fui cumprimentar meus entrevistados de ontem, que me apresentaram para outras pessoas. Muitas pessoas me convidaram para eu ir à casa delas, querem me mostrar fotos de suas antigas casas, contar histórias, tomar chimarrão (Diário de Campo, 20.03.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Algum tempo depois, escrevi, no diário de campo: “já estou me sentindo pertencente ao campo, com vontade de ficar mais, de participar”<sup>9</sup>. Nesse período, procurei o Centro de Divulgação Ambiental (CDA) de Itá, espaço onde fica o museu da hidrelétrica, onde estão arquivados todos os documentos da hidrelétrica, onde são organizadas as visitas à barragem e desenvolvidos os projetos ambientais. No local, entrevistei técnicos ambientais e copiei diversos documentos da obra, entre eles, um dos mais importantes: a listagem das comunidades atingidas, realocadas e reconstruídas (documento utilizado para a descrição das comunidades no tópico *Caracterização dos municípios e comunidades atingidas*). No entanto, dei-me conta, no final, que tudo parecia contraditório: faltavam documentos, havia relatórios de alguns municípios enquanto faltavam os de outros e os técnicos, apesar de pertencerem a famílias atingidas, pareciam ter um discurso pronto sobre os danos e as reparações.

Apesar das inconsistências, aqueles documentos listavam as comunidades rurais atingidas em cada município, possibilitando a organização de um mapeamento geral da região e de um plano de visitas e observações. Não foram necessárias muitas aproximações para perceber que o número de comunidades atingidas era muito maior do que apontavam os registros oficiais. Além disso, era nítido que todos os moradores do entorno do reservatório sofriam com os efeitos da obra. Minha estratégia inicial foi seguir a listagem oficial como guia, mas visitar todas as regiões rurais do entorno do reservatório. Enquanto isso, do ponto de vista da minha inserção no campo, algumas transformações aconteciam.

#### Diário de Campo 5 – Diário do dia 29/03/2016

*Tenho pensado muito sobre o meu método de pesquisa, sobre o quanto o tempo do campo é outro, sobre como preciso me deixar levar pelas demandas que o campo me apresenta e, de certo modo, abandonar meus cronogramas, abandonar a técnica, abandonar os roteiros. É como se, para escutar, eu precisasse me afastar da técnica. Precisasse esquecer o meu tempo e entrar no tempo deles, dos meus narradores... Há muito tenho pensando sobre o tempo. Que tempo é esse? O tempo do meu doutorado? O tempo que estabeleci para a coleta? O tempo da construção do vínculo? O tempo da escuta? O tempo do enchimento do reservatório? O tempo de esquecer as histórias e de cicatrizar as feridas? Eu não sei ainda o que isso significa, nem sei bem ao certo como aparecerá na minha tese. Só sinto que preciso de um outro tempo. Que o tempo para responder minhas questões de tese não é um tempo do relógio. Que a escuta para responder minhas questões de tese não é uma escuta gravada, registrada, marcada no relógio, com data e hora para começar e acabar. É uma escuta que se dá no território, sem hora marcada, quando estou sem gravador, sem termo de consentimento, sem roteiro e, às vezes, sem energia... Esse tempo é, na verdade, o tempo da vida (Diário de Campo, 29.03.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

<sup>9</sup> Trecho extraído do diário de campo do dia 25/03/2016.

Nesse processo, aos poucos, eu me dava conta de que chegava de viagem da cidade grande e precisava me despir do meu tempo, do meu ritmo. Inúmeras vezes, movida ainda pelo meu tempo, neguei convites para descer do carro e tomar chimarrão. Chegando apressada da vida turbulenta, rapidamente eu dizia que estava ocupada, que estava tarde demais e seguia. Alguns metros à frente, lembrava-me de que eu estava ali justamente para isso e, que, naquele campo, eu tinha todo tempo do mundo. Então, eu parava o carro, voltava e tomava o chimarrão sem pressa. O trecho do diário de campo que segue sinaliza o início do processo de imersão no campo.

Diário de Campo 6 – Diário do dia 10/04/2016

*Hoje fui cedinho para a casa da Claudia e, pela primeira vez, consegui deixar o tempo do relógio passar...Antes de tudo, eu me senti muito bem na casa da minha entrevistada. Comi bolacha, tomei chimarrão e brinquei muito com a netinha dela, uma menina amável de sete meses. Conversamos sobre os mais diversos assuntos. Paula, sua nora, estava junto, fazendo chimarrão e preparando o almoço. Passei toda a manhã com elas e, somente mais tarde, muito mais tarde, propus a entrevista” (Diário de Campo, 10.04.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Quase todas as entrevistas eram acompanhadas por fotos. Fotos da antiga casa, fotos da família, dos familiares falecidos, algumas matérias de jornais. É como se tudo isso ajudasse a narrar a história. As narrativas eram sempre cheias de emoção, lágrimas, histórias densas, longas, tristes. Não eram entrevistas de uma ou duas horas, eram encontros que duravam quatro, cinco horas, às vezes, um dia inteiro, e tratavam não apenas da construção da hidrelétrica, mas da vida como um todo. Nesse processo, eu procurava fazer algumas intervenções, resgatar algo bom, fortalecer as atitudes de resistência. Era o mínimo que poderia ser feito. As falas demonstravam um forte desejo de esquecer a história para seguir em frente, mas também um esforço para não perder a memória.

No processo de vinculação com as famílias, foram inúmeras as surpresas e os encontros. Enquanto entrevistava alguém, chegavam visitas, vereadores, vizinhos, familiares dos meus entrevistados. No final, geralmente fazíamos uma roda de conversa e todos opinavam sobre a hidrelétrica e sobre as mudanças ocorridas. Eu nem sempre gravava, essa já não era mais a minha preocupação. O mais importante era estar ali, entendendo como acontecia a vida naquele território. Devo dizer que, na região de Concórdia, em Severiano de Almeida e arredores, o Mário, um dos meus primeiros entrevistados, foi o meu guia. Ele me levou para conhecer as comunidades rurais, apresentou-me para os seus vizinhos, que me apresentaram para outros e

assim fui me inserindo. Aliás, em praticamente todos os municípios pesquisados esse fenômeno se desenvolveu – depois da vinculação, minha inserção era facilitada por um guia local que espontaneamente se oferecia para mostrar a região e para me acolher. Aos poucos, fui abandonando os roteiros iniciais e permitindo que os próprios participantes decidissem quem entrevistar, o que conhecer, fotografar, gravar, que perguntas fazer.

Um acontecimento que merece destaque e que marcou muito o desenvolvimento da pesquisa foi uma conversa inicial que tive com seu Dirceu, um senhor com mais de 90 anos.

Diário de Campo 7 – Diário do dia 12/04/2016

*Hoje eu e Mário paramos na casa de um senhor de 92 anos, que foi balseiro, e conversamos um pouco. Ele contou que não pode mais plantar frutas perto do lago, a água queima, não dá nada. Ele disse também que tudo foi pago pela empresa, mas que ali só piorou. Todos repetem que a empresa pagou “cada pezinho de árvore que havia nas terras”. Esse, de fato, não foi um problema. Esse senhor me fez pensar muito, pois, quando falei da pesquisa, ele disse: “Você faz parte da empresa, é vereadora ou algo assim... (falei que não); Você vai fazer o ônibus voltar a passar aqui, vai trazer dinheiro pra nós (falei que não); Então, o que está fazendo aqui... Eu já participei de muita pesquisa, nada mudou”. Falei que mesmo assim gostaria de ouvir suas histórias, ele disse que não teria problemas, que eu poderia voltar. Mas que nada ali iria mudar (Diário de Campo, 12.04.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Será que o seu Dirceu estava certo? Eu conseguiria mudar alguma coisa? Qual era o papel da pesquisa? Por que ainda fazemos pesquisa? Lembro que entrei em crise, busquei algumas justificativas teóricas, depois pensei em algumas ações que poderia desenvolver, por fim, admiti que talvez Dirceu estivesse certo: eu não faria o ônibus voltar - e isso era simplesmente aterrador. Muitos outros pedidos de ajuda eram direcionados a mim, aliás, para algumas pessoas, era como se eu fosse a esperança. Em uma entrevista, dona Luiza me perguntou: “será que a senhora poderia falar aí na sua pesquisa que a gente só queria ser indenizado pra poder sair daqui?” (LUIZA, 2016, informação verbal). Sim, eu poderia falar, mas será que eles entendiam que isso era apenas uma pesquisa? E qual seria o poder de uma pesquisa? Desde então, essas questões me acompanham.

Aos poucos, fui sendo apresentada para outras pessoas e regiões. Em cada local, era diferente. Às vezes, eu buscava pela internet o nome de algum vereador e marcava entrevista, como no caso de Aratiba. Em outros momentos, eu visitava a região, sem conhecer ninguém e abordava algumas pessoas, como em Itá, Piratuba, Peritiba, Arabutã, Ipira e Alto Bela Vista. Ou ainda, recebia indicações de familiares ou de conhecidos de pessoas que eu já havia entrevistado, como em Marcelino Ramos, Mariano Moro e Severiano de Almeida. No processo

de ampliar a região de investigação, fui percebendo diferenças, aliás, muitas diferenças nos modos de ocupação do território. Exemplo disso foi registrado em meu diário de campo em uma das viagens.

#### Diário de Campo 8 - Diário do dia 14/04/2016

*Aqui na região rural de Aratiba, as casas são bem precárias, os pátios são de terra, sem grama, com objetos, ferramentas e lixo espalhados. Existem poucas plantações, a região tem mais vaca de leite e galinhas. Existem algumas casas novas construídas através de incentivo do governo. Percebi quatro ou cinco pocilgas com suínos que, de acordo com Oscar, eram cartas marcadas, porque receberam dinheiro do prefeito para investir em infraestrutura em troca de votos. Muitas comunidades estão desaparecendo. Uma mulher com quem conversei disse que tudo piorou depois da hidrelétrica, tudo está caindo. As estradas são muito precárias, fiquei com medo várias vezes. Foi possível perceber que grandes faixas de terras possuem um único proprietário, que planta laranja, eucaliptos ou cria gado (Diário de Campo, 14.04.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

É interessante destacar que é justamente nesse município que a hidrelétrica está instalada e que esse município é o que recebe o maior subsídio financeiro entre as prefeituras beneficiadas pela obra. Em Aratiba, Oscar foi meu guia. Havia se oferecido para apresentar a região, ajudar-me nas entrevistas e até ofereceu sua casa para eu ficar. Assim, por meio da escuta e da imersão no território, aos poucos, fui entendendo porque os relatos sobre a hidrelétrica eram relatos de tristeza e de morte. A etapa seguinte seria sentir um pouco daquilo que eu, aos poucos, começava a entender.

#### **5.5.2 A professora que escutava histórias e os narradores do invisível: com os dois pés no campo**

Cerca de três meses depois, eu estava totalmente imersa naquele espaço e já havia abandonado os cronogramas, os roteiros e os questionários. As entrevistas eram totalmente abertas. Passei a considerar uma agressão aos participantes seguir os roteiros. Costumava passar um dia inteiro com cada família. Eu voltava às casas de todas as famílias participantes da pesquisa, mesmo que apenas para cumprimentar ou tomar um chimarrão. Muitas famílias começaram a me convidar para me hospedar em suas casas, mas eu ainda preferia ficar em hotéis os quais ficavam mais próximos da cidade. Posso dizer que, nesse momento, eu deixei de lado os meus próprios objetivos enquanto doutoranda e passei a me deixar levar pelas demandas dos meus participantes. Para Malinowski (1984), se o pesquisador inicia um estudo



apenas com o objetivo de provar suas hipóteses, sem abertura para mudar constantemente seus posicionamentos, a pesquisa é inútil. Ao contrário das certezas, “o campo, é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente” (MINAYO, 2012a, p. 76).

Diário de Campo 9 – Diário do dia 15/04/2016

*Cheguei agora ao hotel e não consigo parar de chorar. Eu só queria dizer que o senhor João me ensinou a amansar gatos. Eu já estava de saída, estava tarde e escuro. Eu já estava lá há mais de cinco horas. Fui me despedir e ele estava sentado em uma cadeira com um gatinho pequeno no colo. Ele me olhou e perguntou, “você sabe como amansar gatos”? Respondi que não. Então ele disse: “é simples, você só precisa pegar ele no colo e ficar fazendo carinho duas ou três vezes. Logo ele começa a vir no teu colo, porque gosta de carinho”. Hoje eu aprendi tanta coisa. Hoje eu nem liguei o gravador. Não liguei nenhuma vez. Não peguei nenhum termo de consentimento. Hoje eu só aprendi. Como é que eu iria gravar a vida? Como? Como gravar as lágrimas? Como gravar tudo aquilo que estava aprendendo? Como...? Eu mal consigo chegar e colocar isso no papel. Sinto um nó na garganta. Me sinto sozinha. É como se nada no mundo pudesse dar conta daquilo que estou vendo, sentindo e aprendendo no campo... São tantas histórias... Eu mal posso acreditar. Hoje, quando cheguei a essa primeira casa, da Linha Simon, em Itá, os moradores estavam dormindo, mas logo levantaram. Conversamos um pouco e João foi me mostrar o barco, as bananas, os gatos, colheu laranja para eu levar. Ele não quis cobrar nada. Nada. Ele só queria me dar aquelas coisas... Ele só queria algum tipo de olhar. Eu nem precisava fazer perguntas, eles me contavam histórias e histórias sobre a barragem. Eu não quis gravar, não peguei termos... Para que gravar? Nada daquilo podia ser gravado. Meu grande medo nesta pesquisa era de não dar conta. Eu lembro de perguntar para a minha orientadora se ela achava que eu daria conta, ela disse que sim. Agora, quanto mais me adentro no campo, mais tenho a clareza de que jamais darei conta. Nenhuma teoria dará conta. Jamais. Nenhuma exposição de arte, nenhum documentário, nenhuma palavra... Nada dará conta. O seu João me disse uma hora: “você deveria ficar aqui trinta dias direto para aprender a falar alemão”. Eu não falei nada, mas pensei comigo mesma, sim, o senhor tem toda razão... Eu deveria ficar aqui trinta dias. O problema é que eu não vou conseguir contar para ninguém isso que estou vendo aqui... Eu não vou conseguir. Não tem como. Ninguém além de mim e dos participantes entenderá o que acontece aqui. Só eu e eles saberemos... Eu ouvi tanto hoje. Tantas histórias, tantas memórias, vi tantos lugares... E agora nem consigo descrevê-los... Só consigo escrever meus sentimentos. Só consigo sentir. Tenho medo de esquecer o que ouvi, medo de perder. Mas agora não consigo contar, só consigo sentir. Tem mais coisa que aprendi. Conheci um pé de nós-moscada, aprendi a pescar, aprendi sobre as plantas, sobre as bananeiras, aprendi sobre o mundo, sobre ser gente neste mundo (Diário de Campo, 15.04.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Nessa inserção, aos poucos, eu entendia, assim como Minayo (2012b, p. 14), que a realidade social que emerge da pesquisa é “mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”, assim, “os códigos das

ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social”. Aprendi com os participantes da pesquisa que a minha identidade de professora diminuía a possibilidade de interpretações equivocadas quanto aos meus interesses e ao papel na região. Assim, eu chegava da cidade, apresentava-me como professora e sentava para escutar histórias. Almoçava, brincava com as crianças, olhava o lago, o barco que alguém havia esquecido por ali, o pé de capim cidreira, os gatos ao redor da casa. Agora sim, eu estava ali. Eu já não era assim tão estrangeira. Eu passava e ia cumprimentando, buzinando, eles já conheciam meu carro. As crianças ficavam na sacada, subiam nas grades para me ver passar de longe. O silêncio já me pertencia. O tempo começava a passar devagar - sem pressa. O calor, o cheiro do mato, eu estava ali e ali queria ficar.

Na verdade, eu mal podia acreditar em todo o universo que se apresentava, em tudo o que eu encontrava, na riqueza de cada encontro. Eu mal podia acreditar naqueles encontros. Eu já gostava de andar por aquelas estradas. Eu já me sentia segura. Mesmo com chuva, mesmo no escuro, mesmo com pessoas desconhecidas. De estrangeira, eu passava a ser a professora que vinha de tempos em tempos para escutar as histórias. Eu fazia fotos dos entrevistados, revelava-as e entregava na viagem seguinte. Eles me davam bolachas, bananas, laranjas, doces, schmia, capeletti. Um dia, seu João me ligou para avisar que meu cacho de bananas estava maduro e que eu deveria ir no dia seguinte buscá-lo para que não estragasse. Eles me davam, é claro, muito mais do que isso - eles me davam um pedaço de si, de suas histórias, de suas emoções, de seus relatos, de suas lembranças e de seus esquecimentos. No início, foi difícil receber – porque, para receber, era preciso ficar, era preciso chegar e ficar. às vezes, sem gravar. às vezes, ficar sem perguntar. Apenas estar ali, naquele encontro de tempos e de histórias. A Fotografia 7, a seguir, retrata esse processo.

Fotografia 7 – Porta-malas do carro repleto de presentes oferecidos pelos participantes



Fonte: acervo pessoal (2016).

E eu estava ali, com aquilo que havia de mais verdadeiro em mim, eu estava ali, com minha própria história. Eu entendia aquelas falas... Ah, se eu entendia! Eu escutava com o coração. Com o coração de alguém que também veio da terra, que aprendeu sobre o valor das raízes, da água e das plantas. Na verdade, quanto mais eu me aproximava, mais eu percebia que eu não era uma estrangeira ali. Que eu fazia apenas um regresso. Um regresso necessário. Um regresso ético-político. Eu pertencia a todos aqueles lugares, sem nunca ter estado lá antes. Era um encontro. Não era uma pesquisa apenas. Não era uma coleta de dados. Era um encontro humano. Um encontro de histórias que se atravessavam, constituindo novos caminhos.

Em maio de 2016, depois de ter realizado cerca de 30 entrevistas, senti que os dados haviam saturado. No entanto, mais e mais indicações de entrevistas surgiam. Todos queriam falar. Como dizer não? Tecnicamente, eu poderia ter finalizado a pesquisa naquele momento, mas não se tratava mais da pesquisa, muito menos da técnica – então, continuei. O trecho destacado do diário de campo retrata esse momento.

Diário de Campo 10 - Diário do dia 21/05/2016

*Hoje fui para Mariano Moro. Me perdi. Peguei um caminho errado, que me levou a uma residência particular, aparentemente, uma casa construída por alguém da cidade para passar os finais de semana. Estradas bem ruins. Passei por uma comunidade e tirei fotos. Ainda estava em Aratiba. Voltei e, dessa vez, no caminho certo, encontrei a comunidade de Várzea em Mariano Moro. Cheguei à casa dos meus entrevistados. A varanda estava cheia, cerca de oito pessoas. Eu estava cansada e nem sabia por onde começar. Logo começaram a chegar mais e mais vizinhos. Já estávamos entre dez, doze pessoas na varanda. Fizemos uma roda de conversa. Os assuntos se repetiram. Saturaram-se. As comunidades mudavam, mas os discursos eram os mesmos. Empobrecimento, perdas, necessidade de lutas, casas destruídas, água que veio, rio que morreu, falta de infraestrutura, abandono. De repente, eu já tinha me esquecido do cansaço. Recebi convite para uma festa à noite, aliás, para várias outras nos próximos dias e o seu Mauro, dono da casa, se ofereceu para me levar para conhecer toda a região rural do município no próximo sábado. Me convidaram para jantar e dormir (Diário de Campo, 21.05.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Mesmo sentindo a saturação do conteúdo, meu campo estava muito longe de terminar. As relações de confiança estavam apenas iniciando e eu ainda tinha muito a aprender. Lembro de uma situação engraçada: um dia, em uma das visitas exploratórias pela região, eu estava acompanhada pelo Mário e sentia medo de estar sozinha com meu guia local, muito medo. Depois de um dia intenso e de muitas andanças, o Mario (2016, informação verbal) me disse, “olha, dona Carmem, só agora eu estou mais tranquilo, fiquei com muito medo da senhora aí no volante, não te conhecia, né”. Na verdade, depois me dei conta de que o campo é sempre

uma aposta entre o pesquisador e os participantes. Eu precisava confiar neles e eles em mim. Quanto mais eu confiava, mais eles confiavam em mim. Mas também fiquei pensando na necessidade de entrega do pesquisador. Nesse caso, era o meu corpo, minha subjetividade e minha vida que se colocavam à disposição da pesquisa e do território. É por essas e tantas outras razões que Malinowski (1984) compara a inserção do pesquisador no campo com o fato de ser deixado sozinho em uma ilha desconhecida.

Apesar dos medos, eu também era muito protegida pelas famílias com as quais estabelecia vínculo. O cuidado aparecia por meio das orações que faziam antes das minhas viagens, das mensagens que enviavam ou das ligações que faziam para saber se eu havia chegado bem a Porto Alegre, além dos presentes carinhosos que me davam. Um dia, uma situação chamou minha atenção, a qual está transcrita no trecho do diário de campo que segue.

Diário de Campo 11 – Diário do dia 12/06/2016

*Hoje eu acordei cedo e estava muito frio. No café da manhã, os donos do hotel me chamaram preocupados, dizendo que o seu Oscar havia ligado para avisar que um ladrão estava dormindo na igreja onde eu iria filmar. Ele e a família ficaram muito preocupados e pediram para eu passar na casa deles que o seu Oscar iria comigo ao local. Cheguei à casa do seu Oscar e ele foi comigo, com um facão, para filmar a igreja da beira do lago. Estávamos com medo, mas fomos - no final, rimos muito, de nós mesmos (Diário de Campo, 12.06.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Nesse mesmo dia, enquanto circulava pela região, passei pela hidrelétrica e as comportas estavam abertas. Aproveitei para fazer algumas imagens e me dei conta de que era a primeira vez que observava a barragem funcionando daquele modo. No diário de campo, registrei: “[...] que sensação... É como se toda a dor que ouço aqui, estivesse nessa água”<sup>10</sup>. Era como se eu pudesse sentir como os meus participantes, era como se, por alguns instantes, eu pudesse entender o que eles me diziam quando falavam “da feiura do lago e da água”. Atento a esse processo, Skliar (2003, p. 148) ressalta que “o outro não pede licença para invadir nossa vida, ‘o outro irrompe’ nossas mesmices e nos deixa desamparados, com o corpo em carne viva, nos tornando humanos e arremessando os fragmentos da nossa identidade”. Nesse dia, registrei a Fotografia 8, que segue, uma das poucas que mostram as comportas da hidrelétrica abertas.

<sup>10</sup> Trecho extraído do diário de campo do dia 22/05/2016.

Fotografia 8 – Hidrelétrica de Itá com as comportas abertas



Fonte: acervo pessoal (2016).

Quanto mais comunidades eu conhecia, mais os discursos se repetiam. Às vezes, eu achava que estava sendo tendenciosa e, que, em um novo local, as falas seriam outras. Pelo contrário, fui me inserindo em locais onde restavam apenas uma ou duas famílias, em comunidades inteiramente abandonadas, sem nenhum morador. Por vezes, era difícil compreender a dimensão das transformações ocorridas naquele espaço, naquelas vidas. Na medida em que, por um lado, eu passava a sentir, pelo menos em parte, aquilo que os sujeitos da pesquisa narravam, por outro, eles se apropriavam dos rumos da investigação: auxiliavam nas interpretações dos dados; discutiam as entrevistas que ajudavam a conduzir; sugeriam novas questões investigativas; falavam da pesquisa em espaços públicos e coletivos; buscavam novos participantes.

### ***5.5.3 A “filha de trajeto” e os participantes como pesquisadores: quando a pesquisa social acontece***

Com o trabalho de campo consolidado e os vínculos bem construídos, passei a inserir outra participante na pesquisa: a filmadora. Fui aprendendo a manuseá-la junto com as famílias. Às vezes eu filmava, às vezes, eles. As crianças interessavam-se muito. Eu era, certamente, a participante menos confortável com o equipamento. Sentia-me invadindo a vida das pessoas, perturbando. Os cuidados técnicos também eram outros: som, luz, ângulo, cena. Era um outro universo. Sobre isso, escrevi o que segue no diário de campo.

Diário de Campo 12 – Diário do dia 29/05/2016

*Fiquei pensando agora em como o meu olhar para o campo e para o território mudou depois que comecei a fazer as filmagens para o documentário. Com a fotografia, eu já tinha uma relação estabelecida, era como se eu tivesse um olhar, uma sensibilidade para isso. Agora, minha relação com o vídeo foi muito diferente. Ele provoca um efeito diferente em mim e também nos participantes. É outra relação. Outra relação com a fala, que fica ali, registrada, dita, com um tom de verdade. Outra relação com o olhar, com a técnica. O preparo. Eu mesma fico nervosa, sinto que os entrevistados também ficam... No início, as vozes tremem, não sabem o que fazer com as mãos... Tem também o meu olhar: o que filmar, como mostrar aquela realidade, quais movimentos devo fazer, por onde começar, como fixar, como focar... Nesses últimos meses, sinto que desenvolvi algum tipo de sensibilidade... O fato de planejar a imagem, pensar em quais cenários quero buscar, no que seria interessante incluir, me faz circular por lugares onde não iria se estivesse apenas observando ou entrevistando, me faz estar em lugares diferentes, em horários diferentes, desde a madrugada até o pôr do sol. Minha relação com o espaço mudou (Diário de Campo, 29.05.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Nesse processo, dei-me conta de que usar diferentes instrumentos de coleta de dados não deveria ser uma estratégia usada somente para compreender um fenômeno por meio de diferentes ângulos, mas também para que o próprio pesquisador experienciasse o campo de maneiras diferentes, desenvolvesse diferentes modos de sensibilidade a uma determinada realidade, sentisse junto com os participantes os efeitos de cada técnica. Durante as filmagens, mas também durante as entrevistas iniciais, sempre fiz questão de que os participantes se apropriassem da pesquisa. Muitas vezes, eram eles que conduziam a investigação com os outros participantes. Eles me dirigiam nas filmagens, diziam o que mostrar, pensavam no que falar, desenvolviam atividades rurais para que eu filmasse. Outro elemento importante que se estabeleceu com as filmagens foi a minha permanência prolongada no campo. Por sugestão dos profissionais que estavam editando meu material, passei a permanecer mais tempo junto às famílias para realizar filmagens extras das pessoas em suas atividades de rotina. Assim, passei a permanecer nas casas dos entrevistados, experiência registrada em trechos distintos do diário de campo, conforme segue.

## Diário de Campo 13 – Diário do dia 20/06/2016

*Primeira noite que durmo na casa de um participante da pesquisa. Primeiro dia de intensas filmagens. Quanto às filmagens, gosto muito das possibilidades de relações que se estabelecem entre mim, a câmera e os participantes, assim, são três personagens em cena. A câmera ganha corpo, gera ansiedade, provoca, interfere... Me interessa entender como isso se dá. Também é novo para mim. Também me provoca, gera ansiedade... Quanto a dormir na casa dos participantes, foi um pouco constrangedor e, confesso, dormi muito mal. Tive medo, pesadelos e ainda combinei de acordar com eles para filmar tudo cedinho. Acordei muito cedo, com frio e neblina e fui filmar a família trabalhando (Diário de Campo, 20.06.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

## Diário de Campo 14 – Diário do dia 25/06/2016

*Hoje eu vim para filmar o seu Oscar e sua família, também estou dormindo na casa deles. É muito estranho e muito rico ficar na casa dos participantes. Me sinto constrangida e com medo, mas logo isso vai perdendo espaço para a convivência. Assim, conheço bem a realidade, conversamos sobre tudo. Hoje, quando cheguei, estava cansada e o seu Oscar e a dona Olinda me convidaram para uma festa junina na comunidade. É claro que aceitei o convite (Diário de Campo, 25.06.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Todo o processo de filmagem foi muito rico. Eu não estabeleci um critério para os participantes do documentário. Eu filmava aqueles que desejavam ser filmados. Aqueles que possuíam mais vínculo. Aqueles que pediam. Fui construindo o documentário de acordo com aquilo que surgia no campo. Fui aprendendo e refazendo os materiais conforme as orientações dos profissionais que faziam a edição das imagens. Aprendi muito com essas trocas sobre ética, sobre estética, sobre cuidados, sobre câmeras. Outro desafio era a decupagem, processo de escolha das falas que apareceriam no filme. Era uma responsabilidade muito grande escolher o que os participantes falariam oficialmente. A melhor alternativa foi realizar o menor número de cortes possível, deixando os entrevistados falarem livremente, contarem suas histórias. As Fotografias 9, 10 e 11 são registros desses momentos.



Fotografia 9 – Participante da pesquisa aprendendo manusear a câmera



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 10 – Família participante da pesquisa no processo de captação de imagens



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 11 – Pesquisadora captando imagens sobre o reservatório da hidrelétrica de Itá



Fonte: acervo pessoal (2016).



Toda a captação de imagens demandou muitas outras visitas aos participantes da pesquisa. Às vezes, eu voltava para captar uma imagem que havia faltado, mas já não era possível, o tempo havia mudado, o cenário já não era o mesmo. Sem me dar conta, meu vínculo aumentava, eu me sentia muito próxima às famílias. Um dia, a dona Dulce (2016, informação verbal) me disse que eu era sua “filha de trajeto”, e que, sempre que eu estivesse naquela região, aquela também seria a minha casa. Minha preocupação, meu compromisso e meu sentimento de pertencimento só aumentava. Selecionei um trecho do diário de campo que representa esse sentimento de pertencimento ao campo investigado.

Diário de Campo 15 – Diário do dia 25/06/2016

*Fomos à festa de São João na comunidade do seu Oscar (eu, seu Oscar, dona Olinda, os filhos e netos do casal). Chegando lá, me senti muito mal. Muito mal. A festa era organizada por pessoas da cidade que vivem aqui nos sítios, vem apenas no final de semana. O seu Oscar e a dona Olinda conheciam apenas dois ou três casais entre as mais de quarenta pessoas que lá estavam. Conversei com vários, fiz entrevistas informais e ia me apresentando. Todos de Erechim, praticamente. Compraram lotes de terra em volta do lago e passam os finais de semana aqui. A música era diferente, o filho do seu Oscar até comentou que aquela comida era toda comprada pronta, ninguém tinha feito aquele monte de bolos. O pessoal era “viajado”, como dizem aqui, com muita grana e profissão na cidade. Uma família tinha até construído sua própria igreja em frente à casa. Fiquei pensando nesse contraste, que tristeza, que sentimento ruim. O seu Oscar ainda é sociável e convive bem com os novos vizinhos da cidade, mas eles não têm nada a ver com aqui. Com aquilo que é aqui. Não sei... Foi muito diferente de todas as festas em que estive. Não me senti à vontade, nada, nada.... Definitivamente, não gosto dessa gente da cidade (Diário de Campo, 25.06.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Do ponto de vista da produção do documentário, com o material quase finalizado, iniciei a organização das exposições. A primeira, no IV Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, em Chapecó e, em seguida, a devolução do filme aos participantes da pesquisa. Ambos contaram com uma exposição intitulada *Deserto de Água*, organizada a partir das fotos realizadas no decorrer do campo e de algumas frases retiradas das entrevistas (Apêndice H). A segunda exibição, dessa vez aos participantes da pesquisa, foi organizada em uma escola na comunidade de Presidente Kennedy, na cidade de Concórdia. Todos os participantes da pesquisa, mesmo aqueles que não haviam sido filmados, foram convidados para o encontro.

No dia da apresentação, quando o filme começou, eu chorei, chorei tanto que tive que sair um pouco. Eles riam, choravam, comentavam, identificavam-se. Depois do filme, servi um café, escrevi um texto (exposto na abertura da tese) e entreguei cópias do DVD para todas as pessoas presentes. Depois da exibição, abri um espaço para conversarmos sobre o filme,

especialmente sobre como estavam se sentindo, sobre o que tinham achado do material. Algumas famílias não puderam estar presentes, então fui pessoalmente a cada uma das casas entregar os DVDs. Em troca, recebi sorrisos, rosas, salame, bolacha, abraços e beijos.

Outro momento importante foi a apresentação do filme na Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia. As exhibições do filme e os debates seguiram acontecendo e gerando discussões densas e profundas, como no Seminário de Direitos Humanos, na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo (RS), e no Ciclo de Cinema e Ambiente em Debate, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em São Francisco de Paula (RS).

A partir das exhibições e dos efeitos provocados pelo filme nos expectadores, fiquei pensando que talvez eu não consiga fazer o ônibus voltar para a comunidade do seu Dirceu, mas talvez outras coisas possam ser feitas, prevenidas ou visibilizadas. A sensação que tenho é de que a história é tão grande que não poderia terminar aqui, que muitas outras teses deveriam ser feitas. Como escrevi no diário de campo há poucos dias, “[...] e nesse final, todos me dizem, olha, você deve estar cansada, que bom que terminou (e eu só queria continuar). Como terminar?”<sup>11</sup>.

Concluídas as entrevistas, estabeleceu-se o processo de análise dos dados e o desafio de selecionar, agrupar e organizar aquilo que aparentemente está muito conectado, entrelaçado. Talvez sejam justamente essa mistura e a mobilização do pesquisador os elementos necessários para a transformação social, afinal, não há mudança sem mobilização. Sobre isso, escrevi o que segue.

#### Diário de Campo 16 – Diário do dia 08/10/2016

*Comecei a analisar meus dados e estou completamente perdida. A leitura de todas as transcrições foi difícil e lenta. Às vezes, paro e choro. Meu coração também dói ao reler as histórias que tanto ouvi. Acabo de ler esta frase: “atingiu bastante o coração”. Sinto que o meu coração também foi atingido, atingido por tanta injustiça e sofrimento. Eu choro também porque acho que sinto um pouco dessa dor, essa dor que emerge das palavras, das histórias, dos ditos e não ditos... Essa dor que ultrapassa minha própria história e que pede passagem para ser dita e compartilhada. É nesse sentido que tenho pensando a exposição das fotos, os debates a partir do documentário. Nesse processo, tenho solicitado ajuda para as pessoas, para me ajudarem a pensar nas formas de intervir socialmente. Tamanha injustiça não pode ser calada (Diário de Campo, 08.10.2016).*

Fonte: elaborado pela autora (2016).

<sup>11</sup> Trecho extraído do diário de campo do dia 27/09/2016.

Diante disso, como finalizar? Como retirar-se do campo? Preciso me retirar? A tese precisa ser finalizada, mas talvez minha mobilização e o trabalho com os participantes possam encontrar outros rumos, através de outros projetos. Para Minayo (2012a), as relações construídas no campo não são desfeitas automaticamente, afinal, trabalhamos com pessoas, com afetos e com relações que requerem cuidados éticos e intersubjetivos. Nesta pesquisa, muitos participantes sugeriram escrever um livro, até imaginaram como ele seria (com fotos e histórias das famílias), outros sugeriram um segundo documentário, outros passaram a organizar de maneira independente exposições do filme em suas comunidades, principalmente em escolas locais. Além disso, continuo recebendo convites para almoços, aniversários, festas, casamentos e batizados.

No entanto, diante da necessidade de me afastar e finalizar a tese, fui explicando aos participantes da pesquisa sobre o término do estudo, mesmo assim, mantenho contato com aqueles com quem mais me vinculei e, eventualmente, realizo uma singela ligação para ver como estão as coisas. Frequentemente, recebo notícias do campo, demonstrando que o processo de pesquisa continua e, que, talvez, permaneça vivo nas comunidades, nos participantes e também em mim. Como afirma Minayo (2012b), o ciclo de pesquisa nunca se fecha, na medida em que toda investigação produz novos conhecimentos, transformações e questionamentos.

## 5.6 Processo de análise dos dados

A técnica utilizada para a análise dos dados coletados foi a *análise temática*, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (MINAYO, 2014). Do ponto de vista operacional, essa análise desdobra-se em três etapas principais, quais sejam:

- a) pré-análise;
- b) exploração do material;
- c) tratamento e interpretação dos dados (MINAYO, 2014).

A primeira etapa consiste na seleção dos documentos ou dados a serem analisados e na retomada dos objetivos da pesquisa. Esse processo tem início com a leitura flutuante do material, na qual o pesquisador deve deixar-se impregnar com o conteúdo analisado. Em seguida, a retomada dos objetivos do estudo, das hipóteses emergentes e da teoria utilizada auxiliam em uma primeira organização dos conteúdos, ultrapassando o caos inicial. Posteriormente, inicia-se a constituição do *corpus*, observando a exaustividade, a

representatividade, a homogeneidade e a pertinência dos conteúdos. Depois disso, parte-se para a formulação e reformulação das hipóteses e dos objetivos dos estudos, retomando a leitura e a exploração do material visando ao levantamento de novas temáticas. O resultado final dessa primeira etapa é a determinação de unidades de registro através de frases ou palavras-chave; unidades de contexto; recortes; modos de categorização; e definição de codificações e conceitos teóricos gerais (MINAYO, 2014).

A segunda fase, nomeada de exploração do material, objetiva definir as categorias emergentes de expressões e palavras por meio das quais os conteúdos estão organizados. O resultado final dessa etapa é a classificação de categorias teóricas ou empíricas responsáveis pela especificação dos temas. Finalmente, a terceira e última etapa consiste na análise e discussão teórica das categorias, buscando suas interfaces, contradições e semelhanças (MINAYO, 2014).

Seguindo esses pressupostos, no período entre setembro e outubro de 2016, foram analisadas as transcrições das 43 entrevistas realizadas que resultaram em 500 laudas. Esse processo identificou dois grandes eixos temáticos: as memórias relacionadas à construção da hidrelétrica de Itá e as repercussões da obra nos modos de vida, no trabalho e na saúde mental dos atingidos. Esse material resultou na elaboração dos Capítulos 7 e 8, desdobrando-se em diversos outros subtemas. O mesmo procedimento foi empregado para a análise do diário de campo, o qual foi utilizado no presente capítulo para a descrição do processo de pesquisa. Além disso, com a autorização dos participantes, os debates promovidos após as exposições públicas do documentário produzido na pesquisa também foram gravados em áudio e transcritos. Esse processo possibilitou o levantamento dos principais tópicos debatidos.

No que se refere à análise documental, realizou-se a seleção inicial dos documentos, a contextualização sócio-histórica da criação dos materiais e a análise do material bruto. Esse processo teve início em julho de 2015 e foi concluído em fevereiro de 2016. Durante esse, foram realizadas revisões constantes dos materiais, depositando-se atenção às possíveis alterações dos materiais. A análise empregada foi orientada por duas questões norteadoras, definidas *a priori*:

- a) como o documento aborda o sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas?;
- b) quais são os elementos do documento que contribuem para a construção social da banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas? Essa análise resultou na construção do Capítulo 6 desta tese.

Os dados obtidos por meio do questionário biosociodemográfico foram submetidos a uma análise descritiva no programa *Microsoft Excel 2013*. Através da ferramenta, foram obtidos

indicadores como média, desvio padrão e percentuais, a fim de descrever melhor os participantes e suas características gerais. O *software NVivo 11* foi utilizado para a análise das palavras mais frequentes nas transcrições e nos documentos analisados.

Frente aos elementos apresentados, ressalta-se a observância de pelo menos dois fatores que contribuíram para a validação dos resultados da pesquisa: a *quixotesca* ou repetitiva, quando o mesmo tipo de informação se repete durante a aplicação contínua de um mesmo instrumento, e a *fidedignidade sincrônica*, obtida por meio do uso simultâneo de vários instrumentos de observação (KIRK; MILLER, 1986; MINAYO, 2014). Ademais, destaca-se que tanto os documentos selecionados para a análise documental quanto as transcrições das entrevistas foram lidas, analisadas e interpretadas pela pesquisadora e pela equipe de trabalho atuante na pesquisa, composta por três acadêmicas do curso de Psicologia. Após a análise temática de cada um dos quatro integrantes do grupo de pesquisa, foram realizadas discussões coletivas do material, visando validar as categorias e levantar novas problematizações e possibilidades de arranjos.

## 5.7 Considerações éticas

Esta pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2000), e também com a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016). Ambas definem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Nesse sentido, o projeto desta tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, sob o número 1.096.632 (Anexo B). Os participantes receberam explicações sobre todos os procedimentos da pesquisa, incluindo o sigilo da identidade, a possibilidade de desistência a qualquer momento sem causar qualquer prejuízo, a abertura para contatar a pesquisadora e a orientadora do projeto e, também, sobre a ausência de riscos ou danos aos participantes. Além disso, a pesquisadora esteve disponível durante toda a investigação, caso fosse necessário algum acompanhamento individual ou encaminhamento para atendimento psicológico.

No decorrer da pesquisa, todas as pessoas entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Entrevistas (Apêndice I). Aqueles que participaram do documentário ou forneceram documentos para a pesquisadora assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Documentário (Apêndice C) e/ou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Música em Documentário (Apêndice J). Salienta-se que todos os materiais obtidos serão resguardados pela orientadora deste projeto, no Programa de

Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, da UFRGS, por um período de, no mínimo, cinco anos. Além disso, os resultados da pesquisa serão utilizados para a produção de artigos e trabalhos científicos, mantendo-se em sigilo a identidade dos participantes. Sendo assim, todos os nomes dos participantes da pesquisa utilizados no decorrer desta tese são fictícios. Ademais, visando dificultar a identificação das pessoas na tabela de apresentação dos entrevistados, algumas profissões foram descritas genericamente, como, por exemplo, *cargos políticos* ao invés de *vereador, prefeito ou vice-prefeito*. Destaca-se que, na produção do documentário, a identidade e a imagem dos entrevistados foi revelada mediante consentimento e autorização do uso de imagem.

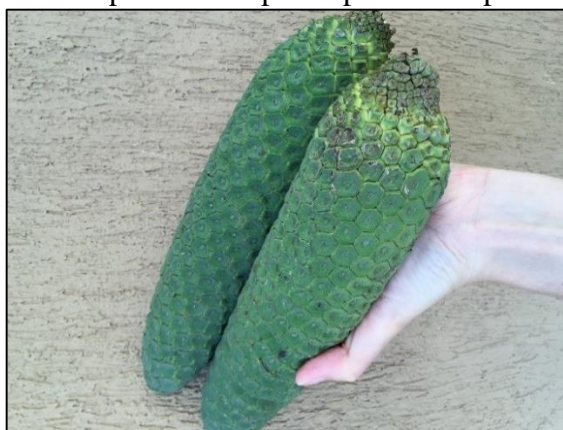
Todos os participantes da pesquisa receberam uma devolução dos resultados através da exibição do documentário produzido no decorrer na pesquisa. Nos casos em que as pessoas não puderem comparecer às exibições públicas do filme, a pesquisadora visitou cada uma das residências no período entre novembro e dezembro de 2016 para realizar a devolução dos dados de maneira individualizada. Na devolução, os participantes da pesquisa receberam uma cópia no filme em formato de DVD acompanhado de um texto de agradecimento (texto apresentado no início desta tese).

Dado o exposto, cabe destacar que, para além das normativas legais e técnicas, algumas das principais orientações quanto aos cuidados éticos emergiram do campo investigado e integraram todo o processo de pesquisa. De entre eles, podem ser citados (as): a compreensão e o respeito ao tempo de cada entrevistado; o abandono necessário dos roteiros; a noção de que a pesquisa é passageira enquanto a vida dos participantes permanece no território; a validação constante dos resultados pelos entrevistados; o estudo histórico dos locais investigados; o cuidado com a construção dos vínculos e, depois, com o afastamento para a escrita da tese; os inúmeros retornos e esclarecimentos de cada etapa e ação da pesquisa; o envolvimento e a participação constantes dos entrevistados nas decisões da investigação; e o cuidado com o desenvolvimento de expectativas com relação aos resultados da pesquisa. Frente ao exposto, cabe finalizar este capítulo com uma imagem representativa de todo o processo de pesquisa, mas, principalmente, do aprendizado ético obtido com os participantes. No diário de campo, foi escrito “hoje o Mário me deu uma fruta que eu não conhecia [Fotografia 12], ele me explicou que ela amadurece aos poucos e só posso comer aquilo que amadurece - se eu morder antes, minha boca ficará dolorida, posso até me afogar. Que bela lição sobre o tempo e a ética na pesquisa! Para pesquisar, é preciso aprender”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Trecho extraído do diário de campo do dia 26/03/2016.

Fotografia 12 – Fruta oferecida por um dos participantes nas primeiras semanas da pesquisa

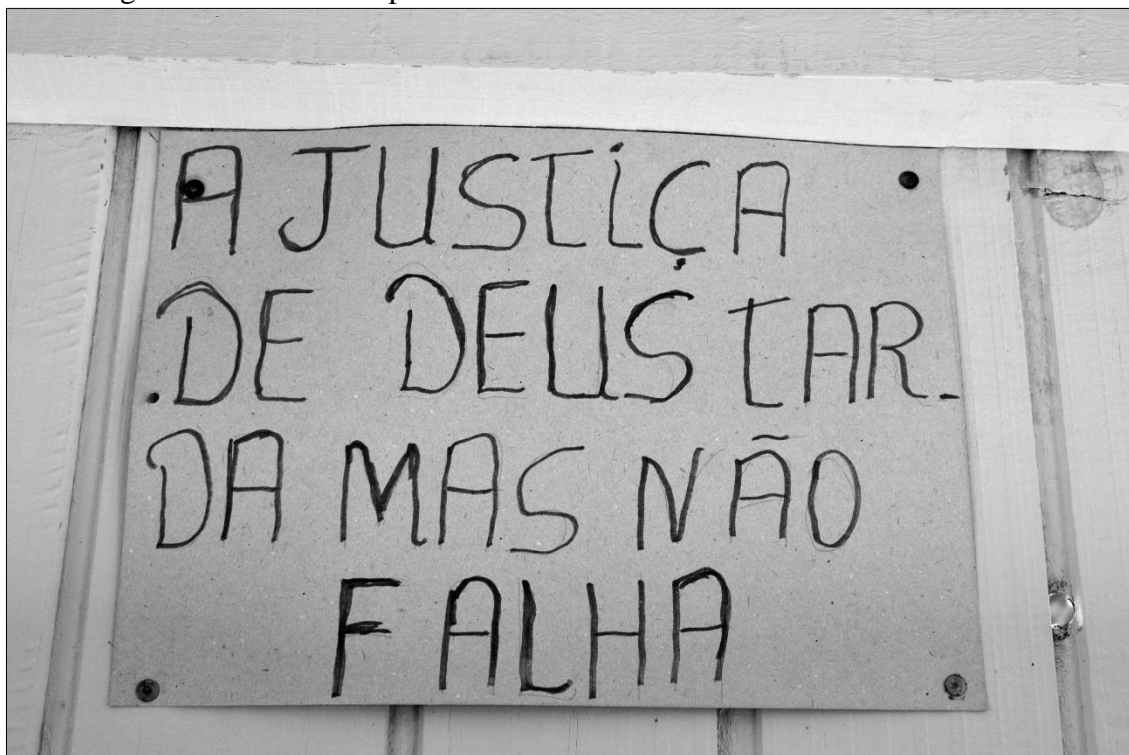


Fonte: acervo pessoal (2016).

## 6 BANALIZAÇÃO E INVISIBILIDADE DO SOFRIMENTO DOS ATINGIDOS NOS DISCURSOS E NA HISTÓRIA OFICIAL: UMA QUESTÃO DE INJUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

*“Ingressamos num mundo opaco, onde o mal não dá explicações, não se revela e não conhece lei”*  
(ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 45).

Fotografia 13 – Cartaz exposto em uma residência da Linha Várzea/Mariano Moro



Fonte: acervo pessoal (2016).

Nota: imagem integrante da exposição “Deserto de Água”.

### 6.1 Introdução

A história da construção de hidrelétricas no Brasil revela, assim como aponta Acselrad (2010), que esses grandes empreendimentos não estão relacionados com a construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Pelo contrário, essas obras têm sido implantadas em áreas desvalorizadas, com incentivos fiscais e com flexibilização de políticas socioambientais, processo que agrava a precarização da vida de pequenas populações já excluídas e invisibilizadas social, política e culturalmente. Diante disso, presencia-se o desenvolvimento de discursos e histórias oficiais que privilegiam os benefícios deste modo de produção energética, encobrendo os danos e as injustiças cometidas. Portanto, analisar este processo significa revelar as estratégias e as lógicas empregadas para a apropriação dos



territórios e para o silenciamento das populações atingidas. Diante dos inúmeros projetos de infraestrutura previstos e do atual desmonte do Estado e das políticas públicas, esse é um debate essencial e urgente (CAMPONOGARA et al., 2013; SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014).

Nesta tese, a história e os discursos oficiais são aqueles proferidos pelo governo, pela legislação vigente, pelos estudos ambientais e pelos diversos materiais e documentos que contaram e contam a história da hidrelétrica de Itá. A partir da análise desses documentos, são apresentados os diferentes ângulos da banalização do sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas. O estudo dos materiais foi orientado pelas seguintes questões:

- a) como o documento aborda o sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas?;
- b) quais são os elementos do documento que contribuem para a construção social da banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas?

Diante dos inúmeros projetos de infraestrutura previstos e do atual desmonte do Estado e das políticas públicas, esse é um debate essencial e urgente (CAMPONOGARA et al., 2013; SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014).

Visando facilitar o aprofundamento analítico de cada grupo de documentos selecionados, primeiramente, são apresentadas as análises da legislação vigente, posteriormente, são discutidos os estudos ambientais atrelados à hidrelétrica de Itá, quais sejam, o EIA/RIMA e o Plano Diretor. E, finalmente, são apreciados os materiais gerais de apoio, privilegiando as estratégias utilizadas para a construção da história oficial da barragem em estudo.

## **6.2 A legitimação da injustiça social e ambiental: uma análise da legislação vigente no campo da construção de hidrelétricas no Brasil**

A análise da legislação vigente permitiu a construção de dois eixos temáticos intitulados: *Pagando bem, que mal tem? A (des) institucionalização do instituído e o processo de “silenciamento ambiental”* e *“Para o social não existe lei”: A invisibilidade das populações atingidas frente à lógica do capital*. O primeiro eixo possui como foco a Política Nacional de Meio Ambiente, a legislação atrelada ao Licenciamento Ambiental e suas respectivas resoluções, enquanto o segundo tópico privilegia a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Energética Nacional, o conjunto de leis de concessão, de comercialização energética e de instituição da ANEEL e as leis de desapropriação e o cadastramento socioeconômico.

### ***6.2.1 Pagando bem, que mal tem? A (des) institucionalização do instituído e o processo de “silenciamento ambiental”***

No Brasil, até a década de 1980, a implantação de projetos de desenvolvimento estava atrelada apenas a avaliações técnicas e econômicas, desconsiderando totalmente os impactos ambientais e sociais atrelados às obras. As primeiras metodologias utilizadas no país, entre as décadas de 1970 e 1980, com o intuito de avaliar os impactos dos grandes empreendimentos ao meio ambiente, foram implantadas por causa de exigências de órgãos financeiros internacionais durante processos de empréstimos ao país (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, 2009), de cobranças multilaterais provenientes dos debates acerca da degradação ambiental com origem na década de 1970 (KARPINSKI, 2008) e da pressão política proveniente de diversos movimentos sociais em ascensão (VAINER, 2007). Somente em 1988, a Constituição da República definiu o termo meio ambiente como “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, instituindo que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, art. 255). Assim, formalizou-se a obrigação de todos de zelar pelo meio ambiente e, também, a democratização do acesso aos recursos ambientais (MMA, 2009).

Nesse contexto, um dos controles implantados foi o licenciamento ambiental, introduzido no Brasil através da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), pela Lei nº 6.938/818. Essa ferramenta, no entanto, foi regulamentada apenas com a Resolução nº 01, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 1986, que estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios e as diretrizes gerais de uso e implantação. Através dessa resolução, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) foi vinculada ao licenciamento ambiental, especificamente como um instrumento de avaliação de impactos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e em seu respectivo Relatório (RIMA) (IBAMA, 2015a).

O EIA é definido como um relatório técnico-científico, composto pelos seguintes dados: diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico; análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; definição e elaboração de medidas mitigadoras dos impactos negativos; e apresentação de programas de acompanhamento e monitoramento. Já o RIMA é um documento que resume os dados EIA e que é disponibilizado para toda a população. É por meio dele que são realizadas as audiências públicas, apresentando os dados compilados dos estudos ambientais. Além disso, é com base nas informações levantadas por esse primeiro

estudo que o empreendedor apresenta o Plano Básico Ambiental (PBA), apontando programas ambientais para a mitigação dos impactos apresentados no EIA (IBAMA, 2015a, MMA, 2009).

Hoje, o licenciamento ambiental é obrigatório antes do estabelecimento de qualquer empreendimento que possa poluir ou degradar o meio ambiente e, de acordo com o IBAMA (2015a), trata-se de um instrumento que integra a participação social através de audiências públicas. O IBAMA afirma, ainda, que dialoga com os diversos órgãos envolvidos no processo de licenciamento, como, por exemplo, os Órgãos Ambientais (OEMAs), os Órgãos Federais de Gestão do Patrimônio Histórico (IPHAN), as Comunidades Indígenas (FUNAI), as Comunidades Quilombolas (Fundação Palmares), a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, as prefeituras dos municípios afetados entre outros (IBAMA, 2015a).

Todo esse processo é de responsabilidade governamental, o que tem dificultado o papel das diferentes esferas governamentais na mediação dos impasses gerados pela instalação de grandes empreendimentos. Afinal, coexistem os interesses atrelados ao rápido desenvolvimento do setor elétrico, considerado fundamental para o desenvolvimento econômico, com a necessidade de conservação ambiental e o envolvimento social (PIAGENTINI; BENASSI; PENTEADO, 2014). Além disso, a literatura aponta que os conflitos socioambientais aumentaram no Brasil após o fortalecimento da legislação ambiental, principalmente com o estabelecimento da Política Ambiental Brasileira, em 1981, e das resoluções do Conama, em 1986 (BRITO et al., 2011; PIAGENTINI; BENASSI; PENTEADO, 2014; VAINER, 2007). Esse aumento ocorreu, justamente, em função da ampliação da participação social através de audiências e consultas públicas (PIAGENTINI; BENASSI; PENTEADO, 2014).

Do ponto de vista dos empreendimentos, as normativas legais e os conflitos decorrentes com as comunidades locais acarretaram o atraso nas obras e inúmeros custos socioambientais (BANCO MUNDIAL, 2008). Assim, para algumas instituições interessadas no rápido processo de licenciamento ambiental, os espaços de participação social têm sido caracterizados pela “ausência de objetividade” e atrelados aos atrasos da liberação dos licenciamentos ambientais e da finalização dos empreendimentos hidrelétricos (OSEB, 2011, p. 03). Além disso, para Hernandez (2012), como o processo de participação social é considerado culpado pelos atrasos das obras hidrelétricas, ele é co-responsabilizado pelos recorrentes “apagões” dos últimos anos no país. Em contrapartida, é vasta a literatura que aponta para a falta de envolvimento das comunidades atingidas no processo de licenciamento ambiental, apesar dos pressupostos participativos presentes na resolução do Conama nº 009/87. Entre as críticas proferidas, problematiza-se o fato de que as populações que habitam os espaços a serem explorados pelos projetos de desenvolvimento não são consideradas no processo decisório que envolve o uso dos

bens naturais locais, mesmo que os efeitos negativos das obras incidirão diretamente sobre essas comunidades (ARAÚJO, 2002; HERNANDEZ, 2012; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF, 2004; SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014; ZHOURI, LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Apesar disso, o licenciamento ambiental continua sendo uma das principais ferramentas de garantia dos direitos previstos pela Constituição Federal. É através dele “que o Poder Público estabelece condições e limites ao exercício de determinada atividade” (MMA, 2009, p. 21). Ele possui como objetivo principal “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (MMA, 2009, p. 33).

Nesse processo, a competência legal para a realização do licenciamento ambiental está atrelada à abrangência do empreendimento e de seus impactos: em caso de impactos locais, o responsável é o órgão municipal de meio ambiente; quando os impactos atingem dois ou mais municípios, o órgão estadual de meio ambiente assume o licenciamento; e, quando os impactos envolvem dois ou mais estados, o IBAMA torna-se o órgão responsável (MMA, 2009). No caso da hidrelétrica de Itá, este último órgão conduziu o processo, visto que a obra gerou impactos tanto no estado de SC como no estado do RS. O órgão do IBAMA responsável pela execução do licenciamento é a Diretoria de Licenciamento Ambiental, que recebe as demandas via sistema de informação. O licenciamento é considerado uma prestação de serviço e, portanto, o empreendedor paga pelo procedimento (IBAMA, 2015b).

No que se refere ao processo de licenciamento ambiental, destacam-se três etapas principais:

- a) Licença Prévia (LP), que é solicitada pelo empreendedor durante o planejamento da obra e aprova a viabilidade ambiental, a localização e a concepção tecnológica do projeto, fornecendo condições para o andamento do projeto;
- b) Licença de Instalação (LI), que aprova a instalação do empreendimento ou o início da obra, conforme cronograma apresentado pelo responsável;
- c) Licença de Operação (LO), que aprova o início do funcionamento do empreendimento, condicionado à vistoria e à validação de todos os requisitos exigidos pelo instituto. Essa licença final possui validade entre quatro e 10 anos (IBAMA, 2015b; TCU, 2007).

Desde sua origem, o processo de licenciamento ambiental tem sido alvo de diferentes críticas: por um lado, o Ministério Público Federal, os movimentos sociais e os pesquisadores que investigam os danos socioambientais provocados pelos grandes empreendimentos sugerem

que a ferramenta seja ainda mais robusta, visando garantir os direitos das populações atingidas; por outro lado, os empreendedores, as agências de financiamento e o próprio governo criticam a morosidade do processo. Quanto à primeira perspectiva, destacam-se as fragilidades dos estudos ambientais, tais como: prazos insuficientes para a realização das pesquisas de campo; caracterização das áreas atingidas baseada em dados secundários; ausência ou insuficiência de informações sobre a metodologia empregada nos estudos; falta de integração dos dados; não identificação de determinados impactos; indicação de impactos genéricos; subutilização dos dados diagnósticos; indicação de medidas mitigatórias pouco precisas e que não são a solução para os impactos; ausência de métodos de avaliação das medidas mitigatórias; falta de participação da população no processo decisório; estudos diagnósticos fragmentados; equipe designada para realização dos estudos sem a devida capacitação; ausência de informações acerca dos recursos financeiros destinados aos programas ambientais e sociais; e distorção dos resultados dos estudos ambientais, visando atenuar os impactos levantados (ARAÚJO, 2002; GREENPEACE, 2015; MPF, 2004).

Corroboram essa perspectiva as análises realizadas por Silveira e Araújo Neto (2014) do conteúdo exposto na Lei 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente) e na Resolução Conama nº. 001/86, as quais claramente negligenciam as “questões relacionadas à saúde humana, durante os processos de licenciamento de grandes projetos de desenvolvimento” (p. 3830). Na prática, apesar das resoluções Conama 1/86 e 237/97 atribuírem aos órgãos ambientais o direito de cancelar ou suspender uma licença ambiental em função dos riscos socioambientais, os relatórios e as análises exigidas formalmente avaliam apenas os impactos diretos ao meio ambiente, na medida em que os danos à saúde são vistos como resultado indireto dos impactos ambientais (BARBOSA; BARATA; HACON, 2012). Alguns aspectos contribuem para essas fragilidades, como, por exemplo, a baixa participação dos órgãos da saúde no processo de licenciamento ambiental, a ausência de uma ferramenta e de critérios específicos para a avaliação dos impactos na saúde, a exigência da participação e avaliação do setor de saúde direcionada apenas para algumas regiões do Brasil, além das pressões sofridas para a rápida liberação das obras. Esses aspectos demonstram que as questões relacionadas à saúde e às populações atingidas pelos empreendimentos ainda são secundárias e incapazes de serem condicionantes ao licenciamento ambiental (SILVEIRA; ARAÚJO NETO, 2014).

Além disso, a Resolução 001/1986, do CONAMA, em seu artigo 7º, estabelece que “o estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados”. Contudo, por não definir o que é

multidisciplinaridade, abre precedentes para diferentes interpretações, contribuindo para a composição de equipes sem os devidos critérios e para a construção de estudos ambientais que apresentem apenas estudos diferentes fragmentados e com linguagem técnica de difícil compreensão (KARPINSKI, 2008). Outra crítica proferida pela autora é que, historicamente, os estudos ambientais não têm considerado a complexidade da vida social das comunidades atingidas. Assim, “aspectos como o saber local, as práticas das populações ribeirinhas e as relações políticas estabelecidas durante o levantamento dos dados não são levadas em conta no momento da redação destes relatórios” (KARPINSKI, 2008, p. 10).

Diante disso, a literatura sugere que sejam ampliados os prazos para a realização dos estudos, que sejam criados novos mecanismos de participação social, que a regulamentação do licenciamento ambiental seja subsidiada por lei e não apenas por resoluções, que os estudos avaliem outros aspectos atualmente pouco medidos, que os estudos sejam de fato utilizados para amparar projetos, programas e políticas públicas, entre diversas outras necessidades de melhorias (ARAÚJO, 2002; GREENPEACE, 2015; MPF, 2004; SILVEIRA; ARAÚJO NETO 2014).

Em contrapartida, o segundo grupo afirma que a maioria dos problemas ocorrem na primeira fase (LP) do licenciamento ambiental. Entre as críticas citadas, estão: falta de planejamento do governo; falta de clareza sobre qual esfera governamental tem autoridade legal para emitir licenças ambientais; atrasos e má qualidade dos EIAs; falta de um sistema adequado para a resolução de conflitos; falta de regras claras para a compensação social e falta de profissionais da área social no órgão ambiental federal (BANCO MUNDIAL, 2008; OSEB, 2011, 2015). Essas entidades afirmam ainda que o maior desafio é reduzir significativamente os prazos dos estudos ambientais de um ano para três meses (BANCO MUNDIAL, 2008).

Os dados de um estudo apresentando pelo Banco Mundial (2008) apontaram que o elemento responsável pela crise energética com início em 2001 no Brasil foi o processo de licenciamento ambiental atrelado aos empreendimentos hidrelétricos. Fazendo uso das palavras do relatório, o processo de licenciamento aplicado no país “é considerado como um grande obstáculo para que a expansão da capacidade de geração de energia elétrica ocorra de forma previsível e dentro de prazos razoáveis, a qual, por seu turno, representaria séria ameaça ao crescimento econômico” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 09). O órgão afirma ainda que o licenciamento ambiental “contribui para transferir, repetir ou reintroduzir conflitos, gerando assim um alto grau de incertezas, longos atrasos, e com custos de transação igualmente altos” (BM, 2008, p. 32). Além disso, o material critica a autonomia do Ministério Público Federal (MPF) frente à resolução de conflitos ambientais atrelados à condução dos estudos.

Assim, é defendida a necessidade de “modernização” da legislação ambiental, na medida em que ela não estaria “acompanhando a velocidade, a internacionalização e o crescimento do país”, afinal, “mantêm-se fundamentalmente inalteradas desde suas origens no fim dos anos 80” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 13). Desse modo, o Banco Mundial apresenta a “legítima” preocupação de que o processo extremamente burocrático atrelado ao licenciamento ambiental brasileiro gere incertezas aos investidores que, por sua vez, sentem a necessidade de aumentar os custos da energia, o que resulta no aumento das tarifas para o consumidor final. O banco afirma, ainda, que “os investidores preferem investir seu capital onde os marcos regulatórios são previsíveis” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 27). Sendo assim, reforça a urgente necessidade de “desenvolver um marco regulatório moderno, transparente e previsível”, com o intuito de “fornecer maior previsibilidade no funcionamento do licenciamento ambiental e um marco regulatório mais amplo para o setor energético, para trazer dividendos para todos os brasileiros na forma de custos de energia mais baixos” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 32).

As mudanças propostas pelos órgãos mencionados, certamente, implicariam no agravamento das injustiças sociais e ambientais, dos conflitos e da precarização das condições de vida, saúde e de trabalho das populações atingidas pela construção de hidrelétricas. A partir disso, observa-se claramente temporalidades e velocidades diferenciadas entre aquele que contrata, que é contratado, que acompanha o processo de licenciamento ambiental, que recebe os benefícios da obra e que sofre as consequências e os impactos do projeto (HERNANDEZ, 2012)

Vainer (2007) alerta para uma importante transformação nesse processo, implantada para facilitar o fechamento dos editais de geração de energia elétrica no Brasil. Conforme o autor, diante de dificuldades para o fechamento dos editais de licitação e da necessidade de acelerar as obras hidrelétricas no país, passou-se a realizar os estudos de viabilidade como o EIA/RIMA antes de decidir a empresa responsável pela obra. O intuito seria o de acelerar as obras hidrelétricas e de atrair um maior número de investidores. Nesses novos moldes, a empresa vencedora e responsável pelo empreendimento hidrelétrico recebe a concessão “sem ter assumido nenhum compromisso com as populações atingidas ou com o órgão ambiental, como tampouco, sem ter participado das audiências públicas realizadas no processo de licenciamento” (VAINER, 2007, p. 125).

Associado a isso, intensificaram-se os discursos de crise do setor energético e da possibilidade de apagões provocados pelo colapso hídrico e pelos atrasos nos novos empreendimentos energéticos (G1, 2015). Presencia-se, assim, o aumento da pressão sobre o

governo e também sobre os órgãos ambientais, sob a justificativa da falta de agilidade nos estudos ambientais e da carência de atualização dos procedimentos, “visando atender as demandas de crescimento do país” (BANCO MUNDIAL, 2008; OSEB, 2010, 2011, 2015).

Amparados em prerrogativas legais, o governo e as instituições favoráveis aos empreendimentos hidrelétricos sugerem: eleger empreendimentos hidrelétricos, especialmente aqueles “estratégicos” para o país, que possam ser liberados da etapa de LP; simplificar o EIA; estabelecer a obrigatoriedade da obtenção da LP antes da execução dos leilões; rever a Lei 6938/81, alterando os critérios relacionados ao licenciamento; instituir que, no caso de empreendimentos de baixo impacto, a LP e a LI sejam concedidas simultaneamente e de maneira simplificada; reduzir o tempo destinado aos estudos de impactos socioambientais, bem como para a liberação de cada licença; e, finalmente, reduzir os custos com os projetos sociais e ambientais, visando à atração de investidos e o pleno desenvolvimento do país (BANCO MUNDIAL, 2008; G1, 2015; OSEB, 2011).

Desse modo, o cenário atual mostra-se orientado para a transformação da legislação vigente, flexibilizando as frágeis normativas ambientais recentemente instituídas no país (HERNANDEZ, 2012; VAINER, 2007). Em 2006, o então presidente da Eletrobrás declarou: “ou o governo dá um soco na mesa e libera os projetos do setor de energia ou esse povo (do meio ambiente) vai parar o Brasil” (VAINER, 2007, p. 122). Em 2015, durante o lançamento do Programa de Investimento em Energia Elétrica, o ex-ministro de Minas e Energia declarou “que os desafios estão sendo vencidos, inclusive o do licenciamento ambiental” e que “um pacto entre o governo e os senadores prevê aprovar garantias constitucionais de que obras de grande porte tenham um caminho mais rápido de licenciamento, facilitando as obras previstas” (G1, 2015, discurso Eduardo Braga). Em 2016, o atual ministro de Minas e Energia posicionou-se de maneira similar, ao afirmar que “temos também consciência de que a questão do licenciamento ambiental precisa ser enfrentada o quanto antes, pois é falsa a premissa de que o desenvolvimento do setor represente necessariamente prejuízos ao meio ambiente e aos povos indígenas”, no final, acrescentou: “vamos nos esforçar para que o futuro aponte para o desenvolvimento sustentável, a eficiência e inovação” (COELHO FILHO, 2016, n. p.). Paralelamente, o atual presidente da EPE declarou que “não vamos ficar de *mimimi* frente à construção de hidrelétricas no Brasil” (BARROSO, 2016).

Respondendo a esse movimento político, o Senado Federal, por meio de sua Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), aprovou recentemente o projeto de lei nº 1/2014, com a intenção de reduzir a burocracia que envolve a implantação de centrais hidrelétricas de pequeno porte. Com o projeto, as Leis 9.074/1995 e 9.427/1996 são alteradas, permitindo que o



aproveitamento de usinas com até 3.000 Kilowatt (KW) seja feito sem nenhum tipo de concessão, permissão ou autorização. Além disso, o texto isenta de autorização a produção independente de até 50.000 KW de energia (SENADO FEDERAL, 2014).

Cabe salientar que, de acordo com Bermann (2008) e Ortiz (2005), do ponto de vista socioambiental, apesar de as pequenas centrais hidrelétricas produzirem impactos menores, devem ser planejadas com os mesmos cuidados das grandes obras. Afinal, elas podem “infligir impactos muito graves e irreversíveis para um bioma determinado e para as populações que nele e dele vivem” (ORTIZ, 2005, p. 64). Corrobora a perspectiva dos autores, o caso da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Fumaça, em Minas Gerais, que entrou em operação em 2003 e implicou no deslocamento de 200 famílias, afetando diretamente o meio de subsistência das comunidades que viviam à margem do rio. Essas comunidades ainda enfrentam dificuldades para a obtenção das indenizações (BERMANN, 2008). Situação similar ocorreu na PCH Aiuruoca, também em Minas Gerais, comprometendo as condições sanitárias da região (ORTIZ, 2005).

Outra iniciativa preocupante é o Projeto de Lei (PL) 4429/2016, em tramitação, que “dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional” (BRASIL, 2016b). O projeto atende às pressões políticas e econômicas de flexibilização e silenciamento de um dos únicos processos que ainda garante, mesmo que, minimamente, o direito das populações atingidas pela construção de grandes empreendimentos.

Em 2016, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65, em abril de 2016, demonstrou o quão avançado encontra-se esse movimento. A emenda aprovada pelo Senado institui que, a partir da apresentação do Estudo Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá ser suspensa ou cancelada (SENADO FEDERAL, 2016). Ao lado disso, são constantes e concretas as pressões, as chantagens e as ameaças sofridas pelos órgãos ambientais e pelo Ministério Público Federal por causa da necessidade de liberação das licenças ambientais (VAINER, 2007). Em vista dos elementos apresentados, observa-se o desmantelamento gradativo de um conjunto de legislações protetivas ainda jovens e que precisariam de inúmeras transformações no sentido da garantia dos direitos das populações atingidas e do meio ambiente - do licenciamento ambiental, caminha-se, todavia, para o silenciamento ambiental.

### **6.2.2 “Para o social, não existe lei”: a invisibilidade das populações atingidas frente à lógica do capital**

A partir da contextualização histórica e da apresentação dos movimentos políticos de desinstitucionalização da legislação ambiental brasileira, este eixo possui o objetivo de apresentar algumas das principais características que emergiram a partir da análise da legislação vigente no campo da construção de hidrelétricas. Nesse sentido, os temas com maior destaque foram a mercantilização dos recursos naturais enquanto bens públicos e a invisibilidade das populações atingidas. De modo geral, apesar de algumas leis analisadas citarem a sustentabilidade, a proteção ou a preservação do meio ambiente, não são descritas ações para a concretização de tais objetivos. Em contrapartida, os espaços dedicados ao direito dos consumidores, a garantia do processo de compra de venda, de desapropriação, de geração e de transmissão de energia são minuciosamente detalhados e fundamentados, ocupando boa parte dos documentos analisados. Para Silva (2013), esses dados revelam que a lógica da produção e da reprodução capitalista atua diretamente nos modos de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica no Brasil. Ademais, observa-se que, nas bases dos elementos que compõe esse cenário, estão a batalha progressiva entre a produção e o consumo (BAUMAN, 2005), modelada pelos paradigmas econômicos e sociais, pautados na mundialização do capital, que reafirmam os fundamentos e os princípios de funcionamento do capitalismo (BAUMAN, 1999; 2005; CHESNAIS, 1995; CHESNAIS; SARFATI, 2003; MAFFESOLI, 2014). E, se a produção não produz apenas os produtos mas também o consumo e, portanto, o sujeito consumidor (MARX, 1999), a economia está no espaço e o espaço está na economia (SANTOS, 1985), interferindo diretamente na relação do homem com a natureza.

Nesse sentido, no campo da construção de hidrelétricas, as concepções acerca da água e da gestão dos recursos hídricos podem ser consideradas elementos essenciais para as análises aqui propostas. A lei nº 9.433, de 1997, considerada um dos principais marcos legais de institucionalização de uma política pública voltada para o gerenciamento dos recursos hídricos (FIGUEIRÓ; WOLKMER, 2013), possui como objetivo criar um pacto nacional para a definição de diretrizes e de políticas públicas voltadas para a “melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade, gerenciando as demandas e considerando a água como um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social” (BRASIL, 1997a). Alguns elementos chamam a atenção ao longo do documento, como, por exemplo, os fundamentos da lei que definem a água como “um bem de domínio público”, como um “recurso natural limitado, dotado de valor econômico” e

como um recurso destinado, prioritariamente, “ao consumo humano e a dessedentação de animais” (BRASIL, 1997a, art. 1º). Além disso, define-se que “a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas” e que ela deve ser “descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” (BRASIL, 1997a, art. 1º). Ainda no campo dos objetivos, a mesma lei reforça a intenção de assegurar a disponibilidade de água para as futuras gerações, de utilizar a água com vistas ao desenvolvimento sustentável e de prevenir eventos hidrológicos de ordem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos hídricos. Além disso, o art. 19 reforça o reconhecimento da água “como bem econômico”, dando ao usuário uma indicação de seu real valor.

Nessa lógica, a natureza aparece como um bem econômico, comercializável. Para Kliass (2012, p. 01), a universalização das relações mercantis passou a “incorporar a dimensão do meio-ambiente também como instrumento de acumulação e dinamização do mercado”. Além disso, pode-se problematizar a contradição entre a legislação que prioriza o consumo de água humano e animal e a restrição do uso dos reservatórios em muitos casos estudados de barragens brasileiras. Ademais, a perspectiva da participação e da inclusão social expostas no documento contradizem as normativas legais que regulamentam o uso da água para a geração, transmissão e comercialização de energia, como no caso das hidrelétricas.

Nesse contexto, outro marco legal importante é a Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a *Política Energética Nacional*. O documento declara que “recebe o nome de política energética brasileira as diretrizes estabelecidas pelo governo federal para administrar e explorar da melhor forma possível os recursos do território nacional, de modo a alimentar a indústria, o comércio e a população em geral” (BRASIL, 1997b, n. p.). Destaca, ainda, que os objetivos para o aproveitamento racional das fontes de energia são: preservar o interesse nacional; promover desenvolvimento, trabalho e valorização dos recursos energéticos; proteger os interesses do consumidor quanto a preço, à qualidade e à ofertas dos produtos; proteger o meio ambiente e conservar a energia; identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do país; utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; atrair investimentos na produção de energia; ampliar a competitividade do país no mercado internacional; e fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados à energia renovável. No entanto, apesar de mencionar a proteção do meio ambiente, a ênfase principal da lei recai sobre os aspectos econômicos, especialmente aqueles relacionados ao petróleo e ao gás natural. Além

disso, chama a atenção o fato de a lei que institui a Política Energética Nacional praticamente excluir a temática das hidrelétricas como um todo.

O conjunto de leis que trata especificamente da *concessão e permissão da prestação de serviços públicos e que dispõem sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica* possui o objetivo de regulamentar o artigo 175, da Constituição. A partir das análises realizadas, alguns aspectos gerais chamam a atenção, como, por exemplo: a predominância de termos de compra e venda; o direito atribuído às empresas sem menção de responsabilidades ambientais, sociais e relativas à saúde; e a ênfase absoluta ao direito dos usuários/consumidores. Exemplos desses discursos podem ser observados no trecho, “toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei” [...] (BRASIL, 1995a, art. 6º). Ainda, na sequência, é apresentada uma sessão que versa exclusivamente sobre os direitos e as obrigações dos usuários/consumidores.

No que se refere ao processo de licitação, os principais itens considerados no julgamento estão diretamente atrelados ao baixo custo, como, por exemplo, o menor valor da tarifa, a maior oferta, a melhor proposta técnica com preço fixado no edital, a melhor oferta de pagamento entre outros. Nos demais incisos, como aquele que trata, por exemplo, do contrato de concessão, novamente os direitos dos usuários são privilegiados. Apenas no art. 29, parágrafo X, a lei incumbe ao poder concedente “estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação” (BRASIL, 1995a, art. 29º). Em nenhum outro espaço são mencionados os danos sociais, ambientais, econômicos, culturais ou à saúde, provocados pelo empreendimento. Pelo contrário, são destacadas necessidades de aproveitamento e de aumento de produtividade com baixo custo e sem prejuízos aos usuários. Similarmente, os critérios estabelecidos para a prorrogação das concessões de geração de energia elétrica baseiam-se no valor da tarifa, na alocação de cotas de garantia física de energia e de potência e nos padrões de qualidade fixados pela ANEEL (BRASIL, 2013, art. 01).

Esses dados corroboram as críticas realizadas por Vainer (2007, p. 121), de que “a legislação a respeito de concessões é absolutamente omissa quanto ao tratamento a ser dado aos problemas sociais e ambientais decorrentes de grandes projetos hidrelétricos”. Além disso, o histórico do setor no país mostra que os consórcios privados que recebem as concessões não possuem qualificação para tratar das questões socioambientais atreladas aos empreendimentos. Para Vainer (2007), o silenciamento da Lei nº 9.074, de 1995, que versa sobre as *prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos*, é ainda mais grave, na medida em que é ela que define o regime de concessão de energia elétrica. Nesse sentido, as leis de concessão

“apenas criam meios legais para limpar o terreno” para a implantação de grandes projetos (VAINER, 2007, p. 123).

Em sentido similar, a Lei nº 9.648, de 1998, que trata da *comercialização de energia*, privilegia questões como o processo de alienação de imóveis para obras públicas, procedimentos de compra e venda de recursos, tarifação, compra e venda de energia, aproveitamento hidrelétrico e, ainda, define as regras de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos a ser paga pelos exploradores aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Nessa normativa, define-se que “[...] seis por cento do valor da energia produzida serão distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União” e que “setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos [...]” (BRASIL, 1998, art. 17).

Apesar disso, não são mencionadas diretrizes para o destino desses repasses e, em nenhum momento, as populações atingidas ou os danos provocados pelo empreendimento são mencionados. Outro aspecto que chama a atenção é a normativa de que serão destinados ao MME três por cento “dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) para custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidroelétricos” (BRASIL, 2004, art. 15). Novamente observa-se que o destino do lucro obtido com a geração de energia são novas obras e novos estudos para o reaproveitamento hidrelétrico. Assim, a ênfase da lei recai sobre as empresas e a continuidade do negócio, sem incluir um olhar acerca da distribuição dos benefícios com as populações atingidas.

A Lei nº 10.848, de 2004 (BRASIL, 2004a), que trata, basicamente, da *compra e venda da energia elétrica* dentro do Brasil e internacionalmente, menciona as áreas que serão atingidas e estabelece as regras que os concessionários, permissionários e autorizados de serviço devem seguir. Além disso, cita alguns valores de acordo com a área territorial atingida que a ANEEL deverá pagar aos proprietários. A lei atribui o direito à ANEEL de “estipular” o lugar que considerar necessário comprar para fins de geração de energia. Nos itens de comercialização de energia dispostos na mesma lei, encontram-se apenas aspectos relacionados às condições e ao processo de contratação, à definição de preços, à comercialização, aos critérios de garantia de suprimento de energia e à proteção dos consumidores. Novamente, as populações que sofrem os danos gerados pela implantação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia não são mencionadas, pelo contrário, em diversos artigos da lei, são reafirmados os direitos dos

consumidores, como no trecho, “a comercialização de energia elétrica de que trata este artigo será feita com a observância de mecanismos de proteção aos consumidores” (BRASIL, 2004a, art. 1). O Art. 27 da mesma lei ressalta que “os riscos hidrológicos ou de não cumprimento do contrato poderão ser assumidos pela concessionária geradora vendedora de energia elétrica”, em outras palavras, nem mesmo a responsabilização pelos riscos é atribuída às empresas que realizam a geração e a transmissão de energia.

Nesse contexto, está a Lei nº 9.427, de 1996 (BRASIL, 1996), que, também criada sob a prerrogativa dos interesses comerciais, institui a *Agência Nacional de Energia Elétrica*. A agência tem como atribuições regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores; e assegurar a universalização dos serviços. Além disso, sua missão é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. No decorrer do documento, não são mencionados os impactos provocados pela construção de hidrelétricas, nem mesmo ações e responsabilidades diante dos danos aos atingidos. Conforme Vainer (2007), do ponto de vista legal, nenhum órgão é oficialmente responsável pelas populações atingidas pelos grandes empreendimentos, há uma lacuna visível e importante nesse quesito.

Uma das poucas normativas legais atreladas diretamente às populações atingidas refere-se às desapropriações territoriais, apresentando-se como mais uma violação de direitos legitimada pelo Estado. O Decreto-lei nº 3.365, de 1941, que dispõe sobre as *desapropriações por utilidade pública*, afirma que, “mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios” (BRASIL, 1941, art. 2º). No que se refere aos danos, aos riscos e aos reparos às populações atingidas e ao meio ambiente, são impostas estratégias compensatórias unicamente financeiras, desconsiderando aspectos da cultura, da saúde, da economia e do ambiente locais. De entre as medidas compensatórias, podem ser citadas a realocação de famílias em outra unidade habitacional e a indenização ou compensação financeira para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se o prévio cadastramento dos ocupantes. Além disso, o documento afirma que bens desapropriados serão de posse pública e que o Estado terá total poder sobre o bem, podendo ser alienado a terceiros, locado, cedido, arrendado ou

outorgado em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada e, ainda, transferido como integralização de fundos de investimento ou de sociedades de propósito específico (BRASIL, 1941, art. 4º).

A lei também autoriza as empresas que farão a desapropriação a ingressarem nas áreas declaradas para a realização de inspeções e de levantamento de campo. Caso haja resistência, poderão recorrer ao auxílio de força policial. E, em caso de dano/abuso de poder por parte das empresas ou autorizados, os prejudicados serão indenizados por perdas e danos sem prejuízo na ação. O Art. 10º afirma que as desapropriações deverão ocorrer mediante acordo ou judicialmente dentro de cinco anos e, que, “se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada em conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará emitilo provisoriamente na posse dos bens” (BRASIL, 1941, art. 15º). Nesse processo, a declaração de utilidade pública concede à empresa concessionária o poder de definir o valor das indenizações, fragilizando o direito do proprietário (VAINER, 2007).

Destarte, percebe-se que a violação de direitos é justificada pelo discurso do bem-maior, representado pelos termos “utilidade pública” e “desenvolvimento econômico”. Assim, a própria lei que versa sobre o processo de desapropriação viola os direitos humanos ao conceder ao Estado e às empresas privadas o direito de uso de força policial para a retirada da população atingida de seu território. Entre os aspectos destacados, percebe-se a soberania da perspectiva da utilidade pública e do bem-maior, da lógica compensatória financeira, deixando de considerar aspectos relacionados à saúde, ao meio ambiente, ao trabalho e aos direitos básicos dos desapropriados.

Frente ao exposto, os direitos das populações atingidas não são mencionados e regulamentados pela lei, pelo contrário, é apenas declarado o direito de posse do Estado e, conseqüentemente, das empresas privadas mediante a desapropriação e o uso de força para a retirada da população. Ademais, para Martins e Junior (2012), essa lei não foi objeto de revisão nas últimas décadas, mantendo intactos seus dispositivos legais. Para os autores, esse fato tem proporcionado muitas controvérsias no âmbito do processo expropriatório, demandado a necessidade de uma releitura e reestruturação da disciplina normativa do instituto da desapropriação, especialmente com o desiderato de compatibilizá-lo, em determinados aspectos, aos preceitos constitucionais (MARTINS; JUNIOR; 2012, p. 16).

Seguindo uma lógica similar, o Decreto nº 7.342, de 2010 (BRASIL, 2010), que *regulamenta o cadastro socioeconômico da população afetada pela construção de grandes empreendimentos*, não apresenta grandes avanços para a garantia de direitos dos atingidos. Observa-se, assim, que, ainda hoje, prevalecem as diretrizes legais e políticas implementadas

no período da Ditadura Militar, nas quais imperam o uso da força policial e da apropriação dos territórios sem considerar a participação democrática da população atingida. Nesse decreto, especificamente no Art. 2º, está previsto que os cadastros socioeconômicos deverão contemplar os integrantes da população sujeitos aos seguintes impactos: perda da propriedade ou da posse de imóvel; perda da capacidade produtiva das terras; perda de áreas de atividade pesqueira ou de recursos pesqueiros – inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; perda das fontes de renda de trabalho das quais os atingidos dependam economicamente; prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento; inviabilização do acesso aos recursos naturais e pesqueiros, incluindo terras de domínio público e uso coletivo que afete a renda, a subsistência e o modo de vida da população; e prejuízos comprovados às atividades produtivas que afetem a renda, a subsistência e o modo de vida da população. No entanto, o mesmo documento declara que o processo de cadastramento dos atingidos e a avaliação dos danos serão realizados pela própria empresa responsável pelos danos e pelas desapropriações. Este último aspecto tem sido muito criticado pela literatura, na medida em que o próprio agente poluidor é responsável pelo cadastramento socioeconômico e também pelos estudos que avaliam os impactos provocados pelo empreendimento (MAB, 2016b; VAINER, 2016). Ademais, em alguns casos, as empresas responsáveis pelos estudos socioambientais dependem de recursos financeiros do projeto hidrelétrico, comprometendo a idoneidade do trabalho realizado (HERNANDEZ, 2012).

Dada a invisibilidade das populações atingidas pela construção de hidrelétricas e a omissão legal quanto à garantia de seus direitos, uma entrevista realizada com um representante da atual gestão da barragem de Itá explicou os efeitos práticos desse processo. Na perspectiva de Vitorino (2016, informação verbal), os projetos, os programas e as políticas reparatórias ambientais sobressaem-se aos aspectos sociais em função da fragilidade legal. Para ele, “desde os anos 80, a legislação e as exigências ambientais são cada vez mais rígidas. O custo ambiental de um projeto como esse é enorme em função dessas leis. Já os aspectos sociais... Isso não acompanhou a legislação ambiental”. Sendo assim, “a parte ambiental é regrada por lei, para o social não existe lei. A realidade é que a pena é mais forte quando se faz algo contra o meio ambiente do que contra o ser humano”. Nesse sentido, se, de acordo com Scalabrin (2016), o sistema jurídico brasileiro funciona a partir da premissa básica de que “fora da lei não há direitos”, caso não haja uma transformação considerável na legislação vigente, os atingidos permanecerão sendo vistos como aqueles que atrapalham o progresso, que usufruem de bens públicos e que nada possuem.



A partir dessas análises, evidencia-se que a injustiça social e ambiental presente no contexto da construção de hidrelétricas é produzida tanto pelas empresas responsáveis pelas obras como pelo Estado que deixa de proteger a população diante da inexistência de políticas públicas e práticas institucionais. Além disso, para Pacheco e Faustino (2013), percebe-se que os financiamentos e as concessões dados pelo governo às empresas do ramo hidrelétrico indicam que o Estado não só legitima como atua em conjunto com os agentes opressores.

### ***6.2.3 Sacrifícios cientificamente comprovados e banalizados: uma análise do EIA/RIMA da Hidrelétrica de Itá***

Buscando responder as questões norteadoras deste estudo, apresenta-se a análise do EIA e do RIMA conjuntamente e por meio de cinco eixos principais:

- a) o bem-maior como justificativa para o sacrifício;*
- b) impactos e danos gerados pelo empreendimento: sacrifícios banalizados;*
- c) a desqualificação da região e dos impactos gerados pelo empreendimento;*
- d) a supervalorização dos benefícios do empreendimento;*
- e) estratégias compensatórias baseadas na infraestrutura.*

#### ***6.2.3.1 O bem-maior como justificativa para o sacrifício***

Os principais argumentos apresentados para a construção do empreendimento podem ser estruturados em três argumentos principais:

- a) baixo custo em comparação a outras fontes de energia;
- b) escassez de energia elétrica e risco de racionamento;
- c) manutenção do desenvolvimento econômico.

Esses três elementos atuam para o estabelecimento de uma justificativa pautada no ideal do “bem-maior” para o sacrifício dos territórios, das comunidades e das populações atingidas.

No que se refere aos custos da energia, o documento afirma que o empreendimento é uma excelente alternativa para a expansão do parque gerador das regiões Sul e Sudeste, “proporcionando a produção de grandes blocos de energia a custos relativamente baixos, cerca de US\$ 18,49/Mwh, incluídos os custos socioambientais decorrentes do empreendimento” (EIA, 1999, p. 2.03) ou, ainda, que “a Usina Hidrelétrica Itá revelou-se bastante promissora pelo seu baixo custo” (RIMA, 1990, p. 12). Além disso, é apresentado um breve panorama de outras fontes de produção de energia, como, por exemplo, a energia eólica, a nuclear, a

termoelétrica, a energia produzida a partir da lenha, do carvão mineral, do combustível fóssil e do gás natural. A conclusão é de que todas as outras alternativas foram descartadas por causa do alto custo, da falta de competitividade econômica, dos prejuízos em políticas internacionais e da emissão de gases de efeito estufa.

Percebe-se, nessa descrição, a utilização apenas de critérios financeiros de avaliação. Para Araújo (2002), essa característica é comum nos estudos ambientais atrelados à construção de hidrelétricas, pois o real interesse repousa, justamente, na defesa da alternativa apresentada, distorcendo ou inviabilizando qualquer outra possibilidade de geração de energia. No caso da hidrelétrica de Itá, o argumento do baixo custo é reforçado pela contextualização do cenário de escassez de energia e do risco de racionamento. Em um dos trechos, o documento afirma que a possibilidade de postergação da data de início da obra provocaria escassez de energia (EIA, 1999). No RIMA, essas consequências são ainda mais evidentes: “a construção da USE Itá é prioritária para evitar os sérios riscos de racionamento nos anos de 1993 e 1994 na Região Sul”, o que comprometeria “o ritmo de desenvolvimento previsto, sem contar os impactos negativos sobre o bem-estar social, causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica no setor residencial” (RIMA, 1990, p. 08).

Além disso, o relatório afirma que, sem o empreendimento, as cidades atingidas ficariam estagnadas do ponto de vista econômico, sem investimento governamental ou programas expressivos de desenvolvimento, tendo em vista que os programas em curso eram considerados insuficientes devido à escassez financeira (EIA, 1999). Portanto, desenvolver as regiões atingidas seria uma grande contribuição do projeto, além de manter o crescimento econômico do país como um todo. Percebe-se que todas essas justificativas são abstratas, pautadas em projeções de crescimento da demanda de energia e na inserção do discurso do racionamento. Não são apresentadas justificativas concretas e direcionadas à construção da hidrelétrica naquele espaço, é como se as pessoas atingidas não precisassem de justificativa alguma, talvez, porque a decisão já tivesse sido tomada e justificada em nome do “bem-estar e do desenvolvimento de toda nação”. Para além disso, o modo como a obra é apresentada revela uma lógica que descarta as populações atingidas, como se não precisassem de justificativas ou ganhos com a implantação do empreendimento, assim, o projeto, ainda em sua origem, desconsidera as comunidades locais, negando sua condição de cidadania.

#### 6.2.3.2 Impactos e danos gerados pelo empreendimento: sacrifícios banalizados

Os documentos caracterizam a população atingida pela construção da hidrelétrica pela intensa dedicação ao trabalho rural familiar, pautado em atividades de cultivo de plantas e da criação de animais. Entre essas atividades, merecem destaque as lavouras de milho e de soja e a criação de suínos e aves. As relações de vizinhança e o sentido comunitário são ressaltados e podem ser observados nos encontros sociais que ocorrem em reuniões, em festas, na prática de esportes, em eventos religiosos, nos corais e em atividades de lazer como caça e pesca. Essa característica é reforçada pelos núcleos de apoio que contam com escolas, igrejas, cancha de bocha, salão comunitário e quadra esportiva. Além disso, 41% dos trabalhadores estão associados a cooperativas de integração. As questões de interesse econômico, político e social de cada comunidade são tratadas e encaminhadas através das diretorias comunitárias, facilitadas pelas igrejas e organizadas por membros representantes dos núcleos rurais (EIA, 1999).

As famílias produzem praticamente toda a alimentação que consomem e possuem boa infraestrutura residencial e de benfeitorias, como, por exemplo: habitação, paiol, estrebaria, chiqueiro, galinheiro, galpão, arado de tração animal, carroça, trilhadeira e veículos em geral. Nesse sentido, “comparando-o com trabalhadores rurais de outras regiões do país, percebe-se que este produtor está numa posição de destaque” (EIA, 1999, p. 7.235), além disso, “a alimentação da família do produtor rural é, em termos genéricos, farta e rica em proteínas, carboidratos, verduras, legumes e frutas, além de polenta” (EIA, 1999, p. 7.251). As casas apresentam bom estado de conservação, com sistema de esgoto sanitário, abundância de água e energia elétrica. A população apresenta elevado índice de alfabetização, inclusive diferenciado do restante do país. Os coeficientes de mortalidade são baixos e o acesso à saúde é facilitado por postos de atendimento locais (EIA, 1999). Ademais, “[...] se destacam níveis de renda, padrão de consumo, alimentação, habitação, saúde e educação, assim como suas formas de organização social”, podendo-se afirmar que, “nos municípios afetados pela UHE Itá, a associação destes fatores propicia à população local patamares superiores em termos de qualidade de vida, o que a diferencia de outras regiões do país” (RIMA, 1990, p. 51).

Após a apresentação da caracterização da população atingida, os documentos apresentam os impactos gerados pelo empreendimento, os quais foram agrupados em dez temas principais: ecossistemas terrestres; ecossistemas aquáticos e ribeirinhos; recursos naturais; fluxo populacional; condições de vida da população; estruturação espacial; atividades econômicas; relações de trabalho; organização político-administrativa; e patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico (EIA, 1999). Em cada temática, são considerados os

seguintes critérios de avaliação: ações do empreendimento responsáveis pelo impacto; área de ocorrência (AI ou ADA); momento de ocorrência; duração do impacto; magnitude; reversibilidade; relevância; e nível do impacto (alto, médio, baixo). Os principais impactos descritos foram:

- a) efeitos durante a construção da hidrelétrica: barulho, poeira, intensificação da erosão, instabilidade da terra nas encostas, utilização de matérias-primas locais para a construção da obra, deslizamentos, alterações na umidade relativa do ar, alteração e intensificação dos ventos, intensificação de nevoeiros, alteração de fauna e flora em função do desmatamento, redução dos ecossistemas, redução da fauna terrestre, alterações profundas nos lençol freático, aumento da população durante a construção da barragem, queda na qualidade da água, inutilização do solo após a desativação dos equipamentos; contaminação da região por substâncias nocivas como metais pesados e produtos químicos; aumento da população masculina; aumento de fluxo de pessoas (cerca de 20.000 pessoas);
- b) efeitos após o enchimento do reservatório: intensas transformações no rio Uruguai e em seus afluentes, alterando aspectos físicos e químicos e repercutindo sobre as características biológicas e ecológicas; potencial criadouro de invertebrados (insetos, mosquitos e moluscos *planorbídeos* responsáveis pela transmissão de doenças como malária e *schistosoma mansoni*); aumento do poder corrosivo da água; redução das florestas; redução da fauna terrestre e empobrecimento do estoque gênico; desequilíbrio nos ecossistemas; redução da qualidade ambiental; alterações microclimáticas; transformações ecológicas e eutrofização; submersão de comunidades de sarandis; perda de solos enquanto recursos para o uso agrícola; contaminação do solo e das águas subterrâneas; impactos sobre o lençol freático e sobre o solo; perda líquida da população rural (cerca de 12.700 pessoas); alteração da estrutura espacial; alagamento de núcleos rurais e interrupção de acessos; isolamento de comunidades rurais; redução do acesso à energia e à telefonia; descaracterização do uso e da ocupação do solo, especialmente na região rural; risco de expansão desordenada da região urbana; substituição da agropecuária por atividades urbanas; aumento do desmatamento; prejuízos nas condições básicas de vida, como lazer, saúde e educação; redução da renda dos trabalhadores rurais; aumento do preço de mercadorias e serviços em geral, em função do aumento populacional; problemas habitacionais; sobrecarga dos serviços de educação, segurança pública, saúde, assistência social e educação; aparecimento de novas doenças e agravos até então

não existentes na região; aumento de doenças sexualmente transmissíveis e patologias relacionadas à saúde mental; alteração dos hábitos e costumes da população; prejuízos para a qualidade de vida; alteração e prejuízos nas relações de trabalho; impossibilidade de manter os modos tradicionais de trabalho no meio rural; prejuízos para a economia local; mudança nos padrões de alimentação da população; prejuízos para as relações comunitárias e sociais; destruição de comunidades rurais; alteração da dinâmica social; alagamento de equipamentos e infraestrutura comunitária (30 igrejas, 34 salões comunitários, 24 campos de futebol, 10 quadras poliesportivas e 25 cemitérios); contaminação da água; redução do nível de alfabetização; aumento da tensão social; redução da produção agropecuária; alterações no mercado imobiliário; mudanças na dinâmica das atividades econômicas locais; aumento das atividades informais; desorganização da produção agropecuária; diminuição considerável dos níveis de produção agrícola (14.700 toneladas de milho, feijão, soja, trigo e arroz); alteração da estrutura produtiva das propriedades rurais; alagamento de conjuntos comerciais, industriais e de serviços (cerca de 100 estabelecimento); aumento da violência; diminuição do dinamismo econômico; alteração do perfil ocupacional; aumento do desemprego (pessoas que migram em busca de emprego, mas que não possuem a qualificação necessária e acabam ficando desempregadas); aumento dos conflitos trabalhistas; redução do número de postos de trabalho no meio rural (2.415 postos de trabalho); redução da base geradora de tributos aos municípios; impactos na organização político-administrativa dos municípios; perdas de patrimônio histórico-cultural, principalmente, patrimônio arqueológico e paisagístico (219 sítios arqueológicos).

Diante disso, problematizam-se dois elementos principais. O primeiro deles é a desarticulação dos danos gerados pelo empreendimento com os projetos de reparação, especialmente no que tange às comunidades atingidas. O segundo é o pressuposto de que uma população com forte vínculo social-comunitário, com renda, escolaridade e acesso à saúde acima da média nacional para populações rurais devesse aceitar passivamente a mudança territorial, o risco de redução da renda, de prejuízos ao acesso à educação e à saúde e a perda de suas atividades profissionais em prol da geração de energia para a região Sul e Sudeste e, claro, em nome do prometido “desenvolvimento” da área urbana da cidade. De fato, para a população atingida, não é descrito nenhum benefício, são citadas apenas perdas e prejuízos. Nessa lógica, observa-se claramente a banalização dos danos e do sofrimento das comunidades atingidas, naturalizando seu sacrifício em prol do desenvolvimento de outras regiões.

Além disso, para a definição da Área de Influência (AI) e da Área Diretamente Atingida (ADA), o documento toma como referência principal o território atingido pela água, desconsiderando os demais impactos provocados às populações que vivem nas proximidades da região. Conforme o MPF (2004), a diminuição da ADA pode ser realizada de maneira proposital pelos grandes empreendimentos, visando reduzir a abrangência dos programas de reparação e mitigação e, conseqüentemente, os custos da obra. Outro importante ponto de atenção é que o levantamento dos danos não considera a implantação das diversas outras hidrelétricas na mesma bacia do rio Uruguai. Para Araújo (2002), os EIAs têm abrangido apenas empreendimentos individuais, desconsiderando a sobreposição dos impactos no caso de obras que fazem uso da mesma base de recursos naturais. Para a autora, tanto os estudos quanto os programas de reparação deveriam avaliar os impactos de toda a bacia do rio, desenvolvendo planos integrativos e globais.

#### *6.2.3.3 Desqualificação da região e dos impactos gerados pelo empreendimento*

No decorrer dos estudos ambientais, diversos aspectos da região, como os recursos naturais, sociais e econômicos, passam por uma desqualificação estrutural. De entre eles, podem ser citados a qualidade da água, “o rio Uruguai e seus afluentes apresentam comprometimento da qualidade da água, devido à poluição da orgânica e industrial” (RIMA, 1990, p. 10.14); a erosão “derivada das formas de apropriação agrícola do solo” (RIMA, 1990, p. 10.14); e a danificação dos sítios arqueológicos,

A construção das obras e a formação do lago de Itá implicarão na destruição de 219 sítios arqueológicos, dos quais 29 são líticos e 190 são cerâmicos (172 de tradição tupi-guarani, 15 de tradição taquara, 2 de casas subterrâneas e 1 de tradição desconhecida). Entretanto, a maioria desses sítios já se encontra danificada pelas atividades agrícolas na região e apenas parte deles (de 20 a 30%) guarda ainda informação importante sobre a pré-história regional. (RIMA, 1990, p. 82).

Nos que se refere aos aspectos socioeconômicos, especialmente aos danos gerados pela diminuição da população rural, o documento afirma que esse movimento apenas irá “aprofundar a tendência hoje observada de saída da população, principalmente das áreas rurais dos municípios afetados pela UHE Itá, causada pela escassez e esgotamento das terras e progressiva redução do tamanho das propriedades rurais” (EIA, 1999, p. 8.68). Além disso, os municípios são descritos como municípios de pequeno porte e com dinamismo econômico pouco expressivo. Conforme um trecho do EIA, a região é caracterizada como:

[...] área de fragilidade natural, em função das características dos elementos que compõem a sua paisagem atual, como o relevo, a rede de drenagem, o clima, os ecossistemas, a ocupação humana e suas atividades. Esse ambiente, que dá suporte a relações ecológicas e humanas tão íntimas, apresenta-se muito vulnerável a situações de desequilíbrio, devido à combinação de relevo muito acidentado, solos muito favoráveis à erosão e ocupação e uso intensivo da terra, mesmo que efetuado com preocupação conservacionista. Da antiga cobertura florestal restam hoje fragmentos de mata ao longo dos vales encaixados dos rios e nas encostas mais íngremes que o homem não conseguiu ocupar, o que agrava o panorama de fragilidade ambiental. (EIA, 1999, p. 26).

Assim, os municípios são definidos pelo baixo crescimento econômico e pela ausência de recursos financeiros. O território é considerado precário e apresentado como fator impeditivo de modernização agrícola, em função do relevo. Sendo assim, “conclui-se que a Usina Hidrelétrica de Itá será implantada em contexto demográfico onde a saída do homem do campo constitui tendência historicamente estabelecida” (EIA, 1999, p. 7.245), fator que se deve à falta de uma política nacional/regional de apoio efetivo à pequena produção rural característica da região (crédito, mecanismos de acesso ao mercado livre de intermediação entre outros); e ao limite do parcelamento rural na região, que atingiu dimensões mínimas de utilização econômica, condicionando à saída das novas gerações do meio rural de origem.

Ademais, os documentos afirmam que os recursos dos municípios são destinados, em sua maioria, para a manutenção de pessoas e de materiais de consumo, evidenciando-se carências em investimento no patrimônio público ou em obras de uso coletivo. As cidades da região são descritas com “baixo grau de complexidade e atuam no sentido de apoiar o meio rural, o qual responde pelo dinamismo econômico dos municípios” (EIA, 1999, p. 7.319). Os ecossistemas são considerados frágeis e pobres, com predominância de capoeira. Além disso, afirma-se que as comunidades de animais estão reduzidas em função do desmatamento. Todas essas descrições encobrem as riquezas do território, seus significados, sua cultura e suas tradições - caracterização desqualificadora, capaz de atenuar os impactos e os danos decorrentes da implantação do empreendimento. Dessa forma, a descaracterização ignora os dados apresentados nas páginas iniciais dos documentos, que admitem os elevados índices de qualidade de vida da população diretamente atingida pelo empreendimento.

#### *6.2.3.4 Supervalorização dos benefícios do empreendimento*

Ao longo da leitura do relatório, especialmente após as descrições dos impactos gerados, observa-se uma forte tendência de atenuação dos danos frente aos benefícios futuros gerados pela hidrelétrica, como, por exemplo, quando são citadas as centenas de postos de trabalho que

serão perdidos no meio rural e a consequente redução dos ganhos municipais. Na sequência, é abordada a possibilidade de aumento de tributos por meio dos *royalties* repassados às prefeituras e da ampliação da arrecadação de outros impostos urbanos em função do crescimento populacional (RIMA, 1990). Do mesmo modo, são reforçadas as oportunidades de exploração turística da região, como pode ser observado nos trechos: “o reservatório constitui um recurso que proporcionará diversos usos ainda não explorados na região, destacando-se o potencial turístico e de exploração pesqueira” (EIA, 1999, p. 8.62); e “assim, a formação do reservatório irá proporcionar situações paisagísticas excepcionais que poderão potencializar as atividades turísticas na região” (EIA, 1999, p. 7.15). Outro benefício muito citado é a geração de energia e o consequente aumento de disponibilidade energética no sistema interligado Sul/Sudeste. Um dos elementos que chama a atenção ao longo do EIA e do RIMA são os capítulos de fechamento dos documentos, intitulados “o futuro da região”. Nos primeiros parágrafos afirma-se que

os estudos apresentados neste documento permitem concluir que a intensidade dos impactos ambientais provocados pela implantação e operação da UHE Itá decresce à medida que se amplia a base territorial e a dimensão temporal em análise [...] considerando-se o Alto Uruguai, região onde se insere o empreendimento de Itá e tendo como horizonte temporal o ano 2000, momento em que a Usina Hidrelétrica estará em plena operação comercial, **pode-se afirmar que a implantação da UHE Itá não trará modificações significativas**. Basicamente a implantação do empreendimento deverá antecipar e/ou acelerar as tendências historicamente já verificadas na região. (RIMA, 1990, p. 107, grifo nosso).

A partir do confronto das situações tendências apresentadas nos Quadros Prospectivos, **verifica-se que a implantação do empreendimento na área irá acelerar e/ou antecipar as tendências já verificadas**, dado o elevado grau de consolidação da região quanto às condições do meio natural, à apropriação dos recursos naturais e à organização territorial, econômica e social. (EIA, 1999, p. 10.21, grifo nosso).

Após todos os impactos socioambientais descritos, o documento afirma que o meio natural, social, econômico e territorial da região não será apenas “alterado”: afinal, os municípios seguirão com sua vocação agropecuária, mas com oportunidades ainda melhores em função do potencial turístico, uma vez que os núcleos urbanos serão dinamizados. Assim, a nova cidade de Itá será uma grande atração turística e terá sua base populacional aumentada, serão atraídos estudiosos, curiosos e turistas, haverá melhoria nos acessos aos municípios, a cidade de Marcelino Ramos intensificará as atividades turísticas, Concórdia consolidar-se-á como um grande polo sub-regional, os centros urbanos menores manterão suas características demográficas e econômicas, as áreas rurais terão “medidas indutoras de desenvolvimento”, o



que fortalecerá as atividades agropecuárias e garantirá a mesma estrutura fundiária, novos núcleos rurais serão construídos e substituídos pelos antigos, o acesso ao meio rural será melhorado, os efeitos ambientais serão atenuados por projetos de preservação, haverá novo equilíbrio ecológico no entorno do reservatório, com desenvolvimento de fauna aquática e, finalmente, todos estarão “[...] inseridos num espaço ocupado por pequenas unidades produtivas, cuja organização territorial espelha a nova dinâmica social, cultural e econômica que mantém preservadas as peculiaridades que dão corpo a vida local” (RIMA, 1990, p. 107-109). É claro que o relatório afirma que esse cenário otimista dependerá da implantação dos Programas Ambientais apresentados, que irão assegurar “a viabilização sócio-política e ambiental da UHE Itá, que constitui uma opção técnico-econômica vantajosa para a expansão do parque gerador do sistema interligado Sul-Sudeste” (RIMA, 1990, p. 109). Além disso, o projeto “pretende promover o desenvolvimento ambiental da região através do uso racional dos recursos naturais, da rearticulação do território e da melhoria do nível de vida da população atingida” (EIA, 1999, p. 13).

Observa-se, mais uma vez, que os possíveis benefícios do empreendimento não englobam as populações diretamente afetadas. Além disso, configuram-se como promessas futuras, que dependerão de fatores como disponibilidade de investimento local, projetos governamentais, qualidade da água e políticas públicas. Outro fator que merece destaque é a afirmação de que os danos gerados serão minimizados com o passar dos anos, aspecto totalmente contrário aos dados levantados por esta pesquisa. Diante disso, defende-se a ideia de que o modo como os impactos desse empreendimento são apresentados e banalizados, aponta para uma postura que vai além da injustiça social e ambiental, representando um processo de perversão sistemática praticada pelo Estado sob a égide do capital.

#### *6.2.3.5 Estratégias compensatórias baseadas na infraestrutura*

Conforme o EIA (1999), a avaliação dos impactos ambientais gerados pelo empreendimento resultou em medidas de atenuação dos efeitos negativos, em potencialização dos efeitos positivos e em atividades de monitoramento. Nesse escopo, é de responsabilidade da hidrelétrica o pagamento dos projetos atrelados à ADA. Esse conjunto de ações é composto pelos seguintes programas: observação das condições climatológicas; observação das condições hidrossedimentológicas; monitorização e controle de estabilidade dos taludes marginais; acompanhamento das condições sismológicas; controle de degradação e recomposição das áreas da obra; desmatamento e limpeza da área de inundação; demolição, desinfecção e

desinfestação; manejo e conservação da flora e fauna; formação da faixa ciliar e proteção às áreas críticas; implantação da unidade de conservação; implantação do centro de apoio à pesquisa; resgate da fauna; monitoramento e manejo da ictiofauna; salvamento do patrimônio arqueológico; remanejamento da população rural; reorganização das áreas remanescentes; reassentamento da população rural atingida; realocação dos núcleos de apoio à população; monitoramento do remanejamento da população; recomposição e melhoria dos sistemas de infraestrutura; e acompanhamento da operação de enchimento (EIA, 1999, p. 9.02-9.03). Diante do exposto, observa-se claramente que as estratégias compensatórias não abrangem todos os danos provocados.

Os programas ambientais buscam: possibilitar a conservação de recursos naturais da região; promover o controle do uso do solo e da poluição das águas; recompor e contribuir para a melhoria do quadro de vida das populações atingidas, direta ou indiretamente, através da implantação do empreendimento; promover condições de integração (durante as obras) e absorção racional (após o término das mesmas) da infraestrutura e de serviços de apoio ao empreendimento; propiciar condições de integração socioeconômica da população vinculada às obras com a região; compensar os municípios pelas perdas potenciais ou reais, decorrentes da inundação de parte de seu território; promover o aproveitamento harmônico do reservatório e de seu entorno; contribuir para a recomposição e dinamização da base produtiva regional; promover uma integração coordenada dos agentes públicos e privados envolvidos; e possibilitar uma participação efetiva das comunidades afetadas no planejamento e detalhamento das ações de recomposição e melhoria de seu quadro de vida (EIA, 1999, p. 5.08).

No que se refere à população rural, as estratégias descritas baseiam-se principalmente na reconstrução física dos núcleos rurais submersos, na melhoria de infraestrutura, na reestruturação do uso das propriedades rurais atingidas e no reassentamento ou remanejamento das famílias. Uma das ações prevê a “recomposição e melhoria dos sistemas de infraestrutura básica; garantia dos serviços de educação e saúde; preservação das relações socioeconômicas e culturais das famílias afetadas; assistência técnica para fomento à produção agropecuária, conservação do solo e saneamento rural” (EIA, 1999, p. 9.03). Além disso, são projetados programas de monitoramento do remanejamento da população e apresentados programas de usos múltiplos do reservatório, baseados principalmente em ações turísticas. Existem planos de recomposição do quadro vida, especialmente através de recomposição dos serviços de educação, saúde e apoio à população imigrante, e programas de apoio aos municípios e fomento para a agropecuária.

Apesar disso, não é apresentada uma metodologia clara, capaz de elucidar como serão atingidos esses objetivos na prática. Destaca-se que a falta de clareza no método dos estudos ambientais realizados e nas ações que serão desenvolvidas tem sido apontada pelo Ministério Público Federal como uma importante fragilidade desse processo (MPF, 2004). Nesse sentido, Araújo (2002) afirma que o EIA ainda é realizado apenas para cumprir requisitos legais e não para subsidiar decisões no que se refere às políticas públicas e aos programas reparatórios, como deveria.

### **6.3 Plano diretor: uma “interferência de natureza não mensurável”**

O Plano Diretor, intuído pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, é considerado um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão, e fundamenta-se na construção coletiva e na participação social. O plano é uma exigência legal para grandes empreendimentos ou atividades que impliquem em significativo impacto ambiental de amplitude regional ou nacional. Sua concepção está fundamentada no estabelecimento de normas “que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001, art. 01) e na ordenação “do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, garantindo o “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001, art. 02).

Quanto à abrangência do plano, são referidas ações gerais de conservação e educação ambiental, de melhoria da água e de critérios para a utilização do reservatório e seu entorno. No que se refere diretamente às comunidades atingidas pela construção da hidrelétrica, são mencionadas medidas de conservação do solo e saneamento rural visando à manutenção ou ao incremento das atividades produtivas no campo, à reorganização do espaço atingido pelo reservatório, à preservação da memória e da cultura regional e ao monitoramento da população reassentada (TRACTEBEL, 2001, p. 06).

Na contextualização do Plano Diretor, é abordada a privatização da construção das hidrelétricas no Brasil, processo que ocorreu durante a construção da hidrelétrica de Itá. Diante disso, o documento afirma que, frente a esse novo arranjo, foi necessário “liberar o mercado” para o desenvolvimento de oportunidades de negócio no reservatório e também em seu entorno (TRACTEBEL, 2001, p. 04). No que se refere aos objetivos do documento, de acordo com a Tractebel (2001), o Plano Diretor possui a função principal de apresentar

[...] orientações, diretrizes, ações e atividades de curto, médio e longo prazo, para o fortalecimento da instituição gestora do recurso hídrico e para explicar normas e regras para os usuários do entorno de forma que a disponibilidade do usufruto e a satisfação das exigências ambientais sejam garantidas. (TRACTEBEL, 2001, p. 01).

A partir disso, o documento apresenta cinco objetivos gerais relacionados: a garantia de geração de energia elétrica; a preservação ambiental; o controle ambiental; a vigilância do patrimônio, e a regulamentação do uso do reservatório. No que diz respeito aos objetivos específicos, apenas dois deles mencionam diretamente as comunidades atingidas e buscam apresentar estratégias de reorganização do espaço atingido pelo reservatório e de preservação da memória e da cultura regionais. Todos os demais são ações de recomposição, conservação ou preservação ambiental, criando diretrizes para o uso, para a fiscalização e para a vigilância do reservatório e de seu entorno. Sendo assim, o documento formalizaria o compromisso da empresa com a preservação ambiental ao longo dos anos, através dos Programas Ambientais da UHE Itá (TRACTEBEL, 2001). Percebe-se, com base nesses dados, que a ênfase maior do plano está direcionada para a fiscalização e para o controle ambiental, contribuindo para a restrição do uso do reservatório e de seu entorno.

Na metodologia de construção do documento, são mencionadas reuniões e encontros envolvendo todos os interessados, desde as famílias atingidas direta e indiretamente até órgãos públicos e privados, representantes municipais e empresários interessados no empreendimento. No entanto, o plano não apresenta com clareza os procedimentos gerais adotados para a coleta de dados, como, por exemplo, o método de divulgação dos encontros, o número de participantes e de reuniões, o modo de condução dos debates entre outros aspectos.

Na apresentação dos impactos provocados pela obra, são elencados os mais relevantes, conforme critério de abrangência, magnitude ou intensidade, de duração e de importância relativa. O primeiro item trata das *interferências nos ecossistemas terrestres*, relacionadas ao desmatamento, à erosão do solo, ao aumento da umidade do ar e à ocorrência de atividade sísmica. Na sequência, são apresentadas as *interferências do meio aquático*, responsáveis pelas alterações no rio Uruguai e em seus afluentes, em aspectos físicos e químicos e, portanto, também em sua utilização. Posteriormente, são abordadas as *interferências nas atividades econômicas*. Nesse item, são apresentados, inicialmente, o total de empregos gerados pela obra (2.045 empregos diretos e 2.275 indiretos) e, na sequência, é mencionado que 1.900 postos de trabalho foram extintos no meio rural. Depois, o documento afirma que essa redução de postos de trabalho no meio rural poderá ser compensada “pelo pagamento, por parte do Consórcio, da Compensação Financeira pela energia gerada, bem como pelas novas atividades incrementadas

pelo turismo” (TRACTEBEL, 2001, p. 15). Essa análise, novamente, reduz a reparação dos danos aos aspectos financeiros e econômicos, desconsiderando a população atingidas, seus territórios, suas identidades e sua cultura.

A apresentação das *interferências no território e na rede de núcleos de apoio à população* expõe as regiões territoriais atingidas e os danos em infraestrutura. De entre eles, são citados: aumento da tensão social gerada pela desocupação da área; corte ou alteração das relações sociais em função das mudanças territoriais; mudança de polarização em função da exclusão e reconstrução dos núcleos rurais em outras regiões (escolas, comércio, igrejas, espaços de lazer); fragilização das comunidades; e perdas históricas, culturais, paisagísticas e arqueológicas (TRACTEBEL, 2001). Todos esses danos são classificados como *interferências de natureza não mensurável*. Diante disso, percebe-se, claramente, que tudo aquilo que não se pode medir pela lógica matemática, financeira ou de compra e venda, também não é possível reparar, logo, o que não é mensurável, não é objeto do plano, não existe. Frente a isso, supõe-se que o sofrimento das populações atingidas não exista por não integrar a lógica predominante do capital, utilizada como base para a construção desses grandes empreendimentos.

Os conflitos gerados entre a CRAB e a Eletrosul são sutilmente tratados no documento, o qual aponta que o empreendimento hidrelétrico buscou a conciliação e o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade, culminando na construção coletiva do “Documento de Acordo entre Eletrosul e CRAB em relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho” (TRACTEBEL, 2001, p. 17). Cabe ressaltar que esse acordo, conquistado por meio de muitas lutas e de conflitos entre as comunidades atingidas e a hidrelétrica, garantiu diversos direitos no processo de realocação e reassentamento das famílias. Na sequência, o documento afirma que, nesse período, a Eletrosul já estava criando diversas ações com o intuito de promover o desenvolvimento ambiental, rearticular o território atingido e melhorar as condições de vida das comunidades atingidas. No entanto, não são explicitadas quais seriam essas ações e, se, de fato, elas aconteceram.

Ao tratar da realocação da população, o plano cita, primeiramente, a reconstrução da cidade de Itá, totalmente submersa pelo empreendimento. Na sequência, menciona que “[...] famílias que comprovadamente tinham sua base de sustentação nas atividades agropecuárias, proprietárias ou não, tiveram a oportunidade de optar entre soluções coletivas (projetos de reassentamentos rurais implantados nos três estados do sul) ou individuais (reassentamentos em áreas remanescentes e auto reassentamento)” (TRACTEBEL, 2001, p. 18). Afirma, ainda, que os núcleos rurais foram realocados “em ambas as margens do rio, em respeito ao acordo estabelecido com os atingidos, bem como todos os demais programas foram sendo

implantados” (TRACTEBEL, 2001, p. 18). Essas estratégias de reassentamento são apresentadas pelo documento como uma grande conquista e como um diferencial desse empreendimento em específico, salientando que a lentidão do processo auxiliou as pessoas a se acostumarem com as transformações em curso.

Apoiando-se nas exigências legais ambientais, o plano passa a apresentar as diretrizes para a nova organização do espaço e do zoneamento ambiental, abordando a articulação institucional e a participação social. Nesses tópicos, são descritas normativas relacionadas ao uso, ao acesso e à preservação do reservatório e de seu entorno. Além disso, o documento reforça a necessidade da participação comunitária e da democracia, contradizendo-se logo em seguida, quando diz que “é mister, entretanto, ressaltar que tanto o reservatório como o seu entorno apresentam restrições de uso, ou demandam usos permissíveis” (TRACTEBEL, 2001, p. 26).

Posteriormente, no capítulo sobre ações normativas, é apresentada a delimitação do zoneamento ambiental, descrevendo as atividades e as obras permitidas no entorno do reservatório, como, por exemplo, parque florestal, parque recreativo, parque infantil, navegação comercial e recreativa, praia artificial, tomada de abastecimento de água, trapiche, rampa, pontes entre outros. Também são delimitadas faixas de terra conforme distanciamento do reservatório e atividades rurais permitidas em cada uma dessas faixas. Nas áreas rurais, com 70 metros acima da proteção ciliar, é permitido o plantio de erva mate, de cana de açúcar, de frutas e de árvores para reflorestamento. É possível também fazer paisagismo ou pastagens para o gado. Mas é proibida, por exemplo, a construção de novas edificações ou a ampliação das edificações existentes.

Destarte, reafirma-se claramente que o objetivo principal do reservatório é a geração de energia elétrica, mas que algumas ações indicativas sugerem modos de aproveitamento e de uso do reservatório: controle das cheias; irrigação; abastecimento de água; piscicultura, e navegação. Esses aspectos contradizem os pressupostos da Política Nacional de Recursos Hídricos que define a água como “um bem de domínio público” e como um recurso destinado prioritariamente “ao consumo humano e à dessedentação de animais” (BRASIL, 1997a, art. 1º). No final do documento, são apresentadas diversas possibilidades de aproveitamento do lago como espaço turístico, como, por exemplo, para a realização de esportes náuticos, para a fomentação do turismo, para a criação de museus, de roteiros turísticos e de passeios entre diversos outros. E, finalmente, nos anexos, são apresentadas as legislações vigentes, as sugestões de roteiros turísticos e a planta do empreendimento.

A partir de uma análise global do Plano Diretor, pode-se inferir que os danos causados às populações atingidas pela construção do empreendimento e de seus efeitos são abordados por meio de dois elementos principais: um deles trata esses danos como de “natureza não mensurável” e o outro, apresenta a compensação financeira através dos benefícios econômicos indiretos gerados pela hidrelétrica, como a ação mitigatória. Quanto à primeira abordagem, percebe-se que, no decorrer do documento, em nenhum outro momento, a temática é retomada ou mesmo vinculada a qualquer tipo de projeto ou ação. Além disso, se, atualmente, no contexto de construção de hidrelétricas no Brasil a legislação prevê uma análise técnica dos danos socioambientais, demandando ações concretas de minimização de seus efeitos por parte do empreendedor, o mesmo não ocorre a nível social, da saúde física e mental dos atingidos pelas obras. Quanto ao segundo aspecto, reitera-se a lógica de que os danos serão mitigados pela compensação financeira, talvez isso ocorra justamente porque os mais intensos danos não são considerados.

O documento ainda afirma que o plano diretor representa para os empresários responsáveis pela construção da hidrelétrica “uma possibilidade efetiva, nacional e internacionalmente comprovada, de redução de custos do projeto principal pela eliminação, por antecipação, de causas de efeitos futuros não desejáveis” e, ainda, contribui “para o aumento dos benefícios econômicos e sociais do empreendimento como consequência do compartilhamento com diversos atores sociais das ações nele previstas” (TRACTEBEL, 2001, p. 03). Quanto à primeira contribuição, pode-se questionar a natureza dos custos, afinal, muito provavelmente, não há uma referência aos custos humanos do projeto, já que eles não são mensuráveis. Na segunda contribuição, percebe-se claramente uma contradição, na medida em que o documento apresenta apenas ações para o aumento direto dos benefícios econômicos do empreendimento. Afinal, a grande ênfase das ações e das propostas do plano está focada em ações turísticas, em diretrizes para o uso do entorno do lago, na construção de museus e, muito superficialmente, na organização de reassentamentos e na realocação física dos núcleos rurais e da cidade de Itá.

Fazendo uso do mesmo termo utilizado pelo plano para classificar os danos causados às comunidades atingidas pela construção da hidrelétrica estudada, pode-se afirmar que, do ponto de vista dos direitos humanos, da saúde e das ações que possam minimizar ou compensar a população atingida pelas significativas perdas com a construção da barragem, o plano diretor analisado apresenta-se como uma “interferência de natureza não mensurável”. Afinal, não existem ações que privilegiem as comunidades atingidas direta e indiretamente, existem apenas

meros roteiros turísticos como alternativas de compensação financeira aos municípios ou aos investidores regionais interessados nas oportunidades geradas pelo reservatório.

#### **6.4 “Os perigos de uma única história”: elementos constitutivos da história oficial da hidrelétrica de Itá**

Chimamanda (2013), ao problematizar a construção social de histórias únicas, alerta para os perigos atrelados a esse processo, em que diferentes concepções acerca dos fatos são simplesmente ignoradas e excluídas do imaginário social. Ao longo desta pesquisa, foram identificados inúmeros artifícios responsáveis pela construção de uma história oficial da hidrelétrica de Itá encobridora dos modos de violência, de injustiça e de exploração empregados pela indústria barrageira na região. De entre as estratégias observadas, destacam-se pelo menos três: seleção da cidade de Itá como símbolo do empreendimento, depositando-se grandes investimentos em infraestrutura urbana e invisibilizando as demais regiões atingidas; produção de livros, materiais audiovisuais e fotografias que enfatizam a magnitude do empreendimento e do (falso) progresso econômico e social decorrente; construção de museus, de espaços públicos de visitação e de áreas de preservação da memória, organizados sob a lógica do empreendimento, negligenciando os conflitos e a perspectiva da população atingida pela obra.

No que diz respeito à seleção da cidade símbolo da obra, observa-se que o foco histórico foi direcionado para a reconstrução de Itá, totalmente submersa pelo enchimento do reservatório e definida nos materiais analisados como a *cidade que renasceu*. O município foi eleito como local para o estabelecimento de museus, para o acesso a documentos, para espaços de reconstrução da memória, de recepção da população para visitas à hidrelétrica e de escritório das equipes que atuam nos projetos ambientais. Afinal, Itá concentra os espaços de turismo, as modernas obras de infraestrutura, as novas ruas, praças e prédios públicos, “comprovando”, aos olhares desatentos, a chegada do desenvolvimento prometido. Outras características da cidade corroboram essa ideia, como, por exemplo: a implantação de grandes hotéis, um deles com balneário de águas termais; os espaços para esportes, como tirolesa e atividades náuticas; a visitação das torres da antiga igreja da cidade; os três miradouros com vista para a hidrelétrica; os passeios de barco; e os diversos cafés e restaurantes distribuídos pela cidade. Esses elementos estão presentes em vários materiais publicitários como também em matérias de jornais, livros, museus, folders e em documentos em geral, atrelados à obra e ao município.

Exemplo disso é o livro intitulado *Itá: memória de uma usina*, no qual a construção da barragem e os deslocamentos forçados são descritos através do termo “vida nova”. Um poema



apresentado nas primeiras páginas do livro representa essa abordagem: “[...] cidade relocada, vilas transferidas, outras terras, outros ares. Uma barragem represa o rio, muda a paisagem. Parte da velha vida fica para trás. Parte muda no tempo e no espaço. Recria e reinventa laços. Traz o futuro para o presente” (TRACTEBEL, 2000, p. 60). As fotografias dispostas corroboram o relato textual, comparando as antigas casas de madeira e em más condições com os novos prédios que integram crianças praticando esportes – trata-se, claramente, da modernização e do progresso. Cabe destacar que, nesse livro, é citado o surgimento da CRAB e os conflitos decorrentes, salientando-se que a população participante dos atos reivindicatórios era composta, majoritariamente, por trabalhadores sem-terra, definição que descaracteriza a população atingida e o próprio movimento social.

Outra importante estratégia de disseminação e de manutenção da história oficial são as visitas guiadas pela hidrelétrica. O roteiro de visita, aberto à população em geral e intensamente frequentado por escolas, inicia com a apresentação do vídeo institucional da barragem, seguido pela visita ao museu, que retrata o histórico da obra e do reassentamento populacional e, finalmente, por um passeio em todo o parque gerador de energia. Durante o percurso, também são distribuídos materiais de apoio que reforçam os projetos ambientais e as atividades turísticas disponibilizadas. O museu, organizado com grandes fotos do empreendimento, maquetes e painéis, expõe as etapas da implantação da obra, privilegiando as ações direcionadas à população reassentada e dando pouca ênfase às famílias remanescentes. Além disso, não são abordados os históricos conflitos socioambientais atrelados ao empreendimento e o surgimento do MAB nacional nesse contexto.

Entre esses artifícios acessíveis ao público em geral, outro elemento que chama a atenção é o vídeo institucional da hidrelétrica. Com 16 minutos e 37 segundos de duração, uma das primeiras cenas apresentadas demonstra um fluxo simples de como a energia chega até as residências da população. Nesse momento, destaca-se uma cena em que uma casa aparece em meio à escuridão e é iluminada com a eletricidade que chega através da rede de transmissão. Essa estratégia corrobora as justificativas anteriormente apresentadas dos estudos ambientais analisados, pautadas no discurso do racionamento e da hidrelétrica como símbolo do desenvolvimento e do progresso. Na sequência, a partir de belas imagens, de uma trilha sonora e de uma locução marcantes, são privilegiadas perspectivas aéreas do reservatório da hidrelétrica, de animais, de plantas e de atividades turísticas.

Assim, o material inicia com o histórico da região, ilustrado através de fotografias, aparentemente originais, passando pelo percurso de construção do empreendimento até chegar ao modelo de funcionamento atual da hidrelétrica, dessa vez, com filmagens, focalizando a

“grandiosidade” da obra. O vídeo também faz referência às populações atingidas pelo empreendimento, mencionando que

[...]a notícia de que parte das terras seria alagada alarmou a população [...] de vida simples, com forte apego as tradições e a cultura trazidas por seus antepassados, além de um forte vínculo com a terra [...] toda população, particularmente a de Itá, que teria cede completamente alagada ficou apreensiva com seu destino. (TRACTEBEL, 2016b).

Depois disso, é mencionado o desenvolvimento de 23 programas socioambientais, com destaque para a preservação do meio ambiente, para o resgate histórico da região e para ações turísticas. O foco principal é dado às novas obras atreladas à realocação dos núcleos rurais e da cidade de Itá. É interessante destacar que, durante a narração desse processo, são projetadas inicialmente, imagens das antigas comunidades, de residências e de núcleos da população. A cor predominante é opaca, as estradas são de chão e os meios de transporte são basicamente carroças. Em seguida, nas imagens dos novos espaços construídos, dos museus, das residências e das obras públicas, predominam as cores, o brilho e a luz, privilegiando imagens de turismo e de espaços de lazer. Dessa vez, os meios de transportes são carros, as construções são modernas e o sol prevalece, iluminando os cenários. Conforme um trecho narrado, “novas ruas, uma nova igreja, um novo clube, nova prefeitura e novas casas” (TRACTEBEL, 2016b). Nessa narrativa, novamente a hidrelétrica é vendida como instrumento de modernização, de vida e de progresso. Além disso, durante a apresentação dos projetos socioambientais implantados, incluindo o resgate de animais e plantas, são apresentadas belas imagens de animais silvestres, de plantas, da vegetação local, dos museus e do reservatório. Chamam a atenção as imagens dos museus, organizados com objetos e móveis antigos, como se a população afetada estivesse atrasada ou vivendo em outra época.

No fechamento do vídeo, são apresentadas imagens de um centro turístico localizado na cidade de Itá, os demais municípios afetados não são representados. As imagens retratam pessoas felizes, exercitando-se, usufruindo das novas áreas e das atividades turísticas, plantando árvores e aprendendo sobre meio ambiente. A narração referente a essas imagens é também acompanhada pelo fechamento da trilha sonora, que se torna ainda mais marcante e finaliza com a fala: “[...] da tão necessária energia para o sistema elétrico do país a hidrelétrica Itá ajudou a população da região a encontrar uma nova energia, a energia da esperança, a energia de sonhos revigorados e a certeza de um futuro melhor” (TRACTEBEL, 2016b). A imagem final do vídeo, apenas com trilha sonora, apresenta uma visão aérea do reservatório com a água em tom azulado.

Sendo assim, entende-se que é apenas por meio da escuta e da aproximação com aqueles que não foram convidados a construir a versão oficial da história da obra que se percebe a fragilidade dessa narrativa. Segundo o MAB (2016a, n. p.), frente aos danos gerados pela construção de hidrelétricas, “as empresas recorrem à propaganda enganosa, envenenam as fontes de opinião pública, cotam prefeitos, vereadores, fazem doações sutis a algumas entidades, fornecem materiais didáticos para serem utilizados em escolas e universidades”. As estratégias de propaganda evitam que a população perceba as verdadeiras consequências das barragens. Como afirma um dos participantes da pesquisa: “na verdade, eles vão te vender a parte boa. Tem lá o pessoal da empresa que tão lá direto, vendendo a imagem, eles têm o marketing, tem uma maquete da usina muito bonita. Tem o museu. Tem as torres da igreja” (PEDRO, 2016, informação verbal). Exemplo disso é um dos principais símbolos da hidrelétrica, as torres da antiga igreja da cidade de Itá, que podem ser visualizadas na Fotografia 14, a seguir.

Fotografia 14 – Torres preservadas da antiga igreja da cidade de Itá



Fonte: acervo pessoal (2016).

Essas torres aparecem em praticamente todos os materiais publicitários, em notícias e em livros atrelados à barragem. No decorrer da inserção no campo pesquisado, foram identificadas pelo menos três versões atreladas à história das torres,

Todas as igrejas, tudo foi derrubado, né! E essa aqui também era para ser derrubada e a máquina foi lá para trabalhar e, quando começou a trabalhar, quebrou, daí mandou arrumar a máquina, aí voltou de volta, aí começou a trabalhar, quebrou de novo, daí decidiram não mais derrubar a igreja. Por causa disso que as torres estão de pé! Um sinal de Deus, que não deixou derrubar e aí arrumaram a máquina e foi de volta para trabalhar para derrubar as torres e não conseguiu trabalhar de novo. (MAURO, 2016, informação verbal – agricultor).

Pra quem não conhece, é bonito, pra quem conhece e vê aquilo lá, vem um sentimento. Aquilo lá foi uma peleia pra não derrubar, se fosse pela empresa, eles tinham derrubado tudo aquilo. Eles não queria nem saber, se podiam desmatá tudo, passa por cima com trator passavam. Nós ficamo lá parado, todo mundo e não deixamo as máquina derrubá (PEDRO, 2016, informação verbal – militante e político).

As torres da igreja foram mantidas como símbolo do povo e da cultura (GUIA, 2014, informação verbal – explicação do guia durante visitação oficial à Hidrelétrica).

Nessas três versões da história, observa-se a perspectiva de agricultores locais baseada no milagre, a visão de um militante político que lutou para que a igreja não fosse destruída e o discurso oficial da hidrelétrica. A questão que se coloca aqui não é sobre qual versão representa a verdade, mas sobre qual dessas verdades é comunicada para a população em geral, sobre qual dessas versões foi publicada em livros, em jornais e foi transmitida em todas as visitas que milhares de pessoas fizeram à hidrelétrica nos últimos anos. Quem conta a história certamente não são os agricultores e os militantes políticos.

Finalmente, como exemplo dessa dinâmica, é possível observar as diferenças entre as análises das 100 palavras mais frequentes nas transcrições das entrevistas com os participantes da pesquisa, nos estudos ambientais e na legislação vigente, como se pode observar nas Figuras 5, 6 e 7 a seguir. Enquanto na fala dos participantes emergem palavras que remetem às pessoas, à família e à antiga vida, nos estudos ambientais, predominam as denominações técnicas para a região e o foco ambiental, enquanto na legislação vigente, destacam-se as palavras energia e, contraditoriamente, a palavra incluído.

Figura 5 – Entrevistas participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora através do software NVivo 11 (2016).

Figura 6 – Estudos ambientais



Fonte: elaborado pela autora através do software NVivo 11 (2016).

Figura 7 – Legislação vigente



Fonte: elaborado pela autora através do software NVivo 11 (2016).

## 6.5 Considerações finais

Frente aos elementos apresentados, destaca-se a invisibilidade das populações atingidas pelos grandes empreendimentos no contexto da legislação vigente, excluindo-se aspectos que vão do sofrimento até questões atreladas à saúde, ao trabalho, às relações sociais e culturais. Em contrapartida, privilegiam-se normativas que garantem a comercialização dos recursos naturais e o direito dos consumidores. Diante disso, é possível afirmar que, se o frágil sistema legal existente já não garante minimamente os direitos das populações atingidas pelos grandes empreendimentos, flexibilizar a legislação vigente, especialmente através do licenciamento ambiental, significa assumir um sistema ainda mais perverso de ameaça à vida de povos tradicionais, rurais e indígenas.

No que se refere aos documentos da hidrelétrica de Itá (EIA, RIMA e Plano Diretor), destaca-se o processo de banalização dos danos às populações atingidas e a ausência de planos reparatórios. Os benefícios do empreendimento, claramente, são direcionados para regiões e grupos que não sofreram as consequências da obra. Nesse contexto, um elemento que merece destaque é a menção de que, tecnicamente, 32 núcleos rurais serão destruídos e a conclusão de que a construção da hidrelétrica não trará grandes mudanças para o local, visto que os efeitos negativos da obra seriam vivenciados naturalmente, ao longo dos anos, em função da degradação do solo e das transições populacionais. Em outras palavras, a obra teria apenas “adiantado” a destruição em nome do desenvolvimento.

Além disso, destaca-se que a palavra sofrimento não foi escrita nos documentos da hidrelétrica, a palavra dano ou danos apareceu 18 vezes, enquanto a palavra desenvolvimento apareceu 187 vezes. Assim, os meses dedicados à leitura minuciosa desses materiais revelaram descrições puramente quantitativas, como se os danos, as perdas, o sofrimento e a história de um grupo de pessoas pudessem ser transformados em cartas de crédito, em contas de mais ou menos, em vantagem e desvantagem ou em meros detalhes técnicos.

Uma leitura superficial dos documentos analisados não detecta sofrimento e, de fato, ele não aparece. Uma leitura superficial apresenta oportunidade de desenvolvimento, de geração de energia para as regiões Sul e Sudeste ou, ainda, alternativa barata frente ao racionamento previsto. Talvez nem mesmo uma leitura minuciosa revelasse o sofrimento. Sem o campo, certamente o sofrimento não apareceria. Afinal, a estratégia discursiva que prevalece nos documentos analisados parece privilegiar os termos alteração e transformação, possivelmente por sua neutralidade e capacidade de invisibilizar os impactos negativos do empreendimento.

No que se refere à construção da história oficial, percebe-se que é através de diferentes estratégias publicitárias e de artifícios políticos que prevalece a história contada pela própria hidrelétrica, desconsiderando as experiências locais e invisibilizando os conflitos e as populações atingidas. Resgatando as palavras de Aleksiévitich (2016, p. 45), apresentadas na abertura deste capítulo, “ingressamos num mundo opaco, onde o mal não dá explicações, não se revela e não conhece lei”. É nesse sentido que, sob a lógica do capital, os artifícios legais, os estudos ambientais e a história oficial constroem a injustiça social e ambiental, banalizando e invisibilizando o sofrimento das pessoas atingidas pela construção de hidrelétricas.

## 7 MEMÓRIAS DE UM DESASTRE: A HISTÓRIA NÃO CONTADA DA BARRAGEM DE ITÁ

*“Pra mim foi um, foi um desastre! Não tem explicação.”*  
(LENO, 2016, informação verbal).

*“Pra nossa família, nossa, isso ali da barragem era um bicho de sete cabeça, né! Como ter que sair da terra deles, do lugar, lá da casa deles, feito tudo a muque, né! Agora vem a água, ir aonde? Um bicho de sete cabeça, pra eles, né! Meus pais nasceram ali, foi plantado cada árvore, era a única terra que eles viveram.”*

(ANA, 2016, informação verbal).

Figura 8 – Participante da pesquisa durante entrevista



Fonte: acervo pessoal (2016).

### 7.1 Introdução

A região da hidrelétrica de Itá constitui-se como espaço histórico de conflitos territoriais e de práticas de resistência frente aos projetos de desenvolvimento estatais e privados. O Alto Uruguai foi colonizado no século XIX por agricultores imigrantes alemães, italianos e poloneses, oriundos, em sua maioria, do RS. Eles buscavam melhores condições de renda e de conforto para a família (RADIN, 2003). Com a chegada desses imigrantes e com a apropriação das terras por parte do Estado com o intuito de implantar projetos de infraestrutura, inúmeros

conflitos entre os indígenas e os caboclos locais e as empresas responsáveis pelas desapropriações estabeleceram-se. A literatura aponta que esse período representou a primeira onda de “progresso” da região, responsável pelo desenvolvimento de uma cultura baseada na propriedade de terra, na família, na comunidade e por inúmeras lutas territoriais (CARVALHO, 2009; HEINSFELD, 2009).

Os colonos imigrantes eram convocados a atuar na abertura de novas estradas e na criação de infraestrutura para as comunidades que iriam habitar pelas empresas colonizadoras que recebiam lotes de terras do Estado para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, como a estrada de ferro construída pela *Brazil Railway Company* (HEINSFELD, 2009). Esse processo, por um lado, desenvolveu, entre os trabalhadores imigrantes, uma intensa relação de amizade e de vizinhança, além do forte vínculo com o espaço transformado, visando ao estabelecimento da família e à construção das comunidades (PICOLI, 2012; TUAN, 1986). Por outro lado, esse processo foi responsável por inúmeras injustiças atreladas à desterritorialização dos povos locais, como, por exemplo, a emblemática Guerra do Contestado, que se deu entre os anos de 1912 e 1916. O conflito constituiu-se de um embate entre o Estado, que buscava modernizar a região, e os caboclos, apoiados por lideranças religiosas que resistiam diante da perda das terras. A luta terminou em 1916 com milhares de sertanejos mortos, “possibilitando a continuidade” dos projetos de infraestrutura e de modernização da região (CARVALHO, 2009).

Do ponto de vista da inserção dos imigrantes, os lotes de terras organizados em linhas propiciaram a organização das pequenas comunidades, formadas, geralmente, por um salão comunitário, onde havia um espaço de comércio, de jogos, de integração e uma capela. Para Tedesco (1999, p. 80), “a sede da comunidade sempre serviu de espaço de convergência, de manifestação do sagrado, do lúdico, de fuga da solidão, da transmissão e intercâmbio da saudade, das notícias, da vida social [...]”. Essas práticas iniciais deram origem à tradição comunitária que se estendeu para as gerações seguintes, caracterizada pela forte identidade dos grupos sociais e destes com o território vivido e habitado e também pela importante presença das figuras de liderança locais (PICOLI, 2012). Ana e Dirceu, participantes da pesquisa, explicam, por meio de suas próprias histórias, a realidade vivida na época:

O vovô Armino chegou no ano de 1921 [...] Ele veio de caíco, pelo rio Uruguai, olhando os lugares e tal, e gostou dali, achou um lugar bonito ali. É, e depois ele veio de novo com um barco e depois não sei bem como vieram de carroça, com a família, né! Ele, a vovó e dois filhos vieram, se instalaram lá, fizeram uma casa lá de tronco de árvore, de casca de árvore e se instalaram. (ANA, 2016, informação verbal).



Mais de oitenta anos que eu moro aqui. Quando viemo, estrada para vir na moradia aqui, não tinha estrada, era uma picada no meio do mato, tudo fizemos roça, para depois começar a fazer uma casa tudo direitinho e tal...E aí fomos indo, pobre que nós não tinha aonde cozinhar, com a raiz de uma mandioca, então dentro de um bule, a mandioca de pé a gente botava, e fogo e terminava aquela raiz lá, pegava a outra e botava, até que dava um almoço. (DIRCEU, 2016, informação verbal).

A região também foi caracterizada pela exploração e pela venda de madeira pelos trabalhadores conhecidos como balseiros. Em equipes, grupos de homens transportavam imensas e inúmeras toras de lenha para a Argentina através do rio Uruguai. Para que o transporte funcionasse, era preciso aguardar as cheias do rio (BELLANI, 1991; WERLANG, 1992). A música escrita por Cenair Maicá retrata a relação da população local com o rio e com o trabalho – “oba, viva, veio a enchente, o Uruguai transbordou, vai dar serviço prá gente, vou soltar minha balsa no rio, vou rever maravilhas, que ninguém descobriu” (MAICÁ, 1978). Percebe-se, através da música, que, nas próprias cheias, hoje consideradas desastres, os habitantes da região encontravam razão para comemorar. O rio possibilitava a realização do trabalho e era tido como extensão da vida das comunidades. Além disso, no decorrer das entrevistas formais e informais com os antigos balseiros do rio, foi possível perceber o orgulho com que contavam suas façanhas. Eram histórias de amor, de perigos, de dificuldades e de muita amizade que tornavam o transporte da madeira uma verdadeira aventura. Dirceu, um dos balseiros entrevistados, explicou que era preciso muita “coragem, porque tu te vê noite escuro, num aguão daquele, era seis dia e seis noite [...] Tudo com tora de madeira amarrada, tudo junto, mais um rancho para fazer a comida, para dormir tudo em cima de tábua pregada” (DIRCEU, 2016, informação verbal). Contribuindo com o relato de Dirceu, a filha de um balseiro já falecido contou que “eles lidavam com cortar mato e fazer balsas, as balsa com as toras, as balsa era feitas de toras, iam vender lá na Argentina, quando dava a cheia do rio, eles iam, né!” (ANA, 2016, informação verbal). Esse processo de trabalho trouxe aos habitantes uma relação muito próxima com o rio, como explicou Dirceu (2016, informação verbal): “a vida toda que moro perto aí, na barranca do rio, conheço pedra por pedra, ilha por ilha, daqui até São Borges”.

De acordo com a literatura, por causa da escassez de madeira, teve início, no século XX, a segunda onda de “progresso”, por meio da inserção da agroindústria, da modernização da agricultura e das obras hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai (PICOLI, 2012). Se no período da colonização os desterritorializados foram os indígenas e os caboclos que habitavam a região, no segundo momento, os grupos considerados um “empecilho ao progresso” foram os colonos (SARTORETTO, 2005). Sob a mesma lógica desenvolvimentista e violenta já vivenciada nas

décadas anteriores, a região foi surpreendida com o projeto de implantação de uma grande barragem. Destarte, o processo inicial de planejamento da hidrelétrica de Itá foi marcado por disputas entre diferentes atores sociais, por pressões para que os moradores vendessem suas terras e pela inserção da mídia, transmitindo a ideia de desenvolvimento regional e de melhorias nas condições de vida da população. Logo, a comunicação da obra foi feita como fato consumado, buscando impedir a mobilização popular. Os grupos contrários à instalação da hidrelétrica eram nomeados “inimigos do progresso” (PICOLI, 2012, p. 07).

O Plano Diretor da barragem caracteriza a população atingida pela realização de trabalho agrícola, de pequena propriedade. Os lotes de terras possuíam área variável entre 10 e 12 alqueires e estavam organizados de modo a constituírem “linhas” ou comunidades da região, as quais concentravam espaços públicos como escolas, igrejas, campos de futebol, salão comunitário e pequenos comércios (TRACTEBEL, 2001). A própria Tractebel (2001, p. 13) menciona, em seus documentos, que as comunidades atingidas eram caracterizadas pelos “laços de parentesco e vizinhança que definiam as relações sociais, as relações de produção e as relações espaciais”.

Nesse sentido, a definição de uma barragem como “*um bicho de sete cabeças*” fala da história de um povo intimamente vinculado com a terra, com o rio, com as relações comunitárias e com uma história marcada pela injustiça social e ambiental. Fala do desconhecido, do medo, das falsas ideias, do tempo necessário para entender os danos e da complexidade de um empreendimento de tal envergadura. Na Mitologia Grega, Hércules foi incumbido de matar Hidra, um monstro com corpo de dragão e sete cabeças, que aterrorizava a população da pequena cidade de Lerna. Hidra vivia no pântano e matava, por meio de seu hálito venenoso, qualquer pessoa que se aproximasse. Hércules, em suas tentativas de matar a criatura, percebeu que, no lugar de cada cabeça cortada, nasciam pelo menos outras duas. Na Mitologia, diferentemente da história da barragem de Itá, Hidra é morta através da queima e da cicatrização das cabeças até sobrar apenas uma, que é esmagada por uma pedra e enterrada. Algumas versões do mito dizem que, apesar de morta, a cabeça de Hidra nunca deixou de ser vigiada por Hércules, afinal, poderia se regenerar e voltar a viver (EURÍPIDES, 2013).

Foi assim que os participantes desta pesquisa definiram a barragem de Itá, como “*um desastre*”, “*um bicho de sete cabeças*”, que aterrorizou as cidades atingidas por muitos anos, envenenou e matou muitas pessoas, muitos animais e muitas plantas – “*interrompeu a vida*”, como dizem os agricultores. Para os participantes da pesquisa, a obra de Itá representou um bicho complexo, nunca visto antes, que surgia através do rio e que cresceu rapidamente diante da falta de técnicas para dominá-lo ou detê-lo. É com base nessas referências que este capítulo

possui o objetivo de reconstruir a história da barragem de Itá a partir das memórias dos atingidos. Diante disso, o propósito deste espaço não é o de apresentar uma história linear ou cronológica, mas o de dispor as memórias dos entrevistados sob a lógica de suas próprias vivências, de suas contradições, de seus afetos, de seus medos e de suas perdas. Isto posto, inicialmente, são discutidos os rumores do desastre, relatando os primeiros silenciosos mapeamentos do território onde seria construída a obra. Posteriormente, são discutidos os modos de resistência da população e a implantação do empreendimento e, para concluir, são apresentadas as estratégias de reparação e seus impasses frente às vivências dos atingidos.

## **7.2 Os rumores do desastre e a invasão silenciosa dos territórios: “*tu não sabendo as coisas, tu vai até pro inferno*”**

Uma das características mais marcantes no processo de construção de uma hidrelétrica é a decisão unilateral quanto à implantação do empreendimento. Tomada de maneira “estratégica”, com base em inventários, em análises de potencial energético, em estudos econômicos e em levantamentos aerofotogramétricos, acaba desconsiderando as realidades locais que serão afetadas (VAINER; ARAÚJO, 1992). Essa decisão ocorre muito distante dos territórios que serão afetados pela obra, em escritórios de empresas nacionais, estrangeiras ou em gabinetes do governo, levando em consideração critérios econômicos, técnicos e estatísticos (MAB, 2016b). O processo decisório e de mapeamento da hidrelétrica de Itá não foi diferente. Percebeu-se, ao longo das entrevistas, que as primeiras memórias dos entrevistados acerca da construção da barragem estavam atreladas aos estudos iniciais da obra. Mesmo que muitos entrevistados não tenham mencionado as datas, alguns referenciam a década de 1960 e de 1970. Nesse período, os agricultores relatam a presença de aviões sobrevoando a região, “[...] e de repente aparecia um avião, lá passando baixinho e filmando de certo!” (ANA, 2016, informação verbal). Outras lembranças remetem à presença de equipes demarcando as terras,

[...] mas ninguém sabia, ninguém tinha conhecimento dessa hidrelétrica [...] tinha os aviões que vinham [...] mas ninguém não sabia, daí aquela época veio um helicóptero, o primeiro helicóptero abaixou no Itá, que o pessoal os antigos contavam, daí com o prefeitos, naquela época, eles colocaram uns marcos no porto de Itá, foi colocado uns marcos naquele porto e aquela vez era o negócio da barragem, mas só que ninguém não sabia o que eles queriam, mas, aquela época, deixaram filmar tudo por cima e, depois, uma época, começou, apareceu avião voando por cima, pedia para um, pedia para outro: ‘Ah! Deve ser avião que está perdido, eles estão procurando’. Daí eles iam por cima os avião, aí eles já estavam fazendo tudo os mapas com os aviões. (JOÃO, 2016, informação verbal).

[...] o que eu lembro é isso, passava assim, aviões muito baixo ali, a comunidade ficava bem muito assustada. Mas o que que eles querem? Eles faziam as demarcações nas divisas e a pessoa ficava apavorada, ficavam assustadas. (LUCAS, 2016, informação verbal).

O que que acontecia antes no ano 60, tínhamos uma visita de um helicóptero aqui na região que sobrevoava o Rio Uruguai, só que a gente não entendia nada e só que ele chegou a descer na prainha de Itá, que nós tínhamos, uma prainha muito bonita que dava para entrar até a metade do Rio Uruguai, então, tipo assim, aquele helicóptero fez uma visita de que a gente nunca sabia do que que era e, em 78, a gente acabou sabendo do que que se tratava, né! (ÁLVARO, 2016, informação verbal).

Nesse processo inicial, percebe-se o total desconhecimento da população quanto ao empreendimento. Ninguém sabia ao certo o que estava acontecendo, causando espanto e medo nos moradores. Mario lembra, por exemplo, que, quando começaram as primeiras demarcações atreladas à instalação do empreendimento e os boatos de que seria construída uma usina, muitos entenderam que se tratava de uma *usina* de produção de açúcar, “eles conseguiram entender que eles iam fazer usina, mas eles pensaram que era usina de açúcar” (MARIO, 2016, informação verbal).

João (2016, informação verbal), um dos agricultores entrevistados, afirmou que eles não sabiam o que implicava a construção de uma hidrelétrica, nem mesmo o que significava ser atingido por uma delas, então, inclusive os questionamentos e as resistências demoraram para aparecer. Diante disso, nota-se que a população atingida foi comunicada de que a obra aconteceria muitos anos depois do início dos estudos de viabilidade, ou seja, souberam da construção da hidrelétrica quando o fato já estava consumado. Alguns entrevistados contam que a empresa foi se instalando e que, quando eles se deram conta, a obra já estava em andamento. Conforme a literatura nacional, essa estratégia costuma ser utilizada para diminuir o poder e atenuar a ação dos grupos e dos movimentos sociais. Sem informação, as populações são surpreendidas quando o empreendimento já está iniciando (BERMANN, 2008; VAINER, 1990, 2007; VAINER; ARAUJO, 1992; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). Como sabiamente explicou o agricultor Dirceu, (2016, informação verbal) “tu não sabendo as coisas, tu vai até pro inferno e sem saber... Mas, não sabendo, né! E se tu sabe, então tu desvia, né!”. No caso da população atingida pela construção da barragem de Itá, não foi possível “*desviar*”.

Além do mais, por causa da falta de clareza na comunicação, mesmo com a notícia da implantação da hidrelétrica e com os marcos territoriais já implantados, muitos não acreditavam que a água atingiria as áreas demarcadas. Conforme comentou Ênio (2016, informação verbal): “atingiu bastante coisa, lá! Que nós pensava que ia atingir, pensava, mas nunca pensava que ia atingir o que atingiu”. Para as pessoas que viviam naquelas comunidades, a magnitude da obra

e o espaço que seria alagado eram tamanhos que poucos acreditavam na efetivação do projeto planejado. Assim, passaram da descrença ao desespero, do medo e à insegurança.

A insegurança das famílias, porque se falava em se fazer uma hidrelétrica e ninguém sabia qual seria o destino dessas famílias, se sabia que a água iria vir e que ia tapar a terra, as casas, as benfeitorias, e ninguém sabia se ia ganhar alguma coisa e para aonde ia essas famílias. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Sim, a gente já tinha tudo feito, aí começaram a falar de barragem, barragem... Aí meu marido não acreditava que vinha aqui em cima, mas nunca! Daí começaram a dizer que vinha aqui em cima, magina, meu marido disse, o rio é lá embaixo, como ele vai vim aqui em cima, não tem como! Aí um dia ele vinha da roça tinha três piaçotes colocando umas estátuas assim, aí ele parou, ele disse, vai ser estrada aqui? Não, diz eles, aqui vai vir a água, meu marido disse, não acredito, a água não vai vir aqui, olha o rio é lá embaixo, não, mas olha aqui, nós temos tudo, o mapa aqui o que que vai ser, aqui vai ser a água. Ele veio para casa, desencadeou os bois, veio para dentro de casa nervoso, ele disse, eu não acredito que vai vir a água aqui. O que que nós vamos fazer, ele disse? Aqui vai tampar tudo de água, nosso chiqueiro, casa, tudo. Aí eu disse, mas será? Eu também não acredito. É, mas eles estão comentando que vai vir a água e os piás também confirmaram. Ah, mas não foi poucos dias que já vieram dizer que aqui vinha a água, que vocês vão ter que sair daqui, que nós vamos te pagar. (CLAUDIA, 2016, informação verbal).

Entre os estudos e os boatos iniciais e o começo das obras, passaram-se mais de 20 anos. Durante todo esse período de estagnação, os participantes da pesquisa contam que a vida parou. Nesse tempo, as pessoas não sabiam ao certo o que aconteceria quando a obra finalmente chegasse. Sem acesso a informações oficiais, os moradores da região conviveram muitos anos apenas com notícias incertas sobre o projeto. Nesse processo, vários agricultores, com medo, começaram a vender suas terras e a abandonar a região. Ana e Oscar contam que “a ideia que essa barragem iria ser construída, já tirava bastante gente, o pessoal não investia mais muito” (ANA, 2016, informação verbal), e que “foi um, foi o outro, no fim também já estava pequeno” (OSCAR, 2016, informação verbal). Os agricultores que permaneceram, deixaram de investir nas propriedades, pois sabiam que tudo seria destruído. Os pequenos comércios, aos poucos, foram fechando. Os investidores optaram pela aquisição de terras em outras regiões. Diante disso, Mauro explicou: “gente que não podia investir nas propriedades, porque não sabia se ia receber, daí não podia fazer melhoria, porque não sabia se ia receber, e daí tudo parado assim, pessoal esperando, isso aí demorou mais de 20 anos para conseguir andar a barragem, para ter seguimento” (MAURO, 2016, informação verbal).

Percebe-se, através desses relatos, que os danos e os efeitos da construção da barragem começaram muitos anos antes do início da obra propriamente dita, aspecto raramente considerado pelas políticas e pelos planos reparatórios (VIEIRA; VAINER, 2010). A notícia, pouco precisa, de que seria construída uma hidrelétrica na região, levou muitas famílias a se

retirarem, a reduzirem a produção e a sofrerem psiquicamente diante da incerteza do futuro e do medo de perderem tudo o que haviam construído. Esses dados corroboram as discussões propostas por Vainer (2016), de que os critérios estabelecidos para a avaliação dos danos ocasionados pela construção de uma hidrelétrica são precários, na medida em que propõem um corte temporal incapaz de incluir todos os reais efeitos da obra. Ressalta-se que, conforme relato dos participantes da pesquisa, todo o processo que antecedeu a implantação do empreendimento foi conduzido sem a participação da população local e sem estratégias de comunicação com as famílias atingidas, aspectos que potencializaram os danos psíquicos e sociais. Em outras palavras, a obra apresentou-se como uma causa absoluta, como um fato consumado, ao qual caberia reagir, adaptar-se ou aceitar, era “a obra da engenharia transformando-se em obra do destino” (ANDRADE; CUNHA; GANDRA, 1998, p. 10).

### **7.3 Desastre anunciado: entre o terrorismo e a luta pela garantia de direitos**

A construção de uma barragem pode ser comparada a uma guerra, tendo em vista a falta de controle da população local, as grandes transformações em um curto espaço de tempo e a baixa previsibilidade com relação ao futuro (SCALABRIN, 2016). No contexto da construção da hidrelétrica de Itá, essa guerra, na qual a imagem do inimigo era pouca clara e para a qual as pessoas não estavam preparadas, provocou deslocamentos, mortes, lutas e danos irreversíveis. Conforme relato dos entrevistados, passados alguns anos das primeiras demarcações e imersa em um campo de incertezas e de boatos, a população foi surpreendida com o início da obra. Diversos participantes contaram que foi apenas com o início das obras que “*caiu a ficha*” de que suas vidas seriam profundamente transformadas. Álvaro (2016, informação verbal) lembrou: “depois da notícia, começa a cair a ficha que de fato vai acontecer isso na região e tal, tipo assim... A gente ainda sabia que tinha, na época, um projeto de vinte de duas barragens na bacia do Rio Uruguai, então aquilo era uma coisa”. Em uma entrevista coletiva, Luiz e Mário também recordaram o modo repentino como a obra foi iniciada.

[LUIZ] – É, uns diziam que ia demorar 20 anos, uns falava que ia 30 anos para vir a água, para fechar o lago, em vez em dois, três anos veio.

[MÁRIO] – Manipular o povo para deixar o povo sem reação.

[LUIZ] – Mas te vira... Te escapa, porque água vem.

(LUIZ, 2016, informação verbal; MÁRIO, 2016, informação verbal).

Nas falas, os próprios agricultores identificam a falta de comunicação como uma estratégia de manipulação das comunidades atingidas, além do abandono político e social frente

à instalação do empreendimento. Entre a notícia oficial da construção do empreendimento e o enchimento do reservatório, os entrevistados relatam pouco tempo para se organizarem com as mudanças que aconteceriam em suas comunidades, em sua vida e em seu trabalho. De fato, conforme dados da construtora, foram menos de cinco anos entre a chegada das máquinas no canteiro de obras e o enchimento do reservatório (TRACTEBEL, 2016b). Nesse período, a informação que os técnicos da hidrelétrica divulgavam em visitas às famílias atingidas era de que a água viria e que, se eles não aceitassem as propostas de deslocamento, ficariam submersos. Era o terror em forma de ameaças. Diante disso, as famílias atingidas tentavam entender o porquê da construção da barragem. Álvaro (2016, informação verbal) comentou: “eu te diria assim, quando você é comunicado por uma notícia dessa é que nem desandar um terrorismo em cima de você, você é vítima disso, você não sabe a troco de que, porque você é atingido, mas você é atingido, você não tem essa resposta?”.

Mesmo diante do choque, do medo e da insegurança, com o passar do tempo e através do processo de politização das comunidades, as famílias atingidas tomaram conhecimento de casos malsucedidos de projetos similares, o que contribuiu para a organização e para a luta pelo direito ao reassentamento e a indenizações adequadas. Na época, uma das obras discutidas e com inúmeras pendências indenizatórias era a hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. Destarte, se inicialmente as pessoas não sabiam o que significava ser atingido por uma barragem, aos poucos, foram se apropriando dos impactos e dos danos já produzidos por empreendimentos similares.

E aí se começou se questionar, os próprios agricultores se questionando o que ia acontecer com nós. E a partir daí que começou a organização, com a ajuda dos padres, na época, é... Algumas pessoas de algumas universidade começaram orien-orientá um pouco o pessoal, nós, na verdade. E a agente começou se organizar e, quando começaram demarcar as áreas, a primeira reação foi retirar os marco (riso). Eles fincavam os marco, nós ia lá e tirava. Daí eles começaram sentir que o pessoal tava meio organizado. Só aí começaram falar em indenização. (PEDRO, 2016, informação verbal).

A igreja evangélica e eles tinham um pastor assim, muito lutador, junto com nós, e aí, num domingo de manhã, nós somos católicos, mas ali a gente se juntava. Porque a gente sentava com quatro, cinco religião, né! Das pessoas e todos tinham o mesmo problema, né! A gente sentia, não importava a religião que era, isso ajudou até o crescimento social, religioso assim de ver isso, né! (OSCAR, 2016, informação verbal).

Com o avanço da obra, lideranças provenientes de grupos religiosos comunitários e da própria reorganização sindical pós-ditadura militar deram início às primeiras reivindicações contrárias à construção da hidrelétrica. O movimento dos colonos do Alto Uruguai originou a

Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), com o apoio de igrejas, da Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A comissão orientava as comunidades a resistirem à obra, esclarecendo os futuros danos que seriam provocados e também os direitos da população. Inicialmente, o objetivo principal era impedir o andamento do projeto e, depois, diante do progresso da obra, o foco direcionou-se para a garantia dos direitos das famílias atingidas. Pedro (2016, informação verbal) lembra: “primeiro, nós lutamo pra não sair a barragem - somo contra e pronto. Mas, depois, quando vimo que não tinha mais como ataca, começamo só luta pra garantir nossos direitos. Se os prefeito na época tivessem também batido o pé, quanta coisa que se deixou de ganhar” (PEDRO, 2016, informação verbal).

Os entrevistados contam que, para garantir o direito à indenização era preciso lutar, e muito. As lembranças da época estão atreladas a ocupações da obra, impedimento das máquinas trabalharem, fechamento de pontes e estradas, sequestro de técnicos da hidrelétrica, caminhadas e protestos coletivos. Mercedes (2016, informação verbal) lembra: “nós fomo umas duas mil vezes assim no Itá, mais ou menos para poder ganhar, né! [...] Uns ganharam e uns tinha que ir à luta, porque... Eles pagavam muito pouco, né!”. Conforme relatos dos entrevistados, durante todo o processo de reivindicação, o direito político de se mobilizar e de se organizar socialmente, visando garantir os próprios direitos, foi negado. Mesmo após o término da ditadura militar, as pessoas que participavam de ações reivindicatórias ou que ocupavam papéis de lideranças comunitárias eram penalizadas. De entre as estratégias utilizadas pelo governo e pela construtora, estavam: processo judicial contra os líderes comunitários, perseguições, ameaças de morte, prisão, agressões físicas, impedimento quanto à realização de protestos e morte de lideranças. Conforme Carbonari (2012), Leão (2012) e Scalabrin (2016), a desmoralização e a judicialização dos movimentos sociais atrelados à indústria barrageira vêm sendo utilizada, historicamente, como estratégia de contenção popular. Nesse processo, destacam-se, pelo menos, três mecanismos de violação de direitos das pessoas que participam de movimentos sociais no Brasil: a vitimização, a difamação e a criminalização. A vitimização ocorre por meio de homicídios e de ameaças contra as lideranças que trabalham para a garantia de direitos. A difamação consiste em campanhas e ações dirigidas contra a reputação dos movimentos sociais e de seus adeptos. Já a criminalização ocorre através do cerceamento da liberdade e da atribuição indevida de condutas ilícitas (LEÃO, 2012). Para Lasi (2013, n. p.), o Estado “é, antes de tudo, uma força que sai da sociedade e se volta contra ela como um poder estranho que a subjuga, um poder que é obrigado a se revestir de aparatos armados, de prisões e de um ordenamento jurídico que legitime a opressão de uma classe sobre outra”. Nesse caso,



o Estado atuou diretamente para a garantia dos negócios, destruindo políticas públicas e mantendo a “tranquilidade” e a “ordem”. Élio (2016, informação verbal) explica que “teve gente que apanhou da polícia, teve gente que foi preso, enfim, teve muito conflito, né!” e Ênio (2016, informação verbal) diz ainda o seguinte: “eu vou te contar, a polícia bateu muito no nosso vizinho, lá um rapaz muito trabalhador, surraram ele”. Pedro e Oscar falaram da estratégia de criminalização do movimento social:

Eu respondi a seis processo, porque, a partir do momento que eles desconfiavam que nós ia se mobilizar, vinha um interdito proibitório já comunicando que, se nós se mobilizasse, fizesse qualquer ação que prejudicasse eles, nós ia ser processado. Em cinco processos que eu recebi, eu fui absolvido, o último que foi na polícia federal, em Passo Fundo, lá eu fui condenado por organizar os trabalhadores que citavam eu como liderança. Aqui não teve, mas, na Foz do Chapecó, teve sindicalista que foi morto em função das mobilização. As empresa não queria nem saber, pagavam pra mandar matar. Matavam as liderança, foi uma época terrível. Muitos companheiros presos. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Mas isso criou um clima, que tu não imagina, houve ameaças, que nós ia ser processados e um monte de coisa. Teve momentos que a gente era perseguidos, era ruim, a gente enfrentou problemas de relacionamentos, sabe como é? Porque estava em jogo muito dinheiro, né! (OSCAR, 2016, informação verbal).

Percebe-se, nas falas dos entrevistados, que o Estado atuou diretamente na violação dos direitos dos atingidos, desde a implantação do empreendimento até a judicialização dos modos de resistência. Para Scalabrin (2016), frente ao cenário em que nem o Estado, nem a legislação, garantem os direitos das populações atingidas, resta aos próprios violados a luta pela justiça. Assim, o autor defende a ideia de que a construção de uma barragem é a própria negação dos direitos humanos. Para Soler (2016), não apenas o Brasil, mas a América Latina como um todo, passa por um processo de militarização do território, na qual o exército e a polícia são remunerados pelas empresas construtoras de barragens para oferecerem “segurança” às obras.

Outro elemento bastante citado pelos entrevistados que atuaram nos movimentos sociais ou que, atualmente, ocupam cargos políticos, foi o processo de privatização do empreendimento nos anos 1990. Os entrevistados explicaram que, “na verdade, na verdade, essa Tractebel, ela ganhou de graça a Eletrosul [...] Mas não é muito tempo não que eles pagaram todo o investimento que eles fizeram” (ÉLIO, 2016, informação verbal). Pedro corroborou e dizendo que, “nos anos 90, veio o governo e tomou a decisão de privatizar! Era assim que funcionava e se deixou levar e privatizou. Hoje o povo brasileiro tá pagando a conta e pagando a conta eu te diria, às pessoas que são atingidas” (PEDRO, 2016, informação verbal). Na prática, para as famílias atingidas pela barragem de Itá, o processo de privatização intensificou as restrições

diante das mobilizações e das reivindicações. Pedro (2016, informação verbal) contou que “aí foi que endureceu a questão das negociações, não andava mais, porque, quando passa a ter dono que é privado, quanto menos eu gasto, passa a ter mais no meu bolso, e foi isso que aconteceu, empacou as negociação”. A lógica da obtenção do lucro e da diminuição dos custos do empreendimento foi intensificada, dificultando o processo de indenização da população atingida.

Apesar disso, se, por um lado, a inserção dos agricultores nos movimentos de resistência à construção da barragem trouxe conflitos com comunidades e grupos favoráveis à construção da obra, contribuindo para a quebra dos vínculos sociais; por outro, construiu inúmeros aprendizados coletivos, como, por exemplo: a politização das comunidades, os modos de organização e participação no movimento social, a aproximação e vinculação de diferentes grupos religiosos e sociais em prol do mesmo objetivo, o sentimento de pertencimento e de identidade enquanto atingidos pela construção de uma barragem.

A literatura que discute esse processo reivindicatório afirma que, apesar de o movimento dos agricultores não conseguir impedir a concretização do empreendimento, houve inúmeras conquistas, especialmente no que se refere ao reconhecimento dos direitos dos atingidos não proprietários (VIANA, 2003). Segundo Picoli (2012), graças ao movimento reivindicatório, a hidrelétrica de Itá é considerada um caso de sucesso no processo de reparação de danos aos atingidos por barragens no Brasil. No entanto, diferentemente da perspectiva teórica, para muitos agricultores que permaneceram residindo no entorno do reservatório, todo o esforço investido nas manifestações e nas lutas não trouxe resultados. Dona Maria é um dos muitos exemplos de pessoas atingidas pela obra que ainda possuem pendências indenizatórias.

Nós estávamos em cinco mil pessoas aquela vez! De manhã à noite, lá no sol, um grito, um barulhão... Adiantou nada, não ganhamos nada... Morreu tudo. Deixamos tudo, essas horas chegamos em casa para tirar leite, né! Não adiantou nada, gente que chorava, desmaiava, tu visse que coisa, comer só pão. Nós comia pão puro, não tinha o que comer. (MARIA, 2016 informação verbal).

Diante disso, percebe-se que, enquanto para a literatura nacional o processo indenizatório da hidrelétrica em questão foi bem-sucedido, se comparado a outros empreendimentos, para aqueles que vivenciaram essa história e sofreram os danos, não é possível estabelecer comparações. Como discute Aleksievitch (2016), enquanto para alguns os desastres ambientais são história, metáforas ou símbolos, para as pessoas atingidas são vida, simplesmente vida. Ainda no que se refere ao modelo reivindicatório, observa-se que, diante da necessidade constante de manifestos, de viagens e de lutas visando à garantia de direitos, muitas

famílias tiveram prejuízos na atividade rural, pois deixaram de trabalhar em suas propriedades rurais. No caso das mulheres, foi possível identificar uma sobrecarga de trabalho, visto que, geralmente, eram os homens que viajavam ou passavam dias fora de casa. A Fotografia 15, cedida pelo MAB de Erechim, exemplifica essa discussão, mostrando a presença massiva de homens em uma das negociações políticas atreladas às indenizações das famílias atingidas pela obra. Diversos outros registros apontam para a mesma característica.

Fotografia 15 – Atingidos pela Hidrelétrica de Itá em negociação indenizatória



Fonte: acervo MAB Erechim (2016).

Frente aos relatos relativos a esse período de luta, enquanto alguns entrevistados se recordam dos fatos com muito sofrimento, enfatizando a sobrecarga de atividades, a solidão, o medo e a desesperança; outros reforçam o heroísmo e relembram com orgulho do modo como defenderam seus territórios. Do ponto de vista político, os agricultores lembram que faltava apoio e que, muitas vezes, eles eram repreendidos pelos próprios prefeitos e vereadores que, supostamente, deveriam protegê-los e auxiliar na garantia de direitos. Oscar (2016, informação verbal) contou que “prefeitos, deputados da região, eles vinham, na verdade, aqui, naquela época, toda a administração do município praticamente estava a favor, né!”. Élio (2016, informação verbal) corrobora “e os prefeitos, os vereadores, a maioria, na época, era a favor da construção, né! [...] Se eles tivesse se unido logo ali, de repente, poderia ter sido muita... Poderia ter ganho mais, né!”.

Em um movimento contrário aos agricultores que reivindicavam seus direitos, lideranças políticas, comerciais e interessados no empreendimento criaram uma Comissão Pró-Barragem, intensificando o discurso atrelado aos benefícios do empreendimento. Um dos objetivos do comitê era convencer as famílias atingidas de que a obra traria melhorias para a região. Paulo (2016, informação verbal) contou: “vender que a imagem que a barragem ia ser a solução pro município, desenvolvimento, progresso... Aí os prefeito vinha nas comunidade e

tentavam convencer os agricultor, que eles iam ganhá terra melhor, iam ganhar bem das indenizações e tal”. Esse relato corrobora a literatura, apontando que, entre as relações de poder estabelecidas na região, de um lado, estava o discurso do setor elétrico pautado nos benefícios que seriam trazidos pela hidrelétrica e na perspectiva do espaço enquanto bem monetário e alienável; e, do outro, o discurso de resistência da CRAB e de algumas comunidades, pautado nos prejuízos da obra e na concepção de terra como propriedade familiar e comunitária (PICOLI, 2012). A construção da hidrelétrica foi, portanto, caracterizada por inúmeros jogos de poder, representados pela Tractebel, pela CRAB e pelas prefeituras dos municípios atingidos (KÖLLN; SILVA, 2010). O Alto Uruguai tornou-se, novamente, campo de intensos conflitos e de violência diante da resistência local à “nova onda do progresso”, para a qual os agricultores eram o empecilho, o atraso, os “inimigos do Brasil que anda para frente” (PICOLI, 2012, p. 12). Nesse processo, alguns entrevistados contam que muitas pessoas que ocupavam cargos políticos receberam dinheiro para apoiar a construção da barragem e deixar de fiscalizar as reparações e indenizações.

Se venderam também, os secretários se venderam, porque eles vinham ali, os caras prometeram umas estradas ali, os caras não mandaram nem fiscalizar o asfalto e nós ficamos brigando e a gente foi até Florianópolis e tudo, nós não aceitamos esse asfalto, para você ver, não foi aceitado o asfalto, porque a gente viu que era de mal qualidade. (RENATO, 2016, informação verbal).

Não apenas os representantes políticos, mas muitas famílias locais posicionaram-se favoráveis à construção da obra em função dos benefícios prometidos. Os participantes da pesquisa lembram que, durante toda a implantação do empreendimento, a promessa era de que a região teria grandes ganhos com o aumento do turismo, com a receita que viria através do acréscimo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e dos *royalties*, além do aumento do emprego e da movimentação comercial, aspectos fortemente presentes nos discursos atuais favoráveis à construção dessas obras (ABUD; LÓPES, 2006; ANEEL, 2008; BERGA et al., 2006; BIROL, 2007; ELETROBRÁS, 2014; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014; MME, 2013; TRACTEBEL, 2016b). Conforme Maria (2016, informação verbal), “diziam que aqui ia virar tudo num hotel cheio de estrela”. Pedro complementou, dizendo:

A promessa da empresa, o que foi vendido pros município é que os município iam ficar rico. Que teria muito retorno dos royals e do ICMS. Que ia ser turismo pra todo lado, que a empresa ia investir no turismo. E, assim, se Itá tem alguma coisa, foram os empresários que investiram, por parte da empresa não teve nada. Nada. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Além do mais, Renato (2016, informação verbal) lembra que a construtora e algumas prefeituras organizavam comitês, cotavam lideranças comunitárias, ofereciam dinheiro para convencer os vizinhos de que o projeto era algo bom para região. Outra estratégia utilizada era a de “vender” a obra para as escolas, sempre potencializando os benefícios e a magnitude do empreendimento.

Por que a promessa era uma coisa e hoje é em diferente do que eles prometeram. Eu ouvi as promessas deles, depois, porque eu continuei convivendo com aqueles engenheiros, fiscais, tudo ali, né! Daí a gente via que era tudo uma farsa, eles vinham no começo ali, antes de reassentar o pessoal, vinham ali, pegavam os alunos, levavam, mostrava... Faziam umas maquetes, mostravam um monte de coisa assim, né! Para os filhos iludirem os pais que era um bom negócio para reassentar e, na realidade, era tudo diferente, mas eles fizeram o que, eles iludiram só para fazer os acertos, só para fazer a negociação bem mais tranquilo, né! E tudo mundo foi na onda! Não vale a pena, então essas coisas aí, tu foi iludido, na realidade, né! E a gente se empolgou, achando que ia dar certo e investiu e se ferramos, né! (RENATO, 2016, informação verbal).

Do mesmo modo, outro fator que contribuiu para o empoderamento do grupo Pró-Barragem foi que, durante a construção do empreendimento, o comércio local beneficiou-se muito e investiu em infraestrutura visando ampliar a oferta de serviços. No período da construção da barragem, toda região percebeu o aumento populacional, especialmente de operários atuando no empreendimento (cerca de cinco mil trabalhadores se deslocaram para a região). Oscar (2016, informação verbal) falou sobre a valorização dos imóveis, “aluguéis de casa, isso era um absurdo que os caras ganhavam”. Com isso, o aumento da demanda para o comércio local foi imediato e contribuiu para que todos acreditassem que aquele cenário se manteria. No entanto, a demanda diminuiu consideravelmente com o início do funcionamento da hidrelétrica e com a retirada das equipes de trabalho.

Porque, desde o bodegueiro, porque vai vir gente.... vai vir gente ...porque no pico assim da construção, dava um fluxo de pessoas enorme, né! E aí o pessoal acha que isso é uma coisa para sempre, né! Mas isso é bem passageiro, né! Vou dar um exemplo, o Antônio, tinha aquele barzinho...restaurantezinho, fazia uma comida caseira assim, ele não vencia fazer[...] O pessoal que vinha para fazer os negócios, vinham de manhã e ficava...ele também era a favor, mas, depois, quando não vinha mais ninguém, quase ninguém nem fez mais almoço, daí que sentiram. E agora vender para quem, né! (ÉLIO, 2016, informação verbal).

Tu era acostumado com um movimento super bom naquela época antes da barragem, isso aqui não parava, tinha meu bolão funcionado [...] Final de semana, a gente quase nem dormia. O pessoal vinha com ônibus, vinham para o mercado aqui, eles paravam aqui, almoçava aqui cedo, faziam compra e depois, depois voltavam à noite, então tu tinha esse pessoal circulando, era bom para o mercado. No começo da barragem, o dono do mercado pagava um ônibus, ia buscar o pessoal lá prá fazer rancho. Daí

começou a diminuir...a diminuir, hoje acho que não tem três ou quatro pessoa que... E foi diminuindo...diminuindo. (RENATO, 2016, informação verbal).

Diante das lembranças das promessas realizadas, os entrevistados problematizam a realidade atual, expressando o sentimento de que foram roubados, enganados, de que foram vítimas de um amplo e estratégico método de controle e de submissão. Eles contam que apenas depois de muitos anos conseguiram compreender todo o processo no qual foram envolvidos. Alguns explicaram que, durante a obra e até mesmo depois de alguns anos do fechamento do reservatório, ainda era difícil perceber os reais impactos da construção da barragem: “os problemas vieram com um pouquinho mais de tempo” (OSCAR, 2016, informação verbal). Pedro (2016, informação verbal) disse: “porque, aquilo que dizia no RIMA, dizia que a região, ai ser desenvolvida pelo turismo, pela construção do lago, a região ia se desenvolver... Através do turismo e tal, e nada disso aconteceu, e tá... E está escrito no RIMA, isso ... né!”. Mauro (2016, informação verbal) adiciona, “mas aqui era para ser o quê? Era prá ser ponto turístico aqui, fazer turismo aqui, até fizeram plano para na barragem antes de vir [...] Tira as pedra para ajeitar tudo, que ponto turístico, nem uma bosta”.

Conforme aponta a literatura existente sobre o tema, a incitação econômica e a promessa de desenvolvimento é uma das principais estratégias utilizadas pelo setor para inserir-se em regiões rurais ou indígenas (BERMANN, 2008; HERNANDEZ, 2012; INTERNACIONAL RIVERS, 2012; VAINER, 1998, 2007, 2008). Essa promessa também possui destaque em todos os documentos oficiais analisados e aparece como justificativa frente aos danos socioambientais gerados. Os danos a longo prazo é que aparecem como um elemento novo, pouco estudado e não previsto nos estudos ambientais. Desse modo, percebe-se que a lógica de reparação de danos em vigor mostra-se positivista e desconsidera os aspectos longitudinais dos efeitos causados pela construção de uma barragem (VAINER, 2016). Além disso, também não são previstos acompanhamentos e reparações a longo prazo. Exemplo disso é que os estudos de acompanhamento da população atingida acontecem apenas até dois anos após o enchimento do reservatório, período em que, segundo os entrevistados, os impactos mais severos ainda não apareceram.

Finalmente, um aspecto que chama a atenção na atualidade é que os participantes da pesquisa, com exceção daqueles que hoje ocupam cargos políticos ou integram o MAB, apesar de terem realizado inúmeros atos e ações de resistência à obra, não possuem uma identidade vinculada ao movimento social nascido na região. Nenhum dos agricultores entrevistados mencionou a CRAB ou o MAB no decorrer das conversas. Uma das hipóteses para esse dado é

que a população não possui conhecimento de que suas iniciativas originaram o MAB e que as conquistas obtidas coletivamente contribuíram para a garantia de direitos de outras populações atingidas. Outra possibilidade é que o próprio MAB, organizado a partir da construção da hidrelétrica de Itá, deixou de atuar na região, visto que a prioridade para o movimento são os empreendimentos em instalação. Além disso, o processo de repressão e de criminalização da participação nas ações reivindicatórias pode ter inibido a vinculação das pessoas com o movimento. Ressalta-se que a retomada dessa história e da importância da participação da população no processo de luta para a garantia de direitos poderia contribuir com a construção de sentido para as ações realizadas na época e que hoje parecem esvaziadas para muitos entrevistados.

#### **7.4 “Te vira, te escapa, porque a água vem”: indenizações, deslocamentos e reassentamentos**

Os documentos oficiais, e até mesmo a literatura existente sobre a barragem de Itá, apontam que a população atingida poderia “optar” por migrar para os reassentamentos (destinados aos trabalhadores não proprietários de terras ou com propriedade de tamanho igual ou inferior a 75 hectares), realizar permuta de terra, receber indenização (através de carta de crédito) ou permanecer nas áreas remanescentes de suas propriedades, quando viável (NÓR, 2001; VIANA, 2003). Esse modo objetivo de contar a história esconde todo o conflito socioambiental produzido para garantir o direito à moradia. Cada uma dessas possibilidades, construída social e politicamente, foi resultado de muitas lutas, mobilizações e resistências.

Os participantes da pesquisa contam que, inicialmente, a proposta da empresa responsável pela construção da hidrelétrica era remover toda a população atingida para os reassentamentos. No entanto, a maioria dos reassentamentos ficavam no estado do Paraná, em condições climáticas, sociais, culturais e de trabalho muito diferentes, “e tu não tem ajuda de ninguém, as áreas para comprar não existia, porque era um monte de gente que ia à procura para comprar áreas. Eles ofereciam os assentamentos, então tinha que ir longe, aonde que eles iam. Tudo fora de mão para o pessoal e tudo desorientado” (ÊNIO, 2016, informação verbal). Foi apenas com muita resistência que algumas famílias atingidas conquistaram o direito de obter uma carta de crédito para adquirir individualmente outra propriedade ou para terem a comunidade rural realocada em uma região próxima da área atingida. Foi a partir dessas duas alternativas que muitas famílias permanecerem residindo no entorno do reservatório. Ana lembrou:

sim, a ideia deles era comprar tudo, mandar o pessoal embora, mas daí entraram os sindicatos, eu acho...sei que.... Que entendia melhor. E daí eles viram que não, que a nossa vontade era ficar aqui. Que a gente sentia em sair, então vamos realocar, porque antes a ideia era comprar de todos. [...] e os que ficavam, ganhavam a terra aqui e eles pagavam todas as benfeitorias [...] Então tá, e foi começado, né! E ficou escolhido aqui, aqui era um poteirão sabe, potreiro, não morava ninguém aqui e daí eles compraram aqui esse pedaço de terra, a empresa comprou e daí começou, eles fizeram as estradas de acesso para isso aqui, construíram o clube, as duas igrejas, as duas escolas, aí as pessoas eram para começar a escolher os lotes, aonde quisesse morar, né! (ANA, 2016, informação verbal).

Com isso, teve início o processo de reconstrução dos núcleos rurais atingidos pela água. Nesse caso, a empresa deveria reconstruir, em uma região próxima à antiga comunidade, toda a estrutura comunitária alagada, o que geralmente envolvia igreja, salão de festas, campo de futebol, transferência de cemitério e escola. Como conta Ana (2016, informação verbal), nesse processo, as promessas eram de que tudo seria melhor, mais moderno e mais bonito do que na comunidade atingida, “mais bonito! É que a gente não sabia como, era tudo novidade, surpresa, como tem direito como tem aqui em baixo, fazer igual na nova vila, ou melhor, era a conversa que eles passava para a gente, bastante né (risos), iludiam”. Observa-se que, nos discursos empregados pela hidrelétrica, prevalecia a lógica do progresso, desqualificando tudo aquilo que pertencia às populações locais. Frente ao contexto descrito, os agricultores dizem que se deram conta de que a construção não foi aquela que deveria ter sido, de que algumas promessas não foram cumpridas e de que os danos reais do empreendimento foram percebidos apenas muitos anos depois da finalização do empreendimento. As condições de vida nas novas comunidades rurais reconstruídas não eram as mesmas, eram piores: “E nós bem dizer, nós viemos e ficamos pobres, nós estávamos bem de vida lá e aqui ficamos pobres, na verdade, quase que nós tivemos um atraso, assim, de 10 anos, mais ou menos” (LEILA, 2016, informação verbal); “o que eles tinham prometido, que aqui seria um ponto turístico, né! Mas não foi, eles só iludiram, eles vieram com projeto que ia ser, que ia acontecer e, na realidade, quem foi atingido mesmo fomos nós, o pessoal que ficou, porque eles não fizeram o que era para fazer” (RENATO, 2016, informação verbal).

Assim, passados alguns anos, os entrevistados perceberam que as promessas também foram utilizadas como modo de silenciamento das resistências coletivas, pois muitas comunidades se calaram diante da possibilidade de obterem uma nova estrutura de lazer e de convivência. O que não estava previsto e que ninguém poderia imaginar é que todas essas estruturas ficariam vazias e sem vida por causa do esvaziamento das comunidades com o passar do tempo. Outra estratégia utilizada pela construtora foi a condução das negociações indenizatórias de maneira individual, geralmente envolvendo chantagens e ameaças, além de



propostas de pagamento com valores abaixo do que realmente valia a propriedade. Cabe salientar que as indenizações individuais foram diminuindo a força do movimento social. Conforme já apontado pela literatura, essa é uma estratégia recorrente na implantação de políticas compensatórias durante a construção de hidrelétricas no Brasil (SANTOS, 2015; VAINER, 2008; VARGAS, 2013; VIANA, 2003). Os entrevistados Lucas e Élio apresentaram exemplos da estratégia utilizada.

O particular, muitas vezes, não é solução para o grupo conjunto. Depois eles deram um jeito, uns foram para o outro dia... Foram se dando um jeito, foram se dissipando ali... Menos força, assim foi os atingidos, aquele grupo que ficou deve ser uns cinco ou seis por cento, quem sabe nem, se esperasse todo mundo acertar era diferente, assim eu peguei minha grana da minha terra, e tchau, né! E isso também perde força. (LUCAS, 2016, informação verbal).

[...] Só que assim foram se perdendo força, porque é uma estratégia deles também, se tem cem para acertar, vamos acertar ligeiro aqueles que querem também. Se setenta tem que acertou, esses não vão mais incomodar, segundo o que eu pensava, vai sobrar só trinta. Então... De cem e trinta, é melhor trabalhar com os trinta, depois é fácil dominar esses trinta, né! (ÉLIO, 2016, informação verbal).

Diante da falta de apoio das entidades públicas, da ausência de orientação jurídica, das pressões e das ameaças constantes e da redução da força do movimento social, muitas famílias atingidas não possuíam escolha indenizatória, eram obrigadas a aceitar a proposta oferecida pela construtora. Nas falas de Mercedes e de Pedro fica a clara a falta de opção da população atingida:

Porque eles faziam uma proposta, tipo ele estava lá, não eu vou te dá ...aí se a pessoa não aceitar, daí eles não iam muito atrás, quem era o atingido tinha correr atrás, porque que se não a água ia bater, então tinha muito desses casos, que daí o pessoal tinha que correr atrás [...] Daí então não tinha, era o reassentamento ou a proposta deles, se tu não tem como se defender, não tinha muito o que se exigir e, na época, eles mandavam, porque chegavam, assinalavam...fazia as medidas e deu. (MERCEDES, 2016, informação verbal).

Porque, na época, vinham os técnico e diziam, não, você tem 15, vai ser atingido cinco e ainda vai sobrar 10, vai continuar viável a propriedade, então nós não vamos indenizar. Só vamos indenizar onde vai pegar água. O que o cara ia fazer? Pegava aquele dinheirinho da remoção, subia e investia ali. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Lucas (2016, informação verbal) lembra que, quando a negociação se prolongava em função do não aceite da proposta por parte da família atingida, os técnicos responsáveis pelas indenizações realizavam ameaças, afirmando que o reservatório seria fechado e que aqueles que ainda estivessem em suas casas seriam afogados. Outra estratégia utilizada foi a efetivação

do pagamento por via judicial, mesmo que a família não tivesse aceitado a proposta financeira. Leno (2016, informação verbal) explicou: “mas quem não queria receber, eles te botavam no juiz. Eles tinha aquela mania para te assustar, né! Até eu, eu recebi na mão do governador de Santa Catarina naquela época”. Percebe-se claramente que todas essas estratégias utilizadas pela construtora eram legitimadas pela legislação vigente, fazendo com que as famílias atingidas não tivessem outra opção senão deixarem suas terras.

Acerta se não tu vai se afogar, né! Houve casos aqui na vila, vários também que o cara puxou a casa toda para cima inteira ela, porque a água estava vindo e ele resistiu um pouco para acertar [...] Porque daí a água estava vindo, fechado, tu via do dia a dia que ela subia e a casa lá embaixo ainda, a família lá, um pouco ele resistiu, mas ele tinha um direito também de ficar reivindicando um pouco a mais, por causa que ele não estava concordado com o acerto. Ele não concordava com aquele acerto que ele tinha, não só propriedades, mas ele tinha várias coisas pequenas que ele tinha entorno ali da propriedade dele [...] Ficou muitos casos que ficou pendentes. (LUCAS, 2016, informação verbal).

Além disso, até o presente momento, as famílias não possuem certeza quanto à exatidão das indenizações, afinal, como fala Élio (2016, informação verbal), “a matemática deles é bem diferente, é uma outra matemática, que não fecha com o proprietário”. As divergências eram inúmeras e estavam relacionadas desde a dimensão das terras até o valor da propriedade que seria atingida. Para os agricultores, as terras eram parte de suas identidades, de sua cultura e de seu esforço manual investido durante anos. Havia ali o valor de décadas de trabalho manual na preparação e adubação das terras para o cultivo de alimentos. Para os agricultores, a matemática não era concreta, não podia ser medida ou mensurada. Inclusive, era muito comum que nem mesmo os proprietários das terras soubessem o tamanho real de suas propriedades - até então, não era preciso medir, vivia-se e convivia-se naquele espaço através de outras lógicas. Em uma roda de conversa com várias famílias atingidas, Neila e Mercedes comentaram:

[NEILA] – Ah! Porque, no caso, eles tiram da escritura, só que a gente não mediu a terra que sobrou, para ver se pagaram aqueles 30 metros também.

[MERCEDES] – Eu acho que pagaram, porque foi medido, eles mediram.

[NEILA] – E pagaram uma restrição, que não poderiam fazer roça nesses 100 metros, só podia fazer potreiro ou plantar árvore. Pagaram... pagavam pouco mais que nada.

[MERCEDES] – Pagavam nada (risos), bem pouquinho.

(MERCEDES, 2016, informação verbal; NEILA, 2016, informação verbal).

Aí, quando vai medir, falta terra, tempo atrás, ali em Mariano Mouro, tem família que tem dez hectares, está faltando três hectares, de dez hectares falta três, então alguém vai perder, é a e se a empresa não indenizar quem vai perder é a família. (LEANDRO, 2016, informação verbal).

Outro fator que aparece na fala dos entrevistados é a estratégia de postergar os acertos com as populações atingidas até os dias próximos ao enchimento do reservatório. Assim, com a chegada iminente da água, as famílias sentiram-se pressionadas a aceitar a proposta financeira de indenização, “ficou essas pendências para trás, né! Como esse caso, oh! Está certo o proprietário, mas está faltando cinco hectares, então, muitas vezes, na rapidez e a água já fechando, né, eles aceitavam qualquer proposta” (LUCAS, 2016, informação verbal). Álvaro também explicou:

Sim, é uma coisa sádica, o cara chega lá, sabe, ele é uma coisa assim, as pessoas são usadas como trapos, aquilo lá do lado humano é tolamente desrespeitado, isso é uma coisa terrível, isso eu digo para vocês, é uma coisa que eu senti, não só na minha pele, eu senti da outras também, pô, se tu sabe que a propriedade do cara vale um pouco mais e os caras chegam lá e oferecem menos e teimam e teimam. (ÁLVARO, 2016, informação verbal).

Convém destacar, ainda, que três participantes do estudo relataram que, na época, quando receberam o valor da indenização, rapidamente depositaram-no no banco e foi justamente nesse período que o governo Collor reteve os valores da poupança. Muitos atingidos, até o momento da realização da pesquisa, não haviam recebido todo o valor perdido. Essa situação reflete o completo abandono das populações atingidas pela barragem, sem apoio e proteção do Estado, “aterrorizadas” pela construção da barragem, acabavam lutando sozinhas e de maneira muito precária pela garantia dos próprios direitos.

Teve a época aí do Collor, quem mora aí em Pinheiro Preto, eles tocaram esperar vir três meses para vir o dinheiro dele, para poder pagar a propriedade dele, daí ninguém recebeu por três meses, né! Até que não veio a quantia de dinheiro dele para indenizar a propriedade dele. (MARIO, 2016, informação verbal).

Para deixar lá e, quanto mais deixava, mais ganhava, mas daí ele combinou com os pedreiros de ir na semana e comprar tudo o que precisava o resto, aí naqueles meios dias ali, falaram, deu no rádio que o Collor tinha tirado tudo o dinheiro no banco, só que ele, sabe, ele não queria acreditar, ele não queria entender. (CLAUDIA, 2016, informação verbal).

[MAURO] – E daí, na época que eles foram indenizados, eles perderam dinheiro com o Collor também, daí ficou um dinheiro bloqueado, naquela época lá, que o Collor bloqueou o dinheiro deles.

[ELIANA] – Sim, daí perdeu tudo.

[MAURO] – Daí o pessoal ficou assim, sem rumo, porque todo mundo tinha recebido e não conseguiu comprar.

(MAURO, 2016, informação verbal; ELIANA, 2016 informação verbal).

As famílias contam que foi um dos períodos mais difíceis que viveram, pois haviam perdido todo o dinheiro que seria utilizado para reconstruir a casa e a propriedade. Com o valor retido e com a necessidade de deixar suas terras em função do enchimento do reservatório, muitos agricultores fizeram longos empréstimos ou passaram a residir nas casas de parentes ou de conhecidos. Totalmente sem dinheiro, Eliana (2016, informação verbal) conta que os pais sofreram muito, “mas ficaram quase louco! Magina o dinheiro parado! A sorte que a mãe vendeu uma peças de queijo, não sei o que lá, ela mandou o pai trazer o dinheiro para casa, não tinha dinheiro nem para comprar comida, porque tava tudo bloqueado!”. Mário (2016, informação verbal) também recordou: “daí que teu véio ficou mais louco, que ele não conseguia comprar, não conseguia tirar o dinheiro e, sem dinheiro para comprar a propriedade, né!”. Nesse processo, observa-se a presença articulada de violações de direito consecutivas e sistemáticas, tanto por parte do setor privado como por parte do Estado. Além disso, levando-se em conta o que foi observado, todo o processo de reparação dos danos foi realizado sem a participação das famílias atingidas. A relação de poder foi desigual e sem amparo à população atingida. Diante da notícia da obra, os agricultores tiveram que se organizar, aprender e lutar sozinhos pela garantia de direitos básicos.

Sem estar preparado e, por exemplo, assim o lado da barragem ele não vê esse lado, nem para mim nem para ninguém, porque, tipo assim, negócio, indenizou, realocou, reassentou, acabou, você é excluído do processo, eles te ajudam até ali e aí você morre, então essa transição não tem nem um preparo hoje, por exemplo, para isso, nada... (ÁLVARO, 2016, informação verbal).

Diante do desastre vivenciado, da violação de direitos e da ausência de participação da população durante todo o processo decisório, a obrigatoriedade de deixar o lugar aparece como uma ameaça à vida construída naquele território. Julia (2016, informação verbal) fala do sofrimento dos pais diante da obrigatoriedade de deixar a comunidade: “é, tiraram eles e relocaram. Porque tiram eles daqui e os filhos levaram para a cidade, eles não queriam. Eles nasceram ali. Então era uma vida aí, eles não pensam nisso”. Claudia (2016, informação verbal) também falou da tristeza de deixar a casa e a propriedade que ela e o marido haviam acabado de construir. Mesmo tendo sido indenizados, o dinheiro não ressarcia todos os anos de trabalho que levaram para preparar a terra para o cultivo dos alimentos, enfeitar o pátio da casa com a plantação de flores e frutas, construir suas identidades.

Ah! Não foi fácil, porque assim, a gente já tinha feito tudo lá, tinha a propriedade completa, aí ainda meu marido ainda disse, nós temos tudo, para nós, para nossos filhos e até para os netos, porque era uma propriedade bem feitinha, tudo organizado. Lá já estava tudo pronto, né! A casa, tudo, nós tinha tudo, aqui nós viemos morar uma

casa velha ali, que era ali, bem fora da estrada ali, era cômodo, mas era velha, lá a casa só tinha 12 anos. Sofremos bastante até construir essa aqui, aí começar tudo do zero, aqui não tinha nada, aqui era capoeira, era elefante, era um lugar muito feio. Nós não precisava mais passar por isso, né! (CLAUDIA, 2016, informação verbal).

Esses relatos encontraram respaldo em Santos (2011), que concebe o território não apenas como um conjunto de elementos naturais dispostos, mas como território utilizado, cuja essência é o chão e a identidade. Assim, a identidade está relacionada ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o lugar de vida, de trocas materiais e espirituais, de resistência, de trabalho (SANTOS, 2011). Esse é o território pelo qual os participantes desta pesquisa sofreram e sofrem ainda hoje. Álvaro explicou os danos emocionais do processo devastador ao qual foram submetidos:

eu digo para vocês que é uma coisa terrível para quem é atingido de fato, tipo assim, de quem olha de cima muitas vezes, é hora de vender a tua terra e ir para uma melhor e, assim, essa história toda, raízes é raízes, então isso é uma coisa assim que a história está ali, porque, tipo assim, cada criança teve um momento de prazer na vida, ou vários ou muitos, né! Várias brincadeiras decorrer da sua infância, né! E isso de repente você imagina estar debaixo de água, né! Quer dizer você nunca mais poder tocar naquilo, né! Reviver isso, então é terrível isso, o lado emocional é muito complicado. (ÁLVARO, 2016, informação verbal).

Ademais, ao final do processo de reassentamento e de indenização, os entrevistados recordam-se das perdas dos vizinhos, de amigos e de familiares, “ah! Daí a gente veio, mas a maioria foi embora dos parentes, amigas, Ah! Mexeu com tudo, deu uma reviravolta” (RENATO, 2016, informação verbal). Depois da luta, de muitas perdas e ganhos, chegava a hora da despedida daqueles que deixariam as comunidades atingidas e que partiriam para a cidade ou para os reassentamentos. Muitos foram morar na cidade, outros tantos foram para reassentados em terras de outros estados, outros mudaram-se para municípios próximos. As despedidas são lembradas pelos entrevistados com muita tristeza. É a tristeza do vazio que ficou e da vida que se transformou completamente. Como disse Pedro (2016, informação verbal): “estraqalhou, como se diz, algumas famílias, as comunidades”. Rui acrescentou:

Então, assim por parte dos atingidos, existe uma revolta muito grande, porque imagina as famílias que dividiu, o pai, o filho, a irmã... Os irmão moravam perto, uns foram para o Paraná, outros foram para o Rio Grande do Sul, outros vieram para a cidade, uns ficaram ribeirinha, dividiu família e isso é ruim, né! (RUI, 2016, informação verbal).

Sofriam aqueles que ficavam e aqueles que saíam. Como conta dona Ana (2016, informação verbal), “o valor valia, mas o sentimento de sair de lá, o valor era bom se soubesse

colocar na hora, só que deixá a comunidade, deixá tudo, né! Para ir embora, isso foi ruim”. Neila (2016, informação verbal) corroborou dizendo: “tudo era mais difícil, tu tinha uma incerteza, tu não sabia aonde tu ia...daí tu não sabia se o dinheiro que tu recebia tu ia colocar para frente, né! Daí tu também tu tinha uma incerteza, né!”. Aqueles que ficaram, presenciaram o enchimento do reservatório e guardaram memórias tristes e amedrontadas de acompanhar a vida sendo alagada. Os relatos trazem as lembranças dos espaços onde os entrevistados cresceram, das plantas cultivadas, do campo de futebol, da casa construída com as próprias mãos, das estradas abertas em conjunto com a comunidade, do pátio onde brincavam com os irmãos. Para essas pessoas, o território aparece como uma extensão do corpo e da identidade, como espaço de vida, de trabalho, de relações sociais, de lutas, de intenso investimento subjetivo que perpassa muitas gerações. Perder esse território e, mais ainda, vê-lo submerso, é também perder uma parte de si, é também morrer.

A gente sabia o que tu tinha lá, nunca mais tu aí enxergar, a comunidade, a gente sabia que nunca mais ia enxergar essa comunidade, dava muito sentimento, desde aonde a gente morava...hoje eu fico pensando assim, como era lá na casa antes de eu casar, que também ficou tudo debaixo da água, aqui aonde nós morava, eu fico pensando assim, como era agora e aquela vez, né! É, tem o lago que é bonito, mas, para mim, eu gostava ainda quando era lá embaixo, naquele buraco aonde a gente morava. (DULCE, 2016, informação verbal).

E quando a água foi chegando, eu lembro que um dia, de tardinha, ela tava uns cinco metros de chegar onde tinha a casa. E, assim, foi desmanchada a casa e tinha uma área de concreto e ficou lá aquela área. E, de manhã cedo, eu fui lá e tinha um tanto assim de água no pátio, na frente e batendo naquele muro de concreto quase chegando em cima da área (tosse), aí eu entrei naquele área e sentei com os pés na água (silêncio e choro). Desculpa, mas é de emocionar, né. E aí eu sentei lá e chorei, chorei um monte. Sabendo que lá, onde nós se criamos, os irmãos, as irmãs. Todo dia se jogava bola lá no pátio e saber que aquilo lá nunca mais... Se foi. Nunca mais vou botar os pés lá. Foi difícil. E, enfim, aí a mãe quis ir morar na cidade. Eu comprei uma casa. A mãe não quis mais ficar lá, não queria ficar. Ela disse que não gostava de ver a água. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Conforme Auyero e Swistun (2009), esse modo de sofrimento está fortemente vinculado à perda de referenciais e de marcos sócio-temporais a nível de discurso, de prática e de identidade. Observa-se que, aqueles que ficaram vivendo no entorno do reservatório experienciaram o processo de permanecer no mesmo lugar que já não é o mesmo lugar. Como diria Aleksiévitich (2016), trata-se do conhecido, desconhecido mundo. Além disso, depois do enchimento do reservatório, os entrevistados relatam lembranças de tremores de terra, de trovões e de estrondos. Eles lembram que, diante do medo da população, foi disponibilizado um informativo nas rádios locais, explicando que se travava do assentamento das lajes. Mario

(2016, informação verbal) contou que “aí começavam dar no rádio que era assentamento de laje, né! Aí dava aquele tremor”.

Então, uma outra coisa que a gente pode dizer assim, ouvisse muitos estrondos, né! Tipo assim, não se comprova, como é que tu vai comprovar uma coisa que de repente é o disse me disse, então, por exemplo, assim o movimento das placas da região pela infiltração da água, como você vai provar alguma coisa que você não tem teor científico. (MICHELE, 2016, informação verbal).

Vem uns trovões lá, quando a barragem começou a encher deu uns trovões cheio que até aqui escutava, uns trovões debaixo da terra, a água já secando, já começou a secar. Dava tremor, tremia a casa, tremia a janela. Era por baixo da terra os tremor. (MARIA, 2016, informação verbal).

Eu acho que assim, não lembro bem, mas acho que 30 dias, 40 subiu. E depois de cheio ainda, andô dando, muita gente se assustou, tremia o chão, né. Estava parado e daqui um pouco escutava uma trovejada longe, longe, muito longe, e mexia embaixo dos pé. Tu sentia a terra mexê. Sim, teve casas que trincou e aí geólogos disseram que era o solo se acomodando. Imagina o peso em cima, toda essa água que calçou, vai saber onde que ela se infiltrou, onde que ela entrou por baixo. Ficou mais de ano isso volta e meia acontecendo. Teve gente que trincou casa. Acomodação dos solos, que se tratava. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Uma revisão da literatura acerca dos terremotos oriundos dos empreendimentos hidrelétricos apontou que eles podem ocorrer não apenas durante o enchimento do reservatório ou quando o nível da água é diminuído, mas também quando ele se encontra relativamente estável (VIANA, 2003, p. 25). Para além disso, do ponto de vista subjetivo, essas pessoas também haviam perdido o chão. Uma perda concreta por meio do alagamento de suas terras, do espaço de vida e de trabalho. Uma perda concreta e simbólica da vida que não iria mais voltar, dos amigos, dos familiares e dos vizinhos que deixaram o lugar. O que esses entrevistados contam é que tiveram que construir um novo mundo, uma nova casa, uma nova maneira de viver naquele espaço destruído, morto, machucado. O tempo da terra assentar-se seria também o tempo necessário para se reconstruir, começando por dentro. O que eles disseram, ao longo das entrevistas, é que, até hoje, sentem a terra mexer-se, o chão romper, mas, agora, dentro de seus corações e de suas memórias. O chão de verdade encontrou seu lugar, acomodou-se, mas os corações, esses talvez nunca mais se acomodem. Com essas narrativas, os entrevistados reforçam a ideia de que dinheiro algum poderá reparar o sofrimento e os danos causados, porque, na verdade, dinheiro algum recupera a vida perdida ou a vida que poderia ter sido.

É, tivemos muitos avanços, e só que assim... nada compara, mesmo as pessoas recebendo as suas indenizações razoáveis, não paga... Não paga o preço da, da

sentimental das pessoas, tudo isso, né! Tem comunidades que foi um massacre, comunidades menos organizadas. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Quando estava tudo limpo, a terra limpa, a propriedade feita, voltamos para o zero, para começar tudo novamente aqui, que não foi fácil naquela época, que meu marido, ele não se mostrava, mas a gente via que ele não estava contente, porque, quando ele descobriu que lá vinha a água para cima da casa, ele ficou muito triste, porque pensa ter tudo aquilo lá e perder tudo. Perder, modo de dizer, né, ganha o dinheiro, mas não é... Não paga o sofrimento que a gente passou, por ter limpado tudo ter feito tudo aquilo, né? Daí, quando ele ficou sabendo, gente, ele ficou muito aborrecido, mais uma vez, né, caiu lá embaixo de aborrecimento. (CLAUDIA, 2016, informação verbal).

Os entrevistados contaram que, sem o devido amparo e ainda confusos com tantas mudanças, muitas famílias investiram equivocadamente as indenizações recebidas, endividaram-se e perderam tudo o que haviam construído. Ademais, muitos grupos reassentados não se adaptaram aos locais e retornaram para as cidades ou para as comunidades de origem, “muitos daqueles reassentados vieram de volta, não se acostumavam com o lugar, tinha pessoas até que se matavam, entraram em depressão e tudo” (CLÓVIS, 2016, informação verbal). Processo similar aconteceu com as famílias que receberam carta de crédito e se deslocaram para a cidade.

Olha essas partes mais difíceis aí, muita gente que saíram que venderam não está aí, que conseguiram se realocar em outro lugar e começar a trabalhar de novo e organizar essas coisa, isso aí foi..... não foi fácil, porque muitos pés velhos que foram arrancado, plantar porque uma pessoa, Ah! Tem muita gente! Ah planta um pé velho e planta e arranca, por isso morreu muito velhos que tinha... Sim, porque se mudavam era aqui costumado, já vão morar em outra região, o clima já é diferente e isso aí, não funciona, não fecha, a pessoa não se costuma, a pessoa que é criada ali, ele não se acostuma outras região, aqui pelo menos tinha pedra para rolar morro abaixo, em outras regiões não tem pedra, nem aquilo para fazer. (JOÃO, 2016, informação verbal).

Um estudo desenvolvido por Picoli (2012), com o objetivo de analisar de que modo a implantação da barragem de Itá foi interpretada pelos camponeses atingidos e reassentados no município catarinense de Campos Novos, apontou para inúmeras vivências de sofrimento. De entre elas, destacam-se o preconceito e a imensa dificuldade de reinserção social. Os entrevistados declararam que eram tidos, pelos moradores da região onde foram reassentados, como agressivos e de moral duvidosa, além de serem associados equivocadamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os relatos da pesquisa apontam, ainda, que havia, por parte da população local, um medo de “contaminação” pelo grupo reassentado e que, embora os atingidos tenham sido reassentados em um território comum, não conseguiram manter ou reproduzir suas práticas sociais e culturais. Diante disso, apesar de os



entrevistados admitirem que as condições econômicas, de terra, de moradia e de consumo tinham melhorado com a mudança vivenciada, todos manifestaram o desejo de voltar ao antigo lugar e também ao tempo passado. Dessa forma, o estudo concluiu que “os ganhos obtidos não se sobrepuseram às perdas, e que estas, são motivos de ansiedade, desgosto e tristeza, mesmo passados doze anos” (PICOLI, 2012, p. 19).

Um estudo realizado por Viana (2003) com 30 pessoas atingidas pela construção da mesma hidrelétrica e que vivenciaram diferentes modalidades de reparação mostrou que grande parte dos entrevistados possui um forte sentimento de cisão da vida econômica, material, individual, social, cultural e coletiva. Somente em algumas exceções houve relatos de que se sentem satisfeitos, ressarcidos e reparados em suas perdas econômicas e materiais. De qualquer modo, mesmo os entrevistados satisfeitos economicamente não se sentem ressarcidos em suas perdas imateriais, sociais e culturais (VIANA, 2003).

Outra investigação, realizada logo após o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Itá, buscou compreender as transformações socioespaciais na região. O estudo concluiu que as estratégias utilizadas para reparar os danos gerados às comunidades atingidas não passavam de um “faz de conta” no qual a promessa do turismo e da elitização dos espaços beneficiava apenas uma parcela da população, precarizando ainda mais as possibilidades de vida e de trabalho dos agricultores. Os espaços de socialização fictícios nas comunidades atingidas não possuíam práticas sociais capazes de atribuir conteúdo e resgatar os vínculos, pelo contrário, demonstravam os efeitos claros da exclusão e da segregação social (NÓR, 2001, p. 142).

A partir dos estudos analisados, é possível concluir, assim como sugerem Radaelli (2010) e Viana (2003), e que, apesar das diversas lutas responsáveis por gerar diferentes modalidades de reparação e de benefícios aos atingidos, as melhores condições de vida são identificadas nos reassentamentos coletivos fora da região, em territórios que justamente não foram alvo do empreendimento. Assim, “a promessa de desenvolvimento da região continua ainda uma promessa” (VIANA, 2003, p. 149) na qual os “inimigos do progresso” transformaram-se vítimas do progresso.

## **7.5 Considerações finais**

A história não contada da hidrelétrica de Itá é reveladora do processo violento, explorador, dominador e injusto pelo qual a indústria barrageira se instalou na região, sob o aval e o respaldo da justiça, do Estado e dos representantes políticos. Orientando-se pela lógica da mercantilização do meio ambiente e do homem, excluiu-se totalmente a noção de ética, de

vida e de direito humano. Diante da violência, da insegurança, da falta de informação e de orientação, das ameaças e da inexistência de suporte político e social, as populações atingidas tiveram que lutar sozinhas e precariamente pela garantia de seus direitos mais básicos. Como dizia Martins (1993, p. 63), “sinto-me pobre por viver numa sociedade em que índios e camponeses precisem proclamar de voz ativa que são humanos, que não são animais, e menos ainda animais selvagens”.

Apesar da resistência, a concretização da obra apresentou-se como um fato concreto e consumado, representada, na narrativa dos participantes da pesquisa, pela ideia de um desastre, de um bicho de sete cabeças, envolto pelo terrorismo e pelo sofrimento social e ambiental. Nesse processo, o uso constante de estratégias de criminalização do movimento social, de desarticulação do coletivo, de negociações individuais, do estabelecimento de aliança com representantes políticos, da ênfase nos benefícios do projeto em detrimento dos danos e da falta de participação democrática dos atingidos nos processos decisórios contribuiu para que as famílias atingidas não acreditassem na concretização do empreendimento, sentissem-se confusas e sem condições decisórias, além de vivenciarem sentimentos de impotência, insegurança, tristeza e perda da confiança em si e nos laços sociais. Ademais, o deslocamento forçado e o deslocamento *in situ* representaram uma cisão indenitária, psíquica, econômica e social sem precedentes. E, se essa história fosse contada nos museus, na visita guiada da hidrelétrica, no vídeo institucional, nos livros e nos materiais publicitários da barragem e do município de Itá?

## 8 “ESSA VIDA, ELA É INTERROMPIDA”: OS DANOS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITÁ NA VIDA, NO TRABALHO E NA SAÚDE MENTAL DOS ATINGIDOS

*“Toda região do Alto Uruguai renasceu das águas revigorada, da vocação à agropecuária a região viu crescer em torno do lago um novo cenário. Com a formação do lago e com o resgate histórico, os municípios estão ganhando novas perspectivas sociais e econômicas com o incremento do turismo e de novos negócios. Com a criação de projetos ambientais e de áreas de preservação permanente a fauna e a flora da região estão sendo reconstituídas e restituídas as novas gerações. Programas de educação ambiental estão criando principalmente nas crianças um novo jeito de conviver e se relacionar com a natureza. Da tão necessária energia para o sistema elétrico do país a hidrelétrica Itá ajudou a população da região a encontrar uma nova energia, a energia da esperança, a energia de sonhos revigorados e a certeza de um futuro melhor.”*

(TRACTEBEL, 2014).

*“Foi fato verídico que aconteceu, de quatro pessoas só dentro da minha comunidade, que tiveram que sair, quatro de uma distância de dois quilômetros, que moravam um do lado do outro, que moravam dentro da minha comunidade que tiveram que sair de lá, se tiram a vida, né! Uns logo de imediato, outros no decorrer aí de uns 2 ou 3 anos, porque vem aí, a questão do sentimento, vem a depressão e acabaram se tirando a vida, e isso estou falando de uma comunidade, imagina se nos analisarmos dentro da barragem de Itá, ou por exemplo, das sete construídas na bacia do Rio Uruguai, nem vamos falar a nível Brasil, né! E aí, quando se fala em direito humanos e direito à vida também, não é direitos humanos... É direito à vida das pessoas! Tem gente que, por ganância, tira a vida da pessoa, e isso é tirar a vida das pessoas, né!”*

(PEDRO, 2016, informação verbal).

Fotografia 16 – Parada de ônibus na região rural de Mariano Moro



Fonte: acervo pessoal (2016).

Nota: imagem integrante da exposição “Deserto de Água”.

## 8.1 Introdução

O gramado e as flores coloridas em volta da casa escondem a tristeza da dona Dulce. Sentada no jardim, ela olha para a imensidão do reservatório da hidrelétrica de Itá e enxerga a água escura, as árvores no entorno do lago e uma neblina cinzenta que vai embora apenas depois do meio dia. Na direção do jardim, logo abaixo, é possível localizar a antiga casa da família, hoje submersa pela água. Dona Dulce (2016, informação verbal) diz que aquela era mais simples, mas era uma casa muito feliz. A família teve sua propriedade totalmente submersa pela

água. Na época, receberam uma indenização que permitiu construir uma nova casa em um terreno próximo da antiga residência.

No entanto, assim que a propriedade estava finalizada, um grande temporal destruiu tudo. Foi preciso contar com a ajuda da família e dos amigos para recomeçar mais uma vez. Dona Dulce (2016, informação verbal) diz que, se fosse escrever um livro, ele estaria cheio de histórias tristes. Ainda hoje, quando lembra da vida na antiga comunidade, seus olhos enchem-se de lágrimas, sua fala é repleta de emoção. Ela conta que todos eram muito unidos na vila, estavam sempre se visitando, fazendo festas, indo à igreja. Era fácil trabalhar durante a semana, pois sabiam que, nos sábados e domingos, teriam companhia, conversa e amigos por perto. A região era muito produtiva e rica em trabalho por meio do cultivo de alimentos.

Hoje eles estão vinculados ao novo núcleo comunitário reconstruído pela empresa responsável pela barragem de Itá. Existe uma pequena igreja, um campo de futebol, um salão de festas, um cemitério e uma escola. Dona Dulce (2016, informação verbal) conta que, com a chegada da barragem, quase todos que ali viviam foram reassentados no Paraná ou mudaram-se para a cidade. Hoje, praticamente todos os vizinhos da região são pessoas da cidade que compraram pequenos lotes de terra em volta do lago para passar o final de semana. Como as famílias da cidade vem para o interior apenas nos finais de semana para descansar, acabam não estabelecendo vínculos. Com essa transição, os furtos também aumentaram, a casa já não pode ficar sozinha. Dona Dulce (2016, informação verbal) diz que não vai demorar muito para a escola fechar, pois o número de crianças reduz cada vez mais. A igreja ainda faz algumas missas, porque a escola leva as crianças, pois pessoas da comunidade mesmo, praticamente não existem mais.

O momento mais difícil para a família foi o dia em que os amigos e vizinhos foram embora com suas mudanças. Foi organizado um culto de despedida. Dona Dulce e seu esposo Luiz (2016, informação verbal) contam que, quando olharam para o filho mais novo, ele chorava sem parar. Eles perguntaram o que havia acontecido e ele disse que ficaria sozinho ali, sem amigos. A família explica que até hoje o filho toma remédios para depressão, parece que ele nunca mais foi o mesmo, “aquilo foi uma coisa muito triste, eu chorei muito... Aquilo foi muito chocante para nós, muito triste. Então, quando o pessoal foi, aí foi no fundo do poço, quando o pessoal foi embora, tá louco pra nós” (DULCE, 2016, informação verbal).

A história da dona Dulce representa muitas outras. São histórias de quem reconstruiu suas casas, suas roças, seus modos de trabalho, mas nem sempre suas vidas e seus laços sociais. São muitas as histórias de famílias que seguiram residindo nas novas comunidades reconstruídas pela hidrelétrica ou em comunidades próximas que, oficialmente, não foram

atingidas. O que faltou mesmo foi reconstruir o coração das pessoas, seus sonhos e seus afetos. Parece que engenheiro nenhum pôde prever tamanho sofrimento, dinheiro nenhum pôde reparar tamanho desgosto. Assim, falar das transformações na vida e no trabalho das pessoas atingidas pela construção da hidrelétrica de Itá e suas interfaces com a saúde mental, é olhar para cada história, para cada família, buscando compreender o sentido da terra, das plantas, das casas, do esforço e do suor depositados no território para construir uma vida e, depois, para reconstruí-la, sem perder a dimensão histórica e social que produziu as vivências narradas.

Alicerçada nessa prerrogativa, a abertura deste capítulo apresenta uma provocação ou, talvez, uma perversidade: na primeira citação, um trecho do vídeo institucional atualmente utilizado pela hidrelétrica de Itá; no segundo, a vivência de um participante da pesquisa. Enquanto as estratégias publicitárias da hidrelétrica de Itá persistem na reprodução do discurso do progresso, do desenvolvimento e da energia para a vida e para o futuro, Pedro fala da banalização da vida, da morte de sua comunidade, do desejo da morte frente ao sofrimento - para ele, construir uma hidrelétrica “é tirar a vida das pessoas” (PEDRO, 2016, informação verbal).

Pedro e Dulce, assim como outras centenas de pessoas atingidas pela obra analisada, não só foram vítimas do progresso como também pagaram um alto preço com o bem mais precioso – a vida. Aqueles que ainda vivem no entorno do lago presenciam silenciados a morte de suas comunidades, a morte do rio e da vida que ali havia sido construída. Sendo assim, neste capítulo, são abordados os danos de um projeto de desenvolvimento, demonstrando, por meio de relatos da população atingida, o que de fato restou das promessas de progresso e de uma vida melhor. Para isso, primeiramente são discutidos o esvaziamento e o abandono das comunidades rurais e os impactos desse processo para as relações sociais e culturais. Posteriormente, são abordadas as transformações ambientais, até chegar aos impactos e às transformações dos modos de trabalho. Na sequência, são problematizadas as interfaces de todas essas transformações com o sofrimento social e ambiental. Em seguida, são debatidos os motivos para a construção de uma hidrelétrica e a distribuição desigual de seus benefícios e danos e, finalmente, são discutidos os modos de resistência ainda presentes nos participantes da pesquisa, que possibilitaram a construção coletiva do documentário *Atingidos Somos Nós*.

## 8.2 “Aonde que a água pega, termina o lugar”: a destruição das comunidades e as perdas socioculturais

Depois do enchimento do reservatório que provocou o esvaziamento da região em função da saída das famílias para os reassentamentos ou para regiões urbanas e da inviabilidade produtiva de muitas propriedades, mesmo os núcleos rurais reconstruídos pela Tractebel estão em condições muito precárias ou em processo de desaparecimento. Assim, o cenário vivenciado pela população rural localizada no entorno do reservatório da hidrelétrica de Itá retrata um abandono profundo por parte do poder público e privado, processo que está ocasionando a destruição gradativa das comunidades que restaram.

Frente ao abandono das comunidades, da falta de pessoas e da impossibilidade daqueles que restaram em manter as práticas sociais e as estruturas comunitárias em funcionamento, o cenário é muito próximo daquele gerado pelas grandes catástrofes ambientais, como, por exemplo, o desastre nuclear de tchernóbil, relatado pela população atingida no livro de Aleksiévitich (2016). As comunidades rurais atingidas pela construção da barragem de Itá, que eram formadas, anteriormente, por 60 ou 70 famílias, hoje possuem 13, seis, cinco famílias. É comum a presença de casas, igrejas e salões de festas abandonados, de antigos campos de futebol tomados pelos animais que se alimentam da grama, de pequenas estradas inacessíveis e cobertas pela vegetação, de espaços comerciais fechados e de longos caminhos de terra sem nenhuma residência. Os relatos que retratam essa situação são inúmeros: “é um lugar que não... Que acabou!” (PAULO, 2016, informação verbal); “A comunidade é quase que nem está morto, não tem mais comunidade para dizer, não tem mais comunidade, aqui não tem mais nada, tu não tem mais esporte no domingo nem nada, tem que ficar em casa, tomar chimarrão ou arrancar inço” (JOÃO, 2016, informação verbal); “Fecharam a barragem e aí aconteceu, aí fechou. Aí a água foi subindo... Agora esse lugar aqui, eu vou lhe contar uma coisa, terminou... Terminou!” (PAULO, 2016, informação verbal); “A comunidade aqui se esfacelou, acabou, né!” (ÁLVARO, 2016, informação verbal); “Oito sobrou de sessenta e seis. Sim, daí, que bem eu estava falando com ela ali, acabou...O pessoal não tem mais transportes, não tem mais ônibus. Não tem mais aquela amizade que tinha, era uma família isso aqui” (CLÓVIS, 2016, informação verbal). Além das narrativas dos participantes, as fotografias auxiliam na ilustração do cenário descrito, como as Fotografias 17, 18 e 19, a seguir.

Fotografia 17 – Antiga Escola, Mariano Moro



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 18 – Casa abandona, Marcelino Ramos



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 19 – Cemitério abandonado, Marcelino Ramos



Fonte: acervo pessoal (2016).



A partir das visitas realizadas nas comunidades remanescentes, percebeu-se que, enquanto algumas ainda possuem um maior número de famílias e conseguem manter as práticas sociais, outras já estão totalmente abandonadas, sem nenhuma residência. Um exemplo é o caso da comunidade Volta Grande II, no município de Marcelino Ramos, que possui apenas uma família instalada. Nesse local, a igreja já está totalmente abandonada e não existe nenhuma atividade comercial ou social. Oscar (2016, informação verbal) explicou: “vai ter diversas comunidades que vão desaparecer, as comunidades não estão mais conseguindo se manter e a igreja estragando, tem o clube estragando, com cindo, seis, dez sócio no máximo, e não tem mais, e o que o município está fazendo hoje?”.

Além da ausência do Estado, muitos entrevistados relatam que houve um “desânimo” coletivo entre as pessoas, o que contribuiu para a dificuldade de manutenção das práticas sociais. Apesar de as abordagens do sofrimento social e ambiental não trabalharem diretamente com a denominação *depressão social*, é possível perceber, em algumas comunidades estudadas, um processo coletivo intenso de desesperança, apatia e dificuldade de ação frente à realidade vivenciada. Nos trechos que seguem, observa-se que, enquanto dona Ana e seu Oscar explicam como ocorre a coordenação dos espaços de convivência em suas comunidades, seu Clóvis (2016, informação verbal) relata a desistência dos seus pares na manutenção da comunidade: “Eles lutam, que nem nós aqui, se queremos segurar a vila é sempre os mesmos, no sofrimento e está na diretoria do clube, da escola, da igreja. Sempre os mesmo, porque falta gente” (ANA, 2016, informação verbal); “Vocês fazem que nem nós, um ano um é o presidente, secretário, tesoureiro, depois muda, o presidente o secretário. São sempre os mesmos, porque não tem gente mais” (OSCAR, 2016, informação verbal); “Em casa! Em casa, na comunidade também, sabe? Pouca gente, e ninguém mais se une, uma vez era unidos a nossa comunidade, tu fazia festa, todo mundo trabalhava, hoje estão todos desanimados assim, ninguém trabalha, sei lá, pouca gente, né! Olha, se transformou a nossa vida aqui” (CLÓVIS, 2016, informação verbal).

Além disso, a infraestrutura das comunidades rurais do entorno do reservatório é precária. As estradas, por exemplo, todas de chão, em muitos trechos, impossibilitam a circulação de veículos, mantendo alguns moradores totalmente inacessíveis. Assim, inúmeras vilas estão isoladas, com cerca de 30 quilômetros de distância da cidade mais próxima. Na maioria das regiões, os ônibus coletivos deixaram de circular por causa da falta de pessoas e da precariedade das estradas. As escolas fecharam e algumas igrejas já não realizam missas e cultos. Pedro (2016, informação verbal) comentou: “ônibus de linha tinha três veiz por dia, de manhã, de meio dia e de noite e ia prá cidade, hoje não tem mais nada [...] a igreja acabou, a

escola sumiu, a escoação da produção, ela... E, assim, acabou com as comunidade, acabou!”. As entrevistadas Michele e Maria e o entrevistado Leno corroboram essas afirmações, dizendo:

Com o fechamento da barragem, o transporte desapareceu, não existe mais um transporte regular que passa nessas localidades. Anteriormente tinha, agora não tem mais, então é uma coisa que sumiu desapareceu. Uma outra coisa, a Linha Laudelino, que era bem próxima de nós, não tem mais famílias, para aonde foram essas famílias? (MICHELE, 2016, informação verbal).

Não tinha telefone, não tinha poço artesiano, não tinha recursos para chamar um doente, correr não sei quantos quilômetros aqui em Kennedy para avisar um bombeiro que ele estava mal, não tinha condições, ele deu uns pares de crise, que... Tudo não funcionava, não deu certo. (MARIA, 2016, informação verbal).

O pessoal foi embora, aí diminuiu, diminuiu o pessoal, aí... As empresas de ônibus, os donos de ônibus tiraram a linha. Aí piorou de vez, né! Ali foi o fim da picada. Quem não tinha carro, pega um táxi, pega um vizinho, pegá para um vizinho também ir era tudo complicado, e o pessoal que conseguiram venderam e foram embora. (LENO, 2016, informação verbal).

Além do mais, os moradores que restaram relatam uma profunda transformação cultural, social e também de utilização do território. Com a formação do reservatório e com o aumento da oferta de terrenos, muitas pessoas da cidade compraram lotes de terra para a construção de *campings* ou de casas de lazer para uso em finais de semana. Com o aumento do movimento, em algumas áreas, também aumentou a violência e a ocorrência de roubos. Os entrevistados comentam que a cultura não é a mesma, as pessoas da cidade não participam da vida na comunidade, geralmente trazem comida e bebida da cidade e não contribuem com o desenvolvimento local. Alguns relatos exemplificam esse cenário: “tem vizinhos bons ali, mas só que eles saem lá da cidade, eles querem vir descansar, então a gente pensa, não vou lá incomodar eles [...]” (DULCE, 2016, informação verbal); “Ah! Hoje a vida é bem diferente... Antes que vinha a barragem, sabe, era só colono, hoje vem muita gente da cidade, tem roubos, tem de tudo um pouco, tá virando bem complicado aqui” (CLÓVIS, 2016, informação verbal); “Sim, era só os moradores dali, hoje o movimento maior é do pessoal que transita ali, tem camping, o pessoal da cidade também vem mais prá ver o lago” (NEILA, 2016, informação verbal).

Diante disso, surge a solidão dos moradores que restaram e a fragilização dos vínculos sociais. As práticas culturais como os filós (reunião de vizinhos para troca de alimentos e convivência), as festas e práticas religiosas vinculadas às igrejas, às atividades escolares, ao esporte (geralmente futebol) e as trocas de visitas são exemplos de encontros sociais que estão desaparecendo. Dulce (2016, informação verbal) contou que, “primeiro tu ia lá, era aquela

igrejinha lá embaixo na beira do lago, era uma turma que vinha, era um monte de gente, agora tem dois, três na igreja e o padre para rezar a missa”. Os entrevistados relatam que as perdas sociais são inestimáveis e que contribuem para o isolamento, para a tristeza e a solidão, como afirmou Álvaro (2016, informação verbal): “a vida social das comunidades morreu todas”. Oscar (2016, informação verbal) complementou: “a perda social é incrível, não tem preço, eu acho, que pagaria isso”.

A barragem desnorteou tudo nós, pessoas assim que a gente conviveu, se criou junto, hoje tu nem se vê mais, eles foram para lá longe em Chapeta, outros em Catuípe, outros foram lá para Marmeleiro, daí ninguém mais se visita, né! E nós era acostumado a passar o domingo sempre junto assim, eu com minhas vizinhas, principalmente, nós era a casa cheia sabe? No domingo, piazada se unia brincava, e daí a gente tomava chimarrão, fazia pipoca contava causo, na segunda-feira, todo mundo ia animado para a roça, agora isso não tem mais, mudou tudo. (DULCE, 2016, informação verbal).

[VÂNIA] – Uma vez... Uma vez, até hoje a gente estava comentando ali, antigamente era bom, um vizinho perto do outro, vizinho e tudo conhecido, sempre de noite jogando baralho, sempre junto, né!

[MERCEDES] – Nós ia muito no filó de noite, mas agora terminou... Se vocês passam aqui, vocês enxergam bastante mato... Só mato... Aqui era puro vizinho, até embaixo lá.

[VÂNIA] – E ficou para trás...Foi indo...Indo

(MERCEDES, 2016, informação verbal; VÂNIA, 2016, informação verbal).

Não é para os pequenos, o pequeno vai fazer o quê? Que nem nós aqui, ali tinha nossa escola, tinha campo de futebol, tinha bodega, tinha tudo, o pessoal se reunia ali, passava os domingo divertindo, jogando um baralho uma bocha, uns jogava futebol e hoje não tem mais nada, hoje tu só olha para as paredes das benfeitorias velhas que tem ali, não tem mais nada. (JOÃO, 2016, informação verbal).

Então, tipo assim, as comunidades todas elas quebrada, a vida social quebrou tudo, começa aqui na Linha Simon, as oito do Itá estão assim, e não tem uma lindeira usina que esteja melhor que isso, digo para vocês, eu conheço tudo aqui... Não tem uma que está funcionando certo, porque toda elas foram esfaceladas, que o barranco do rio foi a moradia de todas essas propriedades, que aonde você tem água, você tem vida, em cima do morro produz, mas não tem vida, é diferente. (ÁLVARO, 2016, informação verbal).

Diante das perdas ainda presentes, os entrevistados comentam que nada do que viveram antes da construção da barragem irá voltar, “essa hidrelétrica ali destruiu comunidades, ela, tipo assim, dava quase para dizer que destruiu famílias, uma parte das famílias ficou, outra parte foi para longe, né! Então tu vai ver que a perda social, acho que foi muito grande e foi para sempre, né! Nunca mais vai voltar isso, né!” (ÉLIO, 2016, informação verbal). Nesses relatos, observam-se vivências de um sofrimento coletivo, diretamente atrelado aos danos socioambientais, às violações de direitos e à falta de proteção social durante todo o histórico de

implantação do empreendimento (BARUS-MICHEL, 2003; FURTOS, 2007, 2008; MEDINA, 2014; MORRIS, 1991; THRIF, 2006).

Nesse sentido, um estudo desenvolvido com populações atingidas pela construção de uma represa na Índia demonstrou que as perdas comunitárias também geram efeitos nos laços íntimos, como na dinâmica familiar e conjugal (BEHURA; NAYAK, 1993). Para Cernea (1997), a pobreza e a precarização da vida não estão atreladas apenas à ausência de renda ou de bens, mas também à perda das redes de apoio social, as quais afetam diretamente os estados de impotência, dependência e vulnerabilidade.

Ademais, cabe destacar pelo menos dois elementos que representam a amplitude da injustiça social e ambiental sofrida por essa população: apesar de residirem a poucos metros de um reservatório de água com mais 141 km<sup>2</sup> e ao lado de uma hidrelétrica com potência instalada de 1450 MW, é recorrente a falta ou a má qualidade da água e da energia, impedindo o acesso a redes de telefonia e internet e limitando o uso de eletrodomésticos e de equipamentos de trabalho. Alguns entrevistados exemplificaram: “e não tem qualidade de energia, quando tem que tirar o leite da vaca, tem que desligar o chuveiro, tem que desligar o freezer, tem que desligar...” (LEANDRO, 2016, informação verbal); “Então as pessoas já se perguntam, poxa, mas eu estou aí diante de uma hidrelétrica grande, né! Eu ia ficar sem luz, perder meus produtos, porque geralmente todas as propriedades trabalham com leite, aí se não tem energia elétrica, vai fazer o quê? O leite vai fora, estraga, né!” (ÉLIO, 2016, informação verbal); “Eu acho que foi o ano passado, teve comunidades no interior de Aratiba que ficaram quatorze dias sem energia” (LUCAS, 2016, informação verbal); “E nós aqui sofrendo com energia, fraca, falta... Isso não é justo, primeiramente é prá atender a comunidade, Opa!” (PEDRO, 2016, informação verbal). Dona Maria explicou que, logo depois do enchimento do reservatório, sua propriedade passou por um longo período de tempo sem acesso à água. Com os poços de água potável submersos, eles tiveram que comprar água da cidade.

Não tinha água de cima, secou, um dia, sabe quanto nós paguemos? Tu não lembra de falar, eu lembro, oitenta real uma carga de água, veio lá de Concórdia. Não, noventa reais uma carga de água. O bombeiro que entregava. E não podia um caminhão daqui pegar água, porque era sujo, tinha que pegar um caminhão dos bombeiros limpo pegar a água de lá levar lá em casa encher os tanques, porque nós não tinha mais água. Botamos umas lonas uns negócios e fomos pegando, para ter aquela água, não tinha mais água e aí as vacas eles não deixavam tomar a água no rio, depois diz que não é complicado, é complicadíssimo. (MARIA, 2016, informação verbal).

A falta de água e de infraestrutura, de modo geral, decorrente da instalação da barragem, aponta para a necessidade de um acompanhamento longitudinal dos efeitos provocados por um

empreendimento dessa envergadura. Apesar de a construtora ter cumprido os requisitos legais de reparação, como, por exemplo, reassentamento da população e a construção dos núcleos rurais para as famílias que permaneceram, não houve acompanhamento longitudinal dos danos, “Tchau e benção... Nunca mais vimos a Eletrosul, pagou o que ela pagou, tudo bem direitinho, só que deixou nós assim...” (DIRCEU, 2016, informação verbal). Conforme acrescentou Renato, as famílias e as comunidades não foram acompanhadas após o enchimento do reservatório.

Eles construíram quadra de futebol, uma quadrinha de futebol de salão, mas eles colocaram uma quadra em cima, fizeram na época uma quadra, fizeram o colégio, fizeram clube, tudo... Montaram a vilazinha ali, quatro moradores conseguiram ficar lá. O que que era uma vila e o que que virou, aquele povo que morava, eles não viram quem ficou aí morando, os atingidos ficaram e escola fechada e igreja pequeninha. (RENATO, 2016, informação verbal).

Dessa forma, percebe-se que, depois de sofrerem os impactos provenientes do empreendimento, as comunidades atingidas vivenciaram e vivenciam o completo abandono pelas políticas públicas. Assim, os moradores dessas regiões rurais descrevem o local como um deserto, um deserto de água, um deserto de pessoas. Aqueles que ficaram, ficaram isolados, sozinhos: “dos moradores antigos, não tem mais ninguém. O resto foram embora, quem não morreu, foi embora” (MARIA, 2016, informação verbal); “Aonde tu vai só tem água” (LEILA, 2016, informação verbal); “Mudou, que ficou tipo deserto, né!” (VÂNIA, 2016, informação verbal); “O que mais me incomodou, assim, foi o isolamento que aconteceu, né!” (MARIO, 2016, informação verbal); “Complicou por causa disso, ficou tudo um deserto...aquele que mora perto da barragem, não tem desenvolvimento” (HERMES, 2016, informação verbal); “De a pé, daí, sábado, a gente ia para culto, domingo ia para o culto... Passava bom... Assim agora... Acabou tudo. É ficou... Ficou deserto aí...” (AMÉLIA, 2016, informação verbal). Diante dessa situação, dona Maria conta que foi obrigada a abandonar a antiga casa e toda sua propriedade rural.

Ficamos, ficamos, meu Deus, ainda agora, porque nós descemos lá embaixo e só mato, é um perigo, lá se um quer assaltar, tirar o que tu tem.. Lá não tem telefone, não tem nada lá, experimenta... Vai lá embaixo se tu encontra um telefone. Todo mudo abandonou, foi embora, todo mundo abandonou foi embora, o que que fizeram, plantaram eucalipto, tem um morador lá, no meio dos eucaliptos, só mato em redor, tu não vê nada, só avião passa por cima, lá não tem morador mais nada, quem ficou ali, tá lá sofrendo, sem morador, sem nada. (MARIA, 2016, informação verbal).

Os próprios entrevistados relatam que ninguém imaginava que o esvaziamento das comunidades seria tão grande. Comentam que o isolamento das famílias que permaneceram

vivendo no entorno do reservatório não foi previsto, discutido ou problematizado na época da construção do empreendimento. Mário (2016, informação verbal) contou que, “na verdade, ninguém levantou esse problema de isolamento, isso aí é uma questão pública né! Isolamento das famílias... E ninguém comenta... Nem um político, ninguém quer enxergar isso aí... Só quem enxerga é ela que está fazendo um estudo da faculdade, que vai levar para a faculdade, senão ninguém ia saber...”. Nessa fala, o agricultor defende a ideia de que o isolamento social em que vivem hoje é uma questão pública e que nenhum representante político percebe. Em outras palavras, Mario reconhece que o sofrimento que vivenciam hoje e a precarização de suas vidas é uma construção social, é um sofrimento social, efeito de um empreendimento que interrompeu as vidas nas comunidades.

Os participantes da pesquisa também percebem impactos importantes nas regiões urbanas, ultrapassando o espaço rural. Um dos entrevistados comentou: “vai lá e fica uma semana, ou fica dois dias, pega um dia de semana que você ia a Itá, agora vai lá, aquele pessoal que ficou na cidade está morto, morto... Morto, não tem movimento nada... Nada, lá morreu a cidade” (RENATO, 2016, informação verbal). Todos esses dados demonstram como a construção da barragem de Itá precarizou e fragilizou a vida social e comunitária da população remanescente. Além disso, as comunidades atingidas depararam-se com a ausência do Estado, que contribui para a intensificação dos danos e que se apresenta como a maior de todas as violências (LASI, 2013).

Estudos anteriores demonstraram que o deslocamento compulsório destrói o tecido social, desmantelando padrões de organização e laços sociais. Nesse processo, as redes informais de apoio são profundamente interrompidas, apresentando-se como importante risco à saúde mental. Cernea (1997) problematiza esses efeitos do ponto de vista da perda do capital social, alertando que esses danos dificilmente são percebidos e compensados pelos programas reparatórios. As afirmações desse autor são confirmadas pelos dados identificados nas entrevistas realizadas, destacando que os prejuízos reais da perda dos laços sociais e comunitários são sentidos a longo prazo.

### **8.3 “Olha, menina, essas águas são prá morte, não prá vida”: o rio silenciado e o desequilíbrio ambiental**

Os inúmeros danos ambientais provocados pela construção de hidrelétricas têm sido descritos e problematizados por diversos estudos nacionais e internacionais (DELESPORTE; MAGNO, 2013; DERROSSO; ICHIKAWA, 2013; INTERNACIONAL RIVERS, 2012;

KOIFMAN, 2001; MAB, 2004, 2014; OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014c; PASE; LINHARES; MATOS, 2014; QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012; ROCHA; 2014; ROTHMAN, 2008; SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2012; SILVA; SATO, 2012; VAINER, 2007; WCD, 2000a, 2000b; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). No entanto, uma das contribuições dos participantes deste estudo foi mostrar as articulações entre esses danos e a saúde, o trabalho, as práticas culturais e sociais. Para eles, a morte do rio e do meio ambiente pode ser percebida através de diversos elementos que transformaram profundamente suas relações com o território e com a natureza. Com o enchimento do reservatório, o rio, que antes se movimentava e era tido como um espaço de vida por meio dos peixes e do fornecimento de água, tornou-se profundo, largo e perigoso. A pesca passou a ser controlada e legalizada. O uso da água tornou-se restrito - não é possível nadar e, em muitos locais, até mesmo a utilização de caícos e barcos tornou-se perigosa.

Na narrativa dos entrevistados, a morte do rio geralmente é representada através do silêncio, “se escutava o barulho da água” (TANIRA, 2016, informação verbal), ou ainda “[...] e, assim, quando começou subir o rio, você não escutava mais a cachoeira correr, porque era bonito escutar a cachoeira correr. E... Virou um silêncio (choro)” (PEDRO, 2016, informação verbal). Conforme relato de Élio (2016, informação verbal), “na verdade, é assim, praticamente o nosso rio Uruguai é para desaparecer, né, de tanto hidrelétrica que vão querer construir”. Diante dessas diferentes perdas, os sujeitos da pesquisa relatam que as águas do reservatório são águas mortas, que perderam a vida, que destruíram o rio Uruguai: “essa vida, ela é interrompida, por exemplo, assim a questão da própria pesca do próprio peixe do rio Uruguai era a nossa subsistência, de certa forma, né! Nós não temos mais a vida que o rio Uruguai tinha (ÁLVARO, 2016, informação verbal). Corroboram essa perspectiva, os inúmeros casos de afogamento no reservatório. Com profundidade que variam entre 30 e 100 metros, os moradores têm medo de se afogar e evitam a aproximação com o reservatório. Mario contou: “teve muitas pessoas que se afogaram no rio, começavam passar o rio de barco e o vento, quando dá, ele levanta a mareta que nem no mar. E nós não era acostumado com esse tipo de água aqui, não se conhece esse sistema da água” (MARIO, 2016, informação verbal).

Em 2016, a morte por afogamento do ator Domingos Montagner foi associada à vazão da hidrelétrica do Xingó (SE). No rio São Francisco, o ator nadava em uma área de águas calmas, destinada a banho, quando, subitamente, se afogou (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Apesar de inúmeras ocorrências similares já terem sido registrados por ribeirinhos da região, o caso de Montagner ganhou visibilidade na mídia nacional e levantou questionamentos quanto às transformações do fluxo da água do rio em função da instalação da hidrelétrica. Em nota

oficial, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco caracterizou a morte do ator como trágica, afirmando que as acusações não passavam de meras especulações. Mesmo diante da falta de conclusões técnicas quanto ao caso exemplificado, ressalta-se que dezenas de pessoas atingidas pela hidrelétrica de Itá relataram inúmeros casos de afogamento no reservatório da barragem. Conforme relato dos entrevistados, essas situações aumentaram consideravelmente depois do enchimento do reservatório e estão vinculadas às importantes alterações do rio, como, por exemplo: o aumento da profundidade e da largura; a vazão da água da hidrelétrica e o consequente aumento ou diminuição repentina do nível da água; as mudanças no fluxo da água entre diversas outras. Destaca-se que, em nenhum espaço de todo o entorno do reservatório da hidrelétrica estudada, foram identificadas sinalizações quanto à profundidade do lago ou com qualquer outra informação protetiva. O reservatório caracteriza-se pela presença de águas aparentemente calmas e tranquilas, aumentando o risco de afogamento. Para Vainer (2016), os lagos, além de esconderem os riscos, escondem todas as histórias, quem olha, não sabe diferenciar um lago artificial de um lago natural. As Fotografias 20 e 21, registradas em Marcelino Ramos e em Concórdia, exemplificam isso.

Fotografia 20 – Reservatório de Itá, Marcelino Ramos



Fonte: acervo pessoal (2016).



Fotografia 21 – Reservatório de Itá, Concórdia



Fonte: acervo pessoal (2016).

Outro importante fator que alterou a relação da população com rio, hoje lago, foi a plantação extensiva de espinhos em diversos trechos do lago. Na perspectiva dos participantes da pesquisa, a vegetação espinhosa e alérgica serve como uma barreira de acesso à água. Élio (2016, informação verbal) explicou: “hoje aqueles que moram perto não podem nem chegar no lago, inclusive eles plantaram uma vegetação que ninguém chega, é uma vegetação alta e da puro espinho, ninguém chega”. Diversos outros entrevistados confirmaram essa afirmação.

Junto com isso, na mata auxiliar, eles plantaram uma tal de aroeira, é uma planta, uma pimenta, sabe? Ela é típica da região litorânea do sul do Brasil, não é daqui, tu pode falar com todos os balseiros daqui da região, ninguém conhecia, eles plantaram dentro da faixa e a minha assim, eu tenho um caso especial aqui em casa, a minha menina é alérgica a isso, né. (ÁLVARO, 2016, informação verbal).

Mas o que eles fizeram ao redor do lago, plantaram espinho, aroeira. A aroeira tem pessoas que não pode, ela dá alergia. Eles plantaram isso, espinho, que eu chamo de morre-morre, porque você bate nele e ele murcha. É puro espinho e ninguém entra lá. Prá ninguém ter acesso ao lago. (MARIO, 2016, informação verbal).

Assim, se anteriormente os moradores da região possuíam acesso livre ao rio, atualmente o uso da água foi legalizado, regulamentado: “tem o Camilo ali embaixo, não sei quantos processo tem, né! Tem que segurar limpo. Ele está com vários processos... Ele não consegue segue nem limpar” (JULIA, 2016, informação verbal); “Morreu tudo. Para tu pescar de um lambari de varra, para tu comer, tem que ir escondido, se eles enxergar, é piracema e não sei o que... não, pode não pode” (MARIA, 2016, informação verbal); “Ah! Tem bastante gente que pesca o mesmo, mas para tu botar a rede e coisa assim, para não te complicar, tem que fazer a carteirinha. Legalizado é melhor, aí não tem problema nenhum” (MERCEDES, 2016, informação verbal); “Eu que não tenho nem... Se me chega a me pegar com uma rede ali, eu

sou preso e sem fiança, vai para a cadeia na hora” (MAURO, 2016, informação verbal); “Cobrar, cobrar, para tu não desmatar, cobrar para não tu ir pescar, tu não pode usufruir de nada, tem que ter... Tem época ali, que você não pode nem limpar, que você não pode...” (RENATO, 2016, informação verbal). Leandro, umas das lideranças do MAB também contribuiu com o debate:

Eles tinha o rio, eles tinha acesso livre ao lago, ao rio, pescar, andar de bote, tomar banho, hoje não existe mais isso, porque além de ter um... como eles chamam de APP, que eles dizem, uma reserva permanente que é cem metros, para ter acesso ao lago, para soltar as vacas, qualquer coisa, eles tem que pedir, tem que ter uma autorização da empresa, sabe que antes eles tinham esse acesso normal, né! Para ele colocar um barquinho no rio, um caíco que a família tinha, uma rede, um anzol, ele tem que pedir permissão para tudo, Fepam pega, você tem que estar sempre se escondendo. (LEANDRO, 2016, informação verbal).

Diante da fiscalização, os entrevistados questionam a contradição entre a intensificação do processo de preservação do meio ambiente após tamanha degradação provocada pelo enchimento do reservatório. A lógica é de que os grandes empreendimentos se inserem nos territórios, destroem e depois criam uma série de mecanismos de fiscalização, de controle e de “preservação” do meio ambiente. Nesse processo, novamente são as populações ribeirinhas que são penalizadas. Pedro (2016, informação verbal) lembrou que “milhões de árvores ali debaixo da água, afogou. A empresa comprou áreas pra compensar, né, mas não, nunca vai compensar aquilo que foi...”, Michele (2016, informação verbal) também discute que “[...] o desaparecimento de espécie nativa da região, da fauna não tem!”. Mário critica o papel do empreendimento dizendo que eles criam “o problema e fiscalizam! Cria o problema e ainda fiscaliza, né! Essa que é a realidade da coisa. Eles têm as leis para te correr atrás, para fazer isso... Para fazê aquilo, eles têm as leis, né!” (MÁRIO, 2016, informação verbal). Destaca-se a perspectiva de que a legislação existe para privilegiar os grandes empreendimentos, afinal, como afirma Willms (2007, p. 58), as leis podem ser comparadas a grandes teias de aranha que prendem as moscas pequenas, mas não podem prender as grandes. As Fotografias 22 e 23 a seguir apresentam um símbolo desse processo de regulamentação e de restrição quanto ao uso do reservatório. Placas como essas estão dispostas em todo o entorno do lago.

Fotografia 22 – Placa de Sinalização, Marcelino Ramos



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 23 – Placa de Sinalização, Concórdia



Fonte: acervo pessoal (2016).

Convém destacar que outro aspecto bastante enfatizado pelos entrevistados é o desequilíbrio ambiental representado pela presença e/ou proliferação de espécies de animais, insetos e peixes. De entre eles, são observados: o aumento de algumas espécies de peixe enquanto outras desapareceram; a invasão de animais, como macacos e quatis; e a infestação de formigas e mosquitos. Além das dificuldades de convivência com esses animais, eles estragam a plantação de alimentos e matam galinhas e cachorros. Os entrevistados relataram que “é um formiguedo só que vem não sei da aonde... É só formiga que tem! Planta um pé de eucalipto na nossa terra para ver... É só formiga” (LENO, 2016, informação verbal); “Agora água parada que ficou... mais mosquito que ficou...” (VÂNIA, 2016, informação verbal); “E a piranha que invadiu... Se tu ficar duas horas na água, a pele tu não tem mais no rosto. Eles comem tudo, a piranha é um peixe que invadiu dentro da barragem, eu não sei se eles largaram, eu acho que não tinha isso” (MARIO, 2016, informação verbal); “Invadiu aquele passarinho, como chama, o biguá, e aquela mariquinha, às vezes, eu ficava brava, a noite inteira aquele gritado na barragem, crê...crê, Meu Deus! Gritava a noite inteira, não tinha sossego” (MARIA,

2016, informação verbal); “Não tem peixe, o que temos no rio aqui é a pilombeta, a piranha, como o dourado, que é o predador natural da piranha, ele não fica em água parada e profunda, sobrou pilombeta para nós e ela está progredindo, eu não sei hoje ela já é um problema, não sei daqui a pouco” (ÁLVARO, 2016, informação verbal); “Logo que fechou a barragem, a quantidade de lambaris e piranhas da região dentro do rio Uruguai, a nossa região, não é uma região de piranhas, porque o consórcio Itá liberou piranhas, por quê? Tem que ter um motivo pelo qual se desconhece” (MICHELE, 2016, informação verbal); “A bananeira é as capivara, a capivara parêlho... Pinhão, os macaco derruba tudo no chão, tu não come um pinhão” (LENO, 2016, informação verbal). Dona Maria associa essa problemática ao sentimento de desânimo e tristeza:

Nós criamos galinha caipira que lá não tinha mais galinheiro, os bicho pegavam tudo, pede para esse aqui, na frente da porta, os bicho pegar a galinha, não tem, não tem mais, mais salvação, tu desanima, por isso eu não sei como não deu depressão em mim, eu estava sozinha, o bicho pegava tudo as galinhas, criava uma chocada, não comia um, quando tu via, não tinha mais, podia ter cachorro, nós tinha cachorro bom, no fim os cachorros iam longe correr e matava os cachorros, que corriam atrás dos bichos. Os quati que degolou um cachorro. (MARIA, 2016, informação verbal).

As perdas das paisagens também são questionadas. Espaços naturais preciosos para os moradores hoje são acessados apenas pela memória, através de fotos e filmes. Durante a realização das entrevistas, era comum que os entrevistados exibissem gravações em vídeo ou fotos de alguns desses espaços. Um deles, muito lembrado, era o estreito do rio Uruguai. As pessoas diziam que ali, no estreito, localizado exatamente na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, era possível pisar ao mesmo tempo nos dois estados enquanto a água passava entre as pernas.

Ademais, todos os participantes relataram alterações climáticas, invernos mais frios e verões mais quentes, além do aumento considerável da neblina, “ficou pior, com mais umidade no inverno, né! Mas, no verão, mais calor, né!” (MARIO, 2016, informação verbal), “depois o verão aqui para nós é bastante quente, é um forno” (MAURO, 2016, informação verbal), “o clima da água está muito elevado, muito alto, então dois ou três dias de sol, o reflexo da água com o sol é muito forte. Secou tudo também, então o clima também, várias frutas que aqui era uma abundância grande com o Uruguai e agora o lago enche e destrói tudo” (DIRCEU, 2016, informação verbal). Nesse último relato, Dirceu levanta outra questão, a influência do clima e do reflexo da água no cultivo das frutas. Conforme o agricultor, muitas frutas apodrecem antes da hora em função da intensidade do reflexo do sol no lago.

Sabendo do valor das terras produtivas, os agricultores também lamentam o vasto território submerso. Observa-se uma profunda tristeza em função desse dano, afinal, o alagamento das terras inviabilizou muitas propriedades rurais e impactou diretamente no trabalho das famílias. João (2016, informação verbal) explicou este sentimento: “e o outro lado, tu olha água só! Dá uma tristeza, as terras que foi embaixo da água”. Em outra entrevista, o mesmo agricultor menciona novamente a perda das terras:

Mudou, parece que tudo meio triste, olha, triste das terras que foram embaixo da água, porque que não é só o que tu vê, essas partes ali das águas, tu olha, assim, parece tem lugar que tem bastante morro, as terras, assim, mas só que daí, depois, por baixo tinha as vargens do rio, por baixo as terras melhor, era nas vargens. (JOÃO, 2016, informação verbal).

Em virtude dos fatos mencionados, grande parte dos entrevistados demonstra forte descontentamento quando alguém fala da beleza do lago. Alguns agricultores preferem não olhar para a água do reservatório, como se aquela água estivesse contaminada. E, provavelmente esteja, contaminada de injustiça, de dor e de sofrimento. Como dizia seu Oscar (2016, informação verbal), “olha, menina, essas águas são prá morte, não prá vida”. É a partir desse conjunto de transformações e de perdas que os entrevistados evidenciam que não apenas o rio e suas espécies de peixes e de vegetação sofreram desequilíbrios, mas todas as outras diversas formas de vida, incluindo a vida humana.

Com base nos dados apresentados, ressalta-se a importância da construção de análises das transformações e dos danos ambientais como fatores diretamente atrelados à saúde mental e física das populações atingidas pela construção de hidrelétricas. Os estudos ambientais comumente tratam os impactos ambientais como elementos dissociados da vida humana e das práticas sociais, culturais e de trabalho. Desse modo, é comum que os projetos ambientais desenvolvidos pelas hidrelétricas e as políticas reparatórias excluam o homem da dinâmica ambiental. Assim, observou-se que, enquanto a hidrelétrica de Itá trata o meio ambiente como uma categoria isolada da sociedade, os participantes da pesquisa apontam para uma indissociabilidade entre a vida, o trabalho, a saúde e o meio ambiente.

#### **8.4 “A água engoliu a terra”: precarização e extinção do trabalho rural**

No contexto das populações indígenas e camponesas, a perda das terras significa também a perda da identidade, da alimentação, dos métodos de cultivo dos alimentos, da segurança alimentar, do trabalho, da cultura, das relações sociais e das práticas econômicas

locais (MARTINS, 1993; SANTOS, 2011). Como disse Davi Kopenawa, em uma entrevista para a F. Watson, em julho de 1992, “acho que vocês deveriam sonhar a terra, pois ela tem coração e respira” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 468). Ademais, estudos internacionais, desenvolvidos com populações atingidas por grandes empreendimentos, demonstram que a perda do território gera danos cumulativos não apenas locais mas também regionais. Sem acesso à terra, atividades comerciais, econômicas, de geração de renda, de emprego e de subsistência são prejudicadas, gerando descapitalização e pauperização das pessoas deslocadas (CABALION, 2015; CERNEA 1995, 1997).

No caso da hidrelétrica de Itá, além do alagamento de 141 km<sup>2</sup> de terras produtivas, com o esvaziamento e o empobrecimento das comunidades rurais, os pequenos agricultores acabaram vendendo suas terras para grandes empresários ou para produtores de alimentos. Com isso, em vez de cultivar seu próprio negócio, optaram por trabalhar como empregados em suas antigas propriedades. Michele, uma das compradoras das terras, explicou esse processo e mostrou preocupação com a tendência de desaparecimento dos pequenos proprietários: “vai se manter somente quem é grande, que tem uma estrutura física, eu tenho essa visão, eu acredito nessa visão. Então, 15 anos que eu estou morando aqui, 15 anos que eu trabalho na agricultura, nós já tomamos conta das propriedades menores, aos nossos arredores” (MICHELE, 2016, informação verbal). Em outros casos de venda de terras, os pequenos agricultores mudaram-se para a cidade, em condições muito precárias. Outros, ainda, permanecem isolados em suas comunidades, sem acesso a serviços de saúde, à educação, ao lazer e a possibilidades de trabalho. Oscar (2016, informação verbal) explicou que, antigamente, toda a região “era muito produtiva assim, uma região de alta produção. No Uruguai antigo, tinha aquelas várzeas, isso dava milho que era uma loucura, né! Era a produção agrícola”.

Conforme relato do vice-prefeito e dos vereadores entrevistados, a redução considerável da produção agrícola nos municípios atingidos pela construção da hidrelétrica resultou em perdas inestimáveis de ICMS. Pedro (2016, informação verbal) comentou que “essas famílias que saíram, elas deixaram não só de produzir e gerar impostos com a produção, mas deixaram de comprar e negociar e gerar dinheiro. Tudo isso perdeu. E não tem, vai recuperar como?”. Em alguns municípios, o pouco retorno financeiro que os municípios recebem da geração de energia é reinvestido em tentativas de manter o que restou da população rural. Associado a isso, observa-se uma redução da mão obra, visto que os moradores mais idosos é que acabam permanecendo. Dulce falou da diminuição da produção rural e da tendência de que tudo ali se transforme em mato:

Eu acho que vai virar só em mato, porque, da época que nós casemos, eu e meu marido, né! Há 35 anos atrás, a gente tinha roças, hoje não... Hoje não, tu só olha é mato e mato... Uma vez, aqui na beira do lago, assim, para lá do outro lado do rio, era tudo soja plantado e coisa, hoje é só mato que tu, aquelas casinhas de pessoas que ganham bolsa família e coisa e velho assim, né! (DULCE, 2016, informação verbal).

Entre os agricultores que permanecem na atividade rural, a dificuldade também assenta-se na redução dos espaços ocupáveis e produtivos. De modo geral, em função da elevação do rio, a margem destinada para a preservação ambiental aumentou consideravelmente, “hoje em dia tu tem, tem as barragens, tá, as barragens tem trinta metros de reserva, é respeitado, tu tem que respeitar, elas nem fazem questão que a pessoa entra nessas reservas” (JOÃO, 2016, informação verbal). Conforme o Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, muitas áreas e unidades de preservação são responsáveis por intensos conflitos por desprezarem as comunidades tradicionais, transformando-se em fontes de injustiça ambiental. Nesses casos, o judiciário e os ministérios públicos omitem-se ao serem acionados por uma das partes “ou privilegiam direitos privados de certos atores sociais, em detrimento dos direitos coletivos das populações vulneráveis atingidas” (PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013, p. 59). No entorno do reservatório da hidrelétrica de Itá, os agricultores são impedidos de construir pocilgas e aviários, principais atividades rentáveis na região. Dona Maria (2016, informação verbal) contou que “não veio mais água. Daí faltou água, o galinheiro foi fechando, os porcos não deixaram mais criar e foi indo... Foi...”. Mesmo diante da impossibilidade de utilizar economicamente as áreas destinadas à preservação ambiental, os moradores não foram ressarcidos pelas perdas monetárias.

A barragem de Itá, aqui, exclusividade, trinta metros eles não conseguem ocupar os cem metros, as famílias, a empresa não pagou os setenta metros, só que hoje, na realidade, quem tinha chiqueiro de porco, aviário nos setenta metros, entendeu? Tiveram que tirar ou não pode mais utilizar. Inviabiliza a propriedade. (LEANDRO, 2016, informação verbal).

Hoje o lago de Itá, se for olhar a largura dele, ele tinha que ter 700 metros de preservação em cada lado. Mas a empresa não ia indenizar tudo isso, daí eles indenizaram 30 metros de cada lado. Depois que tava a barragem fechada, já tava gerando energia, vieram com uma história que tinha que deixar pra preservação mais 70 metros. Daí a lei exigia mais 70 metros. Aí bom, eu tinha lavoura, chiqueiro, estábulo, tudo ali... Simplesmente não pude mais usar. Alguns receberam um dinheiro só de locomoção das coisas, remoção. Toda essa área ali foi perdida, tu só pode plantar frutas ou folhas. Então a maioria só tem potreiro. Então calcula, essa área de terra de 10 hectares sobrou uns seis hectares só. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Além disso, houve uma perda concreta e imensurável de terras produtivas e de fontes de água potável, essenciais para manter a produção agrícola: “teve gente que perdeu um monte

de terra ali, lá embaixo, era o perau do rio, mas lá em cima, assim, tinha uma varge onde nós morávamos, daí então lá o terreno tudo bom de trabalhar, aquilo está tudo debaixo de água” (DULCE, 2016, informação verbal); “se torna inviável de permanecer lá, então eu ainda acho que, analisando a costa do rio Uruguai, vai ser local de final de semana, é o que eu penso a respeito disso para, coloco 15 anos de região, que eu moro, em 10 anos, foi aquilo que aconteceu” (MICHELE, 2016, informação verbal); “sim, tu ia vendo, colono nosso, porque teve gente que viu, pedaço de terra plana que ia tudo debaixo da água!” (MERCEDDES, 2016, informação verbal); “pena para as terras que foi embaixo da água, porque foi aproveitado muito terreno que foi embaixo de água, que não precisava. Viviam muitas famílias em cima dessas terras. E essas terras então eram umas terras que eram produtíveis, que produzia de tudo, ali tinha os colonos e as comunidades, as comunidades estragou completamente todas as comunidades” (RUI, 2016, informação verbal); “porque eles se alembra das terras boas que tinha, as águas, as fontes de água, a serra, nós trabalhava no sustento da família, hoje tu vai ali, é só água que tu enxerga” (JOÃO, 2016, informação verbal).

Além das inúmeras normativas ambientais e da redução dos espaços produtíveis, em função da precariedade do acesso aos moradores que permaneceram, muitas empresas responsáveis pela compra e distribuição de alimentos e animais (aves, suínos, leite e gado) deixaram de transitar nas comunidades. Assim, os agricultores não conseguem vender e/ou transportar a produção. Pedro (2016, informação verbal) contou que “o leiteiro vinha todo dia, tinha dois leiteiros que vinha todo dia, agora tem um que vem a cada dois dias e ele não quer mais vir, porque não tem, inviabiliza a questão da produção”. Diante disso, Leandro (2016, informação verbal) explicou que, por causa da redução do número de moradores “a prefeitura não consegue fazer manutenção... Ah! Mas tem só um morador lá no fundo, nem vou fazer manutenção na estrada, então a dificuldade que as famílias têm, além dessa questão do isolamento, elas têm dificuldade em comercializar”.

Outro aspecto marcante nas falas dos entrevistados foi a intensificação do trabalho após a mudança para os novos terrenos e para as comunidades. Claudia (2016, informação verbal) contou que, em função do desgaste físico gerado pelo intenso trabalho na nova propriedade rural, passou por inúmeras cirurgias em um dos joelhos. A entrevistada explicou que, apesar das indenizações, era preciso preparar as novas terras, roçar, adubar, limpar. Segundo ela, essa sobrecarga de trabalho contribuiu diretamente para o desenvolvimento de doenças osteomusculares. No meio rural, o processo de preparação das terras para o cultivo pode demandar anos de trabalho, como explicou Claudia.



Sim, porque que eu tenho todos esses desgastes no joelho também? É, eu acho que é de tanto, que nem o médico disse, fazer força, e de levantar, colher soja, tudo ajuda, né, tem gente também que tem desgaste, que nem. Olha, foi muito sofrido. Meu marido estava sempre comentando, ele sempre comentava para todo mundo, olha, nós estávamos, nós estávamos tão bem lá, nós tinha isso, tinha aquilo, nós já estávamos investindo de fazer aviários, mais chiqueiro, e daí, assim, foi uma surpresa, né! Foi, vamos dizer, um ataque, né, de ter sair de lá, de tudo limpo, tudo feito e ter que morar aqui, teve gente que disse assim, até meu tio disse assim, vocês vão morar lá em cima, vocês vão morrer de fome. (CLAUDIA, 2016, informação verbal).

Não apenas as atividades rurais foram afetadas nas comunidades, os pequenos comércios, que mantinham a movimentação nas comunidades, e o acesso a bens e serviços, também estão desaparecendo em função do esvaziamento das comunidades. Em muitos casos, esses locais empregavam os jovens, filhos de agricultores, contribuindo para a permanência desses grupos no meio rural. Mercedes (2016, informação verbal) disse que “tudo que tinha aqui terminou. Depois que veio a água aí, daí se relocaram para cá, moravam bem perto ali debaixo, onde tinha a igreja, ali embaixo, era puro morador, era uma cidade, tinha posto de gasolina, tudo aqui”. Mauro (2016, informação verbal) também vivenciou situação similar em sua comunidade: “agora aqui não tem mais ninguém, nem um com comércio. Quando veio a barragem, depois, dentro de um ano, um ano e pouco, que tinha comércio, foram tudo embora”. Além dos comércios locais, as escolas que, eram fonte de trabalho para os professores e para outros integrantes das comunidades, acabaram fechando e deixando muitos trabalhadores desempregados. Um dos entrevistados, que hoje ocupa um cargo político, relatou sua própria vivência como professor:

eu tinha o segundo grau, assim, e lecionava numa escola que foi atingida, então, é uma escola com poucos alunos, que era uma escola municipal, que ela foi atingida e daí eu também questionei o meu caso, porque ali eu trabalhava na época, trabalhei 2 ou 3 anos, na época, naquela escola. Eu questionei como fica o meu trabalho? E eu mora aqui fora, mais aqui, lá no local aonde foi atingido eu lecionava, e aí ficou assim, o caso, não teve nem um ...para mim...e também eu não briguei muito por isso [...] (LUCAS, 2016, informação verbal).

Renato, outro entrevistado, é um dos comerciantes que teve seus dois negócios fechados após a finalização da construção da barragem de Itá. Ele contou que perdeu tudo: “daí eu me invoquei e fechei, fechei o posto, fiquei uns dois meses no bar, mas aí não tinha, parecia que não vinha ninguém aqui dentro, não tinha nada, e eu, tu sabe de uma coisa, eu vou embora daqui também” (RENATO, 2016, informação verbal). O entrevistado explicou que tanto o posto de combustível quanto um pequeno restaurante faliram: “por que não tem mais população. O mercado aqui também está quebrando, então, se continuar assim, a gente acaba quebrando,

falindo que nem o posto, eu me obrigo a fechá, não tem movimento para isso. O restaurante está parado, você não tem fluxo de gente para você tocar, né!”.

Diante do abandono e da redução gradativa dos postos de trabalho, muitos moradores que ficaram presenciaram a desvalorização de suas terras com o passar dos anos. Atualmente, alguns entrevistados mostram um forte desejo de vender suas propriedades e até mesmo lamentam o fato de, na época, não terem investido na cidade ou não terem sido totalmente atingidos. No percurso entre as comunidades, é comum a presença de placas sinalizando a venda das propriedades, como pode ser observado na Fotografia 24 que segue.

Fotografia 24 – Placa de venda de propriedade rural, Severiano de Almeida



Fonte: acervo pessoal (2016).

Para os agricultores entrevistados, permanecer em suas comunidades de origem foi, na verdade, um castigo, um dano ainda maior. Em uma visita à casa de uma das famílias participantes do estudo, a agricultora Leila falou: “o bom seria assim, se pudessem atingir a gente também” (LEILA, 2016, informação verbal). Sem condições financeiras de deixar a região, ela se sente condenada a permanecer em um local abandonado. Em situação similar, a agricultora Eliana (2016, informação verbal) contou que, se eles pudessem, também já teriam deixado a comunidade onde vivem. No entanto, como possuem apenas uma propriedade muito desvalorizada em função da falta de acesso, são obrigados a continuar trabalhando e vivendo naquele espaço. Neila, outra entrevistada, arrepende-se de não ter investido a indenização que recebeu em terras na cidade: “se a gente tivesse aplicado diferente, tivesse aplicado na cidade... na cidade, estourou o preço das coisas, né! A gente teria dez... quinze vezes do que a gente tem, né!”. Laura (2016, informação verbal) comentou: “eu digo, que vinha mais uma remessa e comprava tudo isso aqui, eu acho que era melhor. É melhor para nós, se tivesse que vir e tapar tudo de água, para mim era melhor! Ou é tudo ou é nada... porque que foi...”. Outros entrevistados corroboraram a problematização:

Mas se o dinheiro que nós comprávamos, que nós tínhamos, nós comprava na cidade, hoje, não precisava trabalhar, investimos ali, na porcaria, dá pra dizer... Agora, hoje faz o que com terra, não vale mais nada a terra, se a gente comprava lote na cidade, hoje a gente estava podre de rico, não precisava mais trabalhar, assim tem que trabalhar [...] (MERCEDES, 2016, informação verbal).

Ah! Dá remorso isso aí, a vida inteira eu disse, ele aplicou tudo o que eles aplicou lá, ele podia ter muito capital, só que morreu tudo! Uma vez saía cargas de soja, cargas de milho, cargas de porcos, era toda semana um barulhão de caminhão de soja, morreu tudo. (MARIA, 2016, informação verbal).

[LEILA] – Então dão uma carta de crédito para a pessoa que a gente tranca... Que vira tudo mato, já está tudo mato... Tem caso que o mato entra dentro de casa, que não pode roçar, não pode cortar grama, não pode fazer nada, então tira a pessoa dali, a gente não tem dinheiro, né!

[VITOR] – A gente fica condenado, né! E ajuda de fora, a gente não tem...

[VALTER] – E vender um terreno assim, tu ganha pouco.

[HERMES] – Ninguém se interessa.

(LEILA, 2016, informação verbal; VITOR, 2016, informação verbal; VALTER, 2016, informação verbal; HERMES, 2016, informação verbal).

Frente à desvalorização das terras e à falta de compradores, muitos agricultores acabam vendendo suas propriedades por valores muito abaixo dos de mercado, Leno (2016, informação verbal) diz que “vendeu tudo fora”, não teve outra opção. Ele complementou: “tive que abandonar. Tacou de escapar de lá, não dava... Quero ver se eu vendo o resto que sobrou, eu estava pedindo dez, mas eu vendo por cinco” (LENO, 2016, informação verbal). De modo geral, os agricultores entrevistados relatam a extinção gradativa do trabalho rural, acompanhada pela sobrecarga, pela precarização das relações trabalhistas e pela desvalorização de suas terras. Similarmente, outras atividades tradicionalmente inseridas no meio rural, como os pequenos comércios e os serviços de apoio, também estão desaparecendo em função do esvaziamento e da redução da atividade rural.

Características análogas foram identificadas em um estudo recente com comunidades rurais atingidas pela construção de uma grande barragem no estado de Maharashtra, na Índia central. Os aldeões investigados sentiam-se despossuídos, desmoralizados e pobres diante da perda das terras, das práticas do comércio local e das redes de apoio. Com isso, os participantes tiveram seus fundamentos simbólicos e econômicos destruídos e suas circunstâncias de vida completamente danificadas (CABALION, 2015). Prejuízos na prática da agricultura e nos modos de trabalho em função da construção de barragens também foram identificados nos estudos desenvolvidos por Agostini e Bergold (2013), Cao, Hwang e Xi (2012), Delesposte e Magno (2013), Martins e Silva (2013), McCully (1996), Negi e Ganguly (2011), Rothman (2012) e WCD (2000b). Ressalta-se que, para os agricultores participantes da pesquisa, a perda

das terras e a extinção da atividade rural também se apresentam como um dano à identidade e aos modos de ser e de existir em suas famílias e em comunidades. Assim, muitos dos entrevistados, que manifestaram o desejo de deixar a comunidade onde vivem em função do abandono social e político vivenciado, afirmaram que não deixariam o trabalho rural.

### 8.5 “Alguém fez o rio vim contra nós...”: a loucura do capital e a pedagogia da crueldade

[PESQUISADORA] – E o que que é barragem?

[JOÃO] – A barragem é só para destruir o povo mesmo, destruir as comunidades, as terras, tudo para aproveitar de quem? Prá os grande, as multinacionais que vão aproveitar esse dinheiro.

[PESQUISADORA] – E hoje vocês têm algum ganho com essa energia que é produzida aqui?

[JOÃO] – Nada, tu não vê nada, tu dá graças a Deus se tu tem um pedacinho de terra para morar e ainda pra poder viver.

[PESQUISADORA] – E o que que é feito com essa energia?

[JOÃO] – Mas aquela energia ninguém não sabe o que que é feito, as barragem sai fio para tudo o que é lado e vai para subestação e a subestação e assim vai indo, tu não sabe o que é feito com essas energia ai!

(JOÃO, 2016, informação verbal; PESQUISADORA, 2016, informação verbal).

Diante de tantas perdas e danos, surgem os questionamentos relacionados ao tamanho e aos objetivos de uma obra de tanta envergadura: será que seria mesmo necessário gerar tanta energia? Para quem vai essa energia? Por que não construir usinas menores? Quem está sendo beneficiado com esse projeto? Frente a tantas dúvidas, João, um dos agricultores participantes da pesquisa, disse que ficar pensando muito sobre isso pode deixar a pessoa louca: “e essas águas que tem a barragem dali, mas tu não sabe pra quê? Se tu pensar mesmo, a barragem ela... Tu fica pensando... Tem gente que até fica louco” (JOÃO, 2016, informação verbal). João, com toda sua lucidez, define sabiamente a construção da barragem de Itá como *uma loucura*. Mauro (2016, informação verbal) também questionou: “mas prá que todas essas barragem? Para aonde é que vai todo esse pessoal atingido?”. Para Caliandra (2016, informação verbal), não foram os atingidos que “subiram contra o rio, alguém fez o rio vim contra nós”.

Nesse sentido, nota-se, por meio das escutas realizadas, que os danos vivenciados não foram justificados, em outras palavras, não houve significação para o sofrimento e para a injustiça social e ambiental experienciada. Para o próprio representante da atual gestão da hidrelétrica de Itá, “os programas sociais e ambientais minimizaram o problema, mas, é claro que não resolveram, afinal, mexeu com a cultura, as pessoas e as comunidades” (VITORINO, 2016, informação verbal). É dessa experiência que surge a definição de *loucura*, como algo sem sentido. Contribui para essa sensação a falta de retornos e de investimentos nas regiões

atingidas, afinal, na prática, as comunidades que sofreram os danos não presenciaram nenhum tipo de melhoria em seus modos de vida e de trabalho. Mercedes explicou que, diante dos inúmeros e irreversíveis danos, nenhum dos atingidos foi beneficiado:

Eu acho assim, foi uma coisa que não foi nem construída para nós, só deslocou as pessoas, atrapalhou tudo, mas, na verdade, essa água aqui ela não é para nós, se você vai ver, ela está dando energia elétrica lá para sei lá eu aonde, né? Então, na verdade, não temos benefício. Nenhum benefício, porque, então, na verdade, eu acho que, além de tudo, ainda só piorou... Porque mexeu com tudo e nós não fomos beneficiado. (MERCEDES, 2016, informação verbal).

Assim, o sentimento de que todo o sofrimento foi em vão prevalece. Trata-se da injustiça social e ambiental, da divisão desigual dos danos e dos ganhos obtidos com o empreendimento (PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013). Em concordância com os participantes da pesquisa, Novoa (2016) define essa dinâmica como *pedagogia da crueldade*, na qual os danos e os desastres têm sido programados e banalizados pelo capital. No mesmo sentido, Acsehrad (2016) conceitua os impactos negativos dos grandes projetos de infraestrutura como uma *irresponsabilidade organizada e de classe*. Talvez a própria hidrelétrica deixe de funcionar, como comentou Hermes (2016, informação verbal): “daqui mais 20 anos, nem sei se vai estar funcionando a barragem”, reforçando novamente a ideia de que todos os danos foram em vão.

Além disso, os entrevistados percebem que o dinheiro recebido por parte dos municípios através do ICMS e dos *royalties* gerados pela hidrelétrica não é reinvestido nas comunidades atingidas. Alguns participantes comentaram: “aqui em Severiano, o dinheiro que o prefeito recebe, ele embolsa tudo” (LEILA, 2016, informação verbal); “na verdade, eles usaram o dinheiro aqui e não reverterem para o pessoal, usaram as terras das pessoas e ninguém tem retorno com isso” (HERMES, 2016, informação verbal); “os atingidos diretamente não recebem nada. Itá hoje é bonita, né, só tiveram isso porque teve a barragem. Foi a única que se beneficiou” (PEDRO, 2016, informação verbal); “que se tivesse aqueles dinheiro dos royalties vindo pra cá e eles investido um pouco mais, porque é pertinho do asfalto, da cidade aqui” (JULIA, 2016, informação verbal); “hoje a prefeitura recebe os royalties e não repassa para as comunidades que era pra ser repassado, né! Se a prefeitura repassasse, na realidade, os que é, e os royalties que, na realidade, era para ser pra região atingida, a gente estaria super bem, estaria com a vila bem colocada” (RENATO, 2016, informação verbal). Élio (2016, informação verbal), que ocupa um cargo político, contou que, ao longo dos anos, o município de Aratiba não criou nenhum projeto de desenvolvimento local ou regional. O dinheiro recebido com a geração de energia é todo investido em funcionalismo público:

É, deve estar indo para 15 ou 16 anos, hoje, para ti ter uma ideia, Carmem, hoje para amanhã, não existir mais esse dinheiro que vem da hidrelétrica, a arrecadação não dava para pagar o funcionalismo, é uma triste realidade, então, todos esses anos, o município não se preocupou em desenvolver o município. (ÉLIO, 2016, informação verbal).

Destaca-se que a região rural desse mesmo município, que recebe os mais altos valores provenientes da geração de energia, é uma das mais precárias e empobrecidas. A maior parte dos casos de venda de terras por parte dos agricultores e de permanência no local para trabalhar como empregado foi observada nesse município. Como explicou Oscar (2016, informação verbal): “o município é rico, mas a população é pobre, a grande fonte de recurso do município é a barragem, né! Só que os que sofreram com a construção da barragem não tão usufruindo com isso [...] Eles pegam esse recurso e desenvolvem outras região”. Na perspectiva dos entrevistados, o dinheiro não é reinvestido nas comunidades rurais atingidas por causa da falta de votos. Como afirmou Oscar (2016, informação verbal): “lá tem voto e, na região atingida, diminuiu muito, então tem pouca gente pra eleger alguém”, Marcos (2016, informação verbal) corroborou: “eu vou dizer assim, porque quem está na administração, muitas vezes, não se interessa em investir ali. É melhor investir na cidade, que ali eu tenho um coeficiente eleitoral muito maior. Isso ninguém fala, isso não interessa o poder público, interessa o poder público é voto, né!”. Em função disso, os moradores da região não observaram o desenvolvimento prometido, “esse tal desenvolvimento que iria vir para a região, aonde é que tá esse desenvolvimento que não teve, né!” (CLAUDIR, 2016, informação verbal), “eu acho que não tem nada de futuro da barragem para nós, na verdade, essa energia para nós não vem nada, né, Arnaldo? Só problema, só problema...” (VERA, 2016, informação verbal). Mário reforçou:

E hoje, na verdade, assim, na época, eles falaram muito que ia ter, como é que vou dizer, assim, desenvolvimento, outra coisa na região, mas só ficou o desenvolvimento e ficou bom só para os donos das indústrias, que, no caso, seria a barragem, eles ganham dinheiro, né! O resto ninguém está ganhando nada, porque não mudou... Não deu renda para as pessoas, não deu nada. E vem a questão ali, pós-enchimento, que é chamado os ribeirinhos dentro das comunidades atingidos que estão isolados lá, estão esperando o desenvolvimento do progresso prometido e nunca vem, né! (MÁRIO, 2016, informação verbal).

Os entrevistados também questionam o fato de que as próprias populações atingidas, que residem ao lado da hidrelétrica, pagam altos valores pela energia consumida. Minimamente, a energia deveria ser mais barata ou gratuita para essas comunidades. Leandro (2016, informação verbal) disse: “vem a questão do preço da luz, toda essa indignação, às vezes é nesse processo todo, os ricos pagam uma merequinha a energia e a gente tem que pagar a maior,

a mais, né!”. Julia (2016, informação verbal) contribuiu: “se produz energia aqui perto, mas olha o preço que temos que pagar, ajuda o quê? A gente está produzindo energia aqui, deveria pagar menos, então a gente começa a pensar, pra quê? Isso tudo que aconteceu e prá a gente não beneficiou nada”. Élio corroborou com o debate:

o nosso setor de energia é o mais eficiente do mundo, e barato, porque é ...hidráulico, e a água não custa nada, né! O mais eficiente, e é a energia mais cara que temos, porque tá nas mão dessa empresas, que querem saber de lucro, lucros, lucro e lucro, e agora! Já pensou ser do povo brasileiro isso aí? (ÉLIO, 2016, informação verbal).

Por outro lado, do ponto de vista da administração pública, os próprios municípios encontram dificuldades para o aproveitamento do reservatório. Mauro disse: “vamos supor ficou ruim, porque tem um lago aí atrás, um monte de leis ambientais e coisas. Não dá para usar, aí você tem um lago que poderia fomentar um monte de coisa, mas não pode usar” (MAURO, 2016, informação verbal). Pedro acrescentou: “inclusive tem prefeituras que querem a questão turística e tal, e tão com dificuldade pra ter licença e chegar a aproveitar o local. Ninguém tem acesso à água” (PEDRO, 2016, informação verbal). Outro aspecto mencionado foi que o lucro real do aproveitamento da energia gerada é destinado para as empresas multinacionais: “o problema que essas barragens ela não é brasileira, não é brasileiro que manda isso aí, essa barragem aqui é do Canadá! Canadense os caras que manda neles, por isso que a energia não fica aqui, eu acho que agora não tem mais solução” (MAURO, 2016, informação verbal). Do ponto de vista da gestão da hidrelétrica de Itá, deveria haver uma lei que obrigasse os municípios a reinvestirem os valores recebidos com a geração de energia nas comunidades atingidas, afinal, são repassados, todos os meses, milhões de reais para o Estado e a barragem continua sendo culpalizada por todos os danos vivenciados na região. Nas palavras do entrevistado: “[...] viemos aqui e estragamos, agora estamos pagando, teremos sempre o peso do pecado original - mas também não somos culpados por tudo” (VITORINO, 2016, informação verbal). Assim, as ações necessárias frente ao atual contexto de precarização vivenciado pela população remanescente permanecem sem endereçamento, enquanto o lucro obtido pela geração de energia é utilizado conforme os interesses do Estado e do setor privado.

Desse modo, conforme comentam Neila e Dulce, o que realmente interessa é a lucratividade, “na verdade, você que morô ali, que viveu ali, não tem valor nem um para empresa, ela não interesse ali, ela interessa a água, a água tem que dar lucro, o resto que se vire, né!” (NEILA, 2016, informação verbal); “eu acho que um pouco é para seres gananciosos, porque, se tem energia que chega, não precisa tá botando as pessoas numa crise dessa, tirando

as pessoas longe e tudo, acho que, no cantinho aonde nós estamos aí” (DULCE, 2016, informação verbal); “são dois milhões por dia, e esse lucro vai todo para a Europa, todos lá para os donos que não tem nada a haver com essa história aqui, água é pública, a água é nossa” (ÁLVARO, 2016, informação verbal). Frente a essa dinâmica, os entrevistados destacam que o interesse principal é a produção de energia e que a vida humana é totalmente negligenciada.

E aí o seguinte, o negócio é produzir energia, negócio é produzir energia e, para produzir energia, se precisar ter matar alguém ou afogar alguém, eles afogam e matam, e não querem nem saber. Então, assim, o que nós estamos lutando agora? Que seja criado uma lei dando direito dos atingidos, para nós, garantindo os direitos dos atingidos, dentro do que fosse uma lei, já tem como nós diríamos sobreviver, porque é uma lei que garantira nossos direitos, e aí os direitos vamos discutir. Quais são os direitos, né? (PEDRO, 2016, informação verbal).

Tá, mas de quem é isso aí? Aí que vem o questionamento que vem a revolta, que a maioria das empresas privadas, não é do povo brasileiro, que eu, a população entende, os ribeirinhos entende que as riquezas naturais tem que tá em benefícios da população, mas o setor energético é um roubo, legalizado, dentro do nosso país, é um roubo legalizado que... Fizeram dessa forma, privatizaram dessa forma e alguém tá ganhando e ganhando muito com isso. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Eu tenho a impressão que a empresa ali, está pouco preocupado com a região aqui, não tem diálogo assim. Isso é o que eu falei, eles vem para ganhar dinheiro. Não importa de que forma, as empresas multinacionais, elas querem ganhar dinheiro, o resto não estão aí para... O faturamento ali o lucro deles, chegam em torno de cinco milhões por dia, por dia. E esse dinheiro vai tudo para o estrangeiro, a Tractebel é uma empresa Belga, o dinheiro que eles arrecadam aqui não é investido... Pode ser que alguma migalha lá, mas o grosso vai tudo para fora. (OSCAR, 2016, informação verbal).

Essas falas corroboram diversas outras análises teóricas, reforçando a perspectiva da injustiça ambiental e social frente à geração de lucro, ao domínio do capital externo e ao benefício de uma pequena parcela da população, enquanto grande parte enfrenta sozinha os impactos de um empreendimento de tal envergadura (PACHECO; FAUSTINO, 2013; PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013). Conforme Dallacosta (2016), atualmente, como as hidrelétricas são gerenciadas pelo capital financeiro bancário internacional, os ganhos reais desses empreendimentos não permanecem no Brasil. Nesse sentido, segundo Soler (2016), não devemos focar apenas no padrão vigente de construção de barragens, mas no modelo econômico e de vida que está por trás dessas obras. Para o autor, o território, a água e a energia tornaram-se os centros de interesse do capital. Em contrapartida, Lucas, um dos agricultores participantes da pesquisa, discute que é preciso crescer, mas com responsabilidade.

Gerá energia é bom, né! Por um lado, para a economia, mas as pessoas que moram aqui também sofre com a energia [...]. Hoje até os governos assim, eles pensam, ah,



tem que ter um PIB alto, eu penso, é a minha ideia, tem que desenvolver, claro tem que crescer, né! Mas com responsabilidade, né! Não podemos crescer e poluindo todo mundo, como fica o amanhã? (LUCAS, 2016, informação verbal).

Para Santos (2011, p. 17), “nunca na história houve um tirano tão duro, tão implacável quanto esse dinheiro global [...] é esse dinheiro global fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações” e sendo sustentado por uma ordem ideológica. No final, esse dinheiro global não existe, equivale a ele próprio. O autor afirma ainda que, ao analisar a globalização e os seus impactos sobre os territórios, observa-se que, antes eram os próprios territórios que continham e regulavam o dinheiro, enquanto hoje ele escapa da regulação interna. O dinheiro é global, não pertence ao local. Para o autor, a inserção de empresas globais nos territórios torna-se um fator de desagregação e desorganização, “já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente, nexos que refletem as suas necessidades individualistas, particulares” (SANTOS, 2011, p. 20), foi assim que o Brasil se tornou ingovernável. Ele não pertence mais às comunidades locais, aos municípios, aos estados e, nem mesmo, à nação.

Frente à ingovernabilidade, observa-se que os danos ocasionados pela obra não são reparados nem pela empresa responsável pela construção da barragem, nem pelo poder público e nem pelos movimentos sociais que se direcionam para novas obras em processo de construção. Pedro comenta: “aí começou gerar energia e aí você ia na empresa, olha, nós não temos mais uma obra, nós somos uma empresa e o nosso negócio é gerar energia, se você se sentir lesado, procura a justiça. E a justiça, tem gente que dez, quinze anos tá na justiça e nada se resolve” (PEDRO, 2016, informação verbal). Leila e Mauro contribuem: “e depois aqui tu não tem ajuda da comunidade, ajuda do prefeito, né! Ninguém ajuda a gente... Ninguém ajuda a gente... Aqui é cada um para si e Deus para todos!” (LEILA, 2016, informação verbal); “Por que antes eles passavam para dar as cartas de crédito para quem é atingido pela barragem, a barragem ia pegar eles, então volta para ver quem ficou como eles estão hoje, se eles precisam de ajuda, mas não voltaram... É que nem ano de eleição, só aparecem quando precisa” (MAURO, 2016, informação verbal). Entre a espera e a frustração, os participantes da pesquisa apresentam-se aflitos e desesperançosos (AUYERO; SWISTUN, 2009), mas, em nenhum momento, desprovidos de consciência política.

Diante disso, os entrevistados questionam a inexistência de uma legislação que garanta os direitos dos atingidos e afirmam que não há um interesse por parte do poder público em estabelecer normativas de proteção para as populações atingidas pelos grandes

empreendimentos. Assim, é possível retomar e compreender a fala de dona Maria (2016, informação verbal), quando afirmou que todos os protestos que fizeram não adiantaram nada. Afinal, mesmo que legalmente e teoricamente a hidrelétrica de Itá tenha se tornado referência no modelo de reparação de danos, por causa da falta de uma legislação que garanta o direito dos atingidos, a cada nova obra, é necessária uma nova luta. Leandro, um dos líderes do MAB, explicou: “então em Itá, a gente conseguiu se destacar nisso, só que Foz de Chapecó já desceu tudo de novo, sabe! Então lá realmente eles deitaram e rolaram” (LEANDRO, 2016, informação verbal). Em outras palavras, a cada nova obra, agricultores e índios brasileiros precisam provar que são humanos e garantir sozinhos seus “direitos” mais básicos.

Sim, porque... às vezes, sobe um político no palanque, faz discurso, que está do lado dos atingidos e etc. e tal... tá, mas daí todo esse tempo, qual foi o deputado que, talvez, tem procurado fazer a lei, encaminhar para a votação que essa lei garanta o direito do atingido, né? É muito interesse, né! É muito... muito, porque assim é, imagina de repente um projeto ser impedido, aí por uma lei, ou por eles ter que garantir a lei dos atingidos, um projeto que viria gerar bilhões, né! (LUCAS, 2016, informação verbal).

Qual era o direito dos atingidos? Que não existia e, na verdade, até hoje não existe uma política, nem uma lei que garanta o direito dos atingidos, não existe uma política por parte do governo federal que garanta o direito dos atingidos por barragens e se, alguém conseguiu alguma coisa, foi através da luta, organização e alguns acordos com as empresas, né! (PEDRO, 2016, informação verbal).

Além disso, os entrevistados discutem o conceito de atingido e problematizam a necessidade de sua ampliação. Em muitas conversas, os participantes explicavam que “atingido é quem ficou”, ou seja, as famílias que permaneceram residindo no entorno do reservatório, a grande maioria, sem indenização. Élio (2016, informação verbal) comentou que “o grande prejudicado da hidrelétrica foi quem ficou, quem ficou ribeirinho, esse é o grande prejudicado, não só aqui em Aratiba, né! Na margem toda, né!”, no mesmo sentido, Hermes (2016, informação verbal) destacou: “na verdade, o que a gente vê, com o passar dos anos, na barragem, atingido foi quem ficou”. Pedro acrescentou: “daí vem aquela questão, até onde veio a água. Até onde veio a água foi um momento, da água prá fora é outro estágio, é outra situação, prá quem ficou, principalmente” (PEDRO, 2016, informação verbal). Diversos outros entrevistados apresentaram a mesma perspectiva: “o problema é para quem ficou...” (LEILA, 2016, informação verbal); “de um lado ou de um outro, todas as comunidades foram atingidas” (MARIO, 2016, informação verbal); “pra quem ficou, eu acho que foi pior ainda, do que para quem saiu, porque, para quem saiu, foi conhecer novos lugares, e nós não, nós perdemos os vizinhos, perdemos a comunidade” (DULCE, 2016, informação verbal); “o atingido é o cara que ficou. É bem complicado, o pessoal que ficou aqui, é que nem eu sempre digo, não foi

atingido aquele pessoal que saiu, aquele pessoal foi beneficiado, atingidos ficamos nós que ficamos aqui” (RENATO, 2016, informação verbal). Mesmo as famílias que residiam longe do reservatório foram impactadas.

Porque muitas pessoas foram atingidas pelo lago, não pelo, pelo próprio rio Uruguai, a minha situação lá, eu fui atingido por uma afluente também, tinha um riozinho uma sanguinha que descia, né, ali alguém trancou o rio e fez chegar no afluente. Antes eu tinha que preservar cinco metros e, hoje, como é bem mais água, eu tenho que preservar 100 metros. Mas eu não tenho culpa, não fui que desci pro lado do rio, foi o rio que veio contra mim. Alguém fez... E isso é um questionamento que eu questiono muito. Entende? (PEDRO, 2016, informação verbal).

Sabe-se que, atualmente, a definição de atingidos é feita de acordo com a disponibilidade orçamentária da obra (ZHOURI, 2016), assim, na prática, quanto menor a delimitação legal da população atingida, menor o custo com políticas reparatórias e, consequentemente, menor o custo do empreendimento. Inclusive o título do documentário, *Atingidos Somos Nós*, representa essa reivindicação dos participantes da pesquisa.

Outro importante aspecto identificado é que, apesar das problematizações levantadas pelos participantes da pesquisa, não foram mencionados os riscos atrelados ao rompimento da barragem investigada ou das inúmeras outras construídas na bacia do rio Uruguai. O representante da gestão da Hidrelétrica de Itá declarou que existem equipes direcionadas para o acompanhamento contínuo da barragem, afinal, “se estourar, o estrago é catastrófico, daqui até o Uruguai vai tudo água baixo” (VITORINO, 2016, informação verbal). Öhman e Thunqvist (2016), ao estudarem uma barragem hidrelétrica sueca, identificaram um processo sistemático de atenuação dos riscos apoiado nos discursos da tecnológica e da inovação utilizados nos grandes empreendimentos. Assim, a imagem da grandiosidade e da perfeição da obra encobriria o risco de morte dos operários e até mesmo de rompimento da barragem.

A partir disso e dos demais elementos apresentados neste eixo temático, entende-se, assim como Porto, Pacheco e Leroy (2013), que o padrão vigente de desenvolvimento, atrelado à construção de hidrelétricas, gerador de injustiças sociais e ambientais, é caracterizado pela falta de processos decisórios democráticos, pela concentração da riqueza, pela exploração insustentável do meio ambiente e pela violação dos direitos fundamentais – saúde, moradia, ambiente saudável, participação, preservação da cultura e da integridade comunitária. Assim, tais projetos e políticas governamentais acabam por discriminar, impactar e vulnerabilizar as populações pertencentes a esses territórios, distribuindo de maneira desigual os benefícios e danos.

## 8.6 “Atinge bastante o coração”: a morte dos atingidos como consequência da banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental

Que que eu vou dizer, só coisa triste, de bom eu não tenho nada, se fosse uma coisa boa, a gente podia falar, mas só ficou tristeza para a gente aqui, alegria não ficou mais, a gente só relembra os anos atrás que era melhor. (DULCE, 2016, informação verbal).

A pessoa vem lá depois um tempo visitar, olha aqui o que eu plantei, a pessoa fica olhando dá dó, que nem... Todo mundo tem coração, né! Aí atinge bastante o coração. (MARIA, 2016, informação verbal).

Estudos internacionais realizados com populações que sofreram deslocamento compulsório na China têm demonstrado uma associação direta entre a experiência vivenciada e o aumento dos índices de depressão e de adoecimento (CAO; HWANG; XI, 2012). Buscando compreender esse processo, foi desenvolvido, através do Banco Mundial, um modelo de avaliação de riscos para pessoas deslocadas, que elencou os principais fatores atrelados aos danos à saúde dos atingidos, são eles: perda da terra; desemprego; falta de moradia; marginalização; insegurança alimentar; aumento da morbidade; perda de acesso a recursos de propriedade comum; e desarticulação da comunidade (CERNEA, 1997). A esse modelo, poderiam ser acrescentados aspectos como a falta de acesso às políticas públicas de educação, lazer, saúde e transporte; perda dos recursos naturais; e perdas sociais e culturais. Além disso, elementos como o baixo poder decisório sobre a vida e sobre futuro, a insegurança, a perda do *status* social, o aumento da vulnerabilidade e a perda do acesso e do controle sobre os modos de existência (ZHOURI, 2015) contribuem para o estabelecimento do sofrimento social e, consequentemente, da depressão. Frente a esses elementos, cabe destacar que a análise das entrevistas realizadas revelou que tanto as pessoas que sofreram deslocamento forçado como aquelas deslocadas *in situ* vivenciaram importantes mudanças ambientais, territoriais e sociais, além de relataram sentimentos e danos similares frente à construção da barragem.

Diante do cenário descrito, grande parte dos entrevistados define sua situação como “isolado”, “sozinho”, “abandonado”, “aborrecido”. Nas narrativas, a palavra morte, por exemplo, foi recorrente e utilizada para falar do movimento reivindicatório que morreu, das pessoas que morreram, das plantas, das comunidades, da produção rural, das relações de amizade e vizinhança, do rio Uruguai, dos peixes e dos afogamentos no lago. Em uma única entrevista, a palavra *morre* ou *morreu* foi repetida 16 vezes.

Nesse contexto, o isolamento é social, mas é também político, territorial e econômico. Nele, o sofrimento social apresenta-se por meio da ausência do reconhecimento do outro, do abandono do Estado e da banalização da injustiça, enquanto o sofrimento ambiental emerge dos

danos à natureza, dos desequilíbrios ambientais, da perda do rio, da terra e dos espaços naturais. Percebe-se, assim como Barus-Michel (2003), que a injustiça concentra o sofrimento, enquanto a ausência do reconhecimento revela uma morte social. Os próprios entrevistados deparam-se com a falta de apoio frente aos problemas vivenciados: “vai pedir ajuda pra quem”? (LENO, 2016, informação verbal). Algumas falas contribuem para o entendimento desse processo: “a gente parece que fica meu perdido. Isolado. Fica grilado... Sozinho, sem rumo. Ficou feio. É estranho, não tem mais gente...” (HERMES, 2016, informação verbal); “Na verdade, é isolamento que tem... Por isso que eu digo que o cara é, tipo, isolado” (RUI, 2016, informação verbal); “acho que só teria solução se fosse ir até Brasília, ficar lá acampado que nem o MST, daqui não tem o que fazer” (LENO, 2016, informação verbal). Nesse sentido, os participantes da pesquisa percebem uma relação direta entre o processo de abandono e a fragilização da saúde física e mental. Michele, uma das professoras entrevistadas explicou:

Tem famílias que, muitas vezes, ficam seis ou oito dias sem sair de lá e, daí, será que o psicológico também não é afetado? Eu acredito que sim. Eu acho que afeta o psicológico da pessoa também, porque você vai da lavoura na roça para o chiqueiro, do chiqueiro para a lavoura. Então, por exemplo, se você antes ia para a igreja e antes tinha trinta família, era trinta pessoas, hoje você vai para igreja tem três, então eu acredito que afeta o psicológico da pessoa sim, bastante, nesse sentido, e as pessoas, a questão física acaba afetando... Afeta o psicológico da pessoa, a pessoa desanima, de repente essa questão de desanimar de você ver.... Você imagina, no domingo você fazia a reza do terço, a igreja cheia, aí você faz a reza do terço hoje tem duas pessoas ou três pessoas que fazem isso, então eu acho que, no momento ali, do encontro, o encontro é troca de experiência, é você dizer como você vai. (MICHELE, 2016, informação verbal).

Frente ao isolamento social, à perda do trabalho, ao esvaziamento das comunidades, às perdas sociais e culturais, à perda dos amigos, dos familiares dos vizinhos e aos danos ambientais, os sentimentos mais descritos pelos entrevistados foram os de tristeza, desânimo, aborrecimento e depressão. Em outras palavras, os entrevistados dizem que a construção da barragem “*desnorteou*” a todos, “*interrompeu a vida*”, “*desfacelou as comunidades*”. De entre essas vivências, a depressão por causa das mudanças sofridas, merece destaque: “o que tu encontra mais, assim, é o povo com depressão... Depressão... Depressão por que nada mais dá certo, muita depressão” (JULIA, 2016, informação verbal); “o pessoal não superou, não superou isso aí. Tem gente que não foi embora, ficou por aí, teve um dos Reinaldo, que morava lá embaixo perto da gente também, muitas vezes tu ia lá, puxava em falar da barragem, coisa assim, começava a chorar” (LENO, 2016, informação verbal); “gente que chorava... O Virte também está com depressão. Não falou mais, tu vê que a pessoa sente, por que, na verdade assim, mais que tu fale, aquilo que tu sente, tu não fala, o que tu sente, tu não fala, tu pode falar

um monte de coisa” (MARIO, 2016, informação verbal); “que nem eu acompanhei, no começo foi ali, né! Mas a gente nunca esperava ficar assim, ainda que hoje... Hoje, eu saí dois anos, quando eu fechei o posto que eu desanimei tudo, de gastos, me deu uma depressão dos diabos!” (RENATO, 2016, informação verbal). Lucas corroborou:

É, mas eu sempre lembro, né! Fica um pouco deprimido assim, Ah! Aquele local que eu tinha, Ah! Eu tinha um campo... tinha a igreja, nossa, por exemplo, eles fizeram uma outra comunidade... de duas formaram uma, daí as origem de uma com a outra é diferente assim, os costumes. Então, eles lembram, o que dá para perceber que eu posso falar é que eles são um pouco deprimido, Ah! Eles estão morando aqui, é menos terra, né! Lá eu tinha isso, lá eu tinha aquilo. Então eles ficam mais aborrecidos, né! (LUCAS, 2016, informação verbal).

Sem acesso a serviços de saúde, a atendimentos especializados, a políticas públicas protetivas ou a apoio político, jurídico e sindical para o enfrentamento dos diversos problemas vivenciados em suas vidas e em suas comunidades, os entrevistados buscam suporte na espiritualidade. Dona Maria (2016, informação verbal) disse: “ah! Lembrar de tudo o que a gente sofreu, né! Tudo o que a gente lembra e tudo o que a gente sofreu, rezar, a gente reza muito”. Como elemento fundamental da cultura local, as práticas religiosas servem de amparado e, serviram, historicamente, também como apoio na luta pelos direitos. Apesar das fragilidades, a igreja ainda aparece nas comunidades como espaço central de convivência. Nos casos em que a prática religiosa já não é mantida por causa da falta de pessoas, observa-se a criação de espaços de devoção nas estradas e nas casas. As Fotografias 25 e 26 que seguem, ambas registradas em áreas rurais remanescentes do município de Mariano Moro, expressam a importância da crença para as comunidades.

Fotografia 25 – Parada de ônibus transformada em santuário em Mariano Moro



Fonte: acervo pessoal (2016).

Fotografia 26 – Santuário comunitário em Mariano Moro



Fonte: acervo pessoal (2016).

Diante da ausência do papel protetivo do Estado e das inúmeras vivências de sofrimento, surgem as mortes. Observa-se que, durante todo o período pré e pós-construção da barragem, a população atingida vivenciou o maior dano, um dano irreparável, um dano jamais citado em qualquer documento oficial ou estudo ambiental. Essas pessoas não perderam apenas o rio, os vizinhos, as comunidades, o trabalho, os campos de futebol, as flores plantadas e cultivadas dia após dia. Essas pessoas perderam a vida. E, mais ainda, como falaram os entrevistados, muitos “*se tiraram a vida*”. Essas mortes aconteceram durante todo o período histórico que envolveu a construção da hidrelétrica. Desde as primeiras demarcações e do primeiros boatos sobre a obra, até a chegada das notícias oficiais, o início do empreendimento, as negociações atreladas às indenizações, à mudança para os reassentamentos e para as novas comunidades, a inserção no novo lugar, o retorno para o antigo lugar, a vida que seguiu solitária após o enchimento do reservatório.

A dor da perda social, ambiental, cultural e o cansaço diante da necessidade de ter que recomeçar uma nova vida sem ter decidido por ela matou muita gente. As mortes como alternativa para terminar com sofrimento aconteceram frente à notícia da construção da barragem, nos dias que antecederam a mudança para os reassentamentos, para a cidade ou para as novas comunidades, enquanto o caminhão estava sendo carregado, depois das mudanças, quando as famílias já estavam na nova cidade, quando a água do reservatório subia e cobria todas as histórias ou, ainda, depois de alguns anos do enchimento do reservatório, quando aqueles que ficaram já não reconheciam seus territórios. Foram muitas as mortes, foram muitas as perdas, foi uma tristeza sem fim. Alguns entrevistados explicaram os diferentes momentos em que os suicídios aconteceram em suas comunidades.

Vou vender ou vou me suicidá, aconteceu muitos suicídios nessas questão dea família estava com a mudança carregada, carregando hoje a mudança para sair de madrugada,

o cara foram achar o marido, o dono, foram achar aonde ele estava, ele estava enforcada embaixo do porão. A pressão, a mudança carregada, não sabia para aonde ir, entendeu? Na verdade, ele sabia que iria para um reassentamento, eu não quero sair daqui, e daí a família, depois acabou fazendo o velório, e depois a família conseguiu ir para o reassentamento, eu não sei se ficou no reassentamento, porque o choque foi muito grande. (LEANDRO, 2016, informação verbal).

E aí teve muito a questão sentimental das pessoas, né, que mexeu. Porque se você pegar assim, eu quero vender a minha propriedade, quero ir embora, é diante dessa situação não quero mais ficar ali, quero ir embora, é uma vontade minha, vendi, vou comprar na cidade, vou embora. Agora uma situação é você, alguém chegar lá e dizer, ou você sai ou você morre afogado, e assim, diante essa situação, meu deus. Só lá na minha comunidade tiveram 4 pessoas que se tiraram a vida, isso só da minha comunidade, em função disso. Porque, no momento assim, tenho que sair vou ir, até compraram assim, talvez, um lugar até melhor. Mas assim, a pessoa que nasceu lá, se criou lá, não esquece. E aí, eles tão, depressão e tal, foi o que aconteceu. Pessoas muito próximas, conhecidas assim, que se chegaram ao extremo de se tirar a vida. Tudo em função da construção da barragem, tiveram que sair né, então assim. (PEDRO, 2016, informação verbal).

Na fala de Pedro, ficam evidentes os danos do deslocamento forçado. Esse dano à vida, à existência humana não pode ser compensado ou reparado. Ele também não estava previsto nos estudos ambientais, não foi visto pelos inúmeros técnicos de diferentes áreas do conhecimento que acompanharam o empreendimento, não foi objeto de um projeto ou de uma política reparatória. Esse dano ultrapassou o conceito de dano, transformou a noção de tempo, cruzou as fronteiras teóricas de impacto. Esse dano foi, na verdade, um desastre sem precedentes.

Álvaro (2016, informação verbal) explicou que todo esse processo de perda do lugar onde viveram por várias gerações pode ser comparado ao rompimento do cordão umbilical, “[...] e isso houve um rompimento, esse cordão umbilical se rompeu”. Assim, o entrevistado exemplificou, para aqueles que não vivem no campo, o modo como a terra, o meio ambiente e o território se apresentam como extensão do próprio corpo, como parte integrante da identidade. Romper esse elo, significou, além de sofrer, romper a vida, interromper a vida. Frente a isso, os suicídios: “[...] tinha gente que se enforcou. Bastante gente, que se enforcou. Vê que tem que abandonar tudo ali. A mulher, a mãe do Altair da Dioniza, se enforcou ali também na ilha, ela se matou” (MARIA, 2016, informação verbal); “quando começou assim, falar da barragem, quando começaram ir atrás de indenizar as pessoas, em falar que iam indenizar, que começou os problemas. Daí começo, as pessoas ficarem doente, e depressão nas pessoas, que morreram, não sabia aonde ia, ia fazer o que, né?” (MARIO, 2016, informação verbal); “é, mas em gente que foi embora dali e foi na cidade, comprou e não sei se não se acostumou e se enforcou, né! Se enforcou lá na cidade” (MARIA, 2016, informação verbal).



Além dos relatos sobre suicídio, muitas famílias narraram mortes súbitas atreladas aos danos decorrentes da construção da barragem. Foram citados infartos, Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs) e câncer. Os entrevistados falam, nos trechos selecionados, sobre o processo e o momento da morte de seus familiares. Eliana (2016, informação verbal) explicou a morte do pai de infarto assim que soube da construção da barragem. Claudia (2016, informação verbal) falou sobre a morte do esposo de câncer e associa o desenvolvimento da doença à tristeza diante da necessidade de deixar tudo o que haviam construído. Ana (2016, informação verbal) contou que o sogro teve uma morte súbita uma semana antes da mudança da família para um reassentamento no Paraná, de acordo com a família, “foi de puro desgosto”. Oscar (2016, informação verbal) falou de um vizinho que teve um AVC também durante a mudança de comunidade.

Mas foi um choque... Meu pai, também, bastante em consequência dessas conversas. Começou a fervura aí do assunto que vai, vai alagar aqui, nós temos que sair dessa vila... aqui, tem que vender, tem que entregar tudo, não adianta, Ah! Ele já era uma pessoa que só gostava de ficar em casa também e eu acho que ele foi colocando isso aí na ideia e deu um infarto para ele também. (ELIANA, 2016, informação verbal).

Foi esse período, e assim, bom, lá na cidade teve gente, bom, teve um que, na cidade de Concórdia, deu derrame e morreu de tanto pensar, inclusive meu marido, não liga, não pensa, eu só aconselhava ele de não pensar, porque eu também fiquei com medo que ele começasse a ficar doente, né! Meu Deus! E aí, meu marido superou, né! Só que, depois, ele começou a ficar doente e, quem sabe ali começou a aguardar aquele sentimento dele por dentro, né! Aí criou um tumor no estômago. E, quem sabe, meu marido foi por isso, talvez... E a gente pensa, né! (CLAUDIA, 2016, informação verbal).

Bem na véspera da mudança de lugar, ele faleceu repentinamente, tem gente que diz que foi um problema emocional, que se botou na cabeça, eu não acompanhei assim. Eu acho que sim, minha sogra disse que foi de desgosto! Desgosto, porque ele era bastante apegado lá embaixo, as coisas na vila, ele nasceu lá. Ele não tinha problema de saúde. Ele faleceu na época mesmo, uns dias antes de vir de mudança para cá, já estava tudo empacotado, claro, eles vinham vir na semana seguinte. (ANA, 2016, informação verbal).

Faleceu em setembro de 96, já estava encaixotado tudo, para ir morar numa outra casa, eles também, que nós fizemos, fomos morar no clube, porque iam desmanchar a nossa casa para aproveitamento, né! A casa deles também, mas eles iam morar na casa de uns... E daí ele passou mal e faleceu, né! Daí, até no dia do velório, a sala estava cheia de caixas e tudo, velava em casa, naquela época, e estava tudo encaixotado dentro de casa, daí eles desistiram de sair de ir morar lá nos Tigrinho, vieram com nós lá no clube, o clube era grande. (OSCAR, 2016, informação verbal).

Frente à vida interrompida, os entrevistados falaram do futuro roubado. Quando questionados sobre o futuro, a perspectiva era de que ele estava comprometido. Os sujeitos da pesquisa acreditam no fim da atividade rural, no fim das comunidades que ainda restam e na

desvalorização gradativa das terras. Trata-se de uma perda da confiança tripla: perda da confiança no outro, perda de confiança em si mesmo e da dignidade de existir, e perda da confiança no futuro que se torna ameaçador (FURTOS, 2008). Por causa da insegurança, alguns agricultores participantes da pesquisa já encerraram ou estão em processo de encerramento das atividades rurais que mantinham a economia da família. Outros demonstraram forte desejo de vender suas propriedades, como já discutido anteriormente. De modo excepcional, em algumas comunidades, como Poço Rico e Terra Vermelha, no município de Concórdia, observa-se um processo diferenciado, pois os agricultores ainda mantêm altos níveis de produção em sistema cooperativado, no entanto, sob condição de longos e importantes empréstimos bancários. Alguns entrevistados falaram sobre o futuro na região: “vai enfraquecendo cada vez mais, daqui a 10 anos, eu não sei se tu vai achar uma pessoa que se dedique para plantar” (LENO, 2016, informação verbal); “até hoje eu estava falando com o pai... Ah! Desanima morar aqui... Tu não tem futuro aqui para falar a verdade” (HERMES, 2016, informação verbal); “e isso só piora. Daí tá lá, esse agricultor não tem pra onde ir, hoje ele tá lá com a propriedade inviabilizada, tá indo, tá indo que vai acabar com tudo o que sobrou” (PAULO, 2016, informação verbal).

A preocupação com relação ao futuro intensifica-se para as famílias que ainda possuem filhos em casa. Durante a pesquisa, observou-se que, na maioria das famílias, os filhos adolescentes ou adultos já haviam deixado a comunidade para estudar ou trabalhar na cidade. No entanto, em muitas residências, ainda havia a presença de crianças – os filhos mais novos, em idade pré-escolar. No entanto, a falta de escola, de oportunidades de trabalho e o próprio isolamento social das crianças gera angústias e incertezas para os pais.

A minha filha, que futuro ela tem, vai brincar com quem aqui!! Creche aqui não tem, só em Severiano, para ela começar ir para aula com 4 anos, que amiguinha ela tem aqui, ela não tem nem uma amiguinha aqui para passar, brincar um final de semana. Depois é o seguinte, uma pessoa que é meio criada sozinha, ela vai num lugar estranho aonde ela precisa ir... Ela tem até medo de gente. Hoje eu e meu pai estava falando, nós estávamos sentados aqui, o cara vai agora investir em parceria de porco ou de vaca botar alguma coisa, tu vai ficar na dúvida, porque tu não tem aquele amor de ficar, porque tu fica... sozinho no lugar... longe de vizinho.... longe de recurso, né ! Daí tu não tem mais aquele ânimo de investir em cima, botar umas vacas de leite, investir em cima do terreno. (HERMES, 2016, informação verbal).

Tendo em vista os dados apresentados, destaca-se o risco ainda presente de suicídio nas regiões pesquisadas, o que demanda, com urgência, um amplo diagnóstico seguido por um plano de intervenção no campo das políticas públicas de saúde nas comunidades rurais do entorno do reservatório. Além disso, aponta-se para a necessidade de novos estudos sobre o tema, dada a carência de investigações nacionais e internacionais. São raras as investigações

acerca da saúde das populações atingidas pela construção de hidrelétricas, especialmente no que se refere à saúde mental. Àquelas realizadas com comunidades reassentadas, identificaram o aumento dos níveis de depressão, de estresse e de ansiedade ocasionados pela perda dos referenciais territoriais, culturais e espaciais, o aumento no consumo de álcool, de tabaco e de outras drogas, o aumento de distúrbios psicossociais, nutricionais, psicossociais, de cardiopatias, de doenças respiratórias e digestivas (KEDIA, 2003; QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

É interessante analisar que estudos internacionais desenvolvidos com pessoas que sofreram deslocamento forçado em situações de conflitos armados apresentam dados muito similares. Considerados os grupos com maior risco para o adoecimento mental, as pesquisas apontam que, nas bases desse indicador, estão as altas taxas de desemprego, a insegurança alimentar e a falta de segurança nas novas áreas de residência (HAMID; MUSA, 2010). Frente a esses aspectos, as investigações mostram os altos índices de insatisfação das pessoas deslocadas com relação às novas condições de vida e de trabalho, à prevalência de transtornos de estresse pós-traumático, ao aumento da ansiedade, à elevação das disfunções sociais e ao aumento de doenças somáticas (HAMID; MUSA, 2010); ao sentimento de perda da liberdade, ao aumento da pobreza, à perda das terras, à redução da renda, aos prejuízos à saúde mental em decorrência da preocupação e da incerteza, às mudanças nas normas sociais e culturais, à falta de acesso aos meios de proteção social e ao isolamento social (ELLIS; MURRAY; BARRETT, 2013; ROBERTS et al., 2009; SCHULTZ et al., 2014).

Essa análise comparativa contribui para o fortalecimento das proposições teóricas de Almeida (2008), Santos (2007), Scalabrin (2016) e Vainer (1990) e de que a situação dos atingidos por barragens apresenta contexto similar àquele vivenciado por refugiados de guerra. De fato, há uma dívida humanitária com as populações atingidas pela construção de barragens (SOLER, 2016), a questão é que nada está sendo feito para suprir essa dívida – nem a nível de discurso nem a nível de ação.

Além disso, os dados apresentados neste eixo temático contribuem para a problematização da relevância dos estudos que enfocam as relações entre o meio ambiente, a justiça ambiental e a saúde da população. Do ponto de vista da saúde, ainda em 1992, a OMS declarou que era indispensável problematizar a relação entre saúde e meio ambiente. Na época, cerca de 75% das mortes que ocorriam todos os anos eram consequência de questões ambientais ou de estilos de vida (OMS, 1992). Uma metanálise realizada por Prüss-Ustün, Bonjour e Corvalán (2008) apontou que um quarto das doenças no mundo está diretamente associado às mudanças ambientais e que, diante de melhorias ambientais, 13 milhões de mortes por ano

poderiam ser evitadas no mundo. Esses dados são corroborados pela declaração da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2011), quando diz que “os desequilíbrios ambientais têm incidido de maneira crescente e com diversos graus de intensidade sobre a qualidade de vida de toda a população em escala planetária, afetando direta e indiretamente a sua saúde” (p. 09). Nesse sentido, entende-se que a promoção da saúde, da justiça e da equidade econômica e social está diretamente associada à qualidade do ambiente, aos modos de produção existentes e ao modelo de desenvolvimento vigente (GURGEL et al., 2009). Da mesma maneira, as questões ecológicas já não podem mais ser compreendidas de maneira dissociada das relações de poder, de propriedade, de produção (CHESNAIS; SERFATI, 2003) e de saúde.

### **8.7 “Eles acharam que nós ia esquecê, mas nós não vamo esquecê”: a voz dos atingidos no processo de produção e de exibição do documentário**

*“Você não pode comprar o vento  
 Você não pode comprar o sol  
 Você não pode comprar a chuva  
 Você não pode comprar o calor  
 Você não pode comprar as nuvens  
 Você não pode comprar as cores  
 Você não pode comprar minha alegria  
 Você não pode comprar as minhas dores”*

(CABRA; ARCAUTE; PÉREZ, 2010)

Frente ao contexto de injustiça apresentado no decorrer desta tese, tornar público esse processo, significa, além da democratização da informação, a busca por uma sociedade mais justa (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013). Nesse sentido, o audiovisual pode se apresentar como importante aliado na construção de sensibilização e mobilização política e social. Para Padilha (2015), o cinema possui um caráter político, com poder de interferir na realidade e provocar uma reação social. Além disso, do ponto de vista das populações atingidas pela construção de hidrelétricas, há uma necessidade de não esquecer os danos, de manter vivas as memórias (NOVOA, 2016), estabelecendo modos de resistência propositivos (SOLER, 2016). Afinal, é preciso desconstruir a ideia de que o atingido é apenas mais uma vítima, revertendo essa lógica para colocá-lo em posição de protagonismo social e de alguém que possui condições de participação e decisão (VAINER, 2016). A partir desse posicionamento, é possível perceber as populações atingidas também como sujeitos de desejos e de projetos e não apenas como sujeito-vítima do sofrimento e da morte. Trabalhar nessa perspectiva significa construir uma ciência que sirva para a emancipação e que gere consciência política e social (ANDRIOLI, 2016).

Tendo em vista esses pressupostos, nesta pesquisa, o documentário teve diferentes funções de intervenção e de mobilização social nas várias etapas de produção do material, envolvendo desde a captação das imagens até a edição e a exibição do resultado final. Esse processo se deu, primeiramente, através da produção do filme, que envolveu ativamente os participantes da pesquisa no aprendizado das técnicas de filmagem, na seleção das imagens e na construção do conteúdo dos depoimentos. Posteriormente, através da documentação de suas vivências, os sujeitos do estudo puderam registrar suas memórias e reflexões através de uma narrativa própria, contribuindo para a problematização das histórias vividas, que perpassa os discursos e os documentos oficiais atrelados à hidrelétrica de Itá. Em seguida, pela sensibilização e pelo debate público gerado a partir da exposição do documentário, por meio do qual o tema ganhou visibilidade política e social. Finalmente, o modo como os participantes se apropriaram do filme e construíram estratégias singulares de utilização e divulgação do material contribuiu para o reconhecimento do sofrimento e da injustiça vivenciada, abrindo espaços coletivos de fala e de escuta.

Quanto aos efeitos provocados pelas exibições do filme, destaca-se a ampliação da temática e a construção de novas sínteses e interpretações acerca dos resultados da investigação. De entre as inúmeras repercussões e contribuições desses espaços ressalta-se:

- a) *exibição do documentário no IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens em Chapecó/SC*: estavam presentes 96 pessoas e a apresentação do filme contou com um debate com duração de duas horas. Entre os ouvintes, estavam a população em geral, teóricos da área, entidades públicas, integrantes do MAB e de outros movimentos sociais. As principais questões e os principais comentários levantados foram: interesse pelo processo de pesquisa como um todo; sobre como se deu a inserção da câmara na relação entre pesquisador e participantes; sobre a devolução dos dados aos participantes; sobre o levantamento de expectativas dos entrevistados de que o documentário poderá transformar a realidade vivenciada; sobre questões éticas e cuidados na gravação e edição; sobre como o documentário pode sensibilizar pessoas que não aderem ao discurso dos movimentos sociais; definição do documentário como puro e simples; solicitação de cópias e exibição onde barragens já foram construídas e onde novas barragens estão sendo projetadas na região; relatos de ouvintes atingidos que se viram no filme e que gostariam de mostrar para as famílias; potência do audiovisual como modo de mostrar a pesquisa em linguagem acessível e intervir socialmente; questões sobre porque outros

municípios não investiram no turismo como no caso de Itá; debate entre os diferentes atores sociais e diferentes perspectivas políticas;

Fotografia 27 – Exibição IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens



Fonte: acervo pessoal (2016).

- b) *exibição do documentário para os participantes da pesquisa em Concórdia/SC:* estavam presentes 86 pessoas, entre alunos, professores, vizinhos da escola, participantes da pesquisa e seus familiares. A apresentação do filme contou com um debate com duração de duas horas e trinta minutos, seguido por uma confraternização entre os participantes. Entre algumas questões levantadas, podem ser citadas: o grupo discutiu que todos ali deveriam exigir que algo fosse feito, cobrando dos representantes políticos um posicionamento concreto; discutiram o desastre ambiental provocado pela obra; relataram casos de indenizações que ainda hoje não foram pagas; retomaram a história do sequestro de um técnico da hidrelétrica na época em que lutavam para garantir seus direitos; falaram que o filme mostrou toda verdade sobre eles; relataram que se sentiram bonitos e que falaram bem; perguntaram quando a pesquisadora voltaria para visitar as comunidades; as professoras falaram da importância do material para a escola e para o desenvolvimento da consciência política dos alunos; muitos participantes da pesquisa se mantiveram em silêncio, emocionados;

Fotografia 28 – Exibição para os participantes da pesquisa



Fonte: acervo pessoal (2016).

- c) *exibição do documentário na Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia/SC*: a apresentação contou com a presença de 38 pessoas, entre elas, participantes da pesquisa e seus familiares, vereadores, atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá que vivem em regiões urbanas, representantes do MAB e de diversos órgãos públicos. O debate aberto levantou novas demandas locais, pendências indenizatórias, limitações do poder público na instituição de leis municipais com foco nas comunidades atingidas pela barragem, papel dos representantes políticos, do Estado e da hidrelétrica na resolução das demandas atuais da população remanescente. Além disso, diversos ouvintes da comunidade em geral revelaram, emocionados, que não conheciam o cenário apresentado pelo filme;

Fotografia 29 – Exibição na Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia



Fonte: acervo pessoal (2016).

- d) *exibição do documentário no Seminário de Direitos Humanos na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo (RS)*: a apresentação contou com a presença de 145 pessoas, entre elas: alunos e professores dos cursos de Psicologia, Pedagogia,

História, Letras, Administração, Arquitetura, Engenharia, Fotografia e população em geral. O debate contou com questões como: a situação da população atingida pela construção de hidrelétricas é similar àquela vivenciada por grupos deslocados por grandes empreendimentos urbanos, como condomínios, construção de estradas e obras de modo geral; questionamentos quanto à falta de legislação protetiva para essas populações; interesse quanto ao método de pesquisa. Destaca-se que essa exibição contou com menor debate e participação dos ouvintes em comparação com as demais apresentações. Estima-se que, por se tratar de um público urbano, sem vinculação com o meio rural, a identificação e a empatia com os depoimentos foi menos intensa;

Fotografia 30 – Exibição na Universidade Feevale



Fonte: acervo pessoal (2016).

- e) *exibição do documentário no Ciclo de Cinema e Ambiente em Debate na UERGS, em São Francisco de Paula (RS):* a apresentação contou com a presença de 70 pessoas, entre elas: comunidade em geral, agricultores da região serrana do RS, professores e alunos dos cursos de Pedagogia, Letras, Engenharia Ambiental e Administração Rural. O debate levantou questões como: interesse pelo surgimento da ideia de realizar a pesquisa com esse público; comentário de que a barragem, mesmo tendo trazido impactos importantes, contribuiu para o controle das cheias em cidades próximas; questão sobre porque o MAB não aparece concretamente nos discursos dos trabalhadores; observação de que os participantes fazem um esforço para esquecer e um esforço para não esquecer o que vivenciaram; destaque de que o filme privilegia questões que leis não abordam, além de enfatizar a importância da natureza e do meio ambiente para as pessoas; interesse pelo método de pesquisa, pelas entrevistas, pelo roteiros e pelo delineamento; discussão sobre legislação ambiental que considerada a natureza desvinculada do homem; sugestão de que o



filme concorra a festivais; menção de que as falas denunciavam uma realidade e são muito politizadas; comentário de que os representantes dos municípios atingidos poderiam investir no local através da utilização dos *royalties*, já que existem políticas de apoio à agricultura familiar; sugestão de que o documentário seja exibido para várias áreas que estudam o meio ambiente; identificação de diversos conflitos locais com aqueles demonstrados no documentário; questionamento sobre quem apoiou financeiramente a pesquisa;

Fotografia 31 – Exibição na UERGS



Fonte: acervo pessoal (2016).

Frente a essas inúmeras contribuições, ressalta-se que os debates abertos após a exibição do filme, além de contribuírem para a sensibilização social frente à temática, qualificaram a pesquisa realizada, atuando como instrumento de validação, elaboração e ressignificação dos resultados obtidos. Através disso, muitas das análises e das reflexões apresentadas no decorrer deste texto foram elaboradas coletivamente, a partir do olhar de diferentes áreas do conhecimento e de distintos grupos sociais. Além das exibições, o documentário e, consequentemente, os resultados da pesquisa foram veiculados em diversos canais midiáticos, como uma matéria apresentada no Jornal do Almoço, do estado de Santa Catarina, com importante repercussão local, quatro matérias em jornais do mesmo estado e duas entrevistas com a pesquisadora em rádios regionais da cidade de Concórdia.

Fotografia 32 – Pesquisadora em entrevista para o Jornal do Almoço de SC



Fonte: acervo pessoal (2016).

O filme também foi exibido na TV da Universidade Feevale, em um programa direcionado para a apresentação de documentários e submetido para festivais nacionais de cinema. Além disso, foi criada uma página para o filme na rede social *facebook* que conta, atualmente, com 402 seguidores. A página tem sido utilizada para a divulgação das exibições do filme e para a troca de experiências com pessoas interessadas na temática. Ademais, os debates científicos oriundos das apresentações dos resultados parciais da pesquisa em artigos e em eventos acadêmicos também contribuíram para a visibilização da situação da população investigada. Em 2016, foram 15 publicações e/ou apresentações de trabalhos. A relação de todas as exibições do documentário, das exposições fotográficas e dos trabalhos e artigos apresentados/publicados estão listados no Apêndice K.

Do ponto de vista dos participantes da pesquisa, entre as inúmeras iniciativas para a produção do documentário, merecem destaque: o convite do seu Oscar para que o documentário fosse apresentado durante a missa de seu casamento de 50 anos no final de 2017; o relato do seu João (2016, informação verbal) durante as filmagens do filme dizendo que estava fazendo pelo menos uma coisa na vida para deixar ao mundo; e a iniciativa da família da dona Dulce na organização de exibições do documentário nas escolas do município. Nesse último caso, a família solicitou aos alunos das escolas que escrevessem resenhas sobre o filme, no final, os textos foram enviados à pesquisadora. Outros relatos dos participantes da pesquisa após visualizarem o documentário corroboram esses achados: “Carmem, eu gostaria de ver as pessoas que ajudei carregar as mudanças quando foram embora... Ver isso no dia da mudança, eles ficava sem rumo. Uns par deles já está morto hoje. Eu entendo o que eles passaram. Hoje ficamos emocionados, muito emocionado. O filme fico simples e bem fácil de entender. Mostrou o que todos os grande querem esconder” (MARIO, 2016, informação verbal); “eu vou

falando com as pessoas da comunidade depois do filme e todos dizem que ainda vai ter muito assunto isso tudo. Que bom que você mostrô o escondido... Também quero agradecer você por tudo” (LENO, 2016, informação verbal); “na verdade, só você que mostrô a realidade de quem ficou” (MARIA, 2016, informação verbal); e “eu quero agradecer por você ter vindo de longe escutar a gente. Nunca ninguém tinha vindo perguntar como a gente se sentia... Nunca. Tinham esquecido a gente aqui nesse buraco” (LUIZ, 2016, informação verbal). Contribuições de pessoas que assistiram o documentário em diferentes espaços de exibição também merecem destaque.

[...] eu lembro faz uns três anos atrás quando você teve no meu gabinete, aonde me procurou pra buscar informações pra fazer uma tese de doutorado... Naquele momento me passou assim “mais uma” ou “mais um”, porque eu tenho contribuído pra várias pessoas, buscar as informações, que se beneficiaram e eu nunca mais vi na frente. Você voltou e aqui está o resultado! (EXPECTADOR 01, 2016, informação verbal, Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia).

Eu não sabia que era tão grave pra vocês que moram lá na beira do lago, agora caiu a ficha pra mim também, essa divisão que teve dentro das comunidades e também a distância física também que ficou... Estou chocado! (EXPECTADOR 03, 2016, informação verbal, Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia).

Então esse trabalho é um trabalho excelente pra trazer o debate nas comunidades diretamente atingidas e que com esse trabalho é que se levanta e se traga uma transformação social muito grande. (EXPECTADOR 02, 2016, informação verbal, UERGS).

Então eu quero te parabenizar pelo trabalho. Eu queria inúmeros desses trabalhos em vários municípios dessa região. Que você possa estar demonstrando esse tipo de opressão silenciosa que acaba acontecendo com aquele que não tem voz ativa, não tem conhecimento, a gente sabe que o poder... As nossas legislações elas são mais furada que um queijo suíço. Ela favorece aquele que tem como bancar. Aquele que não tem como bancar, ele fica quietinho no canto dele esperando pra ver se cai uma coisa do céu que possa estar resolvendo o problema dele. (EXPECTADOR 04, 2016, informação verbal, exibição para os participantes da pesquisa).

Percebe-se, nessas falas, a referência de que a pesquisa e o documentário atribuíram visibilidade e reconhecimento para aquilo que estava “escondido” ou “esquecido” socialmente, possibilitando, através da escuta, que os participantes tivessem suas vivências acolhidas e problematizadas. Além disso, após a exibição do material, as pessoas atingidas pela construção da hidrelétrica de Itá relataram um forte sentimento de pertencimento a um coletivo, afinal, muitos não imaginavam que integrantes de comunidades tão distantes vivenciavam experiências similares. Diante disso, grupos sociais sem vinculação e sem contato demonstraram interesse em se conhecerem e estabeleceram relação. Até o presente momento,

não foi possível organizar esse encontro por causa da falta de transporte e de orçamento financeiro, mas espera-se viabilizar a ação com o apoio dos municípios envolvidos.

No final da pesquisa, percebeu-se que, diferentemente das narrativas contadas pelos museus e pelos livros oficiais da Hidrelétrica de Itá, o tempo, os danos e os efeitos não foram interrompidos após a finalização do enchimento do reservatório. A história compõe o presente e se mistura com ele, revelando a intensa vinculação da população remanescente com o território vivido e habitado. Apesar de todas as transformações e precarizações nos modos de vida e de trabalho da população investigada, percebeu-se que, se o dinheiro buscou desmanchar tudo o que havia naquele lugar, o território mostrou que há coisas que não se pode desmanchar (SANTOS, 2011), como, por exemplo, os modos históricos de resistência e a identidade com o espaço vivido, habitado, significado e subjetivado.

Diante disso, observou-se, durante toda a investigação, um profundo esforço dos entrevistados em não perder a memória daquilo que viveram, a memória que explica seus modos de vida na atualidade, a memória que comprova as violações que sofreram. Para Leroy, Pacheco, Porto e Rocha (2013, p. 295), confrontados por um poder econômico esmagador, pelas “contradições do Estado e por representantes dos Legislativos, dos Executivos e dos Judiciários, muitos dos quais mais parecem verdugos que defensores dos seus direitos, os atingidos não são, entretanto, vítimas que se deixam conduzir ao sacrifício sem protestar ou construir alternativas”. Para os autores citados, essas populações vêm, na verdade, plantando sementes para a construção de uma sociedade bem diferente daquela que o mercado, muitos políticos, burocratas, profissionais do Direito e das Ciências insistem em defender como a única viável.

Como afirma Mário (2016, informação verbal), participante da pesquisa, “eles acharam que nós ia esquecê o que aconteceu, mas nós não vamo esquecê”. Assim, a produção do documentário apenas deu voz àquilo que buscava espaço para ser dito. Exemplo disso é que alguns entrevistados relataram escrever anotações em cadernos para não esquecer a história, enquanto outros construíram maquetes das antigas comunidades ou guardaram as fotos e os documentos que restaram. Alguns registros exemplificam o esforço de manter vivas as memórias: “porque você pensa bem hoje, tu não analisa hoje, todas as famílias que moraram aqui, o passado daquelas famílias, né! Tudo as vivências deles, né! Foi tudo, né! Queira não queira ali, aquela recordação que nós tinha, foi uma vida ali... E foi tirado tudo isso aí” (RENATO, 2016, informação verbal); “porque com o fechamento, quando eu falo que a memória de Linha Laudelino, está se perdendo, ninguém escreveu sobre a comunidade, dos moradores” (MICHELE, 2016, informação verbal).

Fotografia 33 – Maquete da antiga comunidade submersa pelo reservatório criada por Luiz



Fonte: acervo pessoal (2016).

Luiz, o agricultor que construiu a maquete da antiga comunidade no jardim de sua casa, pediu para que sua obra fosse filmada e enviada para o programa do Ratinho ou da Eliana. Além disso, após a devolução dos resultados da pesquisa, as famílias participantes da pesquisa sugeriram a escrita de um livro sobre suas memórias. Leno (2016, informação verbal) até imagina como seria esse livro, “depois o livro, ele vem com as fotografias das famílias, depois dos bichos, uma coluna, uma coluna mostra outra família, outras coisas e vai indo, né!”. Quando questionados sobre qual seria o título desse livro, o consenso foi: *Futuro Roubado!* Diante desses elementos, é possível afirmar, assim como Vainer (2016), que problematizar o padrão vigente de construção de hidrelétricas em nosso país não significa apenas defender o território e o meio ambiente, significa, também, defender uma história em sua totalidade.

## 8.8 Considerações finais

O contexto vivenciado pelas comunidades rurais remanescentes atingidas pela construção da Hidrelétrica de Itá mostra-se marcado pela injustiça e pelo sofrimento social e ambiental. Dezesete anos após o enchimento do reservatório, a população investigada presencia o agravamento dos danos decorrentes do empreendimento, entre os quais podem ser citados: esvaziamento populacional da região; inviabilidade produtiva das propriedades rurais; precarização das estruturas comunitárias; isolamento físico e territorial de famílias e das comunidades; perda das condições de trabalho; sobrecarga e precarização da atividade laboral; desvalorização do preço das terras; perda das práticas sociais e culturais; perda do apoio social; fragilização dos planos para o futuro; falta de acesso ao transporte público, à água potável, à energia, ao telefone e à internet; limitação e criminalização quanto ao uso do reservatório e das

áreas de preservação ambiental; desequilíbrio ambiental através da extinção e/ou proliferação de animais, peixes e insetos; perda do rio; prejuízos para as plantações e redução da produção agrícola; dificuldade de venda das áreas habitadas; falta de acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho; diminuição da renda e das áreas de terras produtivas; aumento da violência; regulamentação da pesca; aumento dos afogamentos; perda de paisagens naturais; insegurança alimentar; fechamento de pequenos comércios comunitários; redução dos postos de trabalho; e descapitalização dos moradores. Diante disso, observa-se o total abandono do poder público e privado, fazendo com que a população atingida se sinta sozinha, isolada, sem alternativas de ação, condenada a viver sob essas condições e sem usufruir os benefícios obtidos com a geração da energia da hidrelétrica em questão. Assim, o sofrimento social e ambiental decorrente gera vivências de depressão, desesperança, tristeza, desânimo, insegurança e medo, determinando o modo de viver e de morrer da população investigada. Nesse cenário, os sujeitos da pesquisa associaram essas vivências aos modos de adoecimento que culminam em mortes súbitas e nos suicídios de seus familiares e amigos.

Diante disso, apesar de este capítulo ter sido dividido em eixos, visando facilitar a compreensão do leitor, ressalta-se que todos os campos afetados são indissociáveis: a comunidade, as relações sociais, a relação com o meio ambiente, o trabalho e as interfaces dessas esferas com o sofrimento social e ambiental. Na vida de cada um dos entrevistados, não existem divisões, os danos e as perdas ambientais estão diretamente atrelados aos modos de trabalho, à vida, às práticas sociais e culturais. As escutas realizadas demonstraram que, para muitos entrevistados, a perda de uma árvore, de uma flor ou de uma planta também significou a perda de si.

Frente ao contexto apresentado, convém lembrar que, para o Observatório do Setor Elétrico Brasileiro, uma usina hidrelétrica gera inclusão social, aumenta o acesso à saúde e à educação, as condições gerais de vida, o desenvolvimento de novas atividades econômicas, o incremento do turismo e as opções de lazer, o aumento da população com casa própria, a mecanização da agricultura e a melhoria na qualidade de vida das famílias (OSEB, 2010). Frente a isso, o órgão conclui que “o objetivo final é gerar energia, mas no meio do caminho se produz cidadania [...] enquanto se constrói a barragem e se prepara o reservatório, a população começa a vislumbrar uma nova perspectiva de futuro, com acesso à saúde, à educação, à oportunidade de emprego, de renda” (OSEB, 2010, p. 03).

Em virtude do que foi mencionado, destaca-se o processo sistemático de irresponsabilidade e negligência por parte do Estado, mas, principalmente, por parte da gestão dos municípios atingidos pela barragem de Itá e também da empresa atualmente responsável

pela hidrelétrica. No decorrer da pesquisa, não foi identificado nenhum tipo de ação ou projeto visando à melhoria das condições de vida, da saúde e do trabalho das comunidades rurais investigadas. Diante disso, a produção do documentário e os debates públicos de seu conteúdo permitiram o desenvolvimento de estratégias de visibilidade para essa população, representando um importante instrumento de proteção social, tornando públicos os responsáveis pelas injustiças praticadas e permitindo a cobrança e o monitoramento das ações dos governos e da esfera judicial (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

Finalmente, através desse processo de escuta e de reconstrução desta história, a partir das memórias das pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá, reforça-se o debate proposto por Martins (1993) de que buscar aproximação com essas populações, desenvolver estudos e dar voz às suas vivências representa uma alternativa de colocá-las não apenas como protagonistas da História mas também como autores, transformando o lugar dado de vilões do desenvolvimento, de canibais ou de animais que precisam ser domesticados (MARTINS, 1993).

## 9 ENTRE A LOUCURA E A ESPERANÇA, UM NÓ NA GARGANTA: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

*“E aí, quando se fala em direitos humanos, e direito à vida também, não é direitos humanos... É direito à vida das pessoas! Tem gente que, por ganância, tira a vida da pessoa, e isso de construir barragem é tirar a vida das pessoas, né!”*

(PEDRO, 2016, informação verbal).

A construção de hidrelétricas, historicamente alicerçada nos discursos do progresso e do desenvolvimento e, mais recentemente, nos argumentos da energia limpa, renovável e de baixo custo, constitui-se como um desastre socioambiental planejado, programado e legitimado pelo poder público e privado, que produz profundos e duradouros impactos estruturais e irreparáveis nos modos de vida e de trabalho das populações atingidas. Nesse processo, as vítimas dos esvaziados discursos do desenvolvimento e do bem-maior são vistas como empecilhos para o progresso e compelidas a lutarem sozinhas pela garantia de seus direitos.

Frente ao exposto, esta tese teve como objetivo central *analisar a construção social da banalização da injustiça e do sofrimento vivenciado pelas populações atingidas pela construção de hidrelétricas e as interfaces desse processo com os modos de vida e de trabalho desses sujeitos*. Destarte, os objetivos específicos foram: *investigar os elementos constitutivos do discurso e dos documentos oficiais que contribuem para o processo de banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas; compreender as transformações nos modos de vida e de trabalho da população remanescente atingida pela construção da hidrelétrica de Itá e as interfaces desse processo com a saúde mental; e desenvolver estratégias de aproximação e de imersão que permitam, em conjunto com os participantes da pesquisa, documentar e atribuir visibilidade às suas vivências e memórias, colocando-os não apenas como protagonistas mas também como autores de suas próprias histórias*.

Do ponto de vista teórico, partiu-se da análise e da problematização dos conceitos de progresso e de desenvolvimento, adentrando no debate dos discursos sobre energia limpa, renovável e de baixo custo utilizado para caracterizar as hidrelétricas no Brasil, até chegar à discussão sobre o sofrimento social e ambiental enquanto resultado da banalização da injustiça. Frente aos subsídios oferecidos pelas abordagens teóricas cuidadosamente selecionadas, a pesquisa foi desenvolvida a partir das premissas da pesquisa-participante. O delineamento considerou a necessidade de dar voz às populações atingidas por esses empreendimentos, contribuindo para o protagonismo e para a autoria dos participantes na condução do processo investigativo.



Assim, os capítulos da tese dedicados aos resultados buscaram, primeiramente, apresentar os elementos constitutivos do discurso de banalização da injustiça e do sofrimento dessas populações através da análise dos documentos oficiais. Na sequência, buscou-se reconstruir a história da hidrelétrica estudada a partir das vivências e das memórias dos atingidos e, finalmente, apresentaram-se os efeitos desse processo na vida, no trabalho e na saúde mental dos participantes, problematizando-se a mobilização política e social oriunda do processo de pesquisa e da produção do documentário.

Isto posto, concluiu-se que, entre os elementos do discurso e dos documentos oficiais que contribuem para o processo de banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas pela construção de hidrelétricas, destacam-se: o discurso do desenvolvimento nacional e do bem-maior; o argumento da produção de energia limpa, renovável e sustentável frente à crise ecológica global; o argumento do baixo custo dessa fonte energética; as ameaças da falta de energia; a invisibilidade das populações atingidas e de seus direitos na legislação vigente; a dissociação entre meio ambiente, saúde, trabalho, relações sociais e o homem nos estudos ambientais desenvolvidos frente à construção de hidrelétricas; a lógica da mercantilização da natureza, considerando-a separada da vida e da dinâmica social; a fragilidade dos estudos ambientais da barragem investigada; a construção de uma história oficial da hidrelétrica de Itá que exclui a perspectiva dos atingidos, encobre as injustiças e violências cometidas pela indústria barrageira e invisibiliza o sofrimento.

Nessas análises, percebeu-se que, do ponto de vista da análise da legislação vigente, impera a invisibilidade das populações atingidas pelos grandes empreendimentos, excluindo-se aspectos que vão desde o sofrimento até questões atreladas à saúde, ao trabalho, às relações sociais e culturais – “para o social, não existe lei”. Em contrapartida, privilegiam-se normativas que garantem a comercialização dos recursos naturais e o direito dos consumidores. Apesar disso, observa-se um intenso movimento político que busca a flexibilização da legislação ambiental atrelada aos empreendimentos hidrelétricos, levando à instauração de um sistema ainda mais perverso de ameaça à vida de povos tradicionais, rurais e indígenas.

Em sentido similar, os estudos ambientais da Hidrelétrica de Itá não apresentam apenas elementos discursivos que contribuem para a banalização da injustiça e do sofrimento das populações atingidas pelo empreendimento – eles são a própria materialização da injustiça. Isso se deve, primeiramente, à total descartabilidade dada às populações atingidas, como se não precisassem de justificativas ou ganhos com a implantação do empreendimento. Aliás, em nenhum momento são mencionados ou prometidos benefícios às populações rurais atingidas, os compromissos desenvolvimentistas descritos são direcionados à população urbana ou ao

invisível bem-maior. Além disso, os relatórios afirmam que, anteriormente, as comunidades atingidas possuíam condições de renda, saúde, educação e trabalho acima da média nacional e que todos esses aspectos seriam precarizados com a instalação da hidrelétrica. No entanto, não são apresentadas ações reparatórias para os danos listados, com exceção da reconstrução da infraestrutura comunitária e das indenizações financeiras. De maneira similar, o Plano Diretor da hidrelétrica estudada aborda os danos causados às populações atingidas pela construção do empreendimento e seus efeitos através de dois elementos principais: um deles trata esses danos como de “natureza não mensurável” e o outro apresenta a compensação financeira, por meio dos benefícios econômicos indiretos gerados pela hidrelétrica, como ação mitigatória. Diante disso, novamente observa-se a total desarticulação entre os danos descritos pelo empreendimento e os projetos de reparação, especialmente no que tange aos aspectos sociais das comunidades atingidas. Frente aos argumentos expostos, concluiu-se que o cenário vivenciado pela população investigada neste estudo foi previsto, registrado e legitimado pelo poder público e privado, representando a total banalidade da deterioração da condição humana sob a crueldade e a perversão do capital.

Além disso, o resgate histórico do processo de implantação da Hidrelétrica de Itá mostrou que, diante da violência, da insegurança, da falta de informação e de orientação, das ameaças e da inexistência de suporte político e social, as populações atingidas tiveram que lutar sozinhas e precariamente pela garantia de seus direitos fundamentais. Apesar da resistência, a concretização da obra apresentou-se como um fato consumado, representada, na narrativa dos participantes da pesquisa, pela ideia de um desastre, de um bicho de sete cabeças envolto pelo terrorismo e pelo sofrimento. Nesse processo, o uso constante de estratégias de criminalização do movimento social, de desarticulação do coletivo, de negociações individuais, do estabelecimento de aliança com representantes políticos, a ênfase nos benefícios do projeto em detrimento aos danos e a falta de participação democrática dos atingidos nos processos decisórios contribuiu para que as famílias atingidas não acreditassem na concretização do empreendimento, sentissem-se confusas e sem condições decisórias, vivenciassem sentimentos de impotência, insegurança, tristeza e perda da confiança em si e nos laços sociais. Além disso, os deslocamentos forçados e *in situ* representaram uma cisão identitária, psíquica, econômica e social sem precedentes.

Frente a isso, destaca-se que o processo intenso de precarização e de abandono vivenciado pelas comunidades participantes da pesquisa, além do previsto, não foi objeto de políticas públicas ou de projetos reparatórios. Assim, no que se refere às transformações nos modos de vida e de trabalho da população remanescente atingida pela construção da

Hidrelétrica de Itá, podem ser citadas as perdas sociais e culturais em função do deslocamento dos vizinhos e de familiares para os reassentamentos ou para áreas urbanas; os inúmeros danos e desequilíbrios ambientais, alterando a identidade local, as possibilidades de trabalho e a relação com meio ambiente; a extinção e a precarização gradativa do trabalho rural no entorno do reservatório; a extinção de diversas fontes de trabalho, como os comércios locais, as escolas, os postos de saúde e os centros comunitários; o aumento da violência e da insegurança; a diminuição da qualidade de vida como um todo; a ausência de espaços públicos de proteção social, como escolas e postos de saúde; a precarização e/ou a falta de infraestrutura em geral, como estradas, transporte, água potável, energia, telefone, internet, espaços de lazer e convivência; o abandono e o desaparecimento gradativo das comunidades rurais; os inúmeros danos à saúde física e mental oriundos da sobrecarga de trabalho frente à necessidade de preparação de novos terrenos, da perda de acesso às políticas públicas, do isolamento e do abandono político e social. Todas essas transformações afetaram diretamente a saúde mental dos participantes da pesquisa, contribuindo para o estabelecimento do sofrimento social e ambiental, que se apresenta por meio da depressão, da perda da esperança com relação ao futuro, do suicídio e de mortes súbitas associadas aos efeitos da construção da barragem.

Diante disso, concluiu-se que, sob a égide do capital, o processo de banalização da injustiça na construção de hidrelétricas encontra-se diretamente atrelado ao modelo de desenvolvimento vigente, no qual imperam a omissão da legislação, a fragilidade dos estudos ambientais e a construção de uma história oficial que exclui a perspectiva dos atingidos. Esse processo gera o sofrimento social e ambiental, levando à destituição dos modos de vida tradicionais e à própria morte dos atingidos. Nesse contexto, o Estado apresenta-se, historicamente, como cúmplice e legitimador da degradação e, descarte dessas populações, a partir da permissividade legal e da intensificação de programas e de políticas desenvolvimentistas que priorizam o fator econômico em detrimento da proteção social e ambiental, tornadas estratégias encobridoras da injustiça. Através disso, é possível afirmar, em conjunto com os sujeitos da pesquisa, que, “*construir barragem é tirar a vida das pessoas*” e, para além disso, é também “*roubar o futuro*”.

Frente a essa dinâmica política e social, o sofrimento das populações atingidas por essas obras mantém-se ora no anonimato ora naturalizado ou justificado pelo bem-maior. Para os atingidos, essa dinâmica representa a perda da vida, entendida aqui como um conjunto indissociável e relacional entre a natureza, a sociedade, o trabalho, a saúde, a subjetividade, a cultura e as relações sociais-comunitárias. Destarte, a manutenção desse padrão no campo da construção de hidrelétricas no Brasil parece estar diretamente atrelada à maximização dos

lucros obtidos com essas obras, visto que a garantia de direitos contraria a lógica vigente do capital. A transformação da legislação vigente, implantando políticas de garantia de direitos e de reparação de danos, por exemplo, significaria elevar consideravelmente o custo e o tempo de execução dos projetos.

Do ponto de vista da saúde mental, destaca-se que, para os agricultores, o território aparece como uma extensão do corpo e da identidade, como espaço de vida, de trabalho, de relações sociais, de lutas e de intenso investimento subjetivo. Perder esse território e, mais ainda, vê-lo submerso, é também perder uma parte de si, é também morrer. Nesse sentido, apesar da abordagem ainda incipiente do sofrimento ambiental, o aprendizado obtido com os sujeitos da pesquisa sobre a indissociabilidade entre subjetividade, meio ambiente, trabalho e relações culturais e sociais aponta para a extrema relevância do termo e também para a necessidade de ampliação dos conceitos já empregados por Auyero e Swistun (2009). Diante disso, alerta-se para a invisibilidade da temática desta tese no campo da Psicologia. Em sua maioria, os estudos são desenvolvidos por pesquisadores das áreas da Geografia, Sociologia, Antropologia e até mesmo de Economia e de Administração.

Outro achado importante é que os danos e os efeitos da construção da barragem de Itá tiveram início muito antes da obra propriamente dita. A notícia, pouco precisa, de que seria construída uma hidrelétrica na região levou muitas famílias a se retirarem, a reduzirem a produção e, a sofrerem diante da incerteza do futuro e do medo da perda de tudo o que havia sido construído. Do mesmo modo, os danos provocados pela obra intensificam-se com os passar dos anos, hoje, 17 anos após o enchimento do reservatório, eles se mostram cada vez mais claros para a população remanescente. Esses aspectos não são previstos pelos estudos ambientais e pela legislação vigente, que geralmente consideram apenas o território alagado como área atingida e o período de deslocamento das populações como objeto de políticas reparatórias. Para muitas famílias participantes da pesquisa, os impactos da construção da hidrelétrica já perpassaram três gerações. Nesse sentido, destaca-se que a lógica de reparação de danos em vigor não considera os aspectos longitudinais dos efeitos causados pela construção de uma barragem, tampouco os danos à saúde física e mental das populações atingidas. Sendo assim, também não são previstos acompanhamentos e reparações a longo prazo. Exemplo disso é que os estudos de acompanhamento da população investigada aconteceram apenas até dois anos depois do enchimento do reservatório, período em que, segundo os entrevistados, os impactos mais severos ainda não haviam se estabelecido.

Ademais, considerando o aspecto levantado por Vainer (2016), de que uma represa pode ser comparada a uma bomba em risco iminente de explosão, cabe destacar a total invisibilidade

do debate acerca do risco de rompimento da hidrelétrica investigada ou das inúmeras outras barragens da bacia do rio Uruguai. O tema foi abordado apenas pela gestão da própria Hidrelétrica de Itá, sendo totalmente ausente do imaginário das comunidades remanescentes e dos discursos dos representantes do MAB ou dos políticos entrevistados. Sem a consideração do risco, também não são construídos planos de ação emergenciais.

Não obstante, diante do debate aqui proposto, pode-se afirmar que as categorias energia limpa e renovável estão baseadas em frágeis argumentos, que consideram apenas a emissão de gases de efeito estufa e a renovabilidade da água. Por sua vez, a categoria baixo custo sustenta-se por meio da violação dos direitos humanos e da flexibilização da legislação ambiental. Afinal, implantar políticas compensatórias consistentes, justas e capazes de reparar os reais impactos e os custos sociais e ambientais provocados por esses empreendimentos implicaria na elevação do preço da energia. Mas não só isso, implicaria alterar totalmente a racionalidade vigente. Racionalidade que não representa apenas uma abordagem teórico-conceitual mas que atende aos interesses do capital e do sistema de privilégio de uma minoria. É, portanto, uma racionalidade ideologicamente orientada para o mercado, contrapondo-se às demandas e às necessidades sociais decorrentes desse processo.

Em virtude dos achados mencionados, recomenda-se:

- a) a desconstrução política da concepção de que o nível de produção de energia hidrelétrica representa um indicador de sustentabilidade ambiental e que países com elevados números de empreendimentos hidrelétricos sejam considerados nações em desenvolvimento sustentável;
- b) a adoção da ideia de justiça social e ambiental como fundamento do conceito de sustentabilidade;
- c) a ampliação legal do conceito de atingido;
- d) o desenvolvimento de propostas de leis que garantam o direito das populações atingidas por grandes empreendimentos;
- e) a implantação de lei que direcione parte dos ganhos obtidos com a geração de energia para as regiões atingidas pela obra;
- f) a ampliação do período temporal e territorial de avaliação dos impactos socioambientais;
- g) a inclusão de indicadores atrelados à saúde física e mental nos estudos ambientais;
- h) o desenvolvimento de um modelo teórico e prático para a intervenção no campo da saúde mental das populações atingidas por grandes empreendimentos;

- i) a ampliação de pesquisas que contemplem a implementação de intervenções concretas junto às populações atingidas pela construção de hidrelétricas;
- j) a continuidade de estudos sobre a temática trabalhada neste projeto no campo da pesquisa social, especialmente em investigações que abarquem as categorias depressão social, sofrimento social e sofrimento ambiental, buscando melhor caracterizá-los no contexto brasileiro;
- k) o estudo, o planejamento e a implantação de um modelo ampliado de diagnóstico e de intervenção no campo da saúde física e mental da população remanescente atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá;
- l) o desenvolvimento de estudos ampliados, que considerem os danos, os riscos e as transformações de todas as hidrelétricas construídas na bacia do rio Uruguai. No caso da Hidrelétrica de Itá, por exemplo, a população investigada está a montante da barragem, no entanto, como existem uma série de barragens na mesma bacia, se considerada a Hidrelétrica de Machadinho, por exemplo, a mesma população também está à jusante. A multiplicidade de danos e de impactos, bem como a sobreposição dos mesmos não têm sido considerada ou debatida pela literatura, nem mesmo pelos órgãos públicos regionais;
- m) o desenvolvimento de estudo similar considerando a população localizada à jusante da Hidrelétrica de Itá;
- n) a criação de projetos municipais de incentivo à agricultura familiar nas comunidades rurais do entorno do reservatório e de melhoria das condições de infraestrutura, em especial, das condições das estradas, da água, da luz, da energia e do transporte público;
- o) a seleção de algumas comunidades remanescentes para o desenvolvimento de estudos de caso aprofundados, abrangendo todos ou a grande maioria de seus integrantes;
- p) o desenvolvimento de projetos por parte dos municípios atingidos pela obra visando estruturar comitês de reconstrução da memória das comunidades remanescentes, desenvolvendo espaços coletivos de resgate histórico a partir das vivências das populações atingidas;
- q) um levantamento junto à população atingida pela Hidrelétrica de Itá visando identificar e oferecer os devidos encaminhamentos às pendências indenizatórias e aos conflitos ambientais ainda presentes;

- r) a criação de um comitê entre os municípios atingidos, visando debater coletivamente as demandas da população remanescente no campo das políticas públicas, além das possibilidades de aproveitamento do reservatório e do investimento dos retornos financeiros obtidos com a geração de energia;
- s) a retomada de ações por parte do MAB regional, visando contribuir com a articulação entre a população que vive no entorno do reservatório, o meio acadêmico e a esfera política;
- t) a disponibilização do documentário produzido nesta tese para entidades públicas, como escolas, centros culturais, igrejas e centros comunitários dos municípios atingidos pela barragem investigada;
- u) o desenvolvimento de outras estratégias de registro e de divulgação das vivências e das memórias da população atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá, como livros, documentários e trabalhos acadêmicos;

Frente às conclusões e às recomendações apresentadas, destaca-se a indispensável participação, contribuição e atuação conjunta de todos os participantes da pesquisa na formulação das análises apresentadas – reitera-se a construção social/coletiva desta tese. Além disso, a escuta de diferentes atores sociais, com distintas vivências e percepções contribuiu de maneira substancial para o estabelecimento de análises globais e estruturais acerca da temática investigada. Destaca-se, ainda, que o processo de imersão realizado nesta pesquisa foi fundamental para a compreensão das vivências das comunidades investigadas e também para a mobilização da pesquisadora, contribuindo para que os participantes assumissem a direção da pesquisa.

A partir desse processo, foi possível, em conjunto com os participantes da pesquisa, construir o documentário “*Atingidos Somos Nós*”, exibido e debatido em diversos espaços públicos. O material, além de atribuir visibilidade política e social ao processo de banalização da injustiça e do sofrimento da população atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá, apresentou-se como importante estratégia de reconstrução da história individual e coletiva dos sujeitos da pesquisa, possibilitando aos próprios atingidos contarem suas histórias de vida. Ademais, os encontros comunitários organizados para a exibição do filme contribuíram para a coesão social, permitindo aos participantes a troca de experiências e a reflexão acerca das possibilidades de ação frente ao contexto atual.

É mister destacar a potência do audiovisual enquanto instrumento de intervenção e debate público de temáticas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Nesta tese, a produção do filme apresentou-se como importante estratégia na construção do protagonismo e da autoria

dos participantes da pesquisa e, depois de finalizado, como mecanismo de sensibilização política e social para a temática. Como consequência, a densa investigação de doutorado transformou-se em um material de fácil acesso e compreensão, possibilitando que os próprios participantes da pesquisa pudessem se apropriar do material e organizar exposições independentes em seus espaços sociais. Inspirando-se nas reflexões de Leroy et al. (2013), cabe dizer que compete a nós, das cidades, do meio rural, da academia, da Psicologia, das Ciências Humanas e Sociais aprender a ouvir aqueles que, para muitos, não passam de ignorantes ou de “entraves” para o desenvolvimento. É preciso, junto com essas populações, construir uma ciência solidária que atribua visibilidade e facilite suas articulações no combate a uma sociedade desigual do ponto de vista ambiental, social e político.

No que se refere as limitações da investigação podem ser citadas:

- a) a falta de aprofundamento histórico das comunidades participantes da investigação, ocasionada pela grande área territorial de abrangência da pesquisa;
- b) o grande número de documentos selecionados para a análise documental, impedindo que o estudo da legislação vigente contemplasse um panorama histórico de construção e de alteração de cada uma das leis selecionadas;
- c) o número reduzido de participantes que ocupam cargos políticos na atualidade e/ou na época de construção da barragem;
- d) a falta de análise de indicadores gerais que caracterizassem as regiões investigadas, como por exemplo, índices de educação, saúde, mortalidade, emprego e acidentes; e, finalmente,
- e) as limitações orçamentárias, impedindo que o documentário fosse exibido em diversos outros espaços e distribuído para outras instituições e/ou pessoas interessadas.

Finalmente, frente às conclusões e recomendações apresentadas, cabe destacar duas importantes referências para o fechamento desta tese – a esperança do seu Dirceu e a loucura do seu João. Primeiro, a esperança da transformação política e social através da pesquisa e da arte, representada pela fala do seu Dirceu no dia da primeira exibição do documentário em sua comunidade “dona Carmem, a senhora que é letrada, sabe me dizer se é verdade que a barragem vai se acabar, que vai descer tanta terra das berada do lago que vai cobrir tudo?”, respondi que não sabia. Ele seguiu, “nesse dia, dona Carmem, eu ainda quero tá é vivo prá ver, quero pegar um trator e andar em cima do reservatório cheio de terra, preparando a terra prá plantar tudo que é coisa, eu ainda quero colher coisa boa desta terra” (Dirceu). A partir disso, é possível pensar que esta investigação pode não ter sido capaz de cobrir o reservatório com terra conforme



a esperança do seu Dirceu, mas, certamente, criou espaços relevantes para cobrir aquelas águas com significados, com palavras, com histórias e memórias - talvez esses elementos possam trazer de volta algumas das boas colheitas.

No entanto, frente aos dados apresentados e no final desta tese, o sentimento é também de perplexidade, de limitação cognitiva frente à necessidade de sintetização e de compreensão de um processo envolto por tamanha injustiça e perversidade. Mesmo tendo lançado mão de diversas abordagens teóricas, oriundas de campos distintos do conhecimento, a sensação é a mesma descrita pelo seu João (2016, informação verbal) quando me mostrava a grande barragem de Itá sob o balanço do seu velho barco, “se tu pensar mesmo, a barragem ela... Tu fica pensando... Tem gente que até fica louco”. É o tal desastre, o bicho de sete cabeças, a coisa, o terror. É a loucura materializada nos estudos ambientais que, depois da descrição de centenas de danos socioambientais, concluem que “a implantação da UHE Itá não trará modificações significativas” (RIMA, 1990, p. 107), que “a implantação do empreendimento na área irá acelerar e/ou antecipar as tendências já verificadas” (EIA, 1999, p. 10.21) ou que, “para o social, não lei” (VITORINO, 2016, informação verbal). Apesar das inúmeras tentativas analíticas e explicativas, ainda hoje a sensação é de (i) mobilização diante de tamanha perversão.

Diante dessas duas referências, quando um jornalista perguntou como eu me sentia no final desta pesquisa, respondi que conseguia apenas sentir um nó na garganta. Não era alegria, não era alívio, não era a conquista do doutorado – era somente um nó, aquele que segura o choro. É preciso admitir a limitação da minha atuação como pesquisadora, a falta de recursos financeiros, a impossibilidade de me manter junto às comunidades investigadas. É preciso admitir que, retirar aquelas e tantas outras populações atingidas pela construção de hidrelétricas do contexto precário em que vivem demanda ações ampliadas no campo das políticas públicas, do Estado, da legislação vigente, do padrão empregado de apropriação e exploração dos territórios rurais brasileiros. Diante disso, o nó.

Assim, é entre a *loucura* descrita por seu João e a *esperança* que persiste em brotar das palavras do seu Dirceu que finalizo esta tese com a certeza de que esta investigação representa apenas mais um passo, entre os milhares de outros que devemos dar em busca de uma sociedade mais ética e justa. Assim, quero que minhas últimas palavras escritas sejam novamente de agradecimento a vocês, pesquisadores/participantes desta investigação, pessoas capazes de proferir os maiores ensinamentos sobre a ética, a pesquisa, a vida, sobre o mundo e sobre ser gente neste mundo. Esta tese também é de autoria de cada um de vocês e lamento não poder incluir todos os seus nomes verdadeiros na capa deste texto – obrigada é pouco. Meu desejo a vocês, a mim e ao mundo é que a esperança supere a loucura.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABUD, S. M.; LOPÉS, M. Itaipu Binacional: an important factor of regional development. In: BERGA, L. et al. **Dams and reservoirs, societies and environment in the 21st century**. London: Taylor & Francis Group, 2006. p. 325-330.

ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 53-68, 1991. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8897/7788](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8897/7788)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 24, v. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lugar e papel das Ciências Sociais nos conflitos envolvendo barragens. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Mesa Redonda**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

\_\_\_\_\_; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS [ANA]. **Região Hidrográfica do Uruguai**: região se destaca pelas atividades agroindustriais e pelo potencial hidrelétrico. Brasília, DF: ANA, 2016. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA [ANEEL]. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: ANEEL, 2008. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_capa\\_sumario.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_capa_sumario.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Energia Hidráulica**. Brasília, DF: ANEEL, 2015. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas\\_par2\\_cap3.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2015.

AGOSTINI, A. M.; BERGO, R. C. Vidas secas: energia hidrelétrica e a violação dos direitos humanos no estado do Paraná. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 167-192, 2013. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/309>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre nuclear. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ALMEIDA, P. R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <<http://celsofurtado.phl-net.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>>. Acesso em: 03 set. 2015.

\_\_\_\_\_. O Brasil no contexto da Governança Global. **Cadernos Adenauer IX**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 199-219, 2008.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, DF: Portal da Cidadania, 2009. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=1635678](http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678)> Acesso em: 06 jul. 2014.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS [ACNUR]. **Tendência globais 2009: refugiados, solicitantes de refúgio, repatriados e deslocados internos**. Geneva: ACNUR, 2009. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias\\_Globais\\_2009.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias_Globais_2009.pdf?view=1)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **A situação dos refugiados do mundo: na busca por solidariedade**. Geneva: ACNUR, 2012. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4fc5ceca9.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

ALTVATER, E. **The future of the market: an essay on the regulation of money and nature after the collapse of 'actually existing socialism'**. London: Verso, 1993.

ÁLVARO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Itá, 30 maio 2016.

ALVES, A. D.; JUSTO, J. S. Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, n. 23, p. 181-189, 2011.

ALVES, G. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte I. **Blog da Boitempo**. 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: 06 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte II. **Blog da Boitempo**. 2013b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>>. Acesso em: 06 set. 2015.

\_\_\_\_\_. O vídeo como documento de pesquisa-ação do tipo etnográfico: a experiência do projeto cinetrabalho. In: ALVES, G; SANTOS, J. B. F. **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014. p. 35-52.

\_\_\_\_\_; WOLFF, S. Capitalismo global e o advento de empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 515-528, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792007000300010>

ANA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Alto Bela Vista, 12 jun. 2016.

ANDRADE, M. L, CUNHA, L. M.; GANDRA, G. A indústria do alumínio: desempenho e impactos da crise energética. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 9-26, set. 2001. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1401.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1401.pdf). Acesso em 01 nov. 2016.

ANDRIOLI, A. Água e energia: os desafios contemporâneos na América Latina. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. O Brasil da era Lula. **Revista Margem Esquerda - Ensaios Marxistas**, v. 16, p. 28-35, 2011. Disponível em : <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/revistaMargemEsquerda>. Acesso em 04 set. 2009.

ARAÚJO, C. E. **Movimento dos atingidos por barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16420/1/2006\\_dis\\_cearaujo.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16420/1/2006_dis_cearaujo.pdf). Acesso em: 18 out. 2016.

ARAÚJO, S. M. V. G. **Licenciamento ambiental e legislação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1029>. Acesso em: 17 dez. 2016.

ARCARO, R. **Identidade de lugar**: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragem no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000052/00005244.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

ARENDT, H. **Eichmann à Jerusalém**: rapport sur la banalité du mal. Paris: Gallimard, 1963.

ARRIGHI, G. **A Ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

AUBERT, N.; GAULEJAC, V. **Le coût de l'excellence**. Paris: Seuil, 1991.

AUYERO, J.; SWISTUN, D. A. **Flammable**: environmental suffering in an Argentine Shantytown. New York: Oxford University Press, 2009.

BANCO DE INFORMAÇÕES E MAPAS DE TRANSPORTES [BIT]. **Plano Nacional de Logística e Transportes – PNL T**. Brasília, DF: Ministério do Transporte, 2014. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/pnlt.html>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Água Brasil**. Brasília, DF: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/452461468020657543/pdf/416070REPLACEMENT0Box321425B00PUBLIC0.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil**: uma contribuição para o debate. Brasília, DF: Banco Mundial, 2008. Disponível em: <[http://www.abce.org.br/downloads/Licenciamento\\_Ambiental\\_de\\_Empreendimentos\\_BID.pdf](http://www.abce.org.br/downloads/Licenciamento_Ambiental_de_Empreendimentos_BID.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAPTISTA, R. F. Gênese e crise dos conceitos de progresso e desenvolvimento na teoria social. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29 de maio a 1 de junho de 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

BARAN, P. N. **The political economy of growth**. New York: Monthly Review Press, 1957.

BARBOSA, E. M.; BARATA, M., M. L.; HACON, S. S. A saúde no licenciamento ambiental: uma proposta metodológica para a avaliação dos impactos da indústria de petróleo e gás. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 299-310, 2012.

BARROSO, L. EPE defende voltar a construir hidrelétricas “sem mimimi”. **Exame**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/epe-defende-voltar-a-construir-hidreletricas-sem-mimimi/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BARUS-MICHEL, J. (2003). Sofrimento e perda de sentido: considerações psicossociais e clínicas. **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, São Paulo, v. 4, p. 54-71, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v4n1/v4n1a07.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

BEHURA, N. K.; NAYAK, P. K. Involuntary displacement and the changing frontiers of Kinship: a study of resettlement in Orissa. In: CERNEA M.; GUGGENHEIM, S. (Eds.), **Anthropological Approaches to Resettlement**: Policy, Practice, Theory. Colorado, Boulder: Westview Press, 1993. p. 89-115.

BELLANI, E. M. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapeco (1917/1950)**. 1991. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 1991.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75716>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XX. In: BENJAMIN W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 90-120.

BENSAÏD, D. **Marx intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

BERGA, L. et al. **Dams and reservoirs, societies and environment in the 21st century**. London: Taylor & Francis Group, 2006.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, 2007.

\_\_\_\_\_. Crise ambiental e as energias renováveis. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 60, n. 3, p. 20-29, 2008.

\_\_\_\_\_. Notas sobre la energía incorporada en la exportación de bienes primarios en Brasil. **Revista Energía y Equidad**, Santa Fe, v. 1, p. 31-38, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Energia elétrica no Brasil, 1993-97**: investimentos deprimidos numa transição problemática. Brasília, DF: Cepal, 1997. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/4960/capvi.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIROL, F. Energy Economics: a place for energy poverty in the agenda? **The Energy Journal**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 1-6, 2007. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/41323106?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/41323106?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 21 out. 2015.

BONDS, E.; DOWNEY, L. “Green” technology and ecologically unequal exchange: the environmental and social consequences of ecological modernization in the world-system. **American Sociological Association**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 167-186, 2012. Disponível em: <<http://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/482/494>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Espírito Santo, v. 2, p. 53-62, 2001.

BRACARENSE, A. C. et al. **Enfrentando os desafios Político Institucionais de Belo Monte**: uma análise dos pontos de tensão antes, durante e depois do licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. São Paulo: FGV, 2013. Disponível em: <[http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/anexos/enfrentandodesafios\\_10122013.pdf](http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/anexos/enfrentandodesafios_10122013.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 08-22.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.** Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Brasília, DF: Casa Civil, 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm)>. Acesso em: 15 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1995a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8987cons.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.** Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1995b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8987cons.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.** Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9427cons.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF: Casa Civil, 1997a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1997b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.** Altera dispositivos das Leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9648cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9648cons.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei no 10.848, de 15 de março de 2004.** Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2004a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política nacional de segurança e saúde do (a) trabalhador (a).** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_081014-105206-701.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-105206-701.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, Chapecó-SC, 05 de outubro de 2007.** [S.l.: s.n.], 2007a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/05-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-alusiva-a-visita-as-obras-da-usina-hidreletrica-foz-do-chapeco>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030.** Brasília: MME/EPE, 2007b. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/Estudos/Paginas/Plano%20Nacional%20de%20Energia%20%E2%80%93%20PNE/Estudos\\_12.aspx](http://www.epe.gov.br/Estudos/Paginas/Plano%20Nacional%20de%20Energia%20%E2%80%93%20PNE/Estudos_12.aspx)>. Acesso em: 11 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010.** Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm)>. Acesso em: 11 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito, em 17 de outubro de 2012.** Estreito-MA: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-inauguracao-da-usina-hidreletrica-estreito-estreito-ma>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.783, de 11 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nos 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/112783.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/112783.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2015.



\_\_\_\_\_. Palácio do Planalto. **Projeto Crescer pretende impulsionar investimentos**. Brasília, DF: Portal do Planalto, 2016a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/09/governo-lanca-projeto-crescer-para-impulsionar-investimentos>>. Acesso em: 17 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **PL 4429/2016**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077494>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL CHANNEL. **Mariano Moro – RS: dados gerais**. 2016. Disponível em: <[http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar\\_municipio.asp?nome=Mariano+Moro&uf=RS](http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Mariano+Moro&uf=RS)>. Acesso em: 3 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, v. 93, p. 33-60, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>

BRITO, H. **Tocantins rio afogado** [Documentário]. Roteiro: João Luiz Neiva. Direção: Hélio Brito. [S.l.]: HB Videofilmes, 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=c29L\\_aOj88Y](https://www.youtube.com/watch?v=c29L_aOj88Y)>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Amapá, v. 4, p. 51-58, 2011.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BROWN, L. R. **Éco-économie, une autre croissance est possible, écologique et durable**. Tradução de Denis Trierweiler. Paris: Seuil, 2003.

BRUNO, M.; RAVAILLON, M.; SQUIRE, L. **Equity and growth in developing countries: old and new perspectives on the policy issues**. Washington, DC: World Bank, 1996.

BURY, J. B. **The idea of progress**. San Bernardino: California, 2013 [1920].

BUTTEL, F. Environmental sociology and the explanation of environmental reform. **Organization & Environment**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 306-344, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026603256279>

CABALION, J. **The value of peasant life Nayā Ambhora, a village of displaced persons in central India**. [S.l.]: EHESS-CEIAS, 2015. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/272151342\\_The\\_value\\_of\\_peasant\\_life\\_Naya\\_Ambhora\\_a\\_village\\_of\\_displaced\\_persons\\_in\\_central\\_India](https://www.researchgate.net/publication/272151342_The_value_of_peasant_life_Naya_Ambhora_a_village_of_displaced_persons_in_central_India)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CABRA, E.; ARCAUTE, R.; PÉREZ, R. **Música de Calle 13** [Videoclipe]. [S.l.]: Latina América, 2010. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zX\\_BMWuZq\\_I](https://www.youtube.com/watch?v=zX_BMWuZq_I)>. Acesso em: 5 jan. 2016.

CALIANDRA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Mariano Moro, 20 jun. 2016.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA [CCEE]. **Setor elétrico**. São Paulo: CCEE, 2015. Disponível em: <[http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages\\_publico/onde-atuamos/setor\\_eletrico?\\_adf.ctrl-state=d7bhxdn28\\_4&\\_afLoop=83901855815276#%40%3F\\_afLoop%3D83901855815276%26\\_adf.ctrl-state%3Dj6uifv95m\\_4](http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/setor_eletrico?_adf.ctrl-state=d7bhxdn28_4&_afLoop=83901855815276#%40%3F_afLoop%3D83901855815276%26_adf.ctrl-state%3Dj6uifv95m_4)>. Acesso em: 4 dez. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE [CMO]. **Agenda 21**: princípios de sustentabilidade. 2014. Disponível em: <<http://www.agenda21-ourique.com/pt/go/desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CAMPOGARA, S. et al. Visão de profissionais e estudantes da área de saúde sobre a interface saúde e meio ambiente. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 93-111, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100006>

CAO, Y.; HWANG, S. S.; XI, J. Project-induced displacement, secondary stressors, and health. **Social Science & Medicine**, [S.l.], v. 74, n. 7, p. 1130–1138, 2012. DOI: 10.1016/j.socscimed.2011.12.034

CARBONARI, P. C. Direitos Humanos no Brasil: A promessa é a certeza de que a luta precisa continuar. In: **Direitos humanos no Brasil 3**: diagnósticos e perspectivas / Movimento Nacional de Direitos Humanos. Passo Fundo: IFIBE, 2012. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-humanos/direitos-humanos-no-brasil-3-mndh-2012>>. Acesso em: 31 out. 2016.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, S. Em legítima defesa. **Correio Brasiliense**, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/em-legitima-defesa/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CARRETEIRO, T. C. La violence faite a un indien: symptôme de la société brésilienne. In: **Revue du Laboratoire de Changement Social**. Paris: Harmattan, 2004. p. 101-108.

CARVALHO, T. M. de. **Coerção e consenso na Primeira República**: a Guerra do Contestado (1912-1916). 2009. 214 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/trabalhos/CARVALHOTar cisioMottade.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

CASTRO, S. P. C. **Precarização da organização do trabalho: vivências de prazer e sofrimento no cultivo do fumo**. 2013. 101 f. (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000006/00000639.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

CAVALCANTE, M. M. A. et al. (2008). Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira/Rondônia/Brasil. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambú. **Anais...** Caxambú, MG, ABEP, 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/abep2008\\_1647.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/abep2008_1647.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2017.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CERNEA, M. M. Understanding and preventing impoverishment from displacement: reflections on the state of knowledge. Keynote Address, International Conference on Development Induced Displacement. **Journal of Refugee Studies**, England, v. 8, n. 3, p. 245-264, 1995.

CERNEA, M. M. **The risks and reconstruction model for resettling displaced populations. world development**. In: UN SYMPOSIUM ON HYDROPOWER AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, Beijing, 1997. Disponível em: <<https://commdev.org/wp-content/uploads/2015/06/Impoverishment-Risks-Risk-Management-and-Reconstruction.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; MATHUR, H. M. **Can compensation prevent impoverishment**. New York, NY: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_; MCDOWELL, C. **Risks and reconstruction: experiences of resettlers and refugees**. Washington, DC: World Bank Publications, 2000.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade**, v. 5, p. 1-30, 1995. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V4-F2-S5/01-CHESNAIS5.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

\_\_\_\_\_; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 39-75, 2003.

CHIMAMANDA, A. Eu e o outro: o perigo de uma única história. 2013. **Centro de Referência em Educação Integral**. Notícias. 2004. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/eu-outro-perigo-da-historia-unica/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CIDADE BRASIL. **Município de Arabutã**. [S.l.: s.n.], 2016a. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-arabuta.html>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Município de Aratiba**. [S.l.: s.n.], 2016b. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-aratiba.html>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

CLAUDIA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 22 ago. 2016.

CLAUDIR (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Marcelino Ramos, 01 abr. 2016.

CLÓVIS (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 06 set. 2016.

COELHO FILHO, F. 13º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase). In: EBC AGÊNCIA BRASIL. **Fernando Coelho defende mais estratégia e menos intervenção no setor elétrico** [Discurso na solenidade de abertura do 13º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico – ENASE], 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/fernando-coelho-defende-mais-estrategia-e-menos-intervencao-no-setor>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

COHEN, M. J. Ecological modernization and its discontents: the American environmental movement's resistance to an innovation-driven future. **Futures**, [S.l.], v. 38, p. 528-547, 2006. DOI: 10.1016/j.futures.2005.09.002

COLLIER, G. A. **Basta!** Land and the Zapatista Rebellion in Chiapas. Oakland: Food First Books, 1994.

COMMISSION INTERNATIONALE DES GRANDS BARRAGES [CIGB]. **As barragens a água do mundo**. [S.l.]: CIGB, 2008. Disponível em: <[http://www.cbdb.org.br/publicacoes/dams\\_and\\_the\\_worlds\\_water\\_traducao.pdf](http://www.cbdb.org.br/publicacoes/dams_and_the_worlds_water_traducao.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

COMITÊ BRASILEIRO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE [PNUMA] **Publicações**. [S.l.]: PNUMA, 2015. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br/publi/index.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CONCÓRDIA. **A economia geral**. Concórdia, SC: Portal do Cidadão, 2016. Disponível em: <<https://concordia.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/6>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

CONDORCET, M. J. A. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas/SP: Unicamp, 1993.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA [CDDPH]. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. **Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, DF: CDDPH, 2011. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/documentos/GT\\_Agraria\\_Relatorio\\_Final\\_CDDPH\\_2011.pdf](http://www.agb.org.br/documentos/GT_Agraria_Relatorio_Final_CDDPH_2011.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. Resolução para pesquisa com seres humanos. **Resolução 016/2000**. Brasília, DF: CFP, 2000. Disponível em: <[http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2000\\_3.pdf](http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2000_3.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE [CNS]. **Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CORBURN, J. Street Science: Community Knowledge and Environmental Health Justice. **Environ Health Perspect**, Cambridge, v. 113, n. 8, p. 186-224, 2005. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1280385/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

CORREIA, B. T. et al. Trajetória das reformas institucionais da indústria elétrica brasileira e novas perspectivas de mercado. **Revista Economia**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 607-627, 2006. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p607\\_627.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p607_627.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2015.

COUTO, M. **O fio das missangas**. São Paulo, SP: Cia das letras, 2009.

CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 181-190, 2010. DOI 10.1590/S1982-45132010000100013

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 2006. p. 59-71.

DALLACOSTA, L. **Barragens no Cone Sul: uma história de conflitos**. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M. "Introduction". Daedalus. **Special Issue on Social Suffering**, [S.l.], v. 125, n. 1, p. 11-20, 1996.

DEJOURS, C. **Souffrance en France**. Paris: Seuil, 1998.

DELESPOSTE, A. G.; MAGNO, L. "Ocupar de novo para defender o que é nosso": a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 267-280, 2013. DOI: 10.1590/S1982-45132013000200005

DERROSSO, G. ; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 133-155, 2013. DOI: 10.1590/S0034-76122013000100006.

DOCE RIO: a questão social do Rio Madeira [Filme]. [S.l.]: Caique, Castro Studio C Filmes. (2015). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=015IOOZ35mI>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

DULCE (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Marcelino Ramos, 07 jul. 2016.

DOWNEY, L.; BONDS, E.; CLARK, K. Extração de recursos naturais, a violência armada, e degradação ambiental. **Órgão Environ**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 417-445, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21909231>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Novos Estudos**, [S.l.], v. 77, p. 73-89, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **O mito do progresso ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ECO PLANET ENERGY. **Energia Hídrica**. Salvador, BA: Eco Planet Energy, 2016. Disponível em: <<http://www.ecoplanetenergy.com/pt-br/sobre-eco-energia/visao-geral/energia-hidrica/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ELETROBRÁS. **Geração**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2014. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?Team={26CE00A6-4F86-431C-B278-7393BA7BDC90}>>>. Acesso em: 21 out. 2015.

ELIANA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 25 jun. 2016.

ÉLIO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Aratiba, 23 abr. 2016.

ELLIS, B. H.; MURRAY, K.; BARRET, C. Understanding the mental health of refugees: trauma, stress, and the cultural context. In: PAREKH, R. (Ed.). **The Massachusetts General Hospital Textbook on Diversity and Cultural Sensitivity in Mental Health**. New York: Humana Press, 2013. p. 165-187. Disponível em: <[http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4614-8918-4\\_7](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4614-8918-4_7)>. Acesso em: 09 jan. 2017.

ENERGY SECTOR MANAGEMENT ASSISTANCE PROGRAM [ESMAP]. **Low carbon development for Brazil**. Washington: World Bank, Low Carbon Growth Country Studies Program, Mitigating Climate Change through Development, 2010. Disponível em: <<http://www.esmap.org/LowCarbonDevelopmentStudies>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 211-228.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL [EIA]. **Usina hidrelétrica de Itá**. Santa Catarina: Eletrosul: 1999.

ESTEVA, G. (2000). Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

EURÍPIDES. **Héracles**. Tradução de Cristina Rodrigues Franciscato. [S.l.]: Palas Athena, 2013.

EVANGELISTA, G. M. (2012). **Conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais**. 2012. 313 f. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2012. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/Resumo-Genyson-Marques-Evangelista.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

FAGNANI, E. (2005). **Política social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. 2005. 604 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000364931>>. Acesso em: 04 set. 2015.

FEARNSIDE, P. M., TARDIN, A.T.; MEIRA FILHO, L.G. **Deforestation rate in Brazilian Amazonia, Reprint.** São José dos Campos, SP: Instituto de Pesquisas Espaciais, 1990.

FERNANDES, W. “Power and Powerlessness: Development Projects and Displacement of Tribals”. **Social Action**, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 243-270, 1991. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/097133361002300104>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; DAS, J. C.; RAO, S. “Displacement and Rehabilitation: An Estimate of Extent and Prospects”. In: FERNANDES, W.; THUKRAL, E. G. (Eds.) **Development, Displacement and Rehabilitation.** New Delhi: Indian Social Institute, 1989. p. 33-52.

FERREIRA, C. K. **A Privatização no Brasil: Privatização do Setor Elétrico no Brasil.** [S.l.]: BNDES, 2000. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Energia\\_Eletrica/200002\\_6.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Energia_Eletrica/200002_6.html)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FEYERABEND, O. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FIGUEIRÓ, F.; WOLKMER, M. F. A interface da água enquanto recurso ambiental e econômico e a sua interconexão com a tutela do meio ambiente. **Revista Jurídica**, Blumenau, v. 17, n. 34, p. 37-56, 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/4051/2540>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FILHO, A. V. **A intervenção do Estado no domínio econômico:** o direito público econômico no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1968.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLYVBJERG, B.; ANSAR, A. **Hydroelectric dams are doing more harm than good to emerging economies:** cost overruns, debt, inflation and harmful consequences make large dams very risky projects. [S.l.]: The Guardian, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sustainable-business/hydroelectric-dams-emerging-economies-oxford-research>>. Acesso em 05 jan. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Vazão de hidrelétrica era maior quando Montagner se afogou.** Matéria de 29 de setembro de 2016. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/09/1818029-vazao-de-hidreletrica-era-maior-quando-montagner-se-afogou.shtml>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS [FAO].

**State of food insecurity in the world.** [S.l.]: FAO, 2014. Disponível em:

<<http://www.fao.org/3/a-i4037e.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

FOSTER, J. B. **Marx's ecology: materialism and nature.** New York: Monthly Review Press, 2000.

FRAGA, G. W. **Memórias de terras e de águas: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral.** In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal, 2013 Disponível em:

<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327960\\_ARQUIVO\\_memoriasdeterasedeaguas2.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327960_ARQUIVO_memoriasdeterasedeaguas2.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

FURTADO, C. **Os ares do mundo.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, F. **Ambientalismo de espetáculo: a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ: PACS, 2012. Disponível em:

<<http://pacs.redelivre.org.br/files/2013/01/Ambientalismo.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

FURTOS, J. Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale. **Mental'idées**, [S.l.], v. 11, n. 9, p. 78-99, 2007. Disponível em:

<[http://www.orspere.fr/IMG/pdf/Mental\\_idees\\_n11\\_sept\\_07\\_J\\_Furtos.pdf](http://www.orspere.fr/IMG/pdf/Mental_idees_n11_sept_07_J_Furtos.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Introduction Être dérangé par le social. In: FURTOS J. **Les cliniques de la précarité.** Masson: Congrès de psychiatrie et de neurologie de langue française, 2008.

G1. **Governo lança programa de R\$ 186 bi para investimento em energia elétrica.** [S.l.]: G1, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/governo-lanca-programa-de-investimentos-em-energia-eletrica.html>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

G1. **Governo Temer anuncia concessão ou venda de 34 projetos de infraestrutura.** [S.l.]: G1, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/governo-temer-anuncia-concessao-ou-venda-de-25-projetos-de-infraestrutura.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.



GALEANO, E. **Úselo y Tírelo**: el mundo del fin del milenio, visto desde una ecología latinoamericana. Buenos Aires, Argentina: Editorial Planeta, 1994.

GERMANI, G. I. **Expropriados Terra e Água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GIONGO, C. R. (2013). **Sufrimento silencioso**: análise psicodinâmica do trabalho de Suinocultores. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000009/0000090A.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energia e meio ambiente no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a02v2159.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 3, p. 1-13, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/798>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

GONÇALVES, L. C. **Planejamento de energia e metodologia de avaliação ambiental estratégica**: conceitos e críticas. Curitiba: Juruá, 2009.

GOOGLE MAPS. [Busca por rotas]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

GOUVELLO, C. **Brazil low-carbon**: country case study. Brasília, DF: World Bank, 2010. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILEXTN/Resources/Brazil\\_LowcarbonStudy.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILEXTN/Resources/Brazil_LowcarbonStudy.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

GREENPEACE. **Um estudo que não mede impacto**. [S.l.]: Greenpeace, 2015. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Um-estudo-que-nao-mede-impacto/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

GRUNDMANN, R.; STEHR, N. Climate change: what role for sociology? **Current Sociology**, [S.l.], v. 58, n. 6, p. 1-14, 2015. DOI: 10.1177 / 0011392110376031 1

GUERRA, S. M. G.; CARVALHO, A. V. Um paralelo entre os impactos das usinas hidrelétricas e termoeletricas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 83-90, 1995. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000400010>

GUIA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Itá, 08 out. 2014.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1997. p. 25-42.

GURGEL, A. M. et al. Framework dos cenários de risco no complexo da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2027-2038, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012431008>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

HAENN, N. **Fields of power, forest of discontent**: culture, conservation, and the state in Mexico. Tucson: University of Arizona Press, 2005.

HAJER, M. A. Ecological modernization as cultural politics. In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. **Risk, environment & modernity**: towards a new ecology. London: Thousand Oak; Nova Delhi: Sage Publications, 1996. p. 128-146.

HAMID, A. A.; MUSA, S. A. Mental health problems among internally displaced persons in Darfur. **International Journal of Psychology**, [S.l.], v. 45, n. 4, p. 278-85, 2010. DOI: 10.1080/00207591003692620

HAUGHTON, G. Urban growth and the urban environment. In: HAUGHTON, G.; HUNTER, C. **Sustainable cities**: regional development and public policy. London: Routledge, 2004. p. 228-249.

HAYDEN, C. **When nature goes public**: the making and unmaking of bioprospecting in Mexico. Princetown: Princetown University Press, 2003.

HEGGELUND, G. **Environment and resettlement politics in China**. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2004.

HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná: território disputado e início da colonização. In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. **Colonos, colônias e colonizadores**: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Erechim: Habilis, 2009. p. 35-52.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. Racismo ambiental. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE RACISMO AMBIENTAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fase, 2006.

HERMES (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Severiano de Almeida, 02 jul. 2016

HERNANDEZ, F. D. M. Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Santa Catarina, v. 7, n. 3, p. 791-811, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a12v7n3.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialectic of enlightenment**. New York: Herder and Herder, 1972 [1944].

ILLICH, I. Necessidades. In: SACHS, W. (Ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155-172.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. (2016a). Rio Grande do Sul. Marcelino Ramos. [S.l.]: IBGE, 2016a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4311908>>. Acesso em 25 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Santa Catarina. **Ipira**. [S.l.]: IBGE, 2016b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420760&search=||info%20gr%20E1%20f1%20cos:-informa%20E7%20F5es-completas>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Santa Catarina. **Itá**. [S.l.]: IBGE, 2016c. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420800&search=santa-catarina|ita|info%20graficos:-historico>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Santa Catarina. **Peritiba**. [S.l.]: IBGE, 2016d. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421260&search=||info%20gr%20E1%20f1%20cos:-informa%20E7%20F5es-completas>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS [IBAMA]. Licenciamento ambiental. **Resoluções**. [S.l.]: IBAMA, 2015a. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Processo de licenciamento**. [S.l.]: IBAMA, 2015b. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/processo-de-licenciamento>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **The state of environmental migration 2010**. Paris: IOM, 2011. Disponível em: <[http://www.iddri.org/Publications/Collections/Analyses/STUDY0711\\_SEM%202010\\_web.pdf](http://www.iddri.org/Publications/Collections/Analyses/STUDY0711_SEM%202010_web.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

INTERNACIONAL RIVERS [IR]. **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: oportunidades e desafios**. Brasília, DF: International Rivers, 2012. Disponível em: <[http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/setor\\_eletrico\\_desafios-oportunidades\\_2\\_edicao\\_nov2012.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/setor_eletrico_desafios-oportunidades_2_edicao_nov2012.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2014.

IRWIN, A. **Ciência cidadã**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

JAEQUELINE (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Itá, 17 abr. 2016.

JEROLMACK, C. **Choking on poverty: inequality and environmental suffering**. [S.l.]: Public Books, 2012. Disponível em: <<http://www.publicbooks.org/nonfiction/choking-on-poverty-inequality-and-environmental-suffering>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

JOÃO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Itá, 02 set. 2016.

JOVCHEROVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2013.

JULIA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 20 jun. 2016.

JUSTINO, M. L. **(In) Sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos Mariana e Olericultores Porto Nacional/TO**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2012. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

KARPINSKI, C. Hidrelétricas e legislação ambiental brasileira nas décadas de 1980-90. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 71-84, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/1557-3750-2-PB.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

KEDIA, S. Assessing and mitigating the health impacts of involuntary resettlement: the tehri hydroelectric dam project. **Journal of Advances in Science and Technology of Water Resource**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 65-68, 2003. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Satish\\_Kedia/publication/272492088\\_Assessing\\_and\\_Mitigating\\_the\\_Health\\_Impacts\\_of\\_Involuntary\\_Resettlement\\_The\\_Tehri\\_Hydroelectric\\_Dam\\_Project/links/54f5f29e0cf27d8ed71d0d7e.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Satish_Kedia/publication/272492088_Assessing_and_Mitigating_the_Health_Impacts_of_Involuntary_Resettlement_The_Tehri_Hydroelectric_Dam_Project/links/54f5f29e0cf27d8ed71d0d7e.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2017.

KENNETH, A. G.; PELLOW, D. N.; SCHNAIBERG, A. Interrogating the treadmill of production. **Organization and Environment**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 296-316, 2004. Disponível em: <<http://www.skidmore.edu/~rscarce/Soc-Th-Env/Env%20Theory%20PDFs/Gould-Pellow-Sch--Treadmill.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

KIRK, J.; MILLER, J. **Reliability and validity in qualitative research**. Berverly Hills: Sage, 1986.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. **Social Suffering**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1997.

\_\_\_\_\_; KLEINMAN, J. Suffering and its professional transformation: toward an ethnography of interpersonal experience. **Culture, medicine and psychiatry**, [S.l.], v. 15, n. 03, p. 275-301, 1991. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1935180>>. Acesso em: 09 maio 2016.

\_\_\_\_\_; KLEINMAN, J. The Appeal of Experience: The dismay of images. Cultural appropriations of suffering in our times. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Eds.). **Social suffering**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1997. p. 1-24.

KLIASS, P. **Economia verde e mercantilização do Meio Ambiente**. [S.l.]: Carta Maior, 2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Economia-verde-e-mercantilizacao-do-Meio-Ambiente/26817>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

KOIFMAN, S. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 413-23, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n2/4186.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

KÖLLN, A. D.; SILVA, M. Grupos de poder e a implantação da usina hidrelétrica de Itá-SC. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em:

<[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCgQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.agb.org.br%2Fevento%2Fdownload.php%3FidTrabalho%3D1444&ei=MefMVLSII-GHsQSxIIH4BQ&usg=AFQjCNH-MwhoOS3unN1\\_t4EozF\\_OWdI0Kw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCgQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.agb.org.br%2Fevento%2Fdownload.php%3FidTrabalho%3D1444&ei=MefMVLSII-GHsQSxIIH4BQ&usg=AFQjCNH-MwhoOS3unN1_t4EozF_OWdI0Kw)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

KOPENAWA, D.; ABERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUENZER, C. et al. Understanding the impact of hydropower developments in the context of upstream–downstream relations in the Mekong river basin. **Sustainability Science**, [S.l.], v. 8, p. 565–584, 2013. DOI: 10.1007/s11625-012-0195-z

KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 1978.

LASI, M. O Estado e a violência. **Blog da Boitempo** [Blog], 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

LATOUCHE, S. Degrowth: an electoral stake? **International Journal of Inclusive Democracy**, Paris, v. 3, n. 1, p. 02-28, 2007.

\_\_\_\_\_. Os empanzinados do hiperconsumo. In: LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

LAURA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Mariano Moro, 28 fev. 2016.

LAYRARGUES, P. P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa–meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 20, p. 80-88, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n2/v40n2a09>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

LEANDRO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Erechim, 27 mar. 2016.

LEÃO, M. A. S. Criminalização dos movimentos e lutas sociais no Brasil. In: MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS et al. **Direitos Humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas**. Passo Fundo: IFIBE, 2012. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-humanos/direitos-humanos-no-brasil-3-mndh-2012>>. Acesso em: 31 out. 2016.

LEITE LOPES, J. S. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LEME, A. A. O setor elétrico e a América Latina: Argentina, Brasil e México em abordagem preliminar. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 101-121, 2010. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/repam/article/view/3949>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

LENO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 18 set. 2016.

LEROY, J. P. et al. Mapeando alternativas para o futuro. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.: LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. “Em Prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural”. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 2, n. 18, p. 247-263, 1935. Disponível em: <[https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=Em+Prol+de+um+Instituto+de+Antropologia+F%C3%ADsica+e+Cultural&author=L%C3%89VI-STRAUSS+Claude&publication\\_year=1935&journal=Revista+do+Arquivo+Municipal&volume=2&issue=18&pages=247-263](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Em+Prol+de+um+Instituto+de+Antropologia+F%C3%ADsica+e+Cultural&author=L%C3%89VI-STRAUSS+Claude&publication_year=1935&journal=Revista+do+Arquivo+Municipal&volume=2&issue=18&pages=247-263)>. Acesso em: 05 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Antropologia estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Terra e alimento: panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2000.

LITTLE, P. E. A. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II ENCONTRO ANPPAS, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, SP: ANPPAS: 2004.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCAS (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Mariano Moro, 16 abr. 2016.

LUIZA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Severiano de Almeida, 22 set. 2016.

LUZZARDI, R. et al. A panacéia do desenvolvimento: subdesenvolvimento enquanto causa. **Revista Faz Ciência**, Paraná, v. 11, n. 14, p. 39-54, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7578>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

MAFFESOLI, M. A **“questão pós” nas ciências humanas** [Palestra apresentada no dia 08 de abril de 2014]. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2014.

MAHAPATRA, L. K. “Testing the Risks and Reconstruction Model on India’s Resettlement Experiences.” In: CERNEA, M. (Ed.). **The economics of involuntary resettlement: questions and challenges**. Washington, DC: The World Bank, 1999, p. 87-125.

MAICÁ, C. Balseiros do Rio Uruguai. Rio de Minha Infância [Música]. [S.l.]: Gana Missioneira, 1978 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KJx0wdYP2dg>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 53-86, 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1145/1145.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2015.

MARCOS (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 08 jun. 2016.

MARIA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 14 mai. 2016.

MARIO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 22 abr. 2016.

MARQUES, I. R. Natureza e ciência na crise ambiental contemporânea. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 12., Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: UFPR, 2002.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, São Paulo, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

MARRAMAO, G. **Poder e secularização: as categorias do tempo**. São Paulo, SP: UNESP, 1995.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. et al. Between science and activism: learning and teaching ecological economics with environmental justice organizations. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, [S.l.], v. 16, p. 17-36, 2011. Disponível em: <[http://crepeweb.net/wp-content/uploads/2010/10/martinez-alier\\_ceedec.pdf](http://crepeweb.net/wp-content/uploads/2010/10/martinez-alier_ceedec.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2016.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, M. A. N.; SILVA, M. A. A construção da barragem João Leite e os reflexos nas áreas de abrangência do reservatório. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: IBEAS, 2013. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VII-038.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

MARTINS, T. P.; JUNIOR, R. B. S. A desapropriação à luz da função social da posse: reflexões críticas acerca dos direitos do possuidor face à garantia constitucional de indenização prévia e justa. In: CALDAS, R. C. S.; STELZER, J.; BIRNFELD, L. F. H.

**Direito e Administração Pública I.** Florianópolis: CONPEDI, 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=008a0e182c42176b>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

MARTONE, C. L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964-1966). In: LAFER, B. M. (Org.) **Planejamento no Brasil**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1970. p. 69-89.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

MAURO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Mariano Moro, 23 ago. 2016.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processo. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MCCULLY, P. **Silenced rivers**: the ecology and politics of large dams. London, England: Zed Books, 1996.

MCNEILL, J. R. **Something new under the sun**: an environmental history of the twentieth-century world. New York, NY: WW Norton, 2001.

MEDEIROS, C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. (2010). Acordes do sofrimento humano. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 97-105, 2010. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjit5GHI83MAhXGEJAKHYOWABUQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.unisinos.br%2Findex.php%2Fcontextosclinicos%2Farticle%2Fview%2F4566%2F1796&usg=AFQjCNGaFFJiJb1H2je30F-OnrgxVGh4zw&sig2=-OOGSeNULu2b\\_nNb9PfD0Q&bvm=bv.121421273,d.Y2I](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjit5GHI83MAhXGEJAKHYOWABUQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.unisinos.br%2Findex.php%2Fcontextosclinicos%2Farticle%2Fview%2F4566%2F1796&usg=AFQjCNGaFFJiJb1H2je30F-OnrgxVGh4zw&sig2=-OOGSeNULu2b_nNb9PfD0Q&bvm=bv.121421273,d.Y2I)>. Acesso em: 09 maio 2016.

MEDINA, L. C. El sufrimiento en la catástrofe. Orientaciones para una agenda de investigación en perspectiva relacional. **Revista Márgenes: Espacio Arte y Sociedad**, Valparaíso, v. 11, n. 15, p. 49-56, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/135497>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MELLO E SOUZA, N. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1671-1720, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000600012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000600012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 07 set. 2015.

MERCEDES (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Severiano de Almeida, 18 abr. 2016.

MEYER, D. E. E.; SOARES, R. F. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Org.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MICHELE (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 27 out. 2016.



MICOUD, A. La nébuleuse associative. In: **L'Environnement, question sociale**: dix ans de recherche pour le Ministère de l'Environnement. Paris: Odile Jacob, 2001. p. 119-129.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2008.

\_\_\_\_\_. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012a.

\_\_\_\_\_. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012b.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, SP: HUCITEC, 2014.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA [MME]. **Plano decenal de expansão de energia 2022**. Brasília, DF: MME, 2013. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PDE2022.pdf>>. Acesso em 4 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro**. Brasília: MME/EPE, 2014a. Disponível em: <[http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim\\_de\\_Monitoramento\\_do\\_Sistema\\_Eltrico\\_-\\_Janeiro-2014.pdf](http://www.mme.gov.br/see/galerias/arquivos/Publicacoes/Boletim_de_Monitoramento_do_Sistema_Eltrico_-_Janeiro-2014.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Brasília: MME/EPE, 2014b. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PDE2023\\_ConsultaPublica.pdf](http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/PDE2023_ConsultaPublica.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA]. **Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais**: licenciamento ambiental. Brasília, DF: MMA, 2009. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/dai\\_pnc/\\_arquivos/pnc\\_caderno\\_licenciamento\\_ambiental\\_01\\_76.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO [MP]. **Sobre o PAC**. [S.l.]: MP, 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL [MPF]. **Deficiências em estudos de impacto ambiental**: síntese de uma experiência. Brasília, DF: MPF/4ª Câmara de Coordenação e Revisão, 2004. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/3a81081c04be66765838effa84f22f0a.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MOL, A. P. J. Ecological modernization: industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Eds.). **The International Handbook of Environmental Sociology**. London: Edward Elgar, 1997. p. 56-78.

\_\_\_\_\_. Ecological modernization and the global economy. **Global Environmental Politics**, [S.l.], v. 2, p. 92-115, 2002. Disponível em: <[http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/15263800260047844?journalCode=glep#.Vgv0M\\_mqqko](http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/15263800260047844?journalCode=glep#.Vgv0M_mqqko)>. Acesso em: 30 set. 2005.

\_\_\_\_\_.; SPAARGAREN, G. Ecological modernization and the environmental state. In: MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. **The environmental state under pressure**. Oxford: Elsevier Science Ltd, 2002. p.33-55.

MORAES, M. S. M. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação políticoeducativa dos mediadores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 80-91, 1996. Disponível em: <[http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE01/RBDE01\\_08\\_MARIA\\_STELA\\_MARCONDES\\_DE\\_MORAES.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE01/RBDE01_08_MARIA_STELA_MARCONDES_DE_MORAES.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

MORIN, E. **Vers l'abîme?** Paris: L'Herme, 2007.

MORRIS, D. **The culture of pain**. California: University of California Press, 1991.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS [MAB]. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. [S.l.]: MAB, 2004. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DitaduracontraatrapopulacoesatingidasporBarragens.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Setor elétrico na Bacia do Rio Uruguai**. [S.l.]: MAB, 2008. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/setor-el-trico-na-bacia-do-rio-uruguai>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas**. [S.l.]: MAB, 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Reassentamento urbano de Belo Monte já apresenta problemas**. [S.l.]: MAB, 2014. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/reassentamento-urbano-belo-monte-j-apresenta-problemas>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica** [Documentário]. [S.l.]: MAB Comunicação, 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZFQ11fri3vs>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Santo Antônio e Jirau**. [S.l.]: MAB, 2016b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/corpo-nicinha-encontrado-ap-s-cinco-meses-desaparecido>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MURPHY, R. **Rationality and nature**. Boulder, CO: Westview Press, 1994.

MYERS, S. S. et al. Human health impacts of ecosystem alteration. **Current Issue**, [S.l.], v. 110, n. 47, p. 18753–18760, 2013. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/110/47/18753.abstract>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. França, Brasil: Bananeira Filmes, 2004 (93 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

\_\_\_\_\_.; COSTA, H. A. Sustainability as a new political Field. **Cahiers do IIRPC**, [S.l.], número especial, p. 51-8, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000149&pid=S0103-4014201200010000500024&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000149&pid=S0103-4014201200010000500024&lng=en)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

NEGI, S. N.; GANGULY, S. **Development projects**. Internally displaced populations in India: a literature based appraisal, Bielefeld: COMCAD, 2011.

NISBET, R. A. **História da ideia de progresso**. New York: Basic Books, 1980.

\_\_\_\_\_. **A história da ideia de progresso**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1985.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (Org.) **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília, DF: IBAMA, 2002.

NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Internacional da Mobilidade Humana**, v. 19, n. 36, p. 125-143, 2011. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/251/233>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

NÓR, S. **As transformações sócio-espaciais na área da usina hidrelétrica de Itá**. 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, Santa Catarina, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80372>>. Acesso em: 29 jan. 2015

NOVOA, L. F. Água e energia: os desafios contemporâneos na América Latina. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

OBSERVATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL. [OSEB]. **O homem e a unina**. Brasília, DF: Instituto Ascende Brasil, 2010. Disponível em: <[http://www.acendebrasil.com.br/media/boletins/arquivos/Energia\\_08.pdf](http://www.acendebrasil.com.br/media/boletins/arquivos/Energia_08.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Licenciamento ambiental**: a busca da eficiência. Brasília, DF: Instituto Ascende Brasil, 2011. Disponível em: <[http://www.acendebrasil.com.br/media/boletins/arquivos/Energia\\_12.pdf](http://www.acendebrasil.com.br/media/boletins/arquivos/Energia_12.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Brazil energy frontiers**. Brasília, DF: Instituto Ascende Brasil, 2015. Disponível em: <[http://www.acendebrasil.com.br/media/boletins/arquivos/Energia\\_15.pdf](http://www.acendebrasil.com.br/media/boletins/arquivos/Energia_15.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS. (2014b). **Informações técnicas da barragem de Itá**. Rio de Janeiro: Observatório Sócioambiental de Baragens, 2014b. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita>>. Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Transformações socioambientais da barragem de Itá**. Rio de Janeiro: Observatório Sócioambiental de Baragens, 2014c. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita>>. Acesso em: 15 maio 2014.

ÖHMAN, M.; THUNQVIST, E. Corpos humanos e forças da natureza: perspectivas tecnológicas sobre barragens hidrelétricas, segurança, segurança humana, emoções e conhecimentos incorporados. **International Journal of Technoscience and Development**, [S.l.], v. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A919078&dswid=9526>>. Acesso em: 05 jan. 2017

OLIVEIRA, F. O avesso do avesso. In: BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 32-51.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Brundtland, our common future**. [S.l.]: ONU, 1987. Disponível em: <<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **World employment and social outlook: the changing nature of jobs**. [S.l.]: OIT, 2015. Disponível em: <[http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS\\_368626/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm)>. Acesso em: 19 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. **El control de las enfermedades transmisibles en el hombre**. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud; Organización Mundial de la Salud, 1992.

\_\_\_\_\_. **Relatório mundial sobre violência**. [S.l.]: OMS, 2010. Disponível em: <<http://www.who.int/portuguese/publications/pt/>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Saúde mental depende de bem-estar físico e social**. [S.l.]: ONUBR, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depender-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE [OPAS]. **Ecossistema e saúde humana**: alguns resultados da Avaliação Ecossistêmica do Milênio. Brasília, DF: OPAS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Determinantes ambientais e sociais da saúde**. Washington, DC: OPAS, 2011. Disponível em: <<http://www.paho.org/blogs/paltex/wp->

content/uploads/2013/06/Determinandes-ambientais-e-sociais-da-saudepreliminares.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Saúde nas Américas**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://apsredes.org/site2012/wp-content/uploads/2012/09/Sa%C3%BAden-nas-Am%C3%A9ricas3.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ORTIZ, L.S. **Energias renováveis sustentáveis**: uso e gestão participativa no meio rural. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra, 2005.

OTA, N. K. Breve inventário francês do sofrimento social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-62, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n1/06.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

OXFAM INTERNATIONAL [OXFAM]. **Wealth**: having it all and wanting more. Oxford: Oxfam International, 2015. Disponível em: <[http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf](http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

\_\_\_\_\_; PORTO, M. F.; ROCHA, D. Metodologia e resultados do mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

PADILHA, J. (2015). **Saiba porque não vai ter tropa de elite 3** [Vídeo]. Entrevista concedida por José Padilha. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K2vibJJVSho>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

PAIM, E. S.; ORTIZ, L. S. **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai**: guia para ONGs e Movimentos Sociais. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006. Disponível em: <[www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=132](http://www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=132)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PASE, H. L.; LINHARES, B.; MATOS, I. O. B. As políticas compensatórias e a satisfação dos atingidos por hidrelétricas. In: PASE, H. L.; LINHARES, B. F.; MATOS, I. O. B. **IX Encontro da ABCP**. Brasília, DF: ABCP, 2014. Disponível em: <[http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403743256\\_ARQUIVO\\_Pase,LinhareseMatos.PoliticascOMPENSATORISESATISFACAO.abcp2014artigo.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403743256_ARQUIVO_Pase,LinhareseMatos.PoliticascOMPENSATORISESATISFACAO.abcp2014artigo.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2015.

PAULO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Alto Bela Vista, 22 abr. 2016.

PEDRO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 02 mar. 2016.

PEIXOTO, A. Aprender a ser atingido. **Jornal Sirene**, p. 7, 2016. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed6\\_setembro\\_issu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu)>. Acesso em: 18 out. 2016.

PELLOW, D. N. Resisting global toxics: transnational movements for environmental justice. **Electronic Green Journal**, [S.l.] v. 1, n. 26, 2007. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/0z00q5wr#page-1>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

PENZIM, A. M. B. **Viver em conjunto**: habitação social e modos de vida. 2001, 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 112, p. 729-753, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/07.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

PIAGENTINI, P. M.; BENASSI, R. F.; PENTEADO, C. L. C. Olhares sobre a hidroeletricidade e o processo de licenciamento no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 139-153, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/09.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

PICOLI, B. A. Direitos humanos, territorialidade e “progresso”: a experiência dos atingidos pela barragem de Itá. In: 7º ENCONTRO DA ANDHEP – GT07, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANDHEP, 2012. Disponível em: <<http://andhep.org.br/anais/index.php/2-uncategorised/14-anais-do-7-encontro-gt07>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

PIMENTEL, F. G. O impacto ambiental das obras do setor elétrico: o reassentamento da população atingida pela Usina de Itaparica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 95-110, 1988. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/14653/o-impacto-ambiental-das-obras-do-setor-eletrico--o-reassentamento-da-populacao-atingida-pela-usina-de-itaparica>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

PISÓN, J. M. **Políticas de bienestar**: un estudio sobre los derechos sociales. Madri: Tecnos, 1998.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Violações de direitos humanos nas Hidrelétricas do rio madeira**. Curitiba, PR: Dhesca Brasil, 2011. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-humanos/violacoes-dh-rio-madeira>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

PORTO, M. F. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

\_\_\_\_\_; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 100, p. 37-64, 2013. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5217>>. Acesso em: 30 set. 2015.

\_\_\_\_\_: MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência e**

**Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600006>.

\_\_\_\_\_; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PORTO, M. O. S.; SCHÜTZ, G. E. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1447-1456, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a09.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA. **O município**. Disponível em: <<http://www.altobelavista.sc.gov.br/turismo/informacoes/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA. **O município**. Disponível em: <<http://www.pmaratiba.com.br>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBÃ. **Bem-vindo ao Portal de Turismo de Aratubã**. Disponível em: <<http://www.arabuta.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ. **Itá**. Disponível em: <<http://www.ita.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS. **O município**. Disponível em: <<http://www.marcelinoramos.rs.gov.br/municipio>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITIBA. **O município**. Disponível em: <<http://www.peritiba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/50006>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA. **O município**. Disponível em: <<http://www.piratuba.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/6871#.VwFTdBw5hCd>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO DE ALMEIDA. **Severiano de Almeida**. Disponível em: <<http://www.severianodealmeida.rs.gov.br/site/municipio/page?pagenome=historia>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

PRÜSS-USTÜN, A.; BONJOUR, S.; CORVALÁN, C. The impact of the environment on health by country: a meta-synthesis. **Environ Health**, [S.l.], v. 7, n. 7, p. 1-16, 2008. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2276491/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011. DOI: 10.4000/etnografica.1036

QUEIROZ, A. R. S.; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1387-1398, 2012.

RADAELLI, I. M. **A trajetória do reassentamento Itá I, Mangueirinha-PR**. 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, Ijuí, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=204452](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=204452)>. Acesso em: 29 jan. 2015.

RADIN, J. C. Italianos e comunidades Rurais no Oeste Catarinense. In: RADIN, J. C.; BENEDET, J. H.; MILANI, M. L. (Orgs). **Facetas da Colonização Italiana: planalto e oeste catarinense**. Joaçaba, SC: UNOESC, 2003. p. 19-121.

RAHNEMA, M. Poverty. In: SACHS, W. **The development dictionary**. London: Zed Books, 2010.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL [RBJA]. **Injustiça Ambiental**. [S.l.]: RBJA, 2016. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL [RIMA]. **Usina hidrelétrica de Itá**. Santa Catarina: Eletrosul, 1990.

RENATO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 01 mai. 2016.

RENAULT, E. A critical theory of social suffering. **Critical Horizons**, [S.l.], v. 11, p. 221-241, 2010. DOI: 10.1558/crit.v11i2.221

REZENDE, L. P. **Avanços e contradições do licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

REYES, G. E. Four main theories of development: modernization, dependency, world-system and globalization. **Nômadias: Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 1-16, 2001. Disponível em: <<https://library.saylor.org/handle/1/12348>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

RIBEIRO, W. C. Apresentação: conflitos distributivos e dívida ecológica. In: Martinez-Alier, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2014.

ROBERTS, B. et al. An exploration of social determinants of health amongst internally displaced persons in northern Uganda. **Conflito e Saúde**, [S.l.], v. 3, n. 10, p. 215-234, 2009. DOI: 10.1186 / 1752-1505-3-10.

ROCHA, H. J. A ação pedagógica da igreja católica no movimento dos atingidos por barragens: história e perspectiva. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Ser professor na sociedade contemporânea**. Erechim, RS: URICER, 2008. Disponível em: <[http://www.uricer.edu.br/cursos/arq\\_trabalhos\\_usuario/491.pdf](http://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/491.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.



\_\_\_\_\_. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1259-280, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/15.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Barragens no cone sul: uma história de conflitos. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

ROSA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Concórdia, 22 mar. 2016.

ROSA, L. P. Geração hidrelétrica, termelétrica e nuclear. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 39-58, 2007. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2064074.PDF>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ROSCOCHE, L. F.; VALLERIUS, D. M. Os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte nos atrativos turísticos da região do Xingu (Amazônia – Pará – Brasil). **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 414-430, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/2905/3547>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

ROSSLEMBROICH, B. The notion of progress in evolutionary biology – the unresolved problem and an empirical suggestion. **Biology and Philosophy**, [S.l.], v. 21, p. 41-70, 2006. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10539-005-0957-4#page-1>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

\_\_\_\_\_. **Violação dos direitos humanos em barragens**: o relatório final da comissão especial e os casos de Emboque e Fumaça. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7907421-Violacao-dos-direitos-humanos-em-barragens-o-relatorio-final-da-comissao-especial-e-os-casos-de-emboque-e-fumaca.html>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

ROY, A. **The cost of living**. London/UK: Flamingo, 1999.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SALMONA, M. **Souffrances et résistances des paysans français**. Paris: Editions L'Harmattan, 1994.

\_\_\_\_\_. **Les champs de la détresse**. Agrobiosciences 44 Almanach, 2003. Disponível em: <<http://www.agrobiosciences.org/IMG/pdf/salmona-44-47.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SAMPAIO, L. M. B.; RAMOS, F. S.; SAMPAIO, Y. Privatização e eficiência das usinas hidrelétricas brasileiras. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 465-480, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502005000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502005000300007)>. Acesso em: 06 jul. 2014.

SANTOS, C. B. M. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará/Université de Paris, 2007. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1952/1/Tese\\_LamentoDor.pdf](http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1952/1/Tese_LamentoDor.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo. Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, M. C. O conceito de “atingido” por barragens: direitos humanos e cidadania. **Revista Direitos e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 113-140, 2015. DOI: 10.12957/dep.2015.12698.

SANTOS, M. A. F.; SIQUEIRA, M. V. S.; MENDES, A. M. Tentativas de Suicídio de Bancários no Contexto das Reestruturações Produtivas. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 925-938, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n5/v14n5a10.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: um caso para reflexão. In: REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 54-71.

SARTORETTO, S. A. **Lembranças Submersas**: o caso da cidade de Itá em Santa Catarina. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

SAWYER, D. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? **Revista Política Ambiental**, [S.l.], v. 8, p. 36-42, 2011. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/gema/Gema\\_Artigos/2011/PoliticaAmbiental08portugues.pdf#page=36](http://www.ie.ufrj.br/images/gema/Gema_Artigos/2011/PoliticaAmbiental08portugues.pdf#page=36)>. Acesso em: 10 out. 2015.

SBERT, J. M. Progress. In: SACHS, W. (Ed.). **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1992. p. 192-205.

SBERT, J. M. Progresso. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000. p. 59- 83.

SCALABRIN, L. Direitos humanos e barragens. IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

SCHLINDWEIN, V. L. D. C. (2010). Dor e sofrimento oculto: a desproteção social dos trabalhadores do fumo. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 1, p. 82-97. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1135/1085>>. Acesso em: 10 out. 2015.

SCHLOSBERG, D.; RINFRET, S. Ecological modernisation, american style. **Environmental Politics**, [S.l.], v. 17, p. 254–275, 2008. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644010801936206>>. Acesso em: 30 set. 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. A contribuição da pluriatividade para as políticas públicas de desenvolvimento rural: um olhar a partir do Brasil. In: ARCE, A. (forthcoming). [S.l.]: Flacso, 2007.

SCHULTZ, J. M. et al. "Vítimas de Conflitos Armados" na Colômbia: Trajetória e Trauma Assinatura de Migração Forçada". **Relatórios Psiquiátricos Atuais**, [S.l.], v. 16, p. 475, 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11920-014-0475-7>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

SCHUTZE, F. Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications. **International Sociology**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 187-208, 1992. Disponível em: <<http://iss.sagepub.com/content/7/2/187.short>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

SCHWARTZ, M. & SCHWARTZ, C. G. Problems in participant observation. **American Journal of Sociology**, [S.l.], v. 60, n. 4, p. 53-343, 1955. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2772027?sid=21105229126391&uid=70&uid=2129&uid=2&uid=4>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância**: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2003.

SEN, A. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara, n. 1 de 2014**. Projetos e matérias legislativas. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=116462](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=116462)>. Acesso em: 17 out. 2014.

SENADO FEDERAL. **Proposta de emenda à Constituição n. 65, de 2012**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109736>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

SHANDRA, J. M. Economic dependency, repression, and deforestation: A cross-national analysis. **Sociological Inquiry**, [S.l.], v. 77, p. 543-572, 2007. Disponível em: <<https://groups.nceas.ucsb.edu/sustainability-science/2010%20weekly-sessions/session-3-09.27.2010/supplemental-readings-from-princeton-group/misc-ideas-papers/Shandra%20et%202009%20ecol%20uneq%20exch%20forests.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SIEBEN, A.; CLEPS JUNIOR, J. C. Política energética na Amazônia: a UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO). **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 24, n. 2, p. 183-196, 2012.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional (UFRJ), 1986.

\_\_\_\_\_. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 7, n. 18, p. 18-28, 1992. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_18/rbcs18\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_02.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

SILVA, A. **A mercantilização dos bens naturais no setor Elétrico**: o caso da UHE barra grande. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/13/ms/alexandra\\_silva.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/ms/alexandra_silva.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2016.

SILVA, A. R. **O significado do trabalho na terra do fumo**: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/ RS. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

SILVA, G. J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Marta/1s2016/GRAZIAN\\_O\\_O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/1s2016/GRAZIAN_O_O_novo_rural_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2016.

SILVA, J. M. et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a13v10n4.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

SILVA, M. J. DA; SATO, M. T. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2012000100002&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100002&lng=en&tlng=pt)>. Acesso em: 21 out. 2015.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 03, p. 397-407, 2011. DOI: 10.1590/S1982-45132011000300003

SILVEIRA, M.; ARAUJO NETO, M. D. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: conexão possível entre saúde e meio ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3829-3838, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014199.20062013

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada**: (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://pos.fflch.usp.br/node/44424>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOLER, P. J. Direitos Humanos e Barragens [Registro oral do líder do Movimento Rios Vivos da Colômbia]. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

SOREL, G. **Les illusions du progrès**. Paris: Ressources, 1981 [1910].

SOUZA, M. P. **Instrumentos de gestão ambiental**: fundamentos e prática. São Carlos: Riani Costa, 2000.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e o ethos camponês. Passo Fundo: UPF, 1999.

THRIF, N. Space. **Theory Culture Society**, [S.l.], v. 23, p. 139-146, 2006.

TRACTEBEL. **Relocação de núcleos de apoio a população**. Caracterização físico-territorial dos municípios. Conselho Nacional de Engenheiros Consultores: Eletrosul, 1988.

TRACTEBEL. **Itá**: memória de uma usina. Itá, SC: Acervo local do CDA da Hidrelétrica de Itá, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano diretor**: reservatório UHE de Itá e seu entorno. 2001. Disponível em: <[http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_T=O=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401](http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_T=O=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401)>. Acesso em: 03 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano diretor**. Iratiba, RS: Consórcio Itá, 2015. Disponível em: <[http://www.consorcioita.com.br/paginas/visualizar/plano\\_diretor](http://www.consorcioita.com.br/paginas/visualizar/plano_diretor)>. Acesso em: 03 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **A Companhia**. 2016a. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet/a-companhia>>. Acesso em: 17 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Institucional Usina Hidrelétrica de Itá**. 2016b. Disponível em: <<https://m.youtube.com/watch?v=NAJDyWvfuaAo>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

TRIBBLE, D. S. C.; SAINTONGE, L. Réalité, subjectivité et crédibilité en recherche qualitative : quelques questionnements. **Recherches Qualitatives**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 113-125, 1999. Disponível em: <[http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/edition\\_reguliere/numero20/20St-Cyr-Tribble.pdf](http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/edition_reguliere/numero20/20St-Cyr-Tribble.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO [TCU]. **Cartilha de licenciamento ambiental**. Brasília, DF: TCU, 2007. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2059156.PDF>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Energia**. Brasília, DF: TCU, 2014. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/Rio20/fichas/ptb\\_04\\_energia.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/Rio20/fichas/ptb_04_energia.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva de experiência. São Paulo: DIFEL, 1986.

ULLOA, V.; BELLINI, L. M. A usina hidrelétrica de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no Rio Paraná (Corrientes, Argentina). **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 373-391, 2009.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. [UNEP]. **What is the "Green Economy"**? [S.l.]: UNEP, 2015. Disponível em: <<http://www.unep.org/greenconomy/AboutGEI/WhatisGEI/tabid/29784/Default.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA [UNB]. **A questão social do Rio Madeira** [Documentário]. 2009. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=nJZTAX9\\_vkE](https://www.youtube.com/watch?v=nJZTAX9_vkE)>. Acesso em: 11 dez. 2016.

VAINER, C. B. Implantación de Grandes Represas Hidroelectricas, Movimientos Forzados y Conflictos Sociales. In: CANALES, J. **Efectos Demográficos de Grandes Proyectos de Desarrollo**. [S.l.]: UNFPA, 1990. p. 103-122.

\_\_\_\_\_. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. **Travessia**, Paraná, ano IX, n. 25, 1996. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/issue/archive>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 1998, **Anais...** Campinas, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-62.

\_\_\_\_\_. Direitos humanos e barragens. IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, F. G. B. Implantação de Grandes Hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. **Travessia: revista do migrante**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 18-24, 1990.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VARGAS, M. A. Conflitos sociais e consensos no processo de construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 149-168, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1246/1860>>. Acesso em: 31 out. 2016.

VERA (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Mariano Moro, 22 mai. 2016.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 174 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/tese/grandes-barragens-impactos-e-repara-es-um-estudo-caso-sobre-barragem-it>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

VIANNA, S. T. W. **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil**: considerações sobre a construção interrompida. 2007. 369 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/pos/tesesdissertacoes/tese\\_salvador\\_werneck.pdf](http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/pos/tesesdissertacoes/tese_salvador_werneck.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2015.

VICHI, F. M.; MANSOR, M. T. C. Energia, meio ambiente e economia: o Brasil no contexto mundial. **Química Nova**, São Paulo, v. 32, n. 03, p. 757-767, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v32n3/a19v32n3.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

VICTORA, C. G.; RUAS-NETO, A. L. Querem matar os ‘últimos Charruas’: Sofrimento social e ‘luta’ dos indígenas que vivem nas cidades. **ANTHROPOLOGICAS**, Pernambuco, v. 22, n. 1, p. 37-59, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/222/158>>. Acesso em: 09 maio 2016.

VIEIRA, F. B. Lugar e papel das Ciências Sociais nos conflitos envolvendo barragens. IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

VIEIRA, F.; VAINER, C. **Manual do atingido**: Impactos sociais e ambientais de barragens. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5650857-Os-impactos-sociais-e-ambientais.html>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

VISVANATHAN, S. A carnival for science. **Essays on Science, Technology and Development**. Delhi: Oxford University Press, Calcutta, Chennai, Mumbai. 1997. Disponível em: <<http://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1312&context=ijcs>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

VITOR (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Itá, 19 mai. 2016.

VITORINO (nome fictício). [Entrevista para a pesquisa]. Entrevistadora: Carmem Giongo. Itá, 29 out. 2016.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012. DOI: 10.1590/S1679-39512012000300007

WALVIS, A.; PLURAL, B. B.; GONÇALVES, E. D. L. **Avaliação das reformas recentes no setor elétrico brasileiro e sua relação com o desenvolvimento do mercado livre de energia**. [S.l.]: Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: <[http://ceri.fgv.br/sites/ceri.fgv.br/files/arquivos/avaliacao\\_das\\_reformas\\_recentes\\_no\\_setor\\_eletrico\\_brasileiro.pdf](http://ceri.fgv.br/sites/ceri.fgv.br/files/arquivos/avaliacao_das_reformas_recentes_no_setor_eletrico_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WATEAU, F. **“Querem fazer um mar”**: ensaio sobre a barragem de Alqueva e a aldeia submersa da Luz. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.

WERLANG, A. A. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: atuação da Cia territorial sul Brasi: 1925 a 1954. 1992. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 1992. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76820>>. Acesso em: 18 out. 2016.

WERLANG, R. **Pra que mexer nisso?** Suicídio e sofrimento social no meio rural. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77921/000896265.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Sofrimento social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000400009>

WILLMS, J. **Balzac**: eine Biographie. Zürich: Diogenes, 2007.

WORLD COMISSION ON DAMS [WCD]. **Barrages et Developpement**. 2000a. Disponível em: <[http://www.unep.org/dams/WCD/report/WCD%20report\\_Barrages%20et%20Développement\\_préface.pdf](http://www.unep.org/dams/WCD/report/WCD%20report_Barrages%20et%20Développement_préface.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development**. 2000b. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTINVRES/Resources/DisplaceResettleRehabilitationReparationDevFinal13main.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

WORLDWATCH INSTITUTE [WI]. **Estado do mundo 2014**: como governar em nome da sustentabilidade. 2014. Disponível em: <<http://www.worldwatch.org.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2015.



WORLD WIDE FUND FOR NATURE [WWF]. **Planeta vivo**: relatório 2014. [S.l.]: WWF, 2014. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/publicacoes\\_mudancas\\_climaticas\\_e\\_energia/?42223/Relatorio-Planeta-Vivo-2014](http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/publicacoes_mudancas_climaticas_e_energia/?42223/Relatorio-Planeta-Vivo-2014)>. Acesso em: 16 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pegada Ecológica Global**. [S.l.]: WWF, 2016. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/especiais/pegada\\_ecologica/pegada\\_ecologica\\_global/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

WYNNE, B. Scientific knowledge and the global environment. In: REDCLIFT, M.; BENTON, T. **Social Theory and the Global Environment**. Londres: Routledge, 1964. p. 169-189.

YORK, R.; ROSA, E. A. Footprints on the Earth: the environmental consequences of modernity. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 68, n. 2, p. 279-300, 2003. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.463.3464&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

ZHOURI, A. **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Editora: UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. **Bacias Hidrográficas e Avaliação de Conflitos Socioambientais**. In: SEMINÁRIO MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E ENERGIA: o setor elétrico no Estado Democrático de Direito. Brasília, DF: CCR/MPF, 2015.

\_\_\_\_\_. Lugar e papel das Ciências Sociais nos conflitos envolvendo barragens. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2016, Chapecó, SC. **Apresentação**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

\_\_\_\_\_. et al. (2016). O desastre da Samarco e a política das afetações: as ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000300012&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

\_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, R. (2007). Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

## **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista narrativa**

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa
2. Leitura e coleta de assinaturas TCLE
3. Questões introdutórias:
  - a. Primeiramente, eu gostaria que você me contasse um pouco sobre a história desta comunidade aqui na região.
  - b. Me fala também sobre a sua história e da sua família aqui.
  - c. Me conta sobre como era o trabalho antigamente (que atividades vocês faziam, como viviam, como se dava o trabalho rural).
4. Tópico para narração:
  - a. Agora, eu gostaria que você me falasse sobre as transformações provocadas pela construção hidrelétrica de Itá em sua forma de viver.
5. Questões:
  - a. Quais foram as transformações provocadas pela construção da hidrelétrica em sua comunidade?
  - b. Quais foram as transformações que a construção da hidrelétrica trouxe para sua forma de trabalhar?
  - c. Quais as repercussões que a construção da hidrelétrica gerou para a sua comunidade e para a sua família?

## APÊNDICE B – Questionário biosociodemográfico

1. Data de aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
2. Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_
3. Telefone: \_\_\_\_\_
4. Estado civil: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_
5. Profissão: \_\_\_\_\_
6. Cidade de residência: \_\_\_\_\_
7. Comunidade de residência: \_\_\_\_\_
8. Tempo que reside na comunidade: \_\_\_\_\_
9. Tempo que estudou na escola (em anos): \_\_\_\_\_
10. Possui filhos? Sim ☐ Se sim, quantos: \_\_\_\_\_ Não ☐
11. Tempo que atua na atividade rural: \_\_\_\_\_
12. Atividades rurais realizadas: \_\_\_\_\_
13. Renda média mensal: \_\_\_\_\_
14. Assinale o tipo de relação de trabalho que possui:
  - ☐ Proprietário
  - ☐ Arrendatário
  - ☐ Contratado sem carteira assinada
  - ☐ Contratado com carteira assinada
  - ☐ Diarista
15. Carga horária de trabalho realizada diariamente: \_\_\_\_\_
16. Consome regularmente algum tipo de medicação?
  - ☐ Sim Se sim, qual ou quais: \_\_\_\_\_
  - ☐ Não
17. Possui acesso aos serviços de saúde?
  - ☐ Sim Se sim, qual ou quais: \_\_\_\_\_
  - ☐ Não Se não, por que não: \_\_\_\_\_
18. Realiza atividades de lazer?
  - ☐ Sim Se sim, qual ou quais: \_\_\_\_\_
  - ☐ Não Se não, por que não: \_\_\_\_\_
19. Assinale quais meios de comunicação você utiliza como ferramenta de acesso à informação:
  - 1. Telefone ☐
  - 2. Internet ☐
  - 3. Rádio ☐
  - 4. Televisão ☐
  - 5. Jornal impresso ☐
  - 6. Revista ☐
  - 7. Eventos ou grupos comunitários ☐
  - Outro (s): \_\_\_\_\_
20. Se você quiser escrever um comentário ou incluir alguma informação adicional sobre as perguntas realizadas acima, fique à vontade.

---



---



---

**APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido (documentário)**

Prezado (a) senhor (a) \_\_\_\_\_,

Recentemente, a psicóloga Carmem Regina Giongo (CRP07/18304), doutoranda do curso de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, orientada pela professora Dra. Jussara Maria Rosa Mendes, realizou uma pesquisa nesta região com o objetivo de estudar as transformações provocadas pela hidrelétrica de Itá nas formas de viver e de trabalhar das pessoas atingidas.

Após a finalização da coleta de dados, foi iniciada a produção de um vídeo-documentário que pudesse dar visibilidade para essas questões, buscando promover debates sobre a situação das comunidades atingidas pela hidrelétrica de Itá. Aceitando contribuir com este documentário, você participará de uma gravação, na qual dará um depoimento sobre sua história de vida e sobre as transformações provocadas pela hidrelétrica. Outras pessoas da região também serão convidadas para participar das gravações.

A gravação será realizada por uma produtora, mediante prévio agendamento. A qualquer momento, você poderá fazer perguntas, esclarecer dúvidas e também desistir das gravações, sem qualquer problema. O material produzido será acessado por outras pessoas, podendo ser divulgado em eventos, congressos e outros espaços públicos. Antes de finalizar o vídeo-documentário, você será convidado para assistir ao material e validar sua publicação.

A pesquisadora responsável por este trabalho é a psicóloga Carmem Regina Giongo (CRP07/18304), doutoranda do curso de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, orientada pela professora Dra. Jussara Maria Rosa Mendes. Quaisquer dúvidas que surgirem em relação a este trabalho podem ser esclarecidas pela pesquisadora pelos telefones 51 3308-5700 ou 51 9271 1901, pelo e-mail ca.aiesec@gmail.com ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia pelo fone: 51 – 3308-5698 e-mail: cep-psico@ufrgs.br, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre. Este documento tem duas cópias, uma cópia ficará com você e a outra cópia com a pesquisadora.

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar deste vídeo-documentário e autorizo o uso de minha imagem, afirmando que entendi com clareza tudo o que está escrito neste documento.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Assinatura da pesquisadora responsável:** \_\_\_\_\_

**Local e Data:** \_\_\_\_\_

**APÊNDICE D – Questionário de reação ao documentário****Exibição do Documentário “Atingidos Somos Nós”****Direção Carmem Regina Giongo**

**Data:** \_\_\_\_\_  
**Local:** \_\_\_\_\_  
**Instituição:** \_\_\_\_\_  
**Início:** \_\_\_\_\_  
**Término:** \_\_\_\_\_  
**Número de participantes:** \_\_\_\_\_

1. O que você sente depois de assistir ao documentário?
2. Você já possuía conhecimento acerca da problemática trabalhada neste documentário?
3. Quais ações ou intervenções poderiam ser feitas junto aos atingidos pela Hidrelétrica de Itá?
4. Qual seu principal aprendizado com o documentário?
5. Quais ações poderiam ser feitas junto às populações atingidas pela construção de futuras obras hidrelétricas?

### APÊNDICE E – Documentação do processo de pesquisa

	Datas	Atividades	Entrevistas Informais	Entrevistas Formais	Local de permanência
<b>Aproximação e inserção comunitária e entrevistas</b>	05.03.2016	Visita a comunidades, fotografias, entrevistas informais, levantamento da estrutura, realização de duas entrevistas formais	2	2	Concórdia, Itá
	06.03.2016	Participação em eventos comunitários, entrevistas informais com moradores, participação em uma festa privada na comunidade, realização de entrevistas informais, visita a estabelecimentos comunitários e realização de duas entrevistas informais	5	0	Concórdia, Itá
	07.03.2016	Pesquisa documental no CDA (Centro de Divulgação Ambiental), entrevista formal	3	1	Concórdia, Itá
	25.03.2016	Análise documental e coleta de fotografias	2	0	Concórdia
	26.03.2016	Entrevistas formais e informais	5	6	Concórdia, Itá
	27.03.2016	Entrevistas informais e participação em atividades comunitárias		3	Concórdia
	28.03.2016	Entrevistas formais e informais	4	3	Aratiba, Arabutã
	29.03.2016	Entrevistas formais	0	1	Erechim
	09.04.2016	Entrevistas formais	0	2	Concórdia
<b>Aproximação das comunidades participantes e entrevistas</b>	10.04.2016	Participação de festa comunitária, entrevistas formais e informais, visita ao museu de Itá	8	2	Itá, Concórdia
	11.04.2016	Entrevistas formais e visita a uma escola comunitária	0	2	Concórdia
	30.04.2016	Entrevistas formais e informais	2	3	Concórdia
	01.05.2016	Gravação do documentário para teste e entrevistas formais e informais	1	3	Itá
	02.05.2016	Entrevistas formais e informais	1	1	Aratiba e Mariano Moro
	21.05.2016	Entrevistas formais e informais	3	6	Mariano Moro, Linha Várzea
<b>Entrevistas e coleta de documentos locais</b>	22.05.2017	Entrevistas formais e informais	0	4	Mariano Moro/Severiano de Almeida

	23.05.2018	Filmagens e entrevista informal	1		Concórdia
	26.05.2016	Visitas às comunidades e entrevistas formais	0	2	Alto Bela Vista
	27.05.2016	Visitas às comunidades e entrevistas informais	3	0	Marcelino Ramos
	28.05.2016	Visitas às comunidades e entrevistas informais	14	0	Mariano Moro
	29.05.2016	Participação em festas comunitárias e entrevistas informais	2	0	Concórdia
	11.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Aratiba
	12.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Aratiba, Mariano Moro, Piratuba
	13.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Ipira/Perituba
	14.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Chapecó
	18.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Chapecó
	19.06.2017	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Concórdia
	20.06.2018	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Concórdia
	25.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Aratiba
	26.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Aratiba
<b>Filmagens e finalização documentário</b>	27.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Concórdia
	28.06.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Concórdia
	02.07.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Aratiba
	03.07.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Concórdia
	04.07.2016	Gravação do documentário	Documentário	Documentário	Concórdia
	20.08.2016	Levantamento de arquivos fotográficos	2	0	Concórdia
	21.08.2017	Visitas às comunidades	2	0	Concórdia
	22.08.2018	Visitas às comunidades	2	0	Concórdia
<b>Devolução dos dados e exibição do documentário</b>	23.08.2016	Entrevistas informais, formais e visita à barragem	3	1	Aratiba
	17.09.2016	Preparação das devoluções e do congresso	Chapecó		
	18.09.2017	Preparação das devoluções e do congresso	Chapecó		
	19.09.2018	Preparação das devoluções e do congresso	Chapecó		
	20.09.2019	Congresso Barragens Chapecó, lançamento documentário,	Chapecó		

		apresentação trabalhos e exposição fotográfica	
21.09.2020		Congresso Barragens Chapecó, lançamento documentário, apresentação trabalhos e exposição fotográfica	Chapecó
22.09.2019		Congresso Barragens Chapecó, lançamento documentário, apresentação trabalhos e exposição fotográfica	Chapecó
23.09.2020		Congresso Barragens Chapecó, lançamento documentário, apresentação trabalhos e exposição fotográfica	Chapecó
24.09.2021		Organização da exibição	Concórdia
25.09.2020		Intervenção comunidades, exibição documentário	Concórdia
12.11.2016		Organização da exibição	Concórdia
14.11.2016		Intervenção prefeituras, exibição documentário	Diversos municípios e entidades públicas
15.11.2016		Devolução do documentário aos participantes da pesquisa	Itá, Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida
16.11.2016		Devolução do documentário aos participantes da pesquisa	Marcelino Ramos, Erechim
18.11.2016		Exibição do documentário Universidade Feevale - Seminário de Direitos Humanos	Novo Hamburgo
28.11.2016		Exibição do documentário UERGS	São Francisco de Paula
30.11.2016		Exibição do documentário CINEST/UFRGS	Porto Alegre
01.12.2016		Finalização da coleta de dados	





### APÊNDICE G – Orçamento da pesquisa

Custos da Pesquisa				
Descrição dos itens		Quantidade	Valor Unitário	Total
<b>Custeio</b>	Pacote folha A4	5	R\$ 20,98	R\$ 104,90
	Toner para impressora	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00
	Arte DVD	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
	Caixa DVD	50	R\$ 5,00	R\$ 250,00
	Confecção de capa de DVD e cartaz	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
	Trilha sonora do documentário	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
	Café devolução	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
	Impressão de fotografias	80	R\$ 9,65	R\$ 772,00
	Placas exposição fotográfica	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
	Serviços de terceiros: transcrição de entrevistas	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
	Serviços de terceiros: formatação e tradução de artigos	6	R\$ 150,00	R\$ 900,00
	Diárias para despesas de pesquisadores	52	R\$ 320,00	R\$ 16.640,00
	Edição do documentário	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
	Impressão e envio da tese	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
<b>Capital</b>	Pendrive	4	R\$ 100,00	R\$ 400,00
	Microfone	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
	Tripé	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
	Material bibliográfico (livros, periódicos, acervo técnico)	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
<b>Total R\$ 27.396,90</b>				

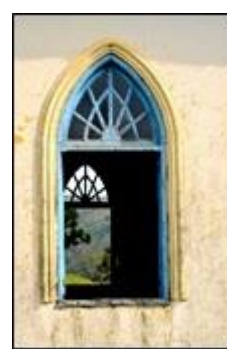
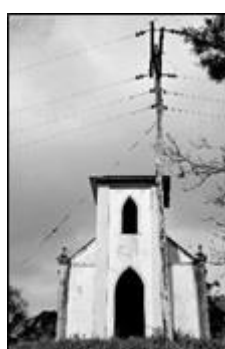
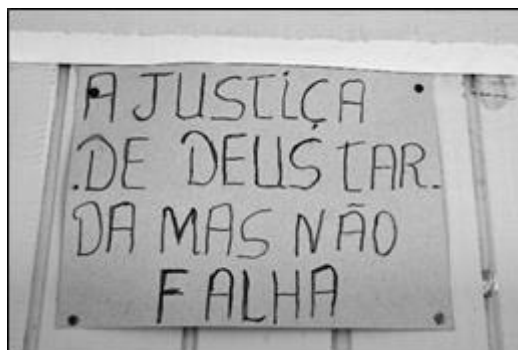
Fontes de Financiamento da Pesquisa	
Catarse (doações)	R\$ 2.000,00
CNPQ	R\$ 5.500,00
<b>Custos Pesquisadora</b>	<b>R\$ 19.896,90</b>

## APÊNDICE H – Fotos da exposição “Deserto de Água”













**APÊNDICE I – Termo de consentimento livre e esclarecido (entrevista)**

Prezado (a) senhor (a) \_\_\_\_\_,

Esta pesquisa possui o objetivo de estudar as transformações provocadas pela hidrelétrica de Itá nas formas de viver e de trabalhar das pessoas atingidas pela obra. Atualmente, no Brasil, não existem muitas informações e estudos sobre isso. Então, se você aceitar participar, poderá ajudar muito para a criação de novos conhecimentos sobre esta área.

Aceitando contribuir com esta pesquisa, você participará de uma entrevista individual. Nesta entrevista, a pesquisadora fará perguntas sobre a história da hidrelétrica, sobre as alterações que ela provocou em sua vida, em seu trabalho e em sua comunidade. Outras pessoas da região também serão convidadas para participar do estudo. A entrevista será gravada, caso você autorize. Se tiver alguma pergunta que você não quiser responder, não tem problema, poderá ficar em silêncio. A qualquer momento, você poderá fazer perguntas, esclarecer dúvidas e também desistir de participar da pesquisa.

Sua identidade será mantida em sigilo e tudo que for gravado e escrito ficará guardado com a orientadora deste projeto no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por um período de 5 anos. O conhecimento que este estudo vai gerar poderá ser divulgado em publicações científicas e/ou eventos, mas sem revelar sua identidade.

Você receberá um retorno sobre os resultados desta pesquisa, em um momento previamente agendado pela pesquisadora. A pesquisa não traz risco para você. No final da conversa, se você quiser, poderá conversar com a pesquisadora sobre outros assuntos ou, até mesmo, entrar em contato para agendar outra conversa, caso se sinta triste ou desconfortável depois da conversa. A pesquisadora responsável por este estudo é a psicóloga Carmem Regina Giongo (CRP07/18304), doutoranda do curso de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, orientada pela professora Dra. Jussara Maria Rosa Mendes. Quaisquer dúvidas que surgirem em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pela pesquisadora pelos telefones 51 3308-5700 ou 51 9271 1901, pelo e-mail ca.aiesec@gmail.com ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia pelo fone: 51 – 3308-5698 e-mail: cep-psico@ufrgs.br, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre. Este documento tem duas cópias, uma cópia ficará com você e a outra cópia com a pesquisadora.

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar desta pesquisa, entendi com clareza tudo o que está escrito neste documento e autorizo o uso das informações dadas para serem utilizadas parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da realização desta entrevista.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Assinatura da pesquisadora responsável:** \_\_\_\_\_

**Local e Data:** \_\_\_\_\_



## **APÊNDICE J – Termo de consentimento livre e esclarecido para a utilização de música em documentário**

Prezado (a) senhor (a) \_\_\_\_\_,

Recentemente, a psicóloga Carmem Regina Giongo (CRP07/18304), doutoranda do curso de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, orientada pela professora Dra. Jussara Maria Rosa Mendes, realizou uma pesquisa nesta região com o objetivo de estudar as transformações provocadas pela hidrelétrica de Itá nas formas de viver e de trabalhar das pessoas atingidas.

Após a finalização da coleta de dados, foi iniciada a produção de um vídeo-documentário intitulado “**Atingidos Somos Nós**”, buscando promover debates sobre a situação das comunidades atingidas pela hidrelétrica de Itá. Diante de sua participação nas filmagens e da apresentação de uma música de sua própria composição, este termo autoriza a utilização de sua imagem e da sua música.

O material produzido será acessado por outras pessoas, podendo ser divulgado em eventos, congressos, televisão aberta ou fechada, canais de internet, prefeituras, escolas e outros espaços públicos.

A pesquisadora responsável por este trabalho é a psicóloga Carmem Regina Giongo (CRP07/18304), doutoranda do curso de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, orientada pela professora Dra. Jussara Maria Rosa Mendes. Quaisquer dúvidas que surgirem em relação a este trabalho podem ser esclarecidas pela pesquisadora pelos telefones 51 3308-5700 ou 51 9271 1901, pelo e-mail ca.aiesec@gmail.com ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia pelo fone: 51 – 3308-5698 e-mail: cep-psico@ufrgs.br, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre. Este documento tem duas cópias, uma cópia ficará com você e a outra cópia com a pesquisadora.

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar deste vídeo-documentário, autorizo o uso de minha imagem e autorizo o uso de minha música (de composição própria), afirmando que entendi com clareza tudo o que está escrito neste documento.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Nome da música** \_\_\_\_\_

**Assinatura da pesquisadora responsável:** \_\_\_\_\_

**Local e Data:** \_\_\_\_\_

## APÊNDICE K – Lista de publicações e apresentações científicas

### Apresentação de trabalhos em eventos científicos

1. CRUZ, F. K. T. ; MARQUES, G. S. ; MENDES, J. M. R. ; DIAS, V. ; GIONGO, C. R. (2016). Estudo dos Impactos gerados aos trabalhadores rurais após a construção da Hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina. *XXIII Mostra UNISINOS de Iniciação Científica e Tecnológica*. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos.
2. (2016). E quando a água chegar, quem vai ficar? Um olhar da administração pública sobre os efeitos da Hidrelétrica de Itá. *XII Salão de Extensão*, Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
3. (2016). Construção de Barragens e Violação de Direitos Humanos: o Caso dos Agricultores Atingidos pela Hidrelétrica de Itá. *Feira de Iniciação Científica - 2016 - INOVAMUNDI*, Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2016.
4. MARQUES, G. S.; CRUZ, F. K. T. ; MENDES, J. M. R. ; GIONGO, C. R. ; DIAS V. (2016). Passados tomados pela água: o sofrimento de trabalhadores rurais atingidos pela Hidrelétrica de Itá-SC. *XII Salão de Extensão*, Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
5. (2016). Saúde mental e hidrelétricas: uma questão de sofrimento social. *Feira de Iniciação Científica - 2016 - INOVAMUNDI*, Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
6. (2016). O impacto causado na vida dos trabalhadores rurais atingidos pela Hidrelétrica de Itá-SC. *XXVIII Jornada Sul-Rio-Grandense de Psiquiatria Dinâmica*, Canela.
7. MENDES, V. D. ; MARQUES, G. S. ; CRUZ, F. K. T. ; MENDES, J. M. R. ; GIONGO, C. R. (2016). O preço do progresso: contradições entre as leis, os direitos e a realidade vivida pelas populações atingidas por barragens. *Feira de Iniciação Científica - 2016 - INOVAMUNDI*, Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
8. (2016). A observação-participante e sua metodologia na pesquisa em psicologia social: relatos de uma observadora. *XII Salão de Extensão*, Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
9. CRUZ, F. K. T. ; MARQUES, G. S. ; MENDES, J. M. R. ; DIAS, V. ; GIONGO, C. R. (2016). Estudo dos Impactos Gerados aos Trabalhadores Rurais Após a Construção da Hidrelétrica de Itá. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*, Chapecó, Santa Catarina.
10. MENDES, V. D. ; MARQUES, G. S. ; CRUZ, F. K. T. ; MENDES, J. M. R. ; GIONGO, C. R. (2016). A Observação-Participante e Sua Metodologia na Pesquisa em Psicologia Social: Relatos de Uma Observadora. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*, Chapecó, Santa Catarina.
11. CRUZ, F. K. T. ; MARQUES, G. S. ; MENDES, J. M. R. ; DIAS, V. ; GIONGO, C. R. (2016). E Quando a Água Chegar, Quem vai Ficar? Um Olhar da Administração Pública Sobre os Efeitos da Hidrelétrica de Itá. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*, Chapecó, Santa Catarina.
12. MARQUES, G. S. ; CRUZ, F. K. T. ; MENDES, J. M. R. ; GIONGO, C. R. ; DIAS V. (2016). Passados Tomados pela Água: O Sofrimento de Trabalhadores Rurais Atingidos

- pela Hidrelétrica de Itá-SC. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*, Chapecó, Santa Catarina.
13. GIONGO, C. R. (2016). Refugiados do desenvolvimento: a banalização do sofrimento de trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*, Chapecó, Santa Catarina.

### Artigos publicados

1. GIONGO, C. R. ; MENDES, J. M. R. ; WERLANG, R. (2016). Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas. *Revista de Estudios Portugueses y Brasileños*, v. 3, p. 1832, 2016.
2. \_\_\_\_\_ (2015). Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas. *Serviço Social & Sociedade*, v. 01, p. 501-522.

### Divulgação em mídia

1. JORNAL DO ALMOÇO (2016). *Impactos das barragens na vida dos moradores*. Setembro de 2016, Santa Catarina. Disponível em <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/impacto-das-barragens-na-vida-dos-moradores-e-tema-de-evento-em-chapeco/5322103/>
2. O JORNAL (2016). *A outra face da formação do lago*. 19 de novembro de 2016. Concórdia, Santa Catarina.
3. O IMPARCIAL (2016). *Atingidos somos nós*. 18 de novembro de 2016. Concórdia, Santa Catarina.
4. DIÁRIO DO OESTE (2016). *Documentário atingidos barragem*. 15 e 16 de novembro de 2016. Concórdia, Santa Catarina.

### Exibições do documentário

1. GIONGO, C. R. (2016). Exibição Documentário Atingidos Somos Nós. *IV Congresso Ciências Sociais e Barragens*, UFFS, Chapecó, setembro de 2016.
2. \_\_\_\_\_ (2016). Exibição Documentário Atingidos Somos Nós. *Escola Presidente Kennedy*, Concórdia, setembro de 2016.
3. \_\_\_\_\_ (2016). Exibição Documentário Atingidos Somos Nós. *I Seminário de Direitos Humanos Feevale*, novembro de 2016.
4. \_\_\_\_\_ (2016). Exibição Documentário Atingidos Somos Nós. *Ciclo de Cinema e Meio Ambiente em Debate*, UERGS, novembro de 2016.
5. \_\_\_\_\_ (2016). Exibição Documentário Atingidos Somos Nós. *Câmara de Vereadores de Concórdia*, novembro de 2016.

### Exposição fotográfica

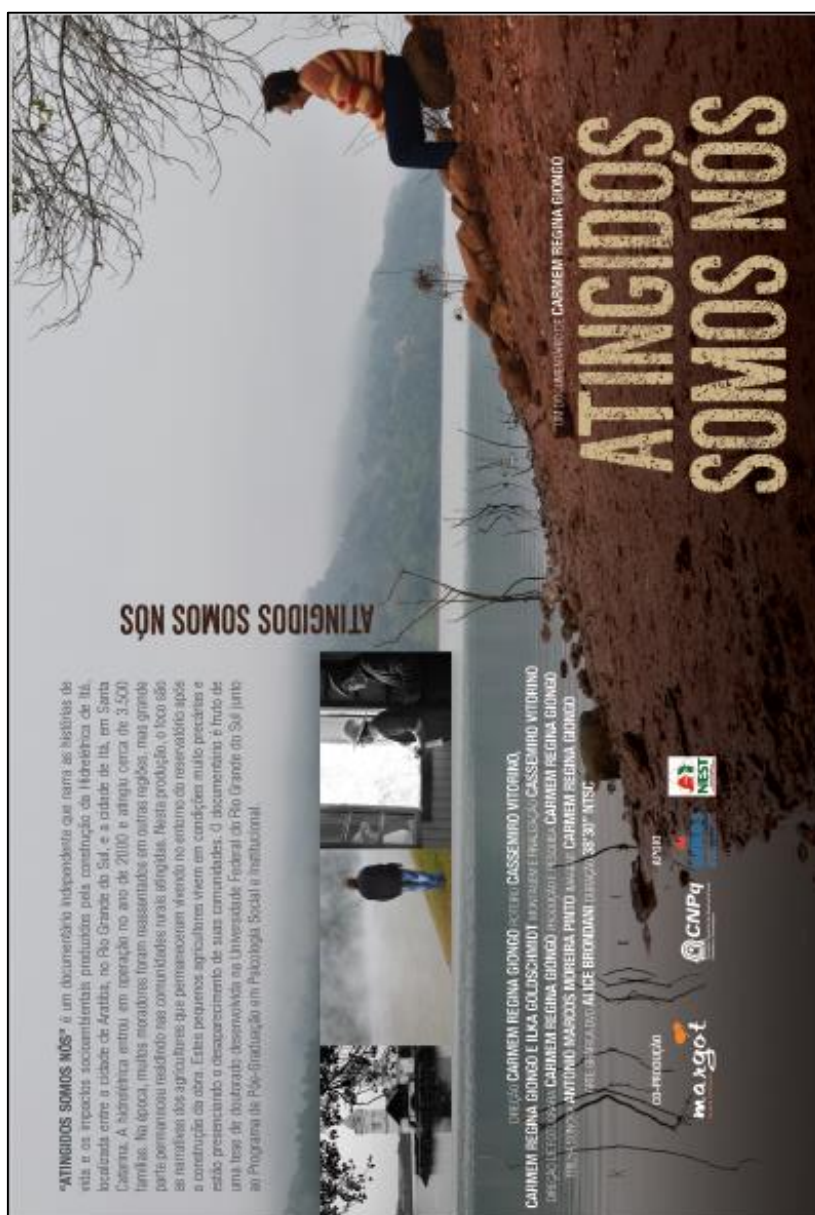
1. GIONGO, C. R. (2016). *Deserto de Água*. Exposição fotográfica. *IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*, Chapecó, Santa Catarina.
2. \_\_\_\_\_ (2016). *Deserto de Água*. Exposição fotográfica. Exposição comunidade Presidente Kennedy, Concórdia, Santa Catarina.

**Página no *Facebook***


1. GIONGO, C. R. (2016). *Página Documentário Atingidos Somos Nós*. Rede social *Facebook*.  
Endereço:  
[https://www.facebook.com/atingidossomosnos/?notif\\_t=page\\_fan&notif\\_id=1480361706470379](https://www.facebook.com/atingidossomosnos/?notif_t=page_fan&notif_id=1480361706470379)

## ANEXO A – Capa do documentário





**ANEXO B – Aprovação do comitê de ética em pesquisa**

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"><div><b>INSTITUTO DE PSICOLOGIA - UFRGS</b></div><div></div></div>
<small>Continuação do Parecer: 1.096.632</small>
<p><b>Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:</b> Trata-se de uma observação participante que fará triangulação de dados por meio das entrevistas realizadas e observação do ambiente. Todos os termos necessários e descrições em relação a questões éticas da pesquisa estão apresentados.</p> <p><b>Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:</b> Todos os termos necessários estão presentes em linguagem de fácil compreensão e os requisitos éticos para pesquisa com seres humanos estão contemplados.</p> <p><b>Recomendações:</b></p> <p><b>Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:</b> Todos os termos necessários estão presentes em linguagem de fácil compreensão e os requisitos éticos para pesquisa com seres humanos estão contemplados.</p> <p><b>Situação do Parecer:</b> Aprovado</p> <p><b>Necessita Apreciação da CONEP:</b> Não</p> <p><b>Considerações Finais a critério do CEP:</b></p>
<p>PORTO ALEGRE, 08 de Junho de 2015</p> <hr style="width: 30%; margin: 10px auto;"/> <p style="text-align: center;"><b>Assinado por:</b> <b>Clarissa Marcell Trentini</b> (Coordenador)</p>